

VOL. IX

SÉRIE

SOCIEDADE, SAÚDE E MEIO AMBIENTE



UNIFAN
CENTRO UNIVERSITÁRIO ALFREDO NASSER
ADM. PROFESSOR ALCIDES

EDITORIA
ALFREDO
NASSER



Reitor

Prof. Alcides Ribeiro Filho

Vice-reitor

Prof. Me. José Carlos Barbosa Soares

Pró-reitor Acadêmico

Prof. *PhD.* Carlos Alberto Vicchiatti

Pró-reitor de Relações Institucionais

Prof. Me. Luiz Antonio de Faria

Pró-reitor de Desenvolvimento

Prof. Msd. Divino Eterno de Paula Gustavo

Pró-reitor Financeiro

Prof. Esp. Leandro Júlio dos Santos Faria

Pró-reitor de Controladoria

Me. Marcello Oliveira Ferreira

Pró-reitor de Apoio Estudantil

Prof. Me. Claudio Everson da Silva e Souza

© Editora Alfredo Nasser, 2026
© Centro Universitário Alfredo Nasser, 2026

EXPEDIENTE

Editora-chefe

Prof^a. Dr^a. Michele Giacomet

Editores-adjuntos

Prof. Esp. Peterson Daniel Vieira
Prof^a. Dr^a. Sabrina Fonseca Ingênito Moreira Dantas

Editora-assistente

Prof^a. M^a. Fernanda Laura Costa

Bibliotecárias

Ana Márcia Santana Lima
Eliana Batista Pires e Silva
Francisca Rodrigues da Silva

Layout e diagramação

Prof. Esp. Peterson Daniel Vieira

Capa

Cleyton Nascimento

Sociedade, saúde e meio ambiente [Recurso eletrônico] / Organização: Humberto César Machado; Marília Cordeiro de Sousa; Wesley Henrique Garcia e Silva. 1. ed. - Aparecida de Goiânia: Centro Universitário Alfredo Nasser, 2026. (Série Sociedade, saúde e meio ambiente, Vol. 9).

E-book. 168 páginas

ISBN: 978-65-8916-38-5

1. Ciências Sociais. 2. Meio Ambiente. 3. Sociedade. 4. Ciências Biológicas. 5. Ciências da Saúde. 6. Ensino Superior. 7. Organização dos Trabalhos Científicos. 8. Medicina. 9. Direito. 10. Fisioterapia. I. TÍTULO. II. Humberto César Machado. III. Marília Cordeiro de Sousa. IV. Wesley Henrique Garcia e Silva.

CDU: 378:001.89(817.3)

ORGANIZAÇÃO:

Humberto César Machado

Marilia Cordeiro de Sousa

Wesley Henrique Garcia e Silva

SOCIEDADE, SAÚDE E MEIO AMBIENTE

1ª Edição

Volume 9

Aparecida de Goiânia

Centro Universitário Alfredo Nasser (UNIFAN)

2026

PREFÁCIO

Ao receber o convite para esse Prefácio, vieram-me lembranças dos tempos em que a Unifan nascia em 2000 como instituição de educação superior, justamente por produzir conhecimentos em sua primeira revista e publicá-la no ano de 2004. Hoje são 5 revistas semestrais, 4 séries anuais e coleções.

Aos atentos leitores, temos a honra de apresentar esse Volume 9 da série *Sociedade, Saúde e Meio Ambiente*. Chama-nos a atenção o fato das abordagens de temas singulares e interdisciplinares em importância, a exemplo dos quais os pensamentos transitam, e por que não, os sentimentos também.

Ponhamo-nos a registrar a sensibilidade dos autores que aprofundaram pesquisas e nesse número apresentam conhecimentos renovados e novos acerca de problemas e conflitos oriundos das tentativas constantes de revitalização, justamente da *Sociedade*, da *Saúde* e do *Meio Ambiente*.

Aqui há reflexões acerca de: alterações demenciais pela finitude da vida; faixa de renda e permanência no ensino superior; status de trabalho e escolha de interromper estudos; análise sociológica do discurso; racismos sutis nos discursos disseminados pela mídia; teoria dos jogos em que decisões dependem de escolhas alheias; fisioterapia na incontinência urinária em idosos; qualidade de vida de pessoas com lesão medular; diagnóstico precoce de miosite; respeito à autonomia do paciente em fase terminal; casos clínicos e peças anatômicas como métodos de ensino; os peptídeos na produção de vacinas; direitos à propriedade intelectual e à saúde nas patentes de medicamentos.

Esse Volume 9 convida-nos a reflexões provocativas de esclarecimentos e de fertilização de novas ideias, no infinito mundo das investigações científicas, cujos resultados nada mais pretendem do que o melhor para a *Saúde*, a *Sociedade*, e o *Meio Ambiente*.

Por tudo isso, temos a certeza de que essa Edição será muito promissora aos que fizerem e ou se beneficiarem dos estudos e da exploração dos conteúdos aqui postos.

Prof. Me. Luiz Antônio de Faria

SUMÁRIO

ALTERAÇÕES DEMENCIAIS, DIREITO, TRABALHO E SOCIEDADE: uma revisão integrativa - Augusto Cesar Malta Laudares Moreira; Stephânia de Oliveira Laudares Moreira; Eduardo Vicentin de Macedo; Terezinha das Graças Laudares; Humberto César Machado; José Luiz de Moura Neto; Henrique Pacheco Machado; Gabriel Pacheco Machado; Sâmella Soares Oliveira Medeiros; Paulo Cesar Moreira	8
APLICABILIDADE DA TEORIA DOS JOGOS NOS CONTRATOS DO AGRONEGÓCIO: uma abordagem da análise econômica do Direito - Jorcelino Pereira Tavares; Luiz Mauro Espíndola; Fabricio Muraro Novais	21
O USO DE CASOS CLÍNICOS E PEÇAS ANATÔMICAS COMO ALTERNATIVA PARA O ESTUDO DE ANATOMIA HUMANA - Yuri Araújo Monteiro; Valéria de Oliveira Mendes Zanon; Fábio Marques de Almeida	30
ASPECTOS RELACIONADOS À QUALIDADE DE VIDA EM PESSOAS COM LESÃO MEDULAR - Arthur Dias de Souza; Francine Aguilera Rodrigues da Silva	43
INTERVENÇÃO FISIOTERAPÊUTICA NA INCONTINÊNCIA URINÁRIA EM IDOSAS: uma revisão integrativa - Adrielle Rodrigues Martins; Francine Aguilera Rodrigues da Silva	58
MIOSITE POR CORPÚSCULOS DE INCLUSÃO: revisão de literatura - Wesley Alfredo Gawlinski de Arruda	73
DIRETRIZES ANTECIPADAS DE VONTADE E CUIDADOS PALIATIVOS NA FINITUDE DA VIDA: entre a autonomia médica, a dinâmica familiar e a judicialização da saúde no Brasil - Augusto Cesar Malta Laudares Moreira; Stephânia de Oliveira Laudares Moreira; Eduardo Vicentin de Macedo; Terezinha das Graças Laudares; Humberto César Machado; José Luiz de Moura Neto; Henrique Pacheco Machado; Gabriel Pacheco Machado; Paulo Cesar Moreira	95
FAIXA DE RENDA E ESCOLHA DE INTERROMPER ESTUDOS: uma análise comportamental da probabilidade de ganho monetário - Gleiton Nunes de Azevedo; Ana Isabel Marques da Silva; Isadora Rodrigues de Moura Dietz; Jéssica Cardoso Garbim; Cristiano Coelho	110
ANÁLISE COMPORTAMENTAL DA PROBABILIDADE DE GANHO MONETÁRIO: relação entre status de trabalho e interrupção de estudos - Gleiton Nunes de Azevedo; Ana Isabel Marques da Silva; Isadora Rodrigues de Moura Dietz; Jéssica Cardoso Garbim; Cristiano Coelho	125
ANÁLISE SOCIOLÓGICA DO DISCURSO: um método para analisar os discursos raciais na mídia - Vitória Siqueira da Silva; Marcos Cristiano dos Reis	139

OBSTÁCULOS GOVERNAMENTAIS IMPOSTOS À COMUNICAÇÃO SOCIAL E À EDUCAÇÃO PÚBLICA NO BRASIL: noções históricas, avaliações e contradições - Luiz Antônio de Faria; Peterson Daniel Vieira	153
BIODADOS	163

**ALTERAÇÕES DEMENCIAIS, DIREITO, TRABALHO E SOCIEDADE:
uma revisão integrativa**

DEMENCIA DISORDERS, LAW, WORK, AND SOCIETY: an integrative review

Augusto Cesar Malta Laudares Moreira

Stephânia de Oliveira Laudares Moreira

Eduardo Vicentin de Macedo

Terezinha das Graças Laudares

Humberto César Machado

José Luiz de Moura Neto

Henrique Pacheco Machado

Gabriel Pacheco Machado

Sâmella Soares Oliveira Medeiros

Paulo Cesar Moreira

RESUMO: O envelhecimento populacional contemporâneo impõe desafios de ordem complexa e multidimensional às estruturas de governança global, com destaque ao crescimento exponencial das alterações demenciais. O objetivo deste estudo foi analisar as profundas interseções entre as síndromes demenciais, o ordenamento jurídico vigente, o mercado de trabalho e a arquitetura social contemporânea, a partir de uma revisão integrativa e aprofundada da literatura. Foram consultadas bases de dados nacionais e internacionais (*SciELO*, PubMed, Scopus e Google Acadêmico) e selecionados marcos teóricos clássicos, legislações nacionais e internacionais, e evidências empíricas de vanguarda. Os resultados apontam que a demência gera uma sobrecarga socioeconômica severa e uma assimetria de gênero na esfera do cuidado familiar informal; exige reformulações corporativas urgentes e dinâmicas previdenciárias inclusivas para lidar com o trabalhador em fase inicial de declínio e com o trabalhador que assume o papel de cuidador; e demanda do campo do Direito uma transição célere do modelo clássico substitutivo de capacidade civil para regimes protetivos baseados no apoio e no respeito à autonomia existencial. Conclui-se que o enfrentamento das alterações demenciais necessita transitar de uma abordagem estritamente biomédica, individualizada e privada para um modelo bioético estruturado na corresponsabilidade pública, na dignidade humana e na justiça distributiva.

PALAVRAS-CHAVE: síndromes demenciais; capacidade civil; mercado de trabalho; envelhecimento populacional; direitos fundamentais.

ABSTRACT: Contemporary population aging imposes highly complex and multidimensional challenges on global governance structures, with the exponential growth of dementia disorders emerging as a critical issue. The objective of this study was to analyze the deep intersections between dementia syndromes, the current legal system, the labor market, and contemporary social architecture through a comprehensive and integrative literature review.

National and international databases (SciELO, PubMed, Scopus, and Google Scholar) were consulted, selecting classic theoretical frameworks, national and international legislations, and cutting-edge empirical evidence. The results indicate that dementia generates a severe socioeconomic burden and a clear gender asymmetry within the informal family care sphere; demands urgente corporate reformulations and inclusive social security dynamics to manage both the worker in the early stages of cognitive decline and the worker who takes on a caregiving role; and requires the legal field to accelerate the transition from the classic substitutive model of civil capacity to protective regimes based on support and respect for existential autonomy. It is concluded that addressing dementia disorders must shift from an exclusively biomedical, individualized, and private approach to a bioethical model structured around public co-responsibility, human dignity, and distributive justice.

KEYWORDS: *dementia syndromes; civil capacity; labor market; population aging; fundamental rights.*

1 INTRODUÇÃO

O declínio cognitivo associado ao envelhecimento populacional constitui, sem sombra de dúvida, um dos fenômenos demográficos, epidemiológicos e sociojurídicos mais desafiadores do século XXI. O avanço da expectativa de vida humana, impulsionado pelas melhorias nas condições sanitárias, pelas inovações biotecnológicas e pelo acesso ampliado a tratamentos de patologias crônico-degenerativas, reconfigurou de forma drástica a pirâmide etária global. No entanto, essa conquista histórica da humanidade traz consigo um aumento expressivo na prevalência de doenças crônicas e incapacitantes, entre as quais as síndromes demenciais ocupam um papel de centralidade preocupante.

As alterações demenciais que compreendem um amplo espectro de patologias, tais como a Doença de Alzheimer, a demência vascular, a demência frontotemporal, a demência por corpos de Lewy, entre outras caracterizam-se pela deterioração progressiva, global e irreversível das funções cognitivas. Esse declínio compromete a memória, a linguagem, o raciocínio lógico, a orientação espacial e a capacidade de julgamento do indivíduo. Sob a ótica estritamente clínica, tais alterações representam um peso imensurável para os sistemas de saúde pública. Sob a ótica bioética e sociológica, contudo, o diagnóstico de uma demência marca o início de uma desestruturação sistêmica nas instâncias da autonomia, da inserção econômica e da convivência comunitária do cidadão.

Historicamente, o modelo biomédico tradicional tendeu a isolar a demência nos limites dos hospitais, clínicas e asilos, ao tratá-la como um infortúnio puramente orgânico a ser gerenciado pelo núcleo familiar em sua esfera privada. Esse isolamento gerou, ao longo de

décadas, a marginalização do indivíduo demente e a invisibilização daqueles que dedicam suas vidas ao ato de cuidar. Diante do crescimento exponencial da população idosa e da permanência de trabalhadores em idades avançadas no mercado formal de trabalho, essa abordagem privatista faliu e tornou-se insustentável.

A perda progressiva da autonomia e da independência do indivíduo com demência reverbera diretamente no tecido social, provoca tensões severas no mercado de trabalho e força o ordenamento jurídico a repensar seus conceitos mais tradicionais de capacidade civil, dignidade e proteção legal. Diante desse panorama multidimensional, o presente estudo propõe uma revisão integrativa abrangente e profunda da literatura acadêmica e legislativa. O objetivo central é analisar as profundas conexões existentes entre as alterações demenciais, as novas diretrizes do Direito Civil e Previdenciário, as dinâmicas do mercado de trabalho contemporâneo e os desafios de equidade e gênero na organização social do cuidado.

Pretende-se, assim, fornecer um painel analítico robusto que sirva de subsídio para a formulação de políticas públicas integradas, humanizadas e condizentes com os direitos fundamentais.

2 METODOLOGIA

Para conferir o rigor científico e a validade teórica necessária a uma análise deste calibre, a presente pesquisa foi estruturada sob o método da revisão integrativa da literatura. Esse método permite a busca, a avaliação crítica e a síntese das evidências disponíveis sobre um tema determinado, sendo uma ferramenta essencial para aproximar a investigação científica da prática profissional e do desenvolvimento legislativo. O processo de construção desta revisão seguiu estritamente as seis etapas preconizadas pela metodologia científica:

a) Formulação da pergunta norteadora - definiu-se o problema central da pesquisa por meio da seguinte indagação: de que maneira a literatura científica, sociológica e jurídica caracteriza e responde aos impactos sociais, laborais e jurídicos decorrentes do avanço das alterações demenciais na população?

b) Estabelecimento de critérios de inclusão e exclusão: foram adotados como critérios de inclusão artigos científicos originais e de revisão, teses, dissertações, relatórios e manuais de órgãos oficiais internacionais (como a Organização Mundial da Saúde), além de doutrinas, tratados e diplomas legislativos nacionais e internacionais que abordassem a demência sob a ótica do Direito, do trabalho e da sociologia. Estabeleceu-se um arco temporal

amplo, que compreende desde marcos teóricos clássicos da década de 1990 até as publicações científicas e alterações legislativas contemporâneas. Foram excluídos estudos puramente clínicos ou farmacológicos que não apresentassem discussões sociais, laborais ou jurídicas.

c) Busca e seleção nas bases de dados: as buscas foram operadas por meio do cruzamento de descritores controlados em saúde (DeCS/MeSH) e termos técnicos do âmbito sociojurídico nas bases de dados *SciELO*, PubMed, Scopus e Google Acadêmico. Os operadores booleanos “AND” e “OR” foram utilizados para combinar os termos: Demência (*Dementia*) AND Capacidade Civil (*Civil Capacity*) AND Trabalho (*Employment/Work*) AND Sociedade (*Society*) AND Cuidadores (*Caregivers*).

d) Categorização e Extração de Dados dos Estudos Selecionados: após a triagem inicial por título e resumo, os textos elegíveis foram lidos na íntegra. Foram selecionados 12 estudos centrais que representam o estado da arte e a base doutrinária clássica sobre o tema, com dados organizados em três eixos temáticos analíticos.

e) Análise e Discussão dos Resultados: os dados extraídos foram submetidos à análise de conteúdo descritiva e crítica, em confronto às diferentes visões teóricas, às lacunas de proteção social e aos avanços normativos.

f) Síntese do Conhecimento: consolidação das evidências e elaboração do documento final, e articulação das conclusões de forma a propor caminhos para o futuro das políticas públicas e da atuação jurídica.

3 CENÁRIO SOCIAL: invisibilidade do cuidado, isolamento e assimetria de gênero

O avanço das síndromes demenciais no seio da sociedade contemporânea descortina uma crise silenciosa, mas avassaladora, a crise estrutural do cuidado. À medida que as funções cognitivas da pessoa com demência se deterioram, o indivíduo experimenta uma perda gradativa de sua independência para a execução de Atividades Instrumentais da Vida Diária (AIVDs), como gerenciar finanças, fazer compras e administrar medicamentos seguida pela perda de sua autonomia para as Atividades Básicas da Vida Diária (ABVDs), as quais incluem a higiene pessoal, a alimentação e a mobilidade. Essa transição da independência para a dependência absoluta exige a presença em tempo integral de uma rede de suporte e assistência.

O psicólogo e pioneiro nos estudos do cuidado humanizado da demência, Tom Kitwood (1997), revolucionou o campo da psicogeriatria ao propor a abordagem centrada na

pessoa. Kitwood argumentava que grande parte do sofrimento associado à demência não decorre exclusivamente dos danos neurológicos gerados pela doença, mas sim da forma como o ambiente social reage ao indivíduo.

O autor cunhou o termo “psicologia social maligna” para descrever um conjunto de comportamentos sociais sutis e institucionalizados, como a infantilização, a invalidação, a rotulagem, a pressa e o isolamento que despersonalizam o indivíduo demente e retiram-lhe o *status* de cidadão e de ser humano dotado de subjetividade.

Apesar do avanço conceitual proposto pela abordagem centrada na pessoa, a realidade prática demonstra que a sustentação desse cuidado contínuo e digno recai, de forma quase exclusiva, sobre os ombros do arranjo familiar informal e opera à margem do apoio estatal. No contexto brasileiro e latino-americano, essa dinâmica revela uma profunda e histórica assimetria de gênero na divisão social do trabalho.

Conforme apontam os dados analíticos compilados por Ana Amélia Camarano (2021), a imensa maioria dos cuidadores principais de idosos com demência é constituída por mulheres, especificamente esposas, filhas e netas. Esse panorama expõe como a estrutura social se aproveita de uma suposta “vocação natural” feminina para o cuidado para eximir o Estado e a comunidade de suas responsabilidades de assistência.

O trabalho de cuidado familiar informal é caracterizado por longas jornadas diárias, pela ausência de remuneração, pela falta de treinamento técnico e pelo severo isolamento social. A sobrecarga decorrente dessa dedicação exclusiva culmina frequentemente no desenvolvimento de patologias físicas e psíquicas no próprio cuidador, um fenômeno amplamente estudado na literatura médica e social sob a denominação de *caregiver burden*, ou síndrome do cuidador (Kanczuk, 2023).

O estresse crônico vivenciado por essas mulheres envolve o enfrentamento de comportamentos disruptivos da demência (como agressividade, alucinações e perambulação), o luto antecipado decorrente da perda progressiva da identidade do ser querido e a privação de suas próprias vidas pessoais, profissionais e de lazer. Na ausência de políticas públicas estruturadas como uma rede capilarizada de Centros-Dia, programas de apoio financeiro ao cuidador e serviços de assistência domiciliar (*home care*) subsidiados, o binômio cuidador-pessoa com demência acaba confinado ao espaço doméstico, invisibilizado pelos olhos do poder público e da sociedade de consumo acelerada (Kalache, 2020).

3.1 Impacto no mercado de trabalho

O Trabalhador sintomático, os desafios do profissional cuidador e o envelhecimento da força de trabalho mundial, associados ao adiamento compulsório ou voluntário das aposentadorias decorrente de sucessivas reformas previdenciárias estruturais, trouxe as alterações demenciais para dentro do cenário corporativo contemporâneo. A interface entre o declínio cognitivo e o mercado laboral manifesta-se em duas vertentes interdependentes e de alta complexidade, em que o trabalhador que adoece e o trabalhador que precisa cuidar daquele que adoeceu.

A primeira vertente diz respeito ao trabalhador em fase ativa que começa a manifestar os sintomas iniciais de um quadro demencial. Embora a incidência das demências seja marcadamente superior na população idosa, quadros de Comprometimento Cognitivo Leve (CCL) e demências de início precoce (*young-onset dementia*) atingem indivíduos na faixa dos 40, 50 e 60 anos de idade, plenamente inseridos no mercado de trabalho, com cargos de alta responsabilidade técnica ou gerencial (Santos; Mendes, 2022).

Nesses estágios iniciais, os lapsos de memória, as dificuldades de planejamento, a lentidão na tomada de decisões e as alterações sutis de comportamento são frequentemente interpretados pelas chefias e departamentos de recursos humanos como desinteresse, desmotivação, negligência ou estresse ocupacional (*Burnout*). Na ausência de uma cultura corporativa informada sobre o envelhecimento e de serviços de medicina do trabalho capacitados para o rastreio cognitivo, esse profissional torna-se alvo de avaliações de desempenho negativas, estigmatização, assédio moral e, em última instância, demissões imotivadas ou destrutivas (Martins, 2024).

Essa prática corporativa não apenas viola o princípio constitucional da função social da empresa e da busca pelo pleno emprego, mas também empurra o trabalhador para uma situação de extrema vulnerabilidade social e econômica, e priva-o de sua fonte de subsistência no momento em que seus custos de saúde começam a se elevar de forma exponencial.

Torna-se imperativo, portanto, o desenvolvimento de protocolos de saúde ocupacional voltados para a detecção precoce do déficit cognitivo, para promover a readaptação de funções, ou seja, a realocação do trabalhador em postos cujas exigências sejam compatíveis com suas capacidades preservadas, o que assegura uma transição digna, protegida e juridicamente amparada para a inatividade por meio da aposentadoria por Incapacidade permanente (Martins, 2024).

A segunda vertente laboral abarca o imenso contingente de trabalhadores saudáveis que se veem na contingência de assumir o papel de cuidadores de familiares com demência. Diante da insuficiência de serviços públicos de saúde e assistência, esses profissionais enfrentam um conflito diário e exaustivo entre as demandas de seus empregos e as necessidades de cuidado em seus lares.

Pesquisas globais consolidadas pela Organização Mundial da Saúde (*WHO*, 2021) revelam o impacto macroeconômico severo desse fenômeno, milhares de profissionais qualificados, em seu período de maior produtividade e maturidade técnica, são forçados a solicitar redução de jornada de trabalho, recusar promoções que exijam maior dedicação de tempo, pedir afastamentos não remunerados ou, em casos extremos, pedir demissão e abandonar definitivamente suas carreiras profissionais.

A rigidez das jornadas de trabalho tradicionais, aliada à ausência de legislações trabalhistas que prevejam licenças remuneradas para o cuidado de familiares dependentes por prazos prolongados, gera uma perda inestimável de capital humano para as empresas e provoca o empobrecimento em cascata das famílias. O enfrentamento desse cenário exige uma flexibilização pactuada das relações laborais, o que inclui a adoção do teletrabalho, horários flexíveis e regimes de compensação de jornada e permite que o trabalhador-cuidador sustente sua renda e sua dignidade profissional enquanto gerencia o cuidado do familiar (Santos; Mendes, 2022).

3.2 Resposta do Direito

A quebra do paradigma da capacidade civil e os regimes de apoio diante do cenário de vulnerabilidade existencial e patrimonial impostos pelas alterações demenciais, bem como o ordenamento jurídico desempenham um papel de mediação fundamental e operam como escudo protetivo dos direitos fundamentais da pessoa em declínio cognitivo.

Historicamente, contudo, o Direito Civil de tradição romano-germânica adotou uma postura excessivamente patrimonialista, rígida e binária para tratar da saúde mental. Sob a égide dos códigos civis clássicos, vigorava o dogma da higidez mental absoluta: ou o indivíduo gozava da plenitude de suas faculdades mentais e era considerado plenamente capaz para exercer todos os atos da vida civil, ou apresentava uma limitação cognitiva, o que ensejava a sua interdição total e definitiva por meio do instituto da curatela (Diniz, 2018).

Esse modelo clássico de interdição operava uma verdadeira “morte civil” do sujeito com demência. Ao nomear um curador que passava a decidir de forma inteiramente

substitutiva pelo interditado, o Direito Civil despojava o indivíduo de sua voz, de suas escolhas e de sua dignidade existencial. O foco central da proteção jurídica tradicional não era a pessoa do demente, mas sim a blindagem de seu patrimônio e a segurança jurídica das relações comerciais de terceiros, de modo a tratar a pessoa vulnerável como um objeto de direito e não como um sujeito de direitos (Farias; Rosenvald, 2023).

Esse paradigma excludente e segregador foi radicalmente subvertido no plano internacional com a promulgação da Convenção da Organização das Nações Unidas sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência em 2006. A Convenção introduziu o Modelo Social da Deficiência e estabeleceu que a deficiência não reside no impedimento biológico ou mental intrínseco do indivíduo, mas sim, na existência de barreiras sociais, urbanísticas e normativas que impedem sua participação plena e equitativa na sociedade. O artigo 12 da referida Convenção fixou a premissa revolucionária de que as pessoas com deficiência intelectual ou cognitiva gozam de capacidade jurídica em igualdade de condições com as demais pessoas em todos os aspectos da vida. Assim, é dever dos Estados-Partes assegurar o acesso ao apoio de que necessitarem para o exercício de sua capacidade civil.

No ordenamento jurídico brasileiro, essa guinada conceitual e humanista foi internalizada com a edição da Lei n. 13.146/2015, conhecida como o Estatuto da Pessoa com Deficiência ou Lei Brasileira de Inclusão (LBI). O Estatuto alterou profundamente a teoria das incapacidades consolidada no Código Civil de 2002. A partir de sua vigência, a pessoa com deficiência mental ou cognitiva deixou de ser classificada como civilmente incapaz. O diagnóstico de uma síndrome demencial, mesmo em estágio avançado, não retira automaticamente a capacidade civil plena do cidadão. Dessa forma, a curatela passa a ser vista como uma medida de caráter extraordinário, temporário, proporcional e estritamente limitada aos atos de conteúdo patrimonial e financeiro (Farias; Rosenvald, 2023).

Para além da restrição da curatela, a legislação contemporânea introduziu institutos inovadores baseados no princípio da autonomia compartilhada e no respeito às preferências do indivíduo vulnerável. O principal desses institutos é a Tomada de Decisão Apoiada, mecanismo pelo qual a pessoa com deficiência cognitiva pode eleger judicialmente pelo menos duas pessoas de sua estrita confiança para lhe prestar apoio, fornecer informações e auxiliá-la na tomada de decisões cotidianas, sem que haja a perda de sua capacidade de autodeterminação. Trata-se de um modelo que substitui a decisão outorgada por terceiros pela decisão assistida e orientada, e mantém o protagonismo da pessoa com demência pelo maior tempo possível ao longo do curso evolutivo da patologia.

No âmbito da autonomia da vontade e do biodireito, ganham relevância prática e doutrinária as Diretrizes Antecipadas de Vontade (DAV), comumente corporificadas no instrumento do testamento vital. As DAVs permitem que o indivíduo, no pleno gozo de suas faculdades mentais, formalize suas escolhas e desejos em relação a futuros tratamentos médicos, intervenções terapêuticas e recusa de tratamentos fúteis ou desproporcionais (obstinação terapêutica), bem como indique um procurador de cuidados para representá-lo quando a demência atingir estágios de deterioração cognitiva que impeçam a manifestação direta de sua vontade. Esse instrumento garante que a dignidade da pessoa humana prevaleça sobre o paternalismo médico e familiar tradicional, com respeito à biografia e aos valores éticos do paciente.

Abaixo, apresenta-se um quadro comparativo e detalhado que sintetiza as transformações dogmáticas e práticas operadas na transição do modelo clássico para o modelo contemporâneo de proteção jurídica às alterações demenciais:

Quadro 1 – Matriz comparativa bioético-jurídica das condutas médicas
diante da terminalidade no Brasil

Conceito	Conduta Clínica	Status Jurídico no Brasil	Objetivo Principal
Distanásia	Introdução ou manutenção de suportes artificiais invasivos em pacientes sem prognóstico clínico de recuperação.	Vedada formalmente pelo Código de Ética Médica (Art. 41). Caracteriza infração deontológica.	Prolongar o tempo biológico do paciente de forma obstinada (obstinação terapêutica).
Eutanásia	Intervenção ativa e deliberada com o fim de abreviar a vida do paciente, ainda que a pedido deste ou por compaixão.	Tipificada como crime de Homicídio (Art. 121 do Código Penal Brasileiro). Ilícita.	Eliminar o sofrimento por meio da interrupção imediata da vida do enfermo.
Ortotanásia	Abstenção ou suspensão de procedimentos e tratamentos fúteis (distanásicos), o que mantém a analgesia e o conforto.	Lícita e chancelada pelo CFM (Res. 2.217/18) e pacificada pela jurisprudência das Cortes Superiores.	Preservar a dignidade humana e permitir o processo natural de morte sob Cuidados Paliativos.

A análise sistemática do Quadro 1 permite delimitar com precisão as fronteiras conceituais e jurídicas que circundam o processo de morrer no cenário brasileiro e fornecem à equipe de saúde e aos operadores do Direito um referencial seguro para a tomada de decisões na finitude da vida. A matriz comparativa evidencia que a diferenciação entre as condutas não

se resume a uma mera escolha técnica, mas reflete o amparo legal e o alinhamento com o princípio constitucional da dignidade da pessoa humana.

No primeiro plano analítico, a *distanásia* configura-se como o ápice da obstinação terapêutica. Sob o pretexto de salvar a vida a qualquer custo, o imperativo biotecnológico perpetua uma manutenção puramente artificial de funções orgânicas em quadros de absoluta irreversibilidade. Do ponto de vista bioético, essa prática inverte a lógica da beneficência e transforma-a em maleficência ao impor sofrimento fútil e prolongar a agonia do enfermo. Deontologicamente, o ato é rechaçado pelo Artigo 41 do Código de Ética Médica, que impõe o dever de evitar tratamentos inúteis.

No extremo oposto quanto à forma de intervenção, a *eutanásia* desloca o foco da futilidade técnica para a interrupção deliberada da existência. Embora frequentemente motivada por um apelo compassivo de abreviação do sofrimento, a conduta ativa possui contornos de absoluta ilicitude no ordenamento jurídico pátrio e permanece rigidamente tipificada como crime de homicídio (Art. 121 do Código Penal). Não há, portanto, elasticidade normativa no direito brasileiro que autorize a conduta ativa, ainda que à pedido do próprio paciente.

Por fim, a *ortotanásia* consolida-se como o modelo ético de eleição no âmbito dos Cuidados Paliativos. Ao propor a abstenção ou a suspensão das medidas distanásicas, a conduta garante que a morte ocorra em seu tempo natural, o que resguarda a integridade biográfica do indivíduo. Longe de caracterizar abandono terapêutico ou omissão, a ortotanásia exige uma atuação clínica intensiva voltada ao controle da dor e ao suporte psicossocial e espiritual. Esta prática encontra pleno respaldo regulatório no parágrafo único do Artigo 41 do Código de Ética Médica e na Resolução CFM n. 1.995/2012, e está em perfeita consonância com os precedentes firmados pelo Supremo Tribunal Federal e pelo Superior Tribunal de Justiça quanto à salvaguarda da autodeterminação e da dignidade humana.

Ademais, a proteção jurídica contemporânea às alterações demenciais projeta-se sobre o campo do Direito Previdenciário e Assistencial. Diante dos custos catastróficos que o tratamento e a manutenção de uma pessoa com demência impõem ao orçamento familiar, gastos elevados com medicamentos de alto custo, insumos de higiene, consultas especializadas e cuidadores profissionais, o ordenamento jurídico prevê mecanismos de compensação e justiça distributiva.

Destaca-se a concessão do Benefício de Prestação Continuada (BPC), previsto na Lei Orgânica da Assistência Social (LOAS), destinado a idosos e pessoas com deficiência de longa duração em situação de vulnerabilidade econômica miserável, bem como o direito ao

acréscimo de 25% no valor do benefício de aposentadoria por incapacidade permanente para os segurados do Regime Geral de Previdência Social (RGPS) que necessitem da assistência contínua de outra pessoa (Martins, 2024). A efetivação ágil desses direitos assistenciais e previdenciários é fundamental para obstar o empobrecimento das famílias e garantir condições mínimas de dignidade e sobrevivência ao binômio afetado.

4 CONCLUSÃO

A análise sistêmica promovida por esta revisão integrativa da literatura demonstra, de maneira inequívoca, que as alterações demenciais superaram os limites estritos da clínica médica e do isolamento doméstico privado para se consolidarem como um dos maiores desafios políticos, jurídicos, econômicos e éticos da nossa sociedade. O modelo privatista e patriarcal que historicamente confinou o cuidado de indivíduos com declínio cognitivo ao trabalho invisível e não remunerado das mulheres faliu diante das transformações demográficas e da necessidade de sustentabilidade das famílias e do mercado laboral.

No âmbito social, a invisibilidade do trabalho de cuidado e a severa sobrecarga que recai sobre as cuidadoras familiares exigem a superação imediata da inércia estatal. É urgente a criação de uma Política Nacional de Cuidados estruturada, capaz de prover redes de suporte comunitário e institucional, como centros-dia públicos, cuidadores formais subsidiados e programas de atenção psicológica que previnam o colapso físico e mental dessas famílias. O cuidado deve deixar de ser visto como um fardo individual para ser assumido como um bem público e um dever de solidariedade coletiva.

No cenário do trabalho, as corporações e os regimes previdenciários precisam se adaptar de forma célere à realidade de uma força de trabalho envelhecida. O desenvolvimento de diretrizes corporativas voltadas para a detecção precoce de *déficits* cognitivos e a implementação de mecanismos de readaptação funcional são fundamentais para coibir práticas discriminatórias e demissões ilegais de trabalhadores sintomáticos. Paralelamente, o mercado de trabalho deve incorporar a flexibilidade de jornadas, regimes de teletrabalho e licenças de cuidado prolongadas para acolher o trabalhador-cuidador e evitar a exclusão econômica e o desperdício de capital humano qualificado.

No campo do Direito, os avanços normativos trazidos pelo Estatuto da Pessoa com Deficiência representam uma vitória civilizatória inestimável, ao migrarem a lógica jurídica da exclusão patrimonialista para a inclusão existencial baseada no respeito à autonomia.

Contudo, a mera existência formal da lei é insuficiente; faz-se necessário promover a difusão prática e a aplicação efetiva de institutos como a Tomada de Decisão Apoiada e as Diretrizes Antecipadas de Vontade, e capacitar magistrados, promotores, advogados e profissionais da saúde para operacionalizar esses instrumentos sem burocracias esterilizantes.

Em suma, o enfrentamento justo, humanizado e eficaz das alterações demenciais demanda a celebração de um novo pacto social de corresponsabilidade ética e jurídica. Um pacto que integre o Estado, o mercado corporativo, o sistema de justiça, as comunidades e as famílias na construção de uma sociedade genuinamente inclusiva e acolhedora, em que a perda progressiva das faculdades cognitivas não signifique o apagamento civil nem a destituição da dignidade do ser humano.

REFERÊNCIAS

BRASIL. **Lei n. 13.146, de 6 de julho de 2015.** Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência). Brasília, DF: Presidência da República, 2015. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2015/lei/113146.htm. Acesso em: 25 maio 2026.

CAMARANO, Ana Amélia (Org.). **Os novos idosos brasileiros: muito além dos 60?** Rio de Janeiro: Ipea, 2021.

DINIZ, Maria Helena. **Curso de Direito Civil Brasileiro**, Volume 1: Teoria Geral do Direito Civil. 35. ed. São Paulo: Saraiva, 2018.

FARIAS, Cristiano Chaves de; ROSENVALD, Nelson. **Curso de Direito Civil: Parte Geral e LINDB.** 21. ed. Salvador: Juspodivm, 2023.

KALACHE, Alexandre. O envelhecimento da população mundial e os desafios do século XXI. **Revista Brasileira de Geriatria e Gerontologia**, v. 23, n. 4, e200212, 2020.

KANCZUK, M. E. A sobrecarga invisível: gênero e cuidado familiar nas demências de idosos no Brasil. **Cadernos de Saúde Pública**, v. 39, n. 2, p. 115-128, 2023.

KITWOOD, Tom. ***Dementia Reconsidered: the person comes first.*** Buckingham: Open University Press, 1997.

MARTINS, Sérgio Pinto. **Direito da Seguridade Social.** 44. ed. São Paulo: Saraiva Jur, 2024.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS (ONU). **Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência.** Nova York: ONU, 2006.

PRADO, Roberto Fontes. Neurologia cognitiva e o envelhecimento populacional: um panorama epidemiológico. **Arquivos de Neuro-Psiquiatria**, v. 77, n. 8, p. 580-589, 2019.

SANTOS, Renato Alves; MENDES, Cláudia Regina. Demência de início precoce e o ambiente laboral: desafios para a gestão de pessoas e medicina do trabalho. **Revista Brasileira de Saúde Ocupacional**, v. 47, e14, 2022.

*WORLD HEALTH ORGANIZATION (WHO). **Global status report on the public health response to dementia**. Geneva: World Health Organization, 2021.*

**APLICABILIDADE DA TEORIA DOS JOGOS NOS CONTRATOS DO
AGRONEGÓCIO: uma abordagem da análise econômica do Direito**

***THE APPLICATION OF GAME THEORY TO AGRIBUSINESS CONTRACTS:
a law and economics perspective***

Jorcelino Pereira Tavares

Luiz Mauro Espíndola

Fabricao Muraro Novais

RESUMO: O presente artigo busca analisar a possibilidade de aplicação da Teoria dos Jogos, teoria matemática, como tentativa de mediação e até resolução dos conflitos que possam surgir nos contratos do agronegócio, principalmente sob o aspecto de redução dos custos de transação. Numa perspectiva da Análise Econômica do Direito, especialmente nas contribuições de Ronald Coase, Richard Posner, George Stigler, que a partir da Economia, se chega modernamente do Direito, em que o estudo jurídico tem se aproveitado da Teoria dos Jogos, passa-se a propor soluções ao sistema jurídico para maior eficiência. Neste sentido o foco do artigo é a aplicação da Teoria dos Jogos como ferramenta eficiente a ser aplicada nos contratos do agronegócio. Fundamentadamente nas teorias do matemático húngaro John von Neumann e também do matemático Oskar Margetsntern, de igual forma por meio da estratégia da dominância e do equilíbrio de Nash.

PALAVRAS-CHAVE: contratos do agronegócio; Teoria dos Jogos; custos de transação.

ABSTRACT: *This article seeks to analyze the possibility of applying Game Theory, a mathematical theory, as an attempt to mediate and even resolve conflicts that may arise in agribusiness contracts, mainly from the perspective of reducing transaction costs. From the perspective of Economic Analysis of Law, especially the contributions of Ronald Coase, Richard Posner, and George Stigler, which, starting from Economics, is modernly drawn from Law, where legal studies have taken advantage of Game Theory, solutions are proposed to the legal system for greater efficiency. In this sense, the focus of the article is the application of Game Theory as an efficient tool to be applied in agribusiness contracts. Based on the theories of Hungarian mathematician John von Neumann and also of mathematician Oskar Margestern, also through the dominance strategy and Nash equilibrium.*

KEYWORDS: *agribusiness contracts; Game Theory; transaction costs.*

1 INTRODUÇÃO

O setor do agronegócio brasileiro é um dos pilares da economia nacional, responsável por fazer o PIB avançar em mais de 1,4% nesse primeiro trimestre de 2025, especialmente pelo crescimento da agropecuária com 12,2%, segundo dados do IBGE (2025) e por uma parcela significativa das exportações. Contudo, sua complexidade estrutural e a multiplicidade de atores envolvidos produtores rurais, fornecedores, bancos, distribuidores e consumidores geram uma alta incidência de conflitos contratuais. Esses conflitos elevam os custos de transação, dificultam a segurança jurídica e impactam negativamente na eficiência econômica do setor.

Numa tentativa de resolução desses conflitos, como mediação estratégica, se propõe a aplicação da Teoria dos Jogos aliada à Análise Econômica do Direito (AED). Este artigo busca explorar essa interface teórica, com fundamento nas obras clássicas de von Neumann, Morgenstern, Nash, Coase, Posner e Stigler. Assim, pretende-se demonstrar como esses conceitos podem ser utilizados na elaboração de contratos mais eficientes no setor do agronegócio.

O que se pretende é explorar a aplicação da Teoria dos Jogos como ferramenta capaz de promover maior eficiência na gestão contratual do agronegócio e contribuir para a redução dos custos de transação. Para tanto, será abordada inicialmente a Análise Econômica do Direito (AED), com destaque às suas contribuições ao entendimento das normas jurídicas sob uma perspectiva econômica para o Agronegócio. Em seguida, serão exploradas as bases teóricas da Teoria dos Jogos, com ênfase nas obras de John von Neumann e Oskar Morgenstern, além do conceito de equilíbrio de Nash desenvolvido por John Nash. Por fim, será demonstrado como esses conceitos podem ser aplicados na prática contratual do agronegócio para aprimorar negociações e prevenir litígios.

A AED é uma disciplina que estuda o direito e suas instituições, tendo como eixo central de análise a racionalidade individual. Pode ser definida como a aplicação da teoria econômica, e dos métodos econométricos, ao exame da formação, da estrutura, dos processos e dos impactos do direito e das instituições legais (Porto; Garoupa, 2021).

A Análise Econômica do Direito constitui uma abordagem interdisciplinar que busca compreender o funcionamento do sistema jurídico sob uma perspectiva econômica. Sua premissa fundamental é que as normas jurídicas devem promover a eficiência na alocação de

recursos escassos e minimizar os custos sociais decorrentes das atividades econômicas e das disputas jurídicas.

Até 1960, AED era praticamente sinônimo de AED da Concorrência, embora houvesse algum trabalho pioneiro e exploratório no domínio da regulação de mercados e intervenção do Estado. Esta área de investigação continua hoje muito popular e intimamente associada à Economia Industrial. No entanto, o termo “*Law and Economics*”, após os artigos de Ronald Coase e Guido Calabresi em 1960, alicerçou o seu domínio nas áreas de propriedade, de contratos, da responsabilidade (danos), criminal e civil, processual, de família e constitucional.

A AED se desenvolveu de forma rápida após os anos de 1970 e se tornou uma disciplina no campo do direito, por mérito próprio. Segundo Richard Posner, “*Economic analysis of law has outlasted legal realism, legal process, and every other field of the legal scholarship. It is probably the major breakthrough of the last two hundred years in legal scholarship*” (Porto; Garoupa, 2021).

2 A ANÁLISE ECONÔMICA DO DIREITO (AED) E SUA CONTRIBUIÇÃO AO SETOR DO AGRONEGÓCIO

Do que foi dito acima, pode-se inferir que a Análise Econômica do Direito tem grande valia para as negociações do agronegócio, sobretudo em análise contratual. No contexto do agronegócio, essas contribuições evidenciam a importância de normatizações que reduzam os custos de negociação e execução dos contratos agrícolas ou comerciais relacionados ao setor. Contratos bem estruturados podem evitar litígios desnecessários.

A Análise Econômica do Direito (AED) e sua contribuição ao setor do agronegócio é perceptível em vários aspectos, principalmente em relação aos contratos, pois busca dinamizar as relações no sentido de busca de maior eficiência e diminuição de custos. Aqui merece destaque a teoria da redução dos custos de transação de Ronald Coase e da eficiência das normas jurídicas de Richard Posner. De maneira muito especial, a AED deve contribuir muito para a análise da redução dos custos de transação, sobretudo com a aplicação da teoria dos jogos.

Ronald Coase foi um dos pioneiros dessa linha de pensamento ao introduzir o conceito de custos de transação em seu artigo clássico de 1937. Para ele, o direito deve atuar como um instrumento para reduzir esses custos, que incluem despesas com negociação, fiscalização e

imposição de sanções, e facilitar trocas voluntárias entre as partes. O Teorema de Coase dispõe que o uso eficiente dos recursos independe dos direitos de propriedade em situações nas quais os custos de transação sejam nulos (Porto; Garoupa, 2021). Assim, um sistema jurídico eficiente é aquele que minimiza os obstáculos à negociação livre e à execução contratual.

Da mesma forma Richard Posner alinhou Direito e Economia, com sua Análise Econômica das Leis, propôs e defendeu que o Direito deve sempre buscar a maximização da economia e do bem-estar. Enquanto professor na Universidade de Chicago publicou sua monografia *Economic Analysis of Law*. Em sua obra, Richard Posner foi o primeiro a submeter a maior parte dos ramos do direito a uma análise sistemática sob a perspectiva econômica. Uma das ideias mais instigantes e controversas de Posner foi originalmente proposta neste material: ele defende que a eficiência definida como a maximização da riqueza poderia explicar a estrutura da common law, pois um precedente ineficiente era susceptível de ser questionado e rejeitado. Consequentemente, a *common law* tenderia a desenvolver soluções eficientes no longo prazo (Porto; Garoupa, 2021).

Richard Posner acrescentou que se deve buscar a maximização do bem-estar social e analisar o custo-benefício nas normas jurídicas. Ele defende que o direito deve buscar resultados eficientes que promovam a alocação ótima dos recursos. Assim, a análise econômica fornece instrumentos para identificar quando o ordenamento jurídico promove ou prejudica o desenvolvimento econômico.

Inegavelmente no agronegócio, pela sua complexidade, com muitas partes envolvidas, seja produtor, comprador, fornecedor, e até o governo, é necessário utilizar um meio de dinamizar as relações, maximizar os recursos e diminuir os custos. Sob este viés, é inegável que a Análise Econômica do Direito contribui em demasia com essa dualidade e facilita a compreensão econômica das relações jurídicas, sobretudo nos contratos, a médio e longo prazo, típicos do agronegócio.

Não raro surgem conflitos entre os atores envolvidos nessa relação, posto sua completude é normal, e tais conflitos devem ser resolvidos com cautela e prudência, de modo a manter os ganhos de todos, para a sustentabilidade da própria atividade. Neste quesito, a AED se mostra eficiente.

3 APLICAÇÃO DA TEORIA DOS JOGOS COMO FERRAMENTA EFICIENTE NOS CONTRATOS DO AGRONEGÓCIO

A Teoria dos Jogos, aliada a Análise Econômica do Direito, se mostra uma ferramenta eficiente na prevenção e solução de conflitos nos contratos do agronegócio, na medida em que procura uma análise da tomada de decisão racional pelos envolvidos no negócio. O estudo e aplicação dessa teoria é fundamental, em qualquer negociação, e para os contratos agrários, se mostra muito eficiente, na medida em que os contratantes irão usar de estratégias lógicas para minimizar e prevenir seus custos, em especial de uma demanda judicial, em que os custos de transação são elevados.

Fiani (2015) ao apresentar as vantagens de estudar a Teoria dos Jogos, aponta ao menos duas delas:

- a teoria dos jogos ajuda a entender teoricamente o processo de decisão de agentes que interagem entre si, a partir da compreensão da lógica da situação em que estão envolvidos.

- a teoria dos jogos ajuda a desenvolver a capacidade de raciocinar estrategicamente e explorar as possibilidades de interação dos agentes, possibilidades estas que nem sempre correspondem à intuição.

A teoria dos jogos procura entender como os jogadores (sejam eles indivíduos, empresas, organizações, países etc.) tomam suas decisões em situações de interação estratégica. Em outras palavras, a teoria dos jogos visa a explicar como esses jogadores fazem as suas escolhas em situações de interação estratégica.

O autor aponta ainda que pode se caracterizar as interações entre os agentes como um jogo, pois: “Situações que envolvam interações entre agentes racionais que se comportam estrategicamente podem ser analisadas formalmente como um jogo” (Fiani, 2015).

A princípio essa teoria se baseava num jogo de soma zero, em que nenhum dos competidores sairia perdendo. Todavia foi melhorada e ampliada, de modo que cada jogador pudesse adotar aquela estratégia que é melhor respostas às estratégias adotadas pelos outros jogadores. Surge o Equilíbrio de Nash.

John Forbes Nash Jr. (1928-2015), matemático norte-americano, é um dos mais importantes matemáticos do século XX. Nash definiu, em um artigo de 1951 (“*Non-Cooperative Games*”, *Annals of Mathematics* 54, 286-295), uma noção de equilíbrio para modelos de jogos que não se restringia apenas aos jogos de soma zero (Fiani, 2015).

A contribuição de John Nash foi fundamental para o desenvolvimento da teoria dos jogos. A partir de sua noção de equilíbrio foi possível estudar uma classe de jogos muito mais ampla do que os jogos de soma zero. Foi possível também demonstrar que, em alguns casos, quando cada jogador escolhe racionalmente aquela estratégia que seria a melhor resposta às estratégias dos demais, pode ocorrer que o resultado final para todos os jogadores seja insatisfatório e que, portanto, nem sempre a busca de cada indivíduo pelo melhor para si resulta no melhor para todos (Fiani, 2015).

Ao adotar a Teoria dos Jogos como ferramenta nos contratos do agronegócio pode-se perceber que, já na elaboração do mesmo, as partes poderão pensar nos possíveis conflitos que poderão surgir com o tempo, até porque os contratos típicos são a médio e a longo prazo.

Na contratação se poderá inserir cláusulas, aqui chamadas de estratégia de jogo, que poderão prevenir futuros inadimplementos por uma das partes, e assim reduzir custos de transação de ação judiciais. Cada parte deve pensar além da teoria pura e simples da função social do contrato, mais também, em como vão atingir seus interesses finais e de forma mais eficiente possível.

A concepção atual dos contratos permite compreender os negócios jurídicos além dos seus elementos próprios formais, de modo que se defina o regulamento contratual a partir não apenas da disciplina jurídica, mas também da função econômico-social (Bueno, 2023).

O contrato, com efeito, deixou de ser reconhecido apenas como uma fonte de obrigações, na medida em que a evolução da teoria contratual passou a reconhecer o exercício da autonomia privada, não apenas sob o aspecto normativo, mas também do ponto de vista da eficiência em se atingirem determinados interesses (Bueno, 2023).

É possível exemplificar um tipo de contrato do agronegócio, como o contrato a termo de soja que é direcionado alternativamente para obtenção de financiamento bancário, o que permite ao produtor negociar antecipadamente a produção que irá ainda plantar, e que poderá fixar o preço de venda futuro. A questão que surge é a variação do preço da soja, pois o comércio oscila, por ser uma *commodity* agrícola.

Em outras palavras, os contratos a termo surgem, então, como uma alternativa à obtenção de financiamentos bancários, na medida em que permitem ao produtor negociar antecipadamente a produção que irá ainda plantar e fixam desde já o preço a ser pago futuramente pelo adquirente. Tal espécie contratual, além de trazer segurança ao produtor quanto à comercialização de sua produção, passa a funcionar como instrumento de financiamento da sojicultura no Brasil, tanto sob a forma de financiamento direto (mediante a

entrega antecipada de parte do pagamento, por exemplo), quanto através da entrega de insumos para o cultivo do produto.

Ocorre que o preço da soja, inclusive dada sua natureza de commodity agrícola, está invariavelmente sujeito às oscilações do mercado, inclusive a nível internacional. Assim, é possível que o preço da soja praticado no mercado quando do vencimento da operação pactuada através de um contrato a termo seja superior ao preço que fora antes pré-fixado. Aliás, é a situação que ocorre atualmente, em relação à safra 2020/2021 (Gama, 2021).

Ao pensar nos futuros problemas, cada contratante *jogador* poderá utilizar de estratégias racionais e decidir o que será melhor economicamente. Sem sombra de dúvidas deve-se aplicar a Teoria dos Jogos.

Isso porque a Teoria dos Jogos é um ramo dileto da Teoria da Decisão, que formaliza os problemas de interação estratégica entre diferentes agentes, com gente, bichos e coisas. Ela busca formalizar o que pode ser pensado como o processo de racionalização das ações que tais agentes irão adotar (Bêrni; Fernandez, 2014).

Para Bueno (2023), até mesmo nos contratos agrários, se deve utilizar a Análise Econômica do Direito e acrescenta-se a aplicabilidade da Teoria dos Jogos, como forma de busca de prevenção e redução dos custos de transação.

A literatura econômica aprofunda essa relação, ao examinar de modo peculiar os contratos agrários. De fato, desde Adam Smith, o direito dos cessionários da terra é colocado em perspectiva do seu interesse econômico e dos melhoramentos que este está inclinado a fazer. Essa definição foi essencial aos estudos de Allen e Lueck, que, parafraseando Robert Coase, analisaram os contratos agrários sob a ótica dos custos de transação e dos direitos de propriedade, o que permitiu uma melhor compreensão da importância dos contratos de arrendamento e de parceria na agricultura moderna (Bueno, 2023).

4 CONCLUSÃO

Tanto a Análise Econômica do Direito, com suas relações entre Direito e Economia, que busca a eficiência das normas jurídicas, quanto a Teoria dos Jogos são instrumentos bastante úteis a serem utilizados nos contratos do agronegócio.

De forma muito especial, percebe-se que a Teoria dos Jogos se torna uma ferramenta na tentativa de prevenção e resolução de conflitos nas negociações agrárias que possam surgir

ao longo de uma contratação. Efetivamente pode ser utilizada para redução dos custos de transação que são aqueles envolvidos em um negócio, seja de bens, serviços ou direitos.

Diante de uma concepção da livre contratação, em especial nos contratos do agronegócio, a prevenção de conflitos e a tentativa de redução de custos é fundamental nesse tipo de contrato, sobretudo por serem em sua maioria contratos de longo prazo. E, quando se fala em negócios que envolvem a propriedade rural, tem-se uma complexidade de relações a serem consideradas, desde a função social da própria propriedade, quando do próprio contrato.

A despeito da tão falada função social do contrato, como limitação ao poder negocial dos contratantes, para que não extrapolem os limites normais das avenças contratuais, o contrato é um fenômeno econômico, antes mesmo do Direito.

Vale ressaltar que o contrato é, antes de tudo, um fenômeno econômico e não uma criação do Direito. O Direito apenas, ao conhecer um fato ocorrido na vida em sociedade, busca dentro de certos limites, impor condicionantes à atividade negocial. Assim, seria impossível uma norma que impedisse o contrato ou que o afastasse das operações de mercado, nas quais a iniciativa pessoal e a liberdade individual são, acima de tudo, a razão de ser do ato de contratar (Azoia; Ribeiro, 2016).

A propriedade passou a ter nítida função social, e a liberdade nas avenças rurais foi substituída pelo dirigismo contratual, com reflexos nos contratos agrários, aos quais se impuseram prazos mínimos de vigência segundo as atividades e limites de remuneração conforme os tipos de contrato (Ferreto, 2017).

Os acordos do agronegócio, como já narrado em linhas acima, são a longo prazo, com prestações que perpetuam no tempo e assim precisam ser bem elaborados, com cláusulas e condições que prevejam conflitos e possam minimizar os custos de transação, inclusive judicial, muitas das vezes os contratantes não conseguem cumprir com suas obrigações. Em relações contratuais cuja troca ou cujas prestações sejam diferidas no tempo, agentes podem ter incentivos para fazer promessas que não cumprirão, principalmente quando ausente a sanção reputacional em realidade, a parte que primeiro cumprir a sua obrigação está concedendo um crédito à outra, sujeitando-se à sua honestidade ou ao seu oportunismo.

Assimetrias informativas serão um incentivo adicional ao oportunismo e abrirão margem para o surgimento de problemas de agência, seleção adversa, risco moral ou *holdup*, do contrato pela parte lesada dentre outros, afetada a observabilidade do cumprimento e considerados os custos para a revelação de fatos ao julgador (Ponpeu, Cristofani, 2017).

REFERÊNCIAS

AZOIA, Viviane Taís. RIBEIRO, Marcia Carla Pereira. A função social dos contratos e as externalidades: uma análise econômica. **RVMD**, Brasília, v. 10, n. 2, p. 1-29, jul-dez. 2016.

BÊRNI, Duilio de A.; FERNANDEZ, Brena Paula M. **Teoria dos Jogos**. Rio de Janeiro: Saraiva, 2014. *E-book*. p. 281. ISBN 9788502220577. Disponível em: <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9788502220577/>. Acesso em: 01 jun. 2025.

BRASIL. **IBGE**. Disponível em <https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-noticias/2012-agencia-de-noticias/noticias/43523-puxado-pela-agropecuaria-pib-avanca-1-4-no-primeiro-trimestre>. Acesso em: 10 jun. 2025.

BUENO, Francisco de G. **Contratos Agrários**: novas modalidades e cláusulas obrigatórias. (Coleção Ibme São Paulo. Série direito e resolução de disputas). São Paulo: Grupo Almedina, 2023. *E-book*. p. 119. ISBN 9786556277714. Disponível em: <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9786556277714/>. Acesso em: 8 maio 2025.

FERRETTO, Vilson. **Contratos agrários**. 2. ed. Rio de Janeiro: Saraiva Jur, 2017. *E-book*. ISBN 9788547217938. Disponível em: <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9788547217938/>. Acesso em: 01 jul. 2025.

FIANI, Ronaldo. **Teoria dos Jogos**. 4. ed. Rio de Janeiro: GEN Atlas, 2015. *E-book*. p. iv. ISBN 9788595156388. Disponível em: <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9788595156388/>. Acesso em: 01 jul. 2025.

GAMA, Clairton Kubassewski. Os Contratos a Termo de Soja à luz da *Behavioral Law and Economics*. **RJLB**, ano 7, n 5, p. 513-548, 2021.

POMPEU, Ivan G.; BENTO, Lucas Fulanete G.; POMPEU, Renata G. **Estudos sobre Negócios e Contratos**: uma perspectiva internacional a partir da Análise Econômica do Direito. 2. ed. São Paulo: Almedina Brasil, 2017. *E-book*. p. 229. ISBN 9788584933365. Disponível em: <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9788584933365/>. Acesso em: 01 jul. 2025.

PORTO, Antônio M.; GAROUPA, Nuno. **Curso de Análise Econômica do Direito**. 2. ed. Rio de Janeiro: Atlas, 2021. *E-book*. ISBN 9786559771394. Disponível em: <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9786559771394/>. Acesso em: 02 jun. 2025.

O USO DE CASOS CLÍNICOS E PEÇAS ANATÔMICAS COMO ALTERNATIVA PARA O ESTUDO DE ANATOMIA HUMANA

THE USE OF CLINICAL CASES AND ANATOMICAL SPECIMENS AS AN ALTERNATIVE FOR THE STUDY OF HUMAN ANATOMY

Yuri Araújo Monteiro

Valéria de Oliveira Mendes Zanon

Fábio Marques de Almeida

RESUMO: Metodologia ativa é um processo bastante amplo de aprendizagem, que quebra as abordagens tradicionais do conceito de educar e tem como característica colocar o aluno como responsável por sua aprendizagem. Assim, o objetivo deste estudo é realizar uma revisão de literatura narrativa sobre o uso de casos clínicos e de peças anatômicas como métodos alternativos para o estudo de anatomia humana. Quanto à metodologia, foi realizado um levantamento bibliográfico durante o período de 2015 a 2020 nas bases de dados da *Scientific Electronic Library (SciELO)* e Biblioteca Virtual em Saúde (BVS). Foram utilizadas as palavras-chave: metodologias ativas, anatomia, caso clínico, peça anatômica e os seus respectivos correspondentes em inglês. Foram escolhidos, inicialmente, 18 artigos pertinentes com o tema e, após seleção, somente 13 foram considerados adequados para a elaboração do estudo. Os estudos apontam superioridade no aprendizado e na fixação do conhecimento dos alunos que foram submetidos à metodologia ativa em contrapartida ao método de ensino tradicional, apesar da pequena quantidade de artigos publicados nessa área. As literaturas que relatam o uso de casos clínicos e de peças anatômicas, associados ou não, apresentam bons resultados no processo de aprendizagem. Apesar da escassez de trabalhos que relatam o uso de métodos alternativos no ensino da anatomia, a maioria dos autores concordam com a utilização de casos clínicos e peças anatômicas como métodos ativos de ensino são bastante inovadores e aprovados no ensino da Anatomia Humana, além de facilitarem o modelo ensino-aprendizagem nas instituições de ensino superior.

PALAVRAS-CHAVE: metodologias ativas; anatomia humana; caso clínico; peças anatômicas.

ABSTRACT: Active learning is a broad educational process that breaks away from traditional approaches to teaching and is characterized by placing the student in charge of their own learning. Thus, the objective of this study is to conduct a narrative literature review on the use of clinical cases and anatomical specimens as alternative methods for studying human anatomy. Regarding the methodology, a bibliographic survey was conducted covering the period from 2015 to 2020 using the *Scientific Electronic Library (SciELO)* database and Virtual Health Library. The keywords used were: active methodologies, anatomy, clinical case, and anatomical specimen, along with their English equivalents. Initially, 18 articles relevant to the topic were selected; however, following a screening process, only 13 were deemed suitable for the study. The studies indicate superior learning outcomes and knowledge retention among students exposed to active methodologies compared to those taught via traditional methods, despite the limited number of published articles in this field.

Literature reporting the use of clinical cases and anatomical specimens, whether used in isolation or in combination, shows positive results in the learning process. Despite the scarcity of research on alternative teaching methods in anatomy, most authors agree that the use of clinical cases and anatomical specimens represents an innovative and well-regarded active teaching approach in human anatomy education, facilitating the teaching-learning process in higher education institutions.

KEYWORDS: *active learning methodologies; human anatomy; clinical case; anatomical specimens.*

1 INTRODUÇÃO

A Anatomia Humana é símbolo de um mistério que, durante toda a história, instigou questionamentos daqueles que, ansiavam por descobrir o que se esconde sob a pele. Os primeiros registros de dissecações em seres humanos originam-se de Alexandria, realizadas por Herófilo e Erasístrato no século II a.C. Porém, muitos consideram seu início em meados do século V a.C. quando, no sul da Itália, Alcmeón de Crotona realizou dissecações em animais, na tentativa de estender suas descobertas à espécie humana. Por motivos éticos e religiosos, em meados do século II, proibiu-se o uso de cadáveres humanos. O grande nome deste período foi Galeno, que trabalhou como médico em uma das arenas de gladiadores de Roma (o Coliseu), realizou inúmeras dissecações em animais e criou teorias e representações que se enquadrassem também ao corpo humano. Seus estudos foram considerados inovações à época, porém hoje são defasadas (Universidade Federal de Ciências da Saúde de Porto Alegre, 2020).

Durante os três séculos seguintes, ganhou destaque na Europa a Escola de Galeno, até que, com a queda do Império Romano e a ascensão do Clero cristão ao poder, no século V, tanto suas descobertas quanto quaisquer outros estudos sobre anatomia – em animais ou humanos – foram proibidos e atribuídos a eles características de cunho hediondo. Essa situação culminou com uma estagnação que durou quase um século. Porém, durante o período Renascentista, um grande passo foi dado quando foram novamente legalizadas as práticas de dissecação de cadáveres humanos nas universidades – prática ainda muito rudimentar, a qual, devido à inexistência de quaisquer formas de conservação dos corpos, deveria ser realizada sempre em até 48 horas – o que marca o início de uma época de irrefreáveis avanços da Anatomia.

Outro grande avanço ocorreu em 1543, quando foi produzido o primeiro livro Atlas de Anatomia – “*De Humani Corporis Fabrica*” – pelo médico belga Andreas Vesalius, o que

incitou cada vez mais médicos a desmistificarem os segredos corpo humano. A partir desse momento, houve uma disseminação do conhecimento e uma crescente busca por respostas, e no final do século XVII, Swammerdam, Ruysch e outros estudiosos passaram a produzir peças anatômicas para exposição em Museus de Anatomia (Universidade Federal de Ciências da Saúde de Porto Alegre, 2020).

Nos dias atuais, a disciplina de Anatomia Humana é de caráter obrigatório para todos cursos da área da Saúde, visto que o seu entendimento se faz fundamental para a compreensão dos processos normais e dos processos patológicos que acometem o ser humano.

A metodologia ativa é um processo bastante amplo de aprendizagem, que quebra as abordagens tradicionais do conceito de educar e tem como característica colocar o aluno como responsável por sua aprendizagem. No método, o aluno é incentivado a buscar o seu conhecimento, diferentemente do que acontece no método tradicional, em que o aluno é um agente passivo na absorção do conhecimento. Alguns dos métodos ativos mais pertinentes, englobam a utilização de casos clínicos, visto que a resolução de problemas clínicos por meio do conhecimento anatômico instiga os alunos, e a utilização de peças anatômicas sintéticas, devido ao acesso fácil, armazenamento e à qualidade visual, quando comparada a cadáveres humanos.

Na grande maioria das vezes, ao escolher sua metodologia didática, geralmente os professores do ciclo básico optarão pela técnica padrão do ensino tradicional, que é a aula expositiva, com conteúdos teóricos e práticos. Essa metodologia mantém como permanente e exclusiva a transmissão verbal do saber, processo em que o professor é a única autoridade, detentora de prerrogativas e de decisões. O professor passa a ser um instrumento de ensinar, que transmite conteúdos, nem sempre elaborados criticamente. Como a aula é ministrada aos alunos baseada no conhecimento do professor, o aluno se esforça para entender o que lhe é narrado, adapta-se assim ao modo de pensar de seu mestre e aprende somente o que lhe é transmitido, caso não busque outras formas de conhecimento. Este tipo de ação docente gera no aluno uma total dependência do professor (Tamião *et al.*, 2019).

Rocha (2017) afirma que a maioria dos docentes prefere utilizar a dissecação cadavérica como método de ensino, mas existe somente uma pequena quantidade de cadáveres em bom estado para o estudo da anatomia e a burocracia para obtenção dessas peças é enorme. Além disso, as dificuldades que os estudantes têm para utilizar o material cadavérico para estudar anatomia, torna-se, um fator limitante e desmotivador, visto que podem dificultar os estudantes a dedicarem o tempo necessário ao estudo desta ciência e que, por muitas vezes, esses materiais ficam disponíveis apenas durante o horário da aula.

Há uma necessidade de oferecer novos métodos na educação tradicional da Anatomia Humana, com metodologias diferentes para o processo ensino-aprendizagem, o que permite a interação e também um maior dinamismo nas aulas de Anatomia Humana, visto que várias mudanças tecnológicas na rotina diária do acadêmico é uma realidade atual. Assim, esse processo pedagógico deve ser modificado e adequado com a rotina do aluno da área da saúde (Oliveira Filho *et al.*, 2019).

As metodologias ativas são instrumentos que ampliam e facilitam o ambiente para o processo de ensino e aprendizagem. Dentre as metodologias, as baseadas na problematização colocam o sujeito como protagonista do processo que estimula a criticidade, a autonomia, o desenvolvimento da consciência social, a ética e técnica, estimula o estudante a intervir em problemas reais do dia a dia e ainda, atraem os estudantes para as aulas (Tamião *et al.*, 2019).

O presente estudo teve como objetivo realizar uma revisão de literatura narrativa sobre o uso das metodologias ativas que fazem uso de peças anatômicas e casos clínicos, concomitante ou não, como uma alternativa pedagógica para o estudo proficiente de Anatomia Humana.

2 METODOLOGIA

O processo de buscar, analisar e descrever um corpo do conhecimento em busca de uma resposta para uma pergunta específica é chamado de revisão de literatura (Universidade de São Paulo, 2015).

A revisão de literatura constitui-se como um método alternativo de estudo que possibilita refletir sobre a temática e indica lacunas no conhecimento. Nesse sentido, o presente estudo trata-se de um levantamento bibliográfico sobre as metodologias ativas, o emprego de casos clínicos e de peças anatômicas, no ensino em aulas de Anatomia Humana.

Este trabalho é uma revisão de narrativa, elaborada por meio de consulta de artigos nas bases de dados *Google Acadêmico*, *SciELO* e Biblioteca Virtual em Saúde (BVS), publicados no período de 2015 a 2020. A realização deste artigo aconteceu nos meses de junho e julho do ano de 2020. As palavras-chave utilizadas para as buscas nas bases de dados foram: metodologias ativas, anatomia, caso clínico e peça anatômica; e, respectivamente, em inglês, “*active methodologies*”, “*anatomy*”, “*clinical case*” e “*anatomical piece*”.

De acordo com o título dos artigos pesquisados, foram encontrados 18 trabalhos pertinentes com o tema deste artigo. Após a leitura dos resumos, foram selecionados 13 artigos para a realização da revisão de literatura e os demais foram excluídos.

3 RESULTADOS E DISCUSSÕES

O presente estudo pesquisou a utilização de duas principais metodologias ativas, uso de casos clínicos e o uso de peças anatômicas, que podem ser sintéticas ou não, nas aulas de Anatomia Humana, por meio de uma revisão de literatura.

Foram encontrados 18 artigos nas bases de dados consultadas que abordavam sobre as metodologias alternativas para ensino-aprendizagem da disciplina de Anatomia Humana e, dentre esses, treze abordavam o uso de modelos anatômicos ou de casos clínicos, e apenas dois desses treze, relatavam sobre a utilização concomitante de ambos os dois métodos.

Apesar da fixação do conhecimento por meio do ensino por metodologias ativas aparentar ser uma importante ferramenta didática, ainda existem poucos trabalhos publicados nessa área. Na base de dados Biblioteca Virtual em Saúde (BVS), somente um artigo, que associa casos clínicos e peças anatômicas foi encontrado. Já as bases *SciELO* e *Google Acadêmico*, apresentavam mais publicações em relação à BVS, mas, no geral, também continha poucos artigos referentes ao tema deste levantamento bibliográfico.

A metodologia ativa conhecida como “Aprendizagem Baseada em Problemas” (*“Problem Based Learning – PBL”*) é uma alternativa pedagógica amplamente utilizada nos cursos da área da saúde nos dias atuais. Essa técnica se configura como um método cujo ponto principal é uma situação problema, na qual o estudante deverá aplicar os conhecimentos previamente adquiridos em uma situação potencialmente real (Marchiori; Carneiro, 2018).

Durante essa revisão, foram encontradas diferentes metodologias ativas em uso nos laboratórios de anatomia em todo o mundo. A grande maioria, apresentou resultados que evidenciam a superioridade no aprendizado e na fixação do conhecimento dos alunos que foram submetidos à metodologia ativa em contrapartida ao método de ensino tradicional com aulas expositivas. Porém, também existe na literatura uma minoria de trabalhos que apontam uma igualdade no aprendizado quando comparadas as duas metodologias.

Mattos (2017) realizou um trabalho com a ideia de estimular mudanças no processo de formação dos estudantes do curso de Medicina, em que os alunos foram divididos em grupos de 5 membros, o que possibilita ao professor um maior contato com cada estudante, e assim,

perceber os pontos fortes e os pontos fracos de cada um deles, bem como intervenção, caso fosse necessária. As aulas foram elaboradas com o intuito de que os alunos aprofundassem seus conhecimentos a partir da utilização de uma nota clínica no final de cada aula, de modo a despertar o aluno para uma vivência mais realista e estimular a curiosidade, a motivação e a aplicação dos conteúdos ministrados. Essa nota clínica permitiu associar situações problemas com conteúdos anatômicos, como por exemplo, osteogênese imperfeita, fibrodysplasia ossificante progressiva, hidrocele testicular e vasectomia.

Nas aulas foram utilizados objetos que permitissem a associação com os movimentos articulares em execução, e a relação com o movimento, segmento ósseo e músculo. Além disso, também foram utilizados casos clínicos, os quais eram entregues aos alunos e discutidos em grupo, para encontrar a solução do determinado caso. Esses casos clínicos, eram relacionados ao trauma raquimedular, apendicite e diverticulite. Em uma primeira aula foi dado um estudo de caso aos alunos sobre o tema e eles fizeram a abertura dos casos, em que os estudantes expuseram seus questionamentos e chegavam aos objetivos de aprendizagem por meio do estudo autodirigido. Quanto a temas mais complexos, foram utilizadas outras ferramentas, como vídeos e mapas conceituais. No término da disciplina, foram apresentados pelos discentes, em sala de aula, os temas selecionados, com as suas respectivas peças anatômicas, dentre eles: aspectos clínicos e morfofuncionais das fraturas, osteossarcoma, entorse, condromalácia patelar, síndrome do ovário policístico, artrite, gastrite, distrofia muscular de Duchenne, doença de Chron e osteoporose.

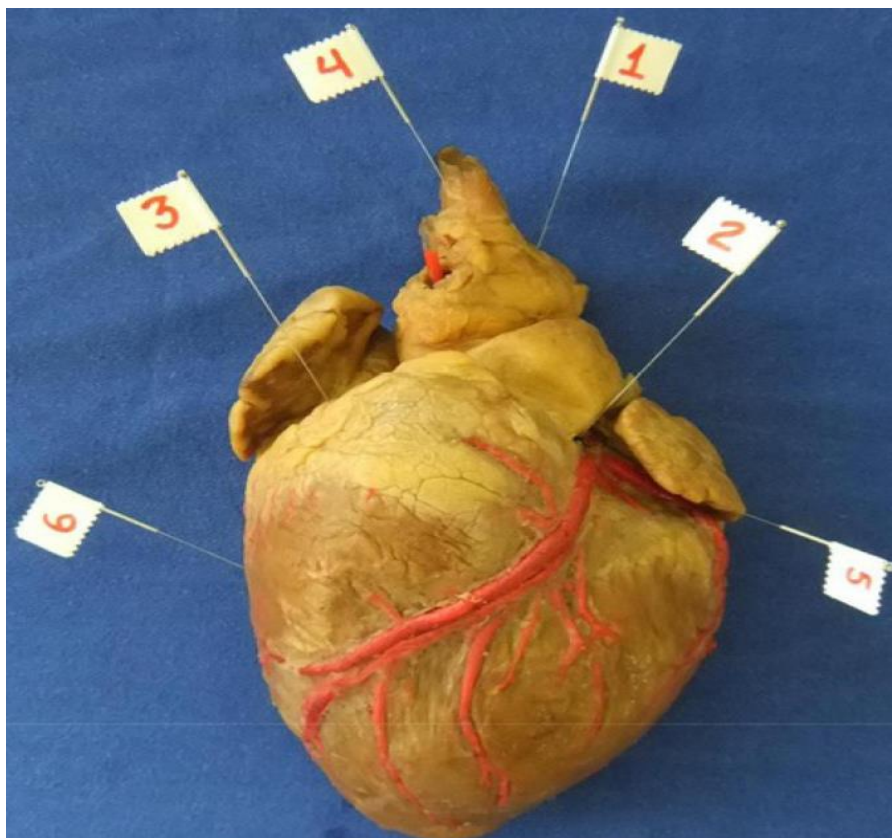
Conclui-se assim, que as metodologias ativas são novas formas de trabalhar no ensino superior, buscam romper o modelo tradicional, reorganizam as aulas teóricas e práticas das disciplinas morfofuncionais e promovem maior aceitação no ensino da anatomia humana. Os estudantes mostraram-se satisfeitos com a dinâmica anatômica, principalmente com absorção do conhecimento e a aplicação clínica. Desta maneira, a experiência permitiu uma boa alternativa no ensino das ciências morfofuncionais, de modo a estimular a criatividade, o trabalho interdisciplinar, motivação ao trabalhar com problemas reais, interesse, investigação, planejamento, execução e construção do conhecimento.

Estudo sobre a experiência vivenciada nas aulas práticas de Anatomia, foi realizado a partir da aplicação de método ativo de ensino nos cursos da área de Saúde, o qual evidenciou a importância da quebra de paradigmas para favorecer uma aprendizagem efetiva e aplicada para os estudantes, sobre a anatomia humana. O método foi dividido em duas etapas: na primeira, foram apresentados os casos clínicos com seus respectivos problemas; e, na segunda, os alunos foram para o laboratório de anatomia, onde receberam formulários com os respectivos casos e

uma lista numerada de estruturas correspondentes às peças anatômicas (figura 1), para auxiliar na resolução dos problemas. Logo após, o discente recolheu as listas enumeradas e, em seguida, as equipes receberam outro formulário numerado, mas sem os nomes das estruturas anatômicas, para serem preenchidos, também no sistema de gincana. Finalmente, os alunos foram estimulados a apresentarem as respostas, com suas determinadas justificativas, dos casos clínicos passados no início da aula por meio de uma ampla discussão.

Assim, conclui-se que a metodologia empregada favoreceu desempenhos altamente satisfatórios, nas avaliações, com médias e desvios – padrão, significativamente melhores quando comparados aos das turmas ensinadas pelo método anterior. Além disso, observa-se que o método foi capaz de manter a motivação dos estudantes, na busca ativa do aprendizado, ao longo do curso, além de um aprendizado significativo de Anatomia Humana (Carvalho, 2017).

Figura 1 - Peça anatômica enumerada



Legenda: Coração em vista esternocostal. As artérias coronárias foram injetadas com látex e depois dissecadas. Notar as agulhas de acupuntura numeradas indicando os diferentes ramos das artérias coronárias que poderiam estar associadas ao caso clínico. (Preparação: Professor Cesar). 1. Arco da Aorta, 2. Artéria Coronária Esquerda, 3. Artéria Coronária Direita. 4. Artéria Carótida Comum Esquerda, 5. Ramo Circunflexo da A. Coronária Esquerda, 6. Ramo Marginal da A. Coronária Direita. Fonte: Carvalho, 2017.

Estudo semelhante foi realizado no Centro Universitário de Jaguariúna (UNIFAJ), onde o método foi dividido em dois momentos, que foram uma aula prática em laboratório e uma discussão dos resultados. Na etapa laboratorial, os alunos foram divididos em grupos, os quais recebiam um novo caso clínico, sempre de acordo com situação problema trabalhada interdisciplinarmente durante a semana com os demais tutores da unidade curricular. Após a leitura do caso, foram realizadas discussões e levantamento de questões acerca dos nomes de estruturas anatômicas relacionadas.

Dessa forma, chegou-se a um ponto comum no qual apresentava a estrutura anatômica de interesse e construiu-se assim seu roteiro de estudo a partir da resolução do problema. Na segunda etapa, já em sala de aula e ainda em grupos, os alunos discutiam os resultados obtidos na prática em laboratório e ofereciam suporte para confecção de um portfólio e reorganização das ideias. Após a discussão, a proposta era revisar às questões de aprendizagem elaboradas na aula anterior e a construção de novas sínteses. Neste momento, novas dúvidas poderiam surgir das próprias questões de aprendizado ou mesmo, de assuntos em que o tutor notou não estar tão bem esclarecido e que merecia uma maior importância. Observa-se assim, que as estruturas anatômicas deixam de ser simples partes do corpo a serem memorizadas e passam a ser elementos chave na resolução dos problemas propostos, com o desenvolvimento de novas habilidades e aprimoramento no ensino de Anatomia Humana, o que propicia a construção colaborativa do conhecimento e possibilita um olhar mais crítico e reflexivo do processo de aprendizagem (Tamião *et al.*, 2019).

Em outro momento, uma dupla de autores chilenos publicou um relato de experiência sobre o uso de novos recursos tecnológicos utilizados na docência da disciplina de anatomia humana. Um dos recursos utilizados foi o modelo anatômico sintético Syndaver, fabricado pela empresa americana SyndaverLabs®. Essa peça serviu para o estudo das estruturas anatômicas mais espessas, diferentes órgãos e seus relacionamentos nas diferentes profundezas do corpo humano completo.

Além disso, devido aos materiais inovadores utilizados em sua preparação, esse modelo anatômico permitiu os alunos conhecerem a textura e as propriedades dos tecidos em um estado semelhante ao sujeito vivo, ao contrário do que acontece com os cadáveres preparados de modo tradicional, que são fixados em formaldeído, substância que mostra ser cancerígena em muitas literaturas, ou submetidos à plastinação. Ambas as maneiras usam produtos químicos que modificam significativamente a textura e a cor dos tecidos frescos, além de pôr em risco a saúde dos estudantes, professores e outros funcionários que fazem uso dos laboratórios de anatomia humana.

O trabalho foi realizado com 29 alunos – 15 mulheres (52%) e 14 homens (48%). Com a conclusão do semestre, não foi registrado alunos reprovados, porém deve-se levar em consideração que alguns alunos foram aprovados com rendimento limite. Observa-se que o avanço da tecnologia na medicina durante o período dos últimos anos promoveu o desenvolvimento de novos recursos para o ensino de anatomia, de tal maneira que o que foi aprendido nesta disciplina básica possa servir de base para futuros assuntos clínicos. Ademais, como resultado da aplicação de uma pesquisa de percepção sobre materiais implementadas e sua utilidade para a aprendizagem conteúdo em anatomia, pode-se descrever uma maior aceitação do uso de materiais inovadores que envolvem visualização 3D de estruturas, como os modelos anatômicos *versus* uso de recursos 2D tradicional (Hecht-Lopéz; Larrazabal-Miranda, 2018).

Em outro trabalho, observou-se a confecção de modelos anatômicos para o estudo ativo nas aulas de anatomia nos cursos Bacharelado de Nutrição e Enfermagem. No método utilizado, os alunos foram divididos em subturmas, as quais foram distribuídas em quatro bancadas e nas aulas práticas eram divididas em seis momentos. Inicialmente, ocorria um acolhimento de 10 minutos, em que todos participavam, logo após, era feito um pré-teste. No terceiro momento, era ministrada uma aula tradicional com duração de 40 minutos para todos os alunos e no quarto momento, com duração de 40 minutos, os grupos de 1 a 4 construíam seus modelos anatômicos (método ativo) e uma bancada de grupo controle estudava os modelos já construídos por monitores.

Após isso, era realizado um pós-teste que durava 10 minutos, para avaliar o conhecimento adquirido na aula. Finalmente, no último momento, ocorria um teste de satisfação, em que observa-se que no pós-teste os alunos dos dois métodos melhoraram seus desempenhos em relação aos seus pré-testes, de modo que, matematicamente, a diferença do número de acertos era maior no método alternativo. Dessa forma, os métodos alternativos mostraram auxiliares ao aprendizado da Anatomia Humana, tanto na metodologia passiva quanto na metodologia ativa. Além disso, os métodos estudados mostraram ser eficientes para o ensino da Anatomia Humana, complementado por palestras e dissecação (Rocha, 2017).

Outro trabalho comparou os métodos tradicionais de aprendizagem em anatomia humana, tais como livros textos, atlas e peças cadavéricas, com métodos que associavam a visualização de imagens tridimensionais como o intuito de avaliar se elas apresentam melhor desempenho na compreensão da anatomia dos estudantes de medicina. Foram, ao todo, 1.148 artigos identificados, 21 artigos relataram dados sobre a eficácia do uso de métodos de visualização tridimensionais em comparação aos métodos bidimensionais. Doze estudos

apontaram que a visualização tridimensional é um método de aprendizado significativamente mais eficaz em comparação aos métodos tradicionais, enquanto 9 artigos não apontaram grandes ou nenhuma diferença. Em geral o uso da visualização tridimensional mostrou-se um método mais eficaz para obter conhecimentos anatômicos em comparação aos métodos tradicionais. Além disso, de acordo com o autor os alunos mostraram maior motivação e interesse (Triepels *et al.*, 2019).

Os estudos na área de Anatomia necessitam de mudanças para acompanhar a evolução pedagógica. Aulas práticas realizadas a partir de um roteiro de ensino para a identificação das estruturas nas peças cadavéricas, sujeita ao aluno a técnica de visualização, memorização das nominais anatômicas, identificação das características e posicionamento das mesmas; porém a quantidade de informações torna o aprendizado dificultoso. Este processo está calcado nos métodos tradicionais de ensino e aprendizagem (Cocce *et al.*, 2017). Não se deve de maneira nenhuma desconsiderar a sua importância, mas sim enfatizar a necessidade de mudança, visto que a sociedade se modernizou, a metodologia didática, assim como a sociedade precisa ser remodelada a fim de estabelecer significado e segurança a quem aprende.

Tamião *et al.* (2019) relatam em sua publicação que ensinar não é transferir conhecimentos e conteúdo, é a ação pela qual um sujeito criador dá forma, estilo ou alma a um corpo indeciso e acomodado e que não há docência sem discência, quem ensina aprende ao ensinar e quem aprende ensina ao aprender. Além disso, quem ensina, transmite algo a alguém e a atual metodologia ativa propõe a passagem da consciência ingênua para a consciência crítica que requer a curiosidade criativa, indagadora e sempre insatisfeita de um sujeito ativo, que reconhece a realidade como algo que sempre está em mudança. Dessa forma, o papel do professor de anatomia humana, assim como o de todos os outros, deve ser o de facilitador do conhecimento.

Nesse sentido, com as novas propostas desenvolvidas para aprendizagem de anatomia, os alunos deixaram de visualizar as peças anatômicas como simples partes do corpo a serem memorizadas e passaram a ser elementos-chave na resolução dos problemas propostos, visto que a solução do problema clínico passa a acontecer por meio do conhecimento anatômico, o que torna a aprendizagem como algo mais proficiente.

A utilização das novas tecnologias de ensino demonstra aspectos positivos na sua transformação e motiva o aluno a buscar o seu próprio conhecimento, por meio de várias perspectivas sobre um determinado conteúdo, o que quebra o método tradicional em que o conteúdo é passado de acordo com o que o seu professor aprendeu.

Outro ponto positivo desses modelos alternativos de aprendizagem apresentados anteriormente é a fixação do conhecimento a longo prazo, já que os alunos não serão forçados, somente, à memorização de uma determinada estrutura anatômica.

Desta forma, é possível perceber que a nova aprendizagem é um instrumento significativo e extremamente necessário para aumentar no aluno a sua capacidade de entendimento e aprendizado do corpo humano a partir de situações problemas e modelos anatômicos, além de ampliar suas habilidades, possibilidades e caminhos.

4 CONCLUSÕES

O ensino da Anatomia Humana tem se tornado um grande desafio para os professores, assim a busca por alternativas que facilitem o aprendizado de seus alunos em detrimento da memorização de estruturas anatômicas sem ligação com a clínica ou outras áreas, tem sido alvo de busca.

A partir desse estudo, pode-se observar que a utilização de casos clínicos associados ao estudo de peças anatômicas como métodos alternativos de ensino são bastantes inovadores e aprovados, visto que vários relatos de experiência tiveram ótimos resultados com o uso dessas metodologias associadas. Portanto, a utilização de recursos didáticos e alternativos nas aulas de Anatomia Humana, são meios que facilitam o aprendizado e estimulam o aluno a se interessar pela disciplina.

REFERÊNCIAS

CARVALHO, César Alexandre Fábrega. Utilização de Metodologia Ativa de Ensino nas Aulas Práticas de Anatomia. **Revista de Graduação USP**, Jundiaí, v. 2, n. 3, dez. 2017. Disponível em: <https://doi.org/10.11606/issn.2525-376X.v2i3p117-121>. Acesso em: 20 jun. 2020.

COCCE, Ana Luiza Remanose; SILVEIRA, Laura Menezes; GÓES, Fernanda dos Santos Nogueira de *et al.* O ensino da anatomia nas escolas de enfermagem: um estudo descritivo. **Arquivos de Ciências da Saúde**, [S. l.], v. 24, n. 4, p. 8-13, dez. 2017. ISSN 2318-3691. Disponível em: <http://www.cienciasdasaude.famerp.br/index.php/racs/article/view/818>. Acesso em: 20 jun. 2020.

HECHT-LOPEZ, Pedro; LARRAZABAL-MIRANDA, Andrea. *Uso de nuevos recursos tecnológicos en la docencia de un curso de anatomia con orientación clínica para estudiantes*

de Medicina. *Int. J. Morphol.*, Temuco, v. 36, n. 3, p. 821-828, set 2018. Disponível em: https://scielo.conicyt.cl/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S071795022018000300821&lng=es&nrm=iso. Acesso em: 23 jun. 2020.

MARCHIORI, Nídia Mara; CARNEIRO, Richard William. Metodologias ativas no processo de ensino-aprendizagem de anatomia e neuroanatomia. **Revista Faculdades do Saber**. Mogi Guaçu, v. 3, n. 5, abr 2018. Disponível em: <https://rfs.emnuvens.com.br/rfs/article/view/48>. Acesso em: 23 jun. 2020.

MARIN, Maria José Sanches; LIMA, Edna Flor Guimarães; PAVIOTTI, Ana Beatriz *et al.* Aspectos das fortalezas e fragilidades no uso das Metodologias Ativas de aprendizagem. **Revista Brasileira de Educação Médica**, Marília, v. 34, n. 1, p. 13-20, 2010. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0100-55022010000100003>. Acesso em: 16 jun. 2020.

MATTOS, Mussio Pirajá. Metodologias ativas auxiliando no aprendizado das ciências morfofuncionais numa perspectiva clínica: um relato de experiência. **Revista de Ciências Médicas e Biológicas**. Salvador, v. 16, n. 2, p. 146-150, maio/ago. 2017. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.9771/cmbio.v16i2.20159>. Acesso em: 20 jun. 2020.

MONTT, Denise; CARO, Iván; NEYEM, Andrés; INZUNZA, Oscar. *Impresiones 3D de cortes transversales de un cuerpo humano: un recurso didáctico para el estudio de la anatomía seccional*. *Int. J. Morphol.*, Temuco, v. 38, n. 3, p. 578-584, jun. 2020. Disponível em: https://scielo.conicyt.cl/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0717-95022020000300578&lng=es&nrm=iso. Acesso em: 23 jun. 2020.

MORAES, Gleidially Nayara Bezerra; SCHWINGEL, Paulo Adriano; SILVA JÚNIOR, Edivaldo Xavier. Uso de roteiros didáticos e modelos anatômicos, alternativos, no ensino-aprendizagem nas aulas práticas de anatomia humana. **Revista Ibero-Americana de Estudos em Educação**, [S.l.], p. 223-230, abr. 2016. ISSN 1982-5587. Disponível em: <https://periodicos.fclar.unesp.br/iberoamericana/article/view/7305>. Acesso em: 29 jun. 2020.

OLIVEIRA FILHO, J. M. de; MELO, L.; CYRILO, C. *et al.* Relato de experiência da utilização da metodologia ativa humana: prática baseada em evidências. **Anais da XVI Mostra Acadêmica do Curso de Fisioterapia da UniEvangélica**, Anápolis, v. 7, n. 1, 2019. Disponível em: <http://anais.unievangelica.edu.br/index.php/fisio/article/view/4303>. Acesso em: 16 jun. 2020.

ROCHA, Diego Pires. **Alternativas didático-pedagógicas para auxílio no estudo da anatomia humana no Ensino Superior**. 2017. Disponível em: http://w2.files.scire.net.br/atrio/upe-ppgfppl_upl//THESIS/5/dissertao_diego_20170831160605164.pdf. Acesso em: 16 jun. 2020.

SANTOS, J. W.; BERNARDINO JUNIOR, R.; NARCISO, A. S. *et al.* Metodologias de ensino aprendizagem em anatomia humana. **Revista Ensino em Revista**, Uberlândia, v. 24, n. 2, p. 364-386, jul./dez. 2017. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.14393ER-v24n2a2017-04>. Acesso em: 16 jun. 2020.

TAMIÃO, Juliana Silva; AMORIM, Ilza Santos Ribeiro; AUDI, Celene Aparecida Ferrari; BACIUUK, Érica Passos. Experiência pedagógica: metodologia ativa de ensino nas aulas

práticas de anatomia. **Revista *Intellectus***, Jaguariúna, n. 53, 2019. Disponível em: <https://revistaintellectus.com.br/ArtigosUpload/59.698.pdf>. Acesso em: 20 jun. 2020.

TRIEPELS, C. P. R.; SMEETS, C. F. A.; NOTTEN, K. J. B. *et al.* Does Three-dimensional Anatomy Improve Student Understanding. ***Clinical Anatomy***, v. 33, n. 1, maio 2019. Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/333088154_Does_3D_Anatomy_Improve_Student_Understanding. Acesso em: 20 jun. 2020.

UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO (UNESP). Biblioteca Dante Moreira Leite. **Instituto de Psicologia**. Botucatu, 2015. Disponível em: <http://www.ip.usp.br/portal/images/biblioteca/revisao.pdf>. Acesso em: 23 jun. 2020.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE CIÊNCIAS DA SAÚDE DE PORTO ALEGRE (UFCSPA). Departamento de Anatomia. **História da Anatomia Humana**. Porto Alegre, 2020. Disponível em: <https://www.ufcspa.edu.br/index.php/historia-da-anatomia-humana>. Acesso em: 23 jun. 2020.

**ASPECTOS RELACIONADOS À QUALIDADE DE VIDA
EM PESSOAS COM LESÃO MEDULAR**

***ASPECTS RELATED TO QUALITY OF LIFE IN PEOPLE
WITH SPINAL CORD INJURY***

Arthur Dias de Souza

Francine Aguilera Rodrigues da Silva

RESUMO: A Lesão Medular (LM) é caracterizada como qualquer dano às estruturas contidas no canal medular (medula, cone medular e cauda equina), e pode causar alterações motoras, sensitivas, autonômicas e psicoafetivas. O objetivo deste estudo é identificar os aspectos que influenciam a Qualidade de vida (QV) de pessoas com LM, bem como fornecer informações sobre os fatores que comprometem tanto de forma positiva, quanto negativa a QV desses indivíduos. Como metodologia, foi utilizada uma revisão integrativa que buscou artigos em português, inglês e espanhol, publicados nos anos de 2020 a 2025, nas bases de dados eletrônicas *Literatura Latino-Americano do Caribe (LILACS)*; *Web of Science e National Library of Medicine (PubMed/Medline)*; *Scientific Electronic Library Online (SciELO)*. O WHOQOL-BREF foi o principal instrumento utilizado para avaliar a QV de pessoas com LM. Paraplégicos geralmente relataram melhor QV que tetraplégicos, especialmente em fases crônicas. Fatores negativos relacionados à QV incluíram dor, fadiga, lesões por pressão, complicações urinárias/intestinais, depressão e restrições sociais/acessibilidade. Esportes adaptados e atividades físicas promovem autonomia e bem-estar, e foram considerados fatores que influenciaram positivamente a QV. A fotobiomodulação associada a fisioterapia pode melhorar a percepção de QV. A QV de pessoas com LM é influenciada por uma complexa interação entre fatores clínicos, psicossociais e ambientais. Limitações físicas, dor e complicações clínicas afetam negativamente o bem-estar, enquanto autonomia, autocuidado, esportes e reabilitação adequada promovem melhor QV. Abordagens multidisciplinares, inclusive fisioterapia e tecnologias como fotobiomodulação, podem otimizar a saúde e o bem-estar dessa população.

PALAVRAS-CHAVE: traumatismos da medula espinal; paraplegia; quadriplegia; qualidade de vida.

ABSTRACT: *Spinal Cord Injury (SCI) is characterized as any damage to the structures contained within the spinal canal (spinal cord, conus medullaris, and cauda equina), which can cause motor, sensory, autonomic, and psychoaffective alterations. The objective of this study is to identify the aspects that influence the Quality of Life (QoL) of people with SCI, as well as to provide information on the factors that compromise the QoL of these individuals both positively and negatively. An integrative review was used as the methodology that searched the electronic databases Latin American and Caribbean Literature (LILACS); Web of Science and National Library of Medicine (PubMed/Medline); Scientific Electronic Library Online (SciELO), considering articles in Portuguese, English, and Spanish published between 2020 and 2025. The WHOQOL-BREF was the main instrument used to assess the QoL of people with SCI. Paraplegics generally reported better QoL than tetraplegics, especially in*

chronic phases. Negative factors related to QoL included pain, fatigue, pressure injuries, urinary/bowel complications, depression, and social/accessibility restrictions. Adapted sports and physical activities promote autonomy and well-being and were considered factors that positively influenced QoL. Photobiomodulation associated with physiotherapy can improve the perception of QoL. The QoL of people with SCI is influenced by a complex interaction between clinical, psychosocial, and environmental factors. Physical limitations, pain, and clinical complications negatively affect well-being, while autonomy, self-care, sports, and adequate rehabilitation promote better QoL. Multidisciplinary approaches, including physiotherapy and technologies such as photobiomodulation, can optimize the health and well-being of this population.

KEYWORDS: spinal cord injuries; paraplegia; quadriplegia; quality of life.

1 INTRODUÇÃO

A lesão medular (LM) é caracterizada como qualquer dano às estruturas contidas no canal medular (medula, cone medular e cauda equina) e pode causar alterações motoras, sensitivas, autonômicas e psicoafetivas (Xavier *et al.*, 2024). É uma circunstância advinda da interrupção parcial ou total da comunicação dos tratos nervosos espinhais abaixo do nível da lesão (Faria *et al.*, 2022).

A LM apresentou aumento na incidência e prevalência nas últimas décadas. Estima-se que em 2021, cerca de 14,5 milhões de pessoas conviviam com LM no mundo, impulsionado pelo envelhecimento populacional e maior sobrevivência pós-trauma. A incidência anual varia globalmente, com picos em regiões de alta violência e tráfego urbano (Faleiros *et al.*, 2023). A origem traumática corresponde a aproximadamente 70% dos casos, de modo que acidentes de trânsito são a principal causa, seguidos por quedas e violência por projéteis. Lesões não traumáticas, associadas a neoplasias, mielopatias degenerativas e infecções, compõem os 30% restantes (Kim *et al.*, 2025).

A LM é classificada, de acordo com sua etiologia, em lesão medular traumática (LMT) e lesão medular não traumática (LMNT) (Molinales *et al.*, 2022; Altahla *et al.*, 2024). Esta patologia provoca impactos que vão além das limitações físicas, somadas às perdas motoras e sensoriais, surgem complicações como dor crônica e infecções urinárias, bem como possíveis problemas psicológicos, como depressão e ansiedade (Melo; Pinto de Meneses; Ribas Vieira, 2025).

O isolamento social e as dificuldades para voltar ao trabalho ou aos estudos são comuns, muitas vezes agravados pela necessidade de ajuda em tarefas diárias e dificuldades financeiras. A LM representa um marco transformador na vida de um indivíduo, é comum que

a pessoa enfrente diversos graus de deficiência física, acompanhados de limitações nas atividades diárias (AVDs) e restrições na participação social, fatores que podem impactar de maneira significativa a Qualidade de Vida (QV) (Nizeyimana; Joseph; Philips, 2022).

Em geral, a QV desses indivíduos pode ser comprometida e a compreensão dos aspectos envolvidos nessa situação embasa a necessidade do acompanhamento personalizado após uma LM, com uma abordagem biopsicossocial, integrada e que envolva equipes interdisciplinares.

Diante disso, essa revisão tem como objetivo identificar os aspectos que influenciam a QV de pessoas com diagnóstico de LM, bem como fornecer informações sobre fatores que comprometem tanto de forma positiva, quanto negativa a QV desses indivíduos.

2 METODOLOGIA

A revisão integrativa é um método de pesquisa bibliográfica que sintetiza o conhecimento sobre um tema e integra estudos de diversos delineamentos, teóricos e empíricos. Permite a sistematização e análise crítica da literatura, e identifica convergências, divergências e lacunas para orientar investigações futuras (Battistone; Kemeyou; Varpio, 2023). A revisão teve como pergunta norteadora: quais aspectos influenciam a percepção da qualidade de vida de pessoas com Lesão Medular?

Para a identificação dos estudos, foram consultadas as seguintes bases de dados: *United States National Library of Medicine* (PubMed), Literatura Latino-Americana e do Caribe em Ciências da Saúde (LILACS) e *Scientific Electronic Library Online* (SciELO). Os termos utilizados na busca dos artigos foram selecionados por meio dos Descritores em Ciências da Saúde (DeCS) e *Medical Subject Headings* (MeSH) em inglês, português e espanhol, e combinados da seguinte maneira: *Spinal Cord injury OR Spinal Cord Injuries OR Tetraplegia OR Paraplegia AND Quality of life*; Lesão da medula espinhal OR Lesões da medula espinhal OR Tetraplegia OR Paraplegia AND Qualidade de vida; *Lesión de la médula espinal OR Lesiones de la médula espinal OR Tetraplegia OR Paraplegia AND Calidad de vida*.

O processo de busca e seleção dos artigos para o estudo aconteceu nos períodos entre agosto de 2025 e setembro de 2025. Os critérios para inclusão para a seleção dos artigos foram: a) estudos publicados nos idiomas português, inglês e espanhol; b) estudos observacionais, ensaios clínicos randomizados ou não randomizados, artigos publicados entre 2020 e 2025; c) estudos que avaliaram a qualidade de vida em indivíduos adultos com lesão

medular traumática ou não traumática; d) artigos que utilizaram instrumentos validados para avaliação da qualidade de vida; e) artigos disponibilizados gratuitamente. Foram excluídos: a) estudos que associaram outras patologias neurológicas a lesão medular; b) monografias, capítulo de livros, cartas, comentários, revisões, relato de caso, meta-análise, dissertações ou teses; e, c) estudos qualitativos.

A extração de dados foi realizada por meio de uma planilha, com informações sobre o autor, ano de publicação, país título do artigo, delineamento do estudo, objetivos, características da amostra, instrumentos de avaliação e aspectos relacionados a qualidade de vida. A síntese dos resultados foi realizada de forma qualitativa, com uma análise narrativa dos principais achados dos estudos.

3 REFERENCIAL TEÓRICO

3.1 Lesão Medular e Qualidade de Vida

Segundo Oliveira (2021), a LM leva a diferentes alterações neurológicas temporárias ou permanentes, dos tipos completa ou incompleta, o que resulta em sequelas motoras e/ou sensitivas com características de tetraplegia ou paraplegia. A tetraplegia apresenta comprometimento dos quatro membros e ocorre após uma lesão cervical. Enquanto a paraplegia gera uma disfunção em tronco e nos membros inferiores, resultantes de lesões torácicas, lombares ou sacrais.

A LM pode ser do tipo traumática (LMT), ocasionada por acidentes automobilísticos, ferimentos por arma de fogo, quedas que representam a maioria das causas de LM (Faleiros *et al.*, 2020). Por outro lado, as lesões medulares não traumáticas (LMNT) se apresentam em menor proporção, e incluem várias possibilidades de patologias, dentre elas as infecções, tumores, distúrbios degenerativos da coluna vertebral, lesões por isquemia-reperusão e problemas vasculares (Grasso *et al.*, 2025).

De acordo com Molinares *et al.* (2022), a LMNT apresenta um crescimento significativo em sua incidência, especialmente entre indivíduos idosos, devido ao aumento de doenças degenerativas da coluna vertebral. No Brasil não há notificações precisas sobre a epidemiologia da LMT. No entanto, um estudo verificou que o perfil de indivíduos com LMT se encaixa no sexo masculino, faixa etária entre 15 a 40 anos, com presença de importante

impacto socioeconômico por ser um público de idade economicamente produtiva, o que poderá comprometer a QV nessa população (Rocha *et al.*, 2021).

Teoli e Bhardwaj (2023) definem a QV como um conceito multidimensional que busca representar o bem-estar geral de um indivíduo ou comunidade, considerados os diversos fatores positivos e negativos que permeiam sua existência em um dado momento. Entre as dimensões comumente avaliadas, encontram-se a saúde integral (física, mental e espiritual), os relacionamentos interpessoais, a educação, as condições do ambiente de trabalho, o status socioeconômico, a segurança, os níveis de liberdade e autonomia, o sentimento de pertencimento social e as características do entorno físico.

Na visão de Wang *et al.* (2025), as doenças neurológicas têm provocado um comprometimento crescente da QV de milhões de pessoas em todo o mundo. Esses distúrbios geram declínio progressivo das funções cognitivas e motoras, o que resulta em dependência funcional, sofrimento psicológico e sobrecarga familiar e financeira. Portanto, o comprometimento da QV em pessoas com doenças neurológicas é um fenômeno multifatorial, que reflete tanto as limitações clínicas, quanto as barreiras estruturais dos sistemas de saúde.

Na LM, a QV pode ser moldada pelo contexto em que a pessoa vive, o que inclui a sua história, seu trabalho, suas relações e o ambiente ao seu redor. Viver com uma LM exige cuidados diários que vão muito além da adaptação física. É uma jornada que envolve lidar com desafios como dor constante, cansaço intenso, complicações urinárias e intestinais, infecções, espasmos musculares, feridas na pele, pressão baixa, fragilidade óssea e até riscos para o coração. Além disso, a saúde emocional também pode ser profundamente afetada, tais fatores não impactam somente o corpo, mas também a maneira como a pessoa se sente, vive e enxerga sua própria QV (Gurung *et al.*, 2023).

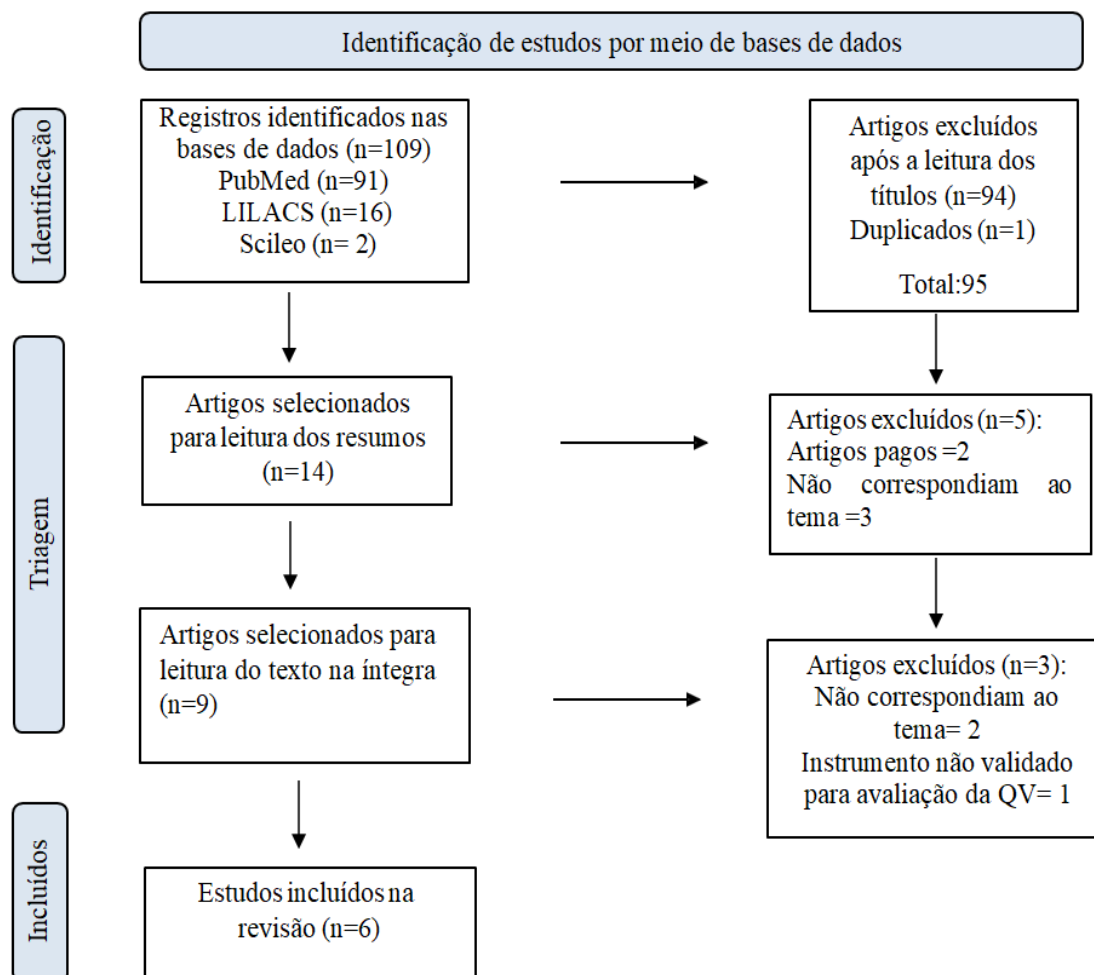
A LM representa uma condição altamente incapacitante que gera grandes mudanças na vida do indivíduo, causadas pela dependência física, estresse psicológico, morbidade e carga econômica (Cardile *et al.*, 2024). Nesse contexto, compreender os aspectos que influenciam a QV em pessoas com diagnóstico de LM torna-se essencial para o planejamento de intervenções terapêuticas eficazes e individualizadas, bem como para o desenvolvimento de políticas públicas adequadas às necessidades dessa população e garantia da QV.

3.2 Aspectos relacionados à Qualidade de Vida em pessoas com LM

Foram identificados 109 títulos, através da busca nas bases de dados. Após a leitura dos títulos foram excluídos 95 artigos, e após a leitura dos resumos restaram 9 artigos para

triagem final. Destes, três foram removidos após a leitura do texto na íntegra, por não serem compatíveis com os critérios de inclusão. Ao final da seleção, seis artigos foram adicionados nesta revisão integrativa (Figura 1).

Figura 1 - Fluxograma PRISMA do processo de seleção dos artigos



Construiu-se um quadro para organizar a síntese dos artigos selecionados com: autor, ano, país, título, delineamento/objetivos, amostra/instrumentos de avaliação, aspectos relacionados a QV.

Quadro 1 - Avaliação dos aspectos que influenciam a Qualidade de Vida na Lesão Medular

Autor/ Ano/País/Título	Delineamento/ Objetivos	Amostra/ Instrumentos	Aspectos relacionados a QV
Manuel Zwecker <i>et al.</i> 2022 <i>Assessment of the unmediated relationship between neurological impairment and health-related quality of life following spinal cord injury.</i>	Estudo transversal prospectivo observacional Objetivo: Avaliar a associação entre comprometimento neurológico e QV entre pessoas com LM no contexto de ambientes de reabilitação pós-aguda precoce e de longo prazo. - Examinar fatores que podem potencialmente melhorar a QV no contexto de cuidados médicos e de reabilitação	156 participantes, 128 homens, 28 mulheres com média de idade de 45,62 anos. Maioria das etiologias traumáticas (74%), atendidos em dois departamentos especializados em reabilitação. Critérios de inclusão: pacientes com idade ≥ 18 anos e alfabetizados. Foram excluídos pacientes com diagnóstico prévio de transtorno mental, TCE grave, outras doenças adquiridas ou inatas. Instrumentos: WHOQOL-BREF, SWLS, LISAT, PWI.	Nível da lesão, redução da FM geral e perda muscular mais grave, associaram-se a pontuações menores de QV. Pacientes paraplégicos apresentam escores significativos maiores de QV do que tetraplégicos, principalmente em estágio crônico da LM.
Bella <i>et al.</i> , 2024 Dor e qualidade de vida em atletas e não atletas com lesão medular: Estudo observacional	Estudo observacional transversal prospectivo. Objetivo: Comparar a QV, a percepção da dor e o impacto da dor nas atividades diárias entre pessoas com LM praticantes e não praticantes de esportes adaptados.	16 atletas com LM que praticavam Rugby, Handebol, Basquetebol e 24 não atletas com LM atendidos em um ambulatório de LM. Foram incluídas pessoas com idade ≥ 18 anos e com mais de 12 meses de LM. Foram excluídas pessoas com comorbidades agudas (Lesão por pressão, infecção urinárias e doenças cardíacas descompensadas). Instrumentos: WHOQOL-BREF	A QV foi significativa maior em indivíduos atletas com LM mais jovens. Resultados demonstraram que esportes competitivos podem desempenhar um papel na promoção da QV em pessoas com LM, em parte por facilitar a participação social e os sentimentos de autoeficácia, o que reduz o sentimento de solidão e desconexão social.
Jiang L <i>et al.</i> , 2021 <i>Identification and relationship of quality of life and self-care ability among Chinese patients with traumatic spinal cord injuries: a cross-sectional analysis</i>	Estudo retrospectivo transversal. Objetivos: - Avaliar a capacidade de autocuidado e a QV de pacientes com LMT. - Avaliar a relação entre parâmetros demográficos, clínicos e socioeconômicos, fatores relacionados à LM, capacidade de autocuidado e QV.	392 pacientes, de 31 a 68 anos. 320 homens, 72 mulheres. Critérios de inclusão: Pacientes com idade ≥ 18 anos e LMT (≥ 1 ano de lesão) em reabilitação. Foram excluídos pacientes em tratamento psiquiátrico. Instrumentos: “Versão chinesa continental do índice de QV” Cada item é classificado em uma escala Likert de 5 pontos (1 a 5), que indica a extensão em que o item afeta a QV.	Pacientes do sexo masculino ($P=0,042$), com ensino superior ($P=0,039$), lesões incompletas da coluna vertebral ($P=0,045$), paraplegia ($P=0,046$), e ausência de lesão por pressão ($P=0,047$) foram associados com maior QV.

Christofi AASN <i>et al.</i> , 2023 <i>Predictors of quality of life of individuals living in Brazil with spinal cord injury/disease</i>	Estudo transversal e descritivo. Objetivo: Avaliar os fatores clínicos e comportamentais, bem como o acesso à reabilitação, e sua influência na QV de pessoas com LM.	95 participantes com idade de 46,8 anos, de um ambulatório de LM do Centro Paralímpico brasileiro. Foram incluídas pessoas com LM (12 meses ou mais de lesão) acima de 18 anos de idade, sem comprometimento cognitivo ou de comunicação. Instrumentos: WHOQOL-bref SCI-QOL, (SF-12).	Fadiga, risco de depressão, dor e presença de feridas são preditores de baixa QV, enquanto esportes são preditores de melhor QV.
Utiyama DMO <i>et al.</i> , 2022 <i>Results from the international spinal cord injury community survey: the lived experience of people with spinal cord injury in south-eastern brazil</i>	Estudo transversal e observacional. Objetivo: fornecer dados sobre pessoas com LME no sudeste do Brasil, suas características pessoais, fatores ambientais, condições de saúde associadas, QV, situação de trabalho e outros aspectos relacionados à funcionalidade.	201 indivíduos participaram da pesquisa. 79% do sexo masculino, com idade média de 44 anos, 60% paraplégicos. Principais etiologias: Ferimentos por arma de fogo e acidentes de trânsito. Os participantes foram recrutados em dois centros de reabilitação, idade ≥ 18 anos com pelo menos 3 meses desde o início da lesão. Instrumentos: (InSCI)	A QV foi influenciada por barreiras de acessibilidade em espaços públicos, meios de transporte, dificuldade de acesso às residências de amigos e familiares que limitaram a participação social. A espasticidade também foi identificada como um fator que prejudicou a QV.
da Silva FC <i>et al.</i> , 2020 <i>Sensory and motor responses after photobiomodulation associated with physiotherapy in patients with incomplete spinal cord injury: clinical, randomized trial</i>	Ensaio clínico randomizado Objetivo: investigar os efeitos da FBM combinada com fisioterapia nas respostas sensório-motoras abaixo do nível da lesão e na QV em indivíduos com LME.	Trinta participantes foram randomizados para alocação no grupo FMB (FMB ativo + fisioterapia) ou grupo simulado (FBM simulado + fisioterapia). A fisioterapia foi administrada três vezes por semana. Instrumentos: WHOQOL BREF	Foi observada associação entre menor QV e sintomas depressivos, dor e restrição na participação em atividades. Pacientes tratados com fisioterapia associada à FBM relataram melhora da recuperação sensório-motora, percepção de saúde e QV.

Qualidade de vida (QV); Lesão Medular (LM); Traumatismo crânio-encefálico (TCE); *QoL was assessed by means of the World Health Organization Quality of Life Assessment-BREF (WHOQOL-BREF); Satisfaction with Life Scale (SWLS); Life Satisfaction Questionnaire (LISAT); and Personal Well-Being Index (PWI);* Força Muscular (FM); Lesão Medular Espinhal (LME); Sistema de mensuração de qualidade de vida em lesão medular (SCI-QOL); *Short Form 12 Health Survey (SF-12);* Lesão Medular Espinhal/Doença da medula espinhal (LME/D); *International Spinal Cord Injury Survey (InSCI);* Fotobiomodulação (FBM).

Este estudo consiste em uma revisão integrativa que sintetiza os resultados de seis artigos que avaliaram os aspectos relacionados à QV na LM. Os estudos foram publicados no idioma inglês, em três países: Brasil (Bella; Silveira-Moriyama; Cliquet, 2024; Christofi *et al.*, 2023; Da Silva *et al.*, 2020; Utiyama *et al.*, 2022), China (Jiang; Sun; Meng, 2021) e Israel (Zwecker *et al.*, 2022), com um total de 914 indivíduos avaliados. Em relação ao desenho do estudo, cinco foram estudos observacionais (Zwecker *et al.*, 2022; Bella; Silveira-Moriyama; Cliquet, 2024; Jiang; Sun; Meng, 2021; Christofi *et al.*, 2023; Utiyama *et al.*, 2022) e um ensaio clínico randomizado (Da Silva *et al.*, 2020).

Em geral, os artigos incluíram participantes de ambos os sexos, aproximadamente 720 homens e 164 mulheres, em sua maioria jovens e adultos, entretanto um dos estudos não identificou o sexo dos indivíduos avaliados (Da Silva *et al.*, 2020). Esse achado é semelhante ao de Lu *et al.* (2024), que também apontaram prevalência do sexo masculino e concentrando-se principalmente na faixa etária entre 21 e 40 anos.

Em relação aos instrumentos utilizados na avaliação de QV, verificou-se o predomínio do WHOQOL-BREF, aplicado de forma transversal em quatro estudos (Bella; Silveira-Moriyama; Cliquet, 2024; Christofi *et al.*, 2023; Da Silva *et al.*, 2020; Zwecker *et al.*, 2022). Este instrumento demonstrou capacidade em capturar a multidimensionalidade da experiência de vida pós-LM. Segundo Cardile *et al.* (2024), o WHOQOL-BREF contempla aspectos físicos, psicológicos, sociais e ambientais que permitem compreender a complexidade da experiência pós-LM de forma holística, embora sua natureza genérica sugira benefício na utilização de instrumentos específicos de LM para otimizar às particularidades necessárias dessa população.

Zwecker *et al.* (2022) identificaram que pacientes paraplégicos tendem a apresentar escores de QV significativamente superiores aos de indivíduos tetraplégicos, especialmente nas fases crônicas da lesão. A QV tende a diminuir nos primeiros anos após a LM, mas melhora com a adaptação funcional, principalmente nos aspectos físico e social (Da Silva *et al.*, 2020). Essa disparidade entre os níveis de lesão é frequentemente atribuída à maior prevalência e intensidade de complicações associadas à tetraplegia e impactos funcionais.

Zadra *et al.* (2024) também evidenciaram diferenças consideráveis quanto à expectativa de vida e a QV entre pacientes paraplégicos e tetraplégicos. Assim, tanto a literatura quanto os achados do presente estudo reforçam que o comprometimento funcional mais extenso e as comorbidades associadas à tetraplegia são determinantes críticos na redução da QV e da sobrevida em pessoas com LM.

A QV de pessoas com LM depende da interação de vários fatores interconectados (Christofi *et al.*, 2023). No estudo de Chang *et al.* (2020), a QV de pessoas com LM foi afetada pela dor, espasticidade, cansaço, disfunções urinárias e intestinais, dificuldades para dormir e complicações respiratórias. Além disso, transtornos como ansiedade e depressão também impactam negativamente a saúde física e mental dessa população (Amancio; Melo Neto, 2024).

Dois estudos verificaram que a lesão por pressão (LP) é um fator negativo para QV de indivíduos com LM, que piora outros domínios como saúde física e social, e desencadeia o aumento do estresse, irritabilidade e depressão (Christofi *et al.*, 2023; Zwecker *et al.*, 2022). Resultado similar foi encontrado em um estudo, em que a presença de LP foi associada a

desequilíbrios emocionais, risco de desenvolver infecções, perda da funcionalidade ou afastamento do trabalho, e consequentemente piora na QV (Sousa *et al.*, 2021).

No estudo, a dor neuropática influenciou negativamente todos os domínios da QV (Christofi *et al.*, 2023; Da Silva *et al.*, 2020). A dor neuropática em indivíduos do sexo masculino, com LMT superior a 36 meses e com paraplegia impactou significativamente a funcionalidade, aumentou a incapacidade e diminuiu a QV, principalmente nos domínios físicos e ambientais (Bombardelli *et al.*, 2022).

Bella, Silveira-Moriyama e Cliquet (2024) demonstraram que a participação em atividades esportivas tem um impacto positivo na inclusão social de pessoas com LM, ajuda a reduzir os efeitos da dor crônica e influencia na percepção de QV. Da mesma forma, Watson *et al.* (2023) afirmam que a prática de atividade física melhora a QV e a participação social, pois indivíduos ativos apresentam melhor função física, e maior satisfação em comparação aos sedentários. Os estudos ressaltam a importância de integrar atividades físicas e esportivas na reabilitação, o que beneficia a recuperação física e a reintegração psicossocial, e resulta em uma melhora significativa na QV na LM.

A perda do controle sobre o próprio corpo e a dependência de terceiros para atividades básicas constituem uma das maiores fontes de sofrimento e impacto negativo na QV. Os estudos de Christofi *et al.* (2023); e, Jiang, Sun e Meng (2021) apontam a capacidade de autocuidado e a autonomia como os preditores mais significativos para uma boa QV.

A QV na LM é fortemente afetada pela desigualdade social (Utiyama *et al.*, 2022; Christofi *et al.*, 2023). No Brasil, o acesso limitado a tecnologias assistivas, moradia adaptada e transporte adequado tornam-se barreiras ambientais que restringem a participação social e a mobilidade, o que agrava as limitações impostas pela deficiência, com impacto negativo na QV.

Nessa revisão, o único ensaio clínico incluído abordou a Fotobiomodulação (FBM) associada à fisioterapia. Os resultados desse estudo identificaram esta intervenção como uma abordagem promissora, o que proporcionou melhoras na função sensorio-motora e na QV geral de pacientes com LM incompleta (Silva *et al.*, 2020). A FBM atua de forma neuroprotetora, diminui inflamação e ajuda na recuperação funcional, o que, por sua vez, eleva a QV desses indivíduos (Da Cruz Tobelem *et al.*, 2022).

Essa revisão apresentou como limitação o número reduzido de estudos disponíveis sobre a temática. Além disso, se faz importante estudos que avaliem a QV tanto de pessoas com LM traumática, quanto as não traumáticas. Apesar dos artigos utilizarem instrumentos validados para avaliação da QV, é importante destacar a importância do olhar dos

profissionais de saúde sobre a percepção individual dos pacientes que sofreram uma LM sobre sua QV.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O objetivo desse estudo foi identificar os aspectos relacionados a QV de pessoas com diagnóstico de LM. Os resultados indicam que a QV é influenciada pelo nível da lesão, em que indivíduos paraplégicos têm escores mais altos nos instrumentos de avaliação da QV do que os tetraplégicos, especialmente na fase crônica. Isso se deve ao menor comprometimento funcional e à menor incidência de comorbidades graves entre eles.

A dor neuropática, fadiga, espasticidade, lesões por pressão e problemas urinários/intestinais foram condições clínicas citadas com aspectos negativos relacionados a piora da QV em pessoas com LM. Em contraste, a prática de esportes e atividade física foram fatores que influenciaram positivamente a QV, bem como a saúde física, mental e a inclusão social de pessoas após LM.

Autonomia e autocuidado são os pilares para uma boa QV, pois a dependência física para tarefas básicas pode promover sofrimento. Barreiras financeiras e ambientais, como falta de acessibilidade às tecnologias e a participação social, pioram as limitações da deficiência e mostram como o contexto socioeconômico importa na QV.

Apesar dessa revisão apresentar somente um estudo clínico, o uso de intervenções como a fotobiomodulação (FBM), associadas à fisioterapia convencional, demonstra-se como uma abordagem promissora e revela melhoras na recuperação motora e na QV geral dos indivíduos com LM.

Desta forma, a importância deste estudo consiste em estimular a ampliação do conhecimento por parte dos profissionais da saúde sobre os possíveis determinantes da QV em pessoas com diagnóstico de LM, bem como estabelecer metas de prevenção e reabilitação para essa população sob um olhar multidimensional. Recomenda-se, portanto, que futuras investigações adotem uma perspectiva holística e interdisciplinar, para favorecer uma melhor QV na LM.

REFERÊNCIAS

- ALTHAHLA, R.; ALSHORMAN, J.; ALI, I. *et al.* A cross-sectional survey on the effects of the COVID-19 pandemic on psychological well-being and quality of life in people with spinal cord injury. **Journal of Orthopaedic Surgery and Research**, v. 19, p. 564, 2024. Disponível em: <https://doi.org/10.1186/s13018-024-04955-x>
- AMANCIO, Ellen Lemes; MELO NETO, Caetano Cavalcanti Bandeira de; SILVA, Lurdeci de Souza *et al.* Um olhar sobre os impactos emocionais nos pacientes acometidos por lesão medular traumática. **Revista JRG de Estudos Acadêmicos**, v. 7, n. 14, p. 1–18, 2024. Disponível em: <https://doi.org/10.55892/jrg.v7i13.917>. Acesso em: 16 mar. 2025.
- BATTISTONE, M. J.; KEMEYOU, L.; VARPIO, L. *The theoretical integrative review: a reader's guide.* **Journal of Graduate Medical Education**, v. 15, n. 4, p. 449-452, 2023. Disponível em: <https://doi.org/10.4300/JGME-D-23-00265.1>. Acesso em: 14 fev. 2025.
- BELLA, G. P.; SILVEIRA-MORIYAMA, L.; CLIQUET, A. Jr. Pain and quality of life in athletes vs non-athletes with spinal cord injury: observational study. **Journal of Spinal Cord Medicine**, v. 47, n. 1, p. 181-186, 2024. Disponível em: <https://doi.org/10.1080/10790268.2023.2253393>. Acesso em: 11 mar. 2025.
- BOMBARDELLI, A.; FERREIRA, G. G.; BONETTI, L. V.; SACCANI, R. Impacto da dor na qualidade de vida em indivíduos com lesão medular. **Disciplinarum Scientia: Saúde**, v. 23, n. 2, p. 13–26, 2022.
- BRANGIONI, M. S. V.; REIS, M. N. S. Epidemiologia do trauma raquimedular nas emergências. **Revista Chronos Urgências**, v. 2, n. 1, 2022. Disponível em: <https://doi.org/10.52572/revchronosurg.v2i1.43>. Acesso em: 16 mar. 2025.
- CARDILE, D.; CALDERONE, A.; DE LUCA, R. *et al.* The quality of life in patients with spinal cord injury: assessment and rehabilitation. **Journal of Clinical Medicine**, v. 13, p. 1820, 2024. Disponível em: <https://doi.org/10.3390/jcm13061820>. Acesso em: 12 mar. 2025.
- CHANG, F.; XIE, H.; ZHANG, Q. *et al.* Quality of life of adults with chronic spinal cord injury in mainland China: a cross-sectional study. **Journal of Rehabilitation Medicine**, v. 52, n. 5, p. 1–7, 2020. Disponível em: <https://doi.org/10.2340/16501977-2689>. Acesso em: 19 mar. 2025.
- CHRISTOFI, A. A. S. N.; TATE, D. G., WITTER, C. *et al.* Preditores da qualidade de vida de indivíduos residentes no Brasil com lesão/doença medular. **Spinal Cord**, v. 61, p. 253-259, 2023. Disponível em: <https://doi.org/10.1038/s41393-023-00881-7>. Acesso em: 16 mar. 2025.
- DA CRUZ TOBELEM, D.; SILVA, T.; ARAUJO, T. *et al.* Effects of photobiomodulation in experimental spinal cord injury models: a systematic review. **Journal of Biophotonics**, v. 15, n. 8, 2022. Disponível em: <https://doi.org/10.1002/jbio.202200059>. Acesso em: 16 mar. 2025.
- DA SILVA, F. C.; SILVA, T.; GOMES, A. O. *et al.* Respostas sensoriais e motoras após fotobiomodulação associada à fisioterapia em pacientes com lesão medular incompleta: ensaio

clínico randomizado. *Lasers in Medical Science*, v. 35, p. 1751-1759, 2020. Disponível em: <https://doi.org/10.1007/s10103-020-02968-6>. Acesso em: 15 mar. 2025.

FALEIROS, F.; MARCOSSI, M.; RIBEIRO, O. *et al.* Epidemiological profile of spinal cord injury in Brazil. *Journal of Spinal Cord Medicine*, v. 46, n. 1, p. 75-82, 2023. Disponível em: <https://doi.org/10.1080/10790268.2021.1947679>. Acesso em: 16 mar. 2025.

FALEIROS, F.; SILVA, J. C. F. e; CORDEIRO, A. *et al.* Qualidade de vida e lesão medular traumática: um estudo com uso de data sets internacionais. *Revista Eletrônica de Enfermagem*, v. 22, p. 1-6, 2020. Disponível em: <https://doi.org/10.5216/ree.v22.56256>. Acesso em: 15 mar. 2025.

FARIA, M. C.; ROCHA, A. S.; OLIVEIRA, M. C.; SOUZA, T. D.; SILVA, F. A. R.; CORRÊA, P. F. L. Interferência da dor neuropática no nível de independência funcional em indivíduos com lesão medular. *Revista Neurociências*, v. 30, p. 1-19, 2022.

GRASSO, G.; CUSIMANO, L.; NOTO, M. *et al.* Current and emergent therapies targeting spinal cord injury. *Brain and Spine*, v. 5, p. 104243, 2025. Disponível em: <https://doi.org/10.1016/j.bas.2025.104243>. Acesso em: 18 mar. 2025.

GURUNG, S.; JENKINS, H.-T.; CHAUDHURY, H. *et al.* Modifiable sociostructural and environmental factors that impact the health and quality of life of people with spinal cord injury: a scoping review. *Topics in Spinal Cord Injury Rehabilitation*, v. 29, n. 1, p. 42-53, 2023. Disponível em: <https://doi.org/10.46292/sci21-00056>. Acesso em: 18 mar. 2025.

JIANG, L.; SUN, L.; MENG, Q. Identificação e relação entre qualidade de vida e capacidade de autocuidado entre pacientes chineses com lesões traumáticas da medula espinhal: uma análise transversal. *Brazilian Journal of Medical and Biological Research*, v. 54, n. 12, 2021. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/1414-431X2021e11530>. Acesso em: 15 mar. 2025.

KIM, M.; JEONG, W.; JANG, S. *et al.* Spinal Cord Injury Epidemiology and Causes: A Worldwide Analysis with 2050 Projections. *Healthcare*, v. 13, n. 2, 2025. Disponível em: <https://doi.org/10.3390/healthcare130201>. Acesso em: 15 mar. 2025.

LU, Y.; SHANG, Z.; ZHANG, W. *et al.* Global incidence and characteristics of spinal cord injury since 2000–2021: a systematic review and meta-analysis. *BMC Medicine*, v. 22, p. 285, 2024. Disponível em: <https://doi.org/10.1186/s12916-024-03514-9>. Acesso em: 16 mar. 2025.

MELO, J. V.; PINTO DE MENESES, K. V.; RIBAS VIEIRA, R. Valores criativos, vivenciais e atitudinais realizados por pessoas com lesão medular. *Revista NUFEN: Phenomenology and Interdisciplinarity*, v. 17, n. 1, 2025. Disponível em: <https://doi.org/10.26823/mufen.v17i1.24724>. Acesso em: 15 mar. 2025.

MOLINARES, D. M.; GATER, D. R.; DANIEL, S.; PONTEE, N. L. Nontraumatic spinal cord injury: epidemiology, etiology, and management. *Journal of Personalized Medicine*, v. 12, n. 11, p. 1872, 2022. Disponível em: <https://doi.org/10.3390/jpm12111872>. Acesso em: 16 mar. 2025.

NIZEYIMANA, E.; JOSEPH, C.; PHILLIPS, J. *Quality of life after traumatic spinal cord injury in a developing context: the influence of contextual factors and injury characteristics*. **Disability and Rehabilitation**, v. 44, n. 10, p. 2020-2026, 2022. Disponível em: <https://doi.org/10.1080/09638288.2020.1827051>. Acesso em: 15 mar. 2025.

OLIVEIRA, V. H. de. **Envolvimento paterno de homens com paraplegia ou tetraplegia: estudo de casos múltiplos**. 2021. Dissertação (Mestrado em Família na Sociedade Contemporânea) – Universidade Católica do Salvador, Salvador, 2021.

ROCHA, A. S.; CAVALCANTE, L. R.; ALVES, S. S. F.; SOUZA, A. L. L. Perfil funcional das sequelas de lesão medular nas diferentes etiologias. **Revista CIF Brasil**, v. 13, n. 1, p. 38-51, 2021. Disponível em: <https://doi.org/10.4322/CIFBRASIL.2021.006>. Acesso em: 15 mar. 2025.

SOUSA, G. D. F. F. de; CARVALHO, M. M. de; BARROS, C. N. *et al.* Qualidade de vida em pacientes portadores de lesão por pressão. **Research, Society and Development**, v. 10, n. 17, 2021. Disponível em: <https://doi.org/10.33448/rsd-v10i17.24391>. Acesso em: 15 mar. 2025.

TEOLI, D.; BHARDWAJ, A. *Quality of life*. In: **StatPearls. Treasure Island (FL): StatPearls Publishing**, 2023. Disponível em: <https://pubmed.ncbi.nlm.nih.gov/30725647/>. Acesso em: 17 mar. 2025.

UTIYAMA, D. M. O.; ALFIERI, F. M.; RAMOS, V. D.; BATTISTELLA, L. R. Resultados da comunidade internacional de lesão da medula espinhal. **Journal of Rehabilitation Medicine**, v. 54, 2022. Disponível em: <https://doi.org/10.2340/jrm.v54.2157>. Acesso em: 17 mar. 2025.

WANG, S.; JIANG, Y.; YANG, A. *et al.* *The expanding burden of neurodegenerative diseases: an unmet medical and social need*. **Aging and Disease**, v. 16, n. 5, p. 2937-2952, 2025. Disponível em: <https://doi.org/10.14336/AD.2024.1071>. Acesso em: 13 mar. 2025.

WANG, T.; ZHANG, Z.; LIU, J. *et al.* *Spinal cord injury and ageing: the role of chronic neuroinflammation*. **Aging and Disease**, 2025. Disponível em: <https://doi.org/10.14336/AD.2025.10630>. Acesso em: 16 mar. 2025.

WATSON, P. K.; EITIVIPART, A. C.; DAVI, G. M. *et al.* *Effects of behaviour change interventions on physical activity in people with spinal cord injury: a systematic review and meta-analysis*. **Psychology of Sport and Exercise**, v. 67, p. 102408, 2023. Disponível em: <https://doi.org/10.1016/j.psychsport.2023.102408>. Acesso em: 17 mar. 2025.

XAVIER, A.; PEREIRA, J. de S.; MONTEIRO, R. da S. *et al.* Intervenções de enfermagem de reabilitação ao paciente com lesão medular: protocolo de revisão de escopo. **Revista Portuguesa de Enfermagem de Reabilitação**, v. 7, n. 1, 2024. Disponível em: <https://doi.org/10.33194/rper.2024.358>. Acesso em: 13 mar. 2025.

ZADRA, A.; BRUNI, S.; DE TANTI, A. *et al.* *Life expectancy and long-term survival after traumatic spinal cord injury: a systematic review*. **European Journal of Physical and Rehabilitation Medicine**, v. 60, n. 5, p. 822-831, 2024. Disponível em: <https://doi.org/10.23736/S1973-9087.24.08462-4>. Acesso em: 13 mar. 2025.

ZWECKER, M.; HELED, E.; BLUVSTEIN, V. *et al.* Assessment of the unmediated relationship between neurological impairment and health-related quality of life following spinal cord injury. ***Journal of Spinal Cord Medicine***, v. 45, n. 2, p. 293-300, 2022.
Disponível em: <https://doi.org/10.1080/10790268.2020.1788884>. Acesso em: 18 mar. 2025.

**INTERVENÇÃO FISIOTERAPÊUTICA NA INCONTINÊNCIA
URINÁRIA EM IDOSAS: uma revisão integrativa**

***EFFECT OF PHYSIOTHERAPY ON URINARY INCONTINENCE
IN ELDERLY WOMEN: an integrative review***

Adriele Rodrigues Martins

Francine Aguilera Rodrigues da Silva

RESUMO: A Incontinência Urinária (IU) é definida como uma queixa de qualquer perda involuntária de urina. Trata-se de uma síndrome geriátrica multifatorial e vários fatores modificáveis podem contribuir para seu surgimento ou agravamento. Os impactos dessa disfunção para idosas são variados e afetam negativamente a saúde física e, principalmente, os aspectos psicossociais. O objetivo deste estudo é identificar as evidências científicas sobre as intervenções fisioterapêuticas utilizadas no tratamento da incontinência urinária em mulheres idosas. Como metodologia, foi utilizada a Revisão integrativa, que buscou nas bases de dados eletrônicas *National Library Of Medicine* (PubMed); *Literatura Latino-Americana e do Caribe em Ciências da Saúde* (LILACS); *Physiotherapy Evidence Database* (PEDro), artigos em português e inglês, publicados de 2015 a 2025. Cinco artigos foram incluídos. Os resultados mostraram-se satisfatórios por meio da fisioterapia em idosas com incontinência urinária. Os meios de tratamentos utilizados foram o treinamento dos músculos do assoalho pélvico associado a outras técnicas fisioterapêuticas; inervação magnética extracorpórea e eletroacupuntura. A incontinência urinária apresenta bom prognóstico quando identificada e tratada precocemente, de modo que é possível intervir com abordagens conservadoras. A fisioterapia pode prevenir complicações que levariam à necessidade de tratamento cirúrgico, além de promover melhora significativa na qualidade de vida das pacientes.

PALAVRAS-CHAVE: pessoas idosas; fisioterapia; modalidades de fisioterapia; incontinência urinária; assoalho pélvico.

ABSTRACT: Urinary incontinence (UI) is defined as a complaint of any involuntary loss of urine. It is a multifactorial geriatric syndrome and several modifiable factors can contribute to its emergence or worsening. The impacts of this dysfunction on the elderly are varied, affecting physical health levels and, mainly, psychosocial aspects. The objective of this study is to identify scientific evidence on possible physiotherapeutic interventions used in the treatment of urinary incontinence in elderly women. Integrative review was used as the methodology, that searched the electronic databases *National Library of Medicine* (PubMed); *Latin American and Caribbean Literature on Health Sciences* (LILACS); *Physiotherapy Evidence Database* (PEDro), articles in Portuguese and English, published from 2015 to 2025. Five articles were included. The results were overwhelming using physiotherapy in elderly people with urinary incontinence. The treatment methods used were pelvic floor muscle training combined with other physiotherapeutic techniques; extracorporeal magnetic innervation and electroacupuncture. Urinary incontinence has a good prognosis when identified and treated early, and intervention with conservative approaches is possible.

Physiotherapy can prevent complications that would lead to the need for surgical treatment, in addition to significantly improving the quality of life of patients.

KEYWORDS: *elderly people; physiotherapy; physiotherapy modalities; urinary incontinence; pelvic floor.*

1 INTRODUÇÃO

A Incontinência Urinária (IU) é definida como uma queixa de qualquer perda involuntária de urina, estima-se que acometa de 15% a 30% dos idosos que vivem em domicílio e, aproximadamente, 50% daqueles institucionalizados em instituições de longa permanência. A IU constitui um problema de saúde significativo para a sociedade, especialmente ao se considerar que, até 2025, a população idosa no Brasil representará cerca de 19% da população (Melo *et al.*, 2017; Góes *et al.*, 2021).

Trata-se de uma síndrome geriátrica multifatorial e vários fatores modificáveis podem contribuir para seu surgimento ou agravamento (Melo *et al.*, 2017; Góes *et al.*, 2021). A IU na população idosa pode ser atribuída a uma combinação de causas e fatores de risco inter-relacionados. Entre as etiologias, destaca-se a fraqueza muscular do assoalho pélvico, frequentemente associada ao envelhecimento (Kessler *et al.*, 2022).

Comorbidades como diabetes mellitus, doenças neurológicas e cardiovasculares, infecções do trato urinário são fatores de risco relacionados à IU. Além disso, contexto socioeconômico, baixa escolaridade, fatores comportamentais, como sedentarismo, e doenças crônicas, como a hipertensão arterial e obesidade, também poderão estar associadas a essa condição (Kessler *et al.*, 2022).

Os impactos da IU para idosas são variados e afetam negativamente a saúde física e, principalmente, os aspectos psicossociais, pois causa mudanças na rotina, distanciamento e isolamento social devido ao constrangimento, além da diminuição da autoestima. Desta forma, a situação se torna ainda mais preocupante, pois pode criar um ciclo vicioso de inatividade e solidão (Milsom; Gyhagen, 2019).

Estudos demonstraram maior prevalência de depressão e autopercepção negativa em idosas com IU comparados àquelas sem a condição (Kessler *et al.*, 2022; Davis *et al.*, 2020). Nesse sentido, o reconhecimento e a intervenção precoce são essenciais para abrandar esses impactos e melhorar o bem-estar dessa população vulnerável. O tratamento da IU envolve uma abordagem multidisciplinar, que inclui intervenções não farmacológicas, como a

reeducação da bexiga, e mudanças no estilo de vida, como adoção de dieta saudável e prática regular de atividade física. Além disso, o tratamento conservador por meio da fisioterapia pode ser um aliado importante na recuperação da função do assoalho pélvico (Davis *et al.*, 2020; Bertoldi; Ghisleri; Piccinini, 2014).

Diante da alta prevalência e das consequências econômicas, sociais e psicológicas da IU sobre as mulheres idosas, torna-se necessária a determinação de um tratamento efetivo para essa disfunção. Nesse contexto, este estudo teve como objetivo identificar as evidências científicas sobre as intervenções fisioterapêuticas utilizadas no tratamento da incontinência urinária em mulheres idosas.

2 METODOLOGIA

A revisão integrativa constitui uma metodologia de revisão mais abrangente, que possibilita a incorporação tanto de estudos de natureza experimental quanto não experimental, para uma compreensão do fenômeno em análise. Nesse sentido, esse estudo estabelece o conhecimento sobre determinada temática, com identificação e análise dos resultados dos pesquisas, o que permite uma compreensão mais completa do assunto (Hassunuma *et al.*, 2024).

A fim de orientar o processo de seleção dos artigos, adotou-se a estratégia PICO, visto sua maior sensibilidade (Methley *et al.*, 2014), com a formulação da seguinte pergunta científica: “Quais as intervenções fisioterapêuticas utilizadas no tratamento da incontinência urinária em idosas?” Dentro da utilização dessa estratégia, cada elemento da sigla refere-se a um fator de detalhamento à pergunta geral. Nesse contexto, o “P” foi definido como a população: “População idosa”; o “I” como a intervenção: “Planos de tratamentos fisioterapêuticos utilizados para a disfunção urinária”; o “C” como comparação não se aplica; e o “O” como *outcome*: alterações nos parâmetros clínicos.

Foram consultados os Descritores em Ciências da Saúde (DeCS) e *Medical Subject Headings* (MeSH) e combinados da seguinte forma: *elderly people AND physiotherapy AND physical therapy modalities AND urinary incontinence AND pelvic floor*, essa combinação também foi realizada em português.

As bases de dados escolhidas para as buscas dos artigos foram *National Library Of Medicine* (PubMed), *Literatura Latino-Americana e do Caribe em Ciências da Saúde* (LILACS) e *Physiotherapy Evidence Database* (PEDro). A busca por estudos foi realizada entre fevereiro e maio de 2025.

Incluiu-se artigos que abordassem o tema tratamento fisioterapêutico em pacientes idosas (idade acima de 60 anos) com a IU; artigos completos publicados em português e inglês entre 2015 e 2025; estudos disponíveis em sua integridade gratuitamente. Foram excluídos artigos duplicados, revisões de literaturas, cartas ao editor, editoriais e artigos que utilizassem como abordagem exclusivamente os tratamentos com fármacos, relatos e séries de casos e estudos qualitativos.

3 REFERENCIAL TEÓRICO

3.1 Envelhecimento e a incontinência urinária em mulheres

Segundo a Organização Mundial de Saúde (OMS), a expectativa de vida está aumentando, atualmente, a maior parte da população possui uma expectativa de vida de 60 anos ou mais (OMS, 2025). O envelhecimento é um fenômeno universal, intrínseco e prejudicial, marcado pela diminuição gradual da funcionalidade dos tecidos e órgãos, isso leva a um risco elevado de surgimento de patologias humanas significativas, como problemas cardiovasculares, câncer, diabetes e enfermidades neurodegenerativas (Kamal *et al.*, 2020).

Considerada a diversidade das taxas de envelhecimento, é essencial diferenciar entre a idade cronológica e a biológica. A idade cronológica representa apenas o período decorrido desde o nascimento, já a idade biológica se refere à ampla variedade de funções físicas, fisiológicas, cognitivas e à sua preservação, ambas impulsionadas por processos moleculares e celulares (Behr *et al.*, 2023).

O processo de envelhecimento resulta em uma diminuição gradual na estrutura e função dos órgãos (Hwang *et al.*, 2022). Os rins, por exemplo, desempenham um papel crucial na eliminação de resíduos metabólicos e fluidos excedentes do organismo, ao longo do processo de envelhecimento, o mesmo apresenta uma progressiva perda de função, que torna o comprometimento renal ligado à idade um desafio iminente para a saúde (Fang *et al.*, 2020).

O envelhecimento renal resulta em mudanças fisiológicas, como a diminuição da capacidade de concentração urinária e o comprometimento da função tubular, o que contribui para o aumento da produção de urina e a urgência miccional. Essas alterações colaboram diretamente na incontinência urinária em pessoas idosas e evidenciam o impacto do declínio funcional renal na perda do controle vesical (Andrade *et al.*, 2024).

A incontinência urinária (IU) é considerada uma das síndromes geriátricas mais prevalentes e apresenta um aumento notável com o envelhecimento, especialmente entre mulheres idosas. A Associação Internacional de Uroginecologia (IUGA) e a Sociedade Internacional de Continência (ICS) definem a incontinência urinária (IU) como qualquer queixa de perda involuntária de urina, o que representa um problema significativo de saúde pública com impacto físico, psicológico e social (Kessler *et al.*, 2022).

A fisiopatologia da IU em idosos é complexa, multifatorial e reflete as alterações que ocorrem com o envelhecimento do sistema urinário e os fatores associados ao processo de senescência. Com o avanço da idade, há uma diminuição da capacidade da bexiga, aumento da frequência de contrações involuntárias do músculo detrusor, redução da elasticidade e do tônus muscular do assoalho pélvico, além de mudanças na função neurológica que podem comprometer a coordenação entre a bexiga e o esfíncter uretral (Cobley; Wyndaele; Hashim, 2023).

Além disso, doenças comuns em idosos, como diabetes, hipertensão e uso de medicamentos, como diuréticos, podem contribuir para o desenvolvimento e agravamento da incontinência urinária. Essas mudanças podem levar ao comprometimento da capacidade de armazenar e controlar a liberação de urina, o que resulta em maior predisposição para a incontinência (Cobley; Wyndaele; Hashim, 2023). Fatores como alterações hormonais, fragilidade muscular do assoalho pélvico também contribuem para a maior prevalência em idosas (Kessler *et al.*, 2022).

Estudos mostram que a IU é mais comum em mulheres do que em homens e afeta cerca de 10% de todas as mulheres adultas. Entre as mulheres com idade igual ou superior a 70 anos, a prevalência atinge 40%. As taxas de prevalência são ainda mais altas entre idosos e pacientes que vivem em instituições de longa permanência (Milsom; Gyhagen, 2019).

Embora exista uma sobreposição fisiopatológica entre os sexos, a incontinência urinária masculina geralmente resulta do crescimento da próstata ou de lesões nos mecanismos de continência, que ocorrem durante procedimentos cirúrgicos ou radioterapia para o tratamento do câncer de próstata. Em contrapartida, a IU nas mulheres costuma estar relacionada à disfunção da bexiga ou dos músculos do assoalho pélvico, frequentemente manifestada durante a gravidez, parto ou menopausa (Aoki *et al.*, 2017).

Existem dois subtipos principais de IU: a incontinência de esforço e a incontinência de urgência. De acordo com a definição da Associação Internacional de Uroginecologia (IUGA) e da Sociedade Internacional de Continência (ICS), a incontinência de esforço se refere à perda involuntária de urina associada a atividades que aumentam a pressão abdominal, como

tosse, espirros ou esforço físico. Já a incontinência de urgência caracteriza-se por um desejo súbito e incontável de urinar, que não pode ser adiado. Muitas vezes, esses subtipos coexistem, o que resulta em uma condição conhecida como incontinência mista. O diagnóstico envolve a coleta de histórico médico, exame físico, análise de urina e avaliação do volume residual pós-micção (Aoki *et al.*, 2017).

Indivíduos com IU enfrentam uma série de complicações que vão além dos sintomas físicos e apresentam maior risco de hospitalizações devido a infecções urinárias recorrentes, que resultam do ambiente úmido propício ao crescimento bacteriano e à dificuldade de higienização adequada. Esses pacientes também são mais suscetíveis a desenvolver lesões por pressão, principalmente em idosos com mobilidade reduzida, em virtude do contato prolongado com a umidade (Curillo-Aguirre; Gea-Izquierdo, 2023).

A IU impacta negativamente o desempenho profissional e limita a participação em atividades sociais e físicas, o que contribui para o isolamento social e a redução da autoestima (Kessler *et al.*, 2022). As consequências emocionais, como sentimentos de vergonha e constrangimento, são agravadas pela estigmatização social, o que leva a altos índices de depressão e ansiedade. Esse conjunto de fatores culmina em uma considerável redução da qualidade de vida (QV) e afeta o bem-estar físico, emocional e social dos pacientes (Curillo-Aguirre; Gea-Izquierdo, 2023).

O tratamento conservador é amplamente reconhecido como a primeira linha para o manejo da IU e oferece uma abordagem não invasiva e de baixo risco. Este tratamento envolve uma combinação de fisioterapia, mudanças comportamentais e intervenções farmacológicas. É particularmente eficaz para a incontinência urinária de esforço (IUE), que é a forma mais comum da condição.

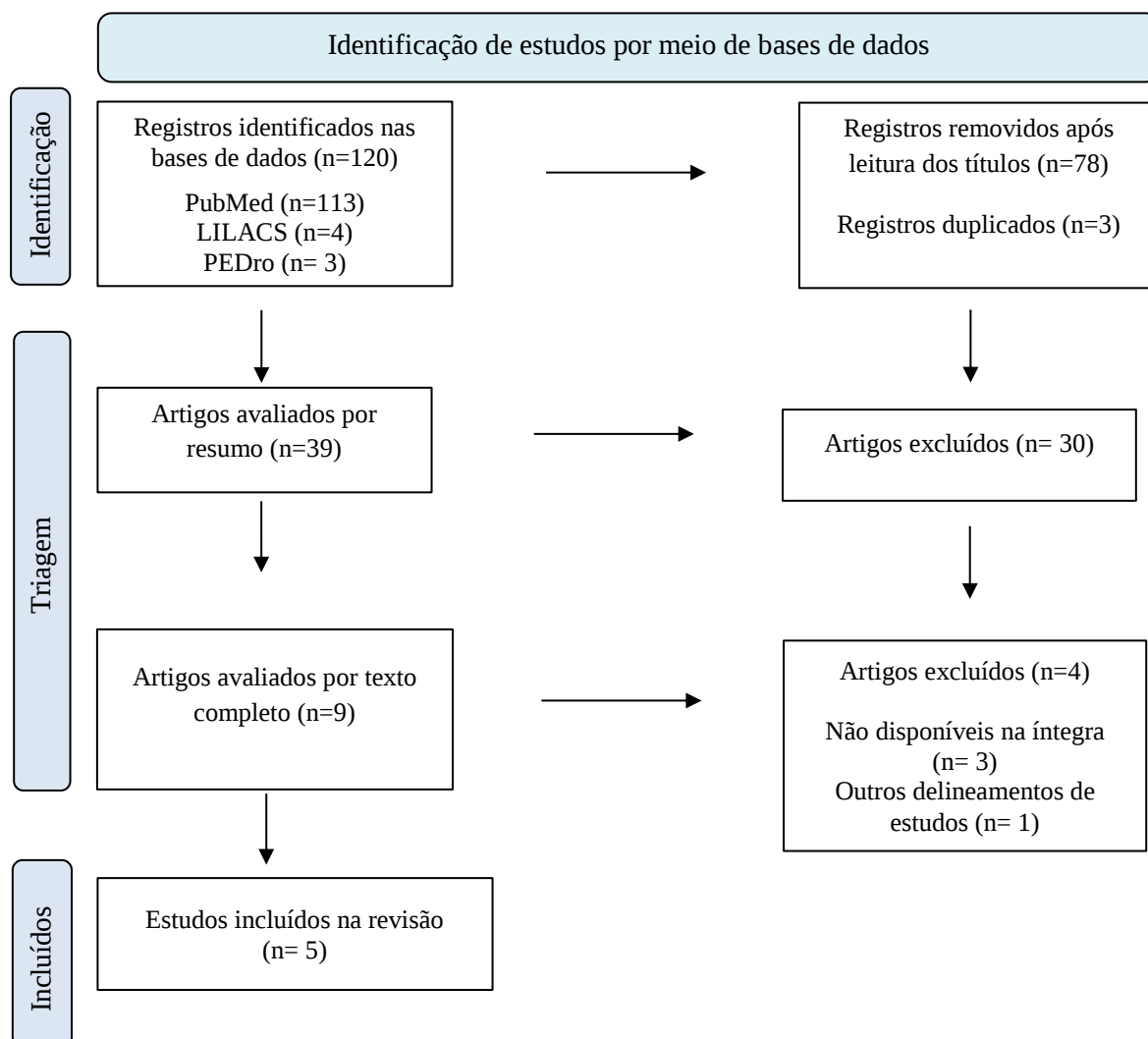
A fisioterapia desempenha um papel central nesse contexto, não só visa aliviar os sintomas da IU, mas também proporciona benefícios adicionais, como a melhoria da qualidade de vida, aumento da autoestima e maior independência funcional para os pacientes. É uma alternativa menos invasiva e mais sustentável em comparação com abordagens cirúrgicas (Alouini; Memic; Couillandre, 2022).

3.2 Abordagens da fisioterapia na incontinência urinária em idosas

Foram identificados nas bases de dados o total de 120 artigos. A partir disso, as diretrizes do PRISMA (*Preferred Reporting Items for Systematic Reviews and Meta-Analyses*) foram empregadas para construção de um fluxograma e mostram a organização em

todas as etapas do estudo. Ao final, após a leitura dos artigos na íntegra, cinco artigos foram incluídos na revisão (Figura 1).

Figura 1 - Fluxograma PRISMA do processo de seleção dos artigos



Os estudos selecionados foram publicados, entre 2015 e 2022, um conduzido com a população canadense (Cacciari *et al.*, 2022), dois com a população chinesa (Leong; Mok, 2015; Liu *et al.*, 2017), um com a população polonesa (Weber-Rajek *et al.*, 2020) e um com a população de Bangladesh (Wagg *et al.*, 2019).

Os instrumentos usados para a avaliação dos aspectos relacionados à IU foram: Questionário de Impacto da Incontinência – Versão Curta (IIQ-7); Questionário de Consulta Internacional sobre Incontinência (ICIQ-SF); Escala visual analógica (EVA); Questionário Modular da Consulta Internacional sobre Incontinência - Sintomas do Trato Urinário Inferior e Qualidade de Vida (ICIQ-LUTZqol); Escala Revisada de Incontinência Urinária (RUIS);

Inventário de Depressão de Beck (BDI-II); Escala Geral de Autoeficácia (GSES); Questionário de Saúde de King (KHQ) Questionário EuroQoL 5D (EQ-5D); Escala de Depressão do Centro de Estudos Epidemiológicos (CES-D-10); Diário miccional de 7 dias; Teste do absorvente de 1 hora; Diário da bexiga de 72 horas; Registro de continência de 3 dias.

Os meios de tratamento conservadores utilizados foram: programa padronizado de fisioterapia (Leong; Mok, 2015); Treinamento dos músculos do assoalho pélvico (PFMT) (Cacciari *et al.*, 2022); eletroacupuntura (Liu *et al.*, 2017); PFMT e Inervação Magnética Extracorpórea (ExMI) (Weber-Rajek *et al.*, 2020); PFMT, exercícios de mobilidade e educação vesical (Wagg *et al.*, 2019).

Construiu-se um quadro para organizar a síntese dos artigos selecionados que contém: autor, ano, país de publicação, título, objetivos; tipos de estudo e características da amostra; intervenção e os principais resultados (Quadro 1).

Quadro 1 - Síntese dos dados dos cinco artigos selecionados

Auto(res) Título Ano Local Idioma Periódico	Objetivos	Características da amostra	Intervenção/Instrumentos de Avaliação	Resultados
- Leong et al. - <i>Effectiveness of a new standardised Urinary Continence Physiotherapy Programme for community-dwelling older women in Hong Kong</i> - 2015 - Hong Kong/China - Inglês - <i>Hong Kong Medical Journal</i>	Examinar a eficácia de um programa padronizado de Fisioterapia para Incontinência Urinária em mulheres chinesas idosas com incontinência urinária de esforço, de urgência e mista	Um total de 55 mulheres com mais de 65 anos com incontinência urinária leve a moderada. Paridade 4,1 filhos, no grupo de intervenção 37% apresentavam ensino primário e no grupo controle 57,1% eram analfabetas.	Os participantes foram aleatoriamente designados para o grupo de intervenção (n=27), em que receberam oito sessões do PFMT por 12 semanas que englobava educação sobre incontinência urinária, palpação manual, feedback verbal e terapia comportamental. O grupo controle (n=28) recebeu aconselhamento e um panfleto educacional sobre incontinência urinária. Instrumentos: Diário miccional de 7 dias; IIQ-7; EVA classificada de 0 a 10 para percepção subjetiva de melhora e para avaliar a satisfação das participantes com o tratamento.	Houve melhora significativa (redução média de mais 90% nos sintomas urinários) no grupo de intervenção, especialmente nas primeiras 5 semanas, quando comparados ao grupo controle. Os participantes que receberam a intervenção apresentaram redução significativa nos episódios de incontinência urinária e melhora significativa da qualidade de vida mensurada pelo IIQ-7. A percepção subjetiva de melhora, medida pela EVA, foi melhor no grupo de intervenção do que no grupo de controle. A satisfação média com o tratamento no grupo de intervenção foi de 9,5, segundo a EVA de 10 pontos.
- Liu et al. - <i>Effect of electroacupuncture on urinary leakage among women with stress urinary incontinence: a randomized clinical trial</i> - 2017 - China - Inglês - <i>Journal of the American Medical Association</i>	Avaliar o efeito da eletroacupuntura versus eletroacupuntura simulada em mulheres com IUE.	482 mulheres com IUE entre 40 e 75 anos de idade, predomínio de ensino médio e que realizaram parto vaginal.	Foram utilizadas agulhas de acupuntura descartáveis da marca Hwato, agulhas placebo pragmáticas e aparelhos de eletroacupuntura SDZ-V. Os participantes foram designados aleatoriamente para receber 18 sessões (ao longo de 6 semanas) de eletroacupuntura, que envolvem a região lombossacra ou eletroacupuntura simulada sem penetração da pele em pontos de acupuntura simulados. Instrumentos: Teste do absorvente de 1h; diário da bexiga de 72h; IIQ-7.	Entre mulheres com incontinência urinária de esforço, o tratamento com eletroacupuntura que envolve a região lombossacral, comparado com eletroacupuntura simulada, resultou em menos vazamento de urina após 6 semanas.

- Cacciari <i>et al.</i> - <i>Group pelvic floor muscle training is a more cost-effective approach to treating urinary incontinence in older women: economic analysis of a planned trial</i> - 2022 - Canadá - Inglês - <i>International Urogynecology Journal</i>	Avaliar o custo-benefício do PFMT em grupo para tratar a incontinência urinária em mulheres mais velhas.	Um total de 319 mulheres com idade ≥ 60 anos com incontinência urinária de esforço ou mista. Paridade de 1 a 3 filhos.	Doze sessões semanais de PFMT de 1 hora, ministradas individualmente (um fisioterapeuta por mulher) ou em grupos (um fisioterapeuta para cada oito mulheres). Instrumentos: ICIQ -SF; Diário miccional de 7 dias; ICIQ-LUTSqol.	Tanto o PFMT baseado em grupo quanto o individual foram eficazes na redução de vazamento e na melhora da qualidade de vida. Além disso, o PFMT baseado em grupo apresentou uma redução de custos superior a 60% em comparação ao tratamento individual.
- Weber-Rajek <i>et al.</i> - <i>Assessment of the Effectiveness of Pelvic Floor Muscle Training (PFMT) and Extracorporeal Magnetic Innervation (ExMI) in Treatment of Stress Urinary Incontinence in Women: A Randomized Controlled Trial</i> - 2020 - Polônia - Inglês - <i>Journal of Clinical Medicine</i>	Verificar a eficácia do PFMT e da ExMI no tratamento da incontinência urinária em mulheres com incontinência urinária de esforço.	111 mulheres com idade média de 68,77 anos completaram o estudo. O grupo 1 (n= 40) recebeu a intervenção PFMT, o grupo 2 (n=37) ExMI e o grupo controle (GC) n=34.	O grupo experimental 1 foi submetido a 12 sessões de PFMT, enquanto o grupo experimental 2 foi submetido a 12 sessões de ExMI. As participantes do grupo GC não receberam nenhuma intervenção terapêutica. Instrumentos: RUIS; BDI-II; GSES; KHQ.	O estudo demonstrou que tanto o PFMT quanto a ExMI são eficientes no tratamento da incontinência urinária de esforço em mulheres, com melhorias na gravidade da incontinência, na qualidade de vida e nos sintomas depressivos. O grupo ExMI demonstrou uma autoeficácia superior. A análise comparativa mostrou diferenças significativas na qualidade de vida, especialmente em limitações físicas, limitações sociais, relacionamentos pessoais e emoções.
- Wagg <i>et al.</i> - <i>Exercise intervention in the management of urinary incontinence in older women in villages in Bangladesh: a cluster randomised trial</i> - 2019 - Bangladesh/Ásia - Inglês - <i>The Lancet Global Health</i>	Avaliar se uma intervenção em grupo que incluísse PFMT, exercícios de mobilidade e educação vesical seria mais eficaz do que apenas a educação.	625 mulheres com idades entre 60 e 75 anos com incontinência urinária de esforço, de urgência ou mista. A maioria das participantes eram analfabetas que vivem em condições de pobreza e que realizaram parto vaginal.	A intervenção foi liderada por fisioterapeuta, um grupo recebeu exercícios e educação sobre saúde da bexiga e o outro grupo somente a educação. Instrumentos: Registro de Continência de 3 Dias; EQ-5D; CES-D-10.	O estudo demonstrou que a intervenção com exercícios em grupo e educação pode ser eficiente para diminuir os episódios de incontinência urinária e melhorar a qualidade de vida das mulheres idosas. A intervenção também apresentou vantagens para a saúde mental, como a diminuição dos sintomas de depressão, em comparação à educação isolada sobre a saúde da bexiga.

Treinamento dos músculos do assoalho pélvico (PFMT); Questionário de Impacto da Incontinência – Versão Curta (IIQ-7); Questionário de Consulta Internacional sobre Incontinência (ICIQ-SF); Escala visual analógica (EVA); Questionário Modular da Consulta Internacional sobre Incontinência - Sintomas do Trato Urinário Inferior e Qualidade de Vida (ICIQ-LUTSqol); Inervação magnética extracorpórea (ExMI); Escala Revisada de Incontinência Urinária (RUIS); Inventário de Depressão de Beck (BDI-II); Escala Geral de Autoeficácia (GSES); Questionário de Saúde de King (KHQ); Questionário EuroQoL 5D (EQ-5D); Escala de Depressão do Centro de Estudos Epidemiológicos (CES-D-10).

A maioria das mulheres participantes nos estudos incluídos nesta revisão apresentava histórico de múltiplos partos, baixa escolaridade e vivia em condições de baixa renda (Leong; Mok, 2015; Cacciari *et al.*, 2022; Wagg *et al.*, 2019). Para Thomé *et al.* (2021), a incontinência urinária em mulheres está associada a fatores sociais e obstétricos, como o baixo nível de escolaridade e a alta taxa de paridade. Vários partos, especialmente vaginais, estão relacionados ao maior risco de desenvolvimento dessa condição, o que contribui significativamente para a elevada prevalência da IU na população feminina (Sundqvist *et al.*, 2022).

Os três tipos mais frequentes de incontinência urinária são: de esforço (IUE), que ocorre quando a urina é perdida involuntariamente durante esforços como tossir ou espirrar; urgência (IUU), quando a paciente relata um impulso súbito de urinar e não consegue controlar o músculo detrusor; e a mista (IUM), uma combinação das duas formas mencionadas anteriormente (Carvalho *et al.*, 2014). Nesta revisão, a forma predominante de incontinência urinária foi a de esforço, resultado que corrobora com os achados de Alencar-Cruz e Lira-Lisboa (2023), que também identificaram essa como a forma mais comum de incontinência.

As técnicas fisioterapêuticas desempenham papel fundamental no tratamento e prevenção IU, por meio do fortalecimento e condicionamento muscular, bem como da reeducação comportamental, o que promove a conscientização e a prática de exercícios (Oliveira; Garcia, 2011). Dos estudos incluídos nesta revisão, quatro utilizaram o PFMT associado a outras técnicas fisioterapêuticas. Apenas um estudo empregou a eletroacupuntura como recurso terapêutico (Liu *et al.*, 2017). Segundo Woodley *et al.* (2020), os principais métodos utilizados para o tratamento dessa disfunção incluem o PFMT, terapia manual, eletroestimulação neuromuscular e biofeedback, os quais são indicados para os tipos de IU de esforço, mista e urgência, devido à função de suporte dos órgãos pélvicos e auxílio no fechamento da uretra esfíncteriana.

Os estudos incluídos que utilizaram o PFMT demonstraram porcentagem diferentes na redução da IU. Leong e Mok (2015) identificaram a maior diminuição nos episódios de IU com média superior a 90% no grupo submetido à intervenção pelo PFMT, resultado visivelmente maior do que o relatado em estudos semelhantes (Castro *et al.*, 2008; Zahariou *et al.*, 2008).

Cacciari *et al.* (2022), ao avaliarem o custo-benefício do trabalho em grupo, observaram melhora na qualidade de vida e um custo relativamente menor, até 60% inferior, quando comparado ao tratamento individual. De mesma forma, Weber-Rajek *et al.* (2020) destacaram que tanto o PFMT quanto a ExMI promovem melhora da incontinência, da qualidade de vida e dos sintomas depressivos; e, que a ExMI mostrou maior autoeficácia e impacto positivo nos

aspectos físicos, sociais e emocionais. O estudo de Wagg *et al.* (2019), realizado com 625 mulheres idosas, também relatou benefícios com o PFMT associado à educação, que inclui redução dos episódios de IU, melhora da qualidade de vida e saúde mental.

A eletroacupuntura, investigada no estudo de Liu *et al.* (2017), demonstrou uma redução superior a 50% no vazamento urinário, resultados semelhantes foram observados por Sun *et al.* (2020), que identificaram essa técnica como eficaz e segura para o tratamento da IU, com mais de 50% de redução nos episódios de perda urinária e melhora na qualidade de vida. Considerados os impactos econômicos e sociais da IU, destaca-se a importância da adoção de tratamentos eficazes, com o objetivo de reduzir custos relacionados à saúde e melhorar a qualidade de vida da população (Evangelista; Gazetta; Assis, 2021).

Essa revisão apresentou como limitação o número reduzido de estudos disponíveis sobre a temática. Além disso, não foi identificado nenhum estudo de intervenção voltado ao tratamento da IU em mulheres idosas no Brasil. Outro ponto a ser destacado é a ausência de acompanhamento a longo prazo nos estudos analisados, o que dificulta a avaliação da manutenção dos ganhos com a utilização das técnicas descritas. Ainda assim, os estudos demonstram a relevância das abordagens direcionadas ao tratamento de IU em mulheres idosas, as quais foram associadas à melhora da qualidade de vida.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A presente revisão integrativa identificou que, apesar do número limitado de estudos sobre a temática, os resultados analisados indicam consenso quanto aos benefícios do tratamento conservador em mulheres idosas com IU.

A IU apresenta bom prognóstico quando identificada e tratada precocemente, de modo que é possível intervir com abordagens conservadoras. Destaca-se que a fisioterapia pode prevenir complicações que levariam à necessidade de tratamento cirúrgico, além de promover melhora significativa na qualidade de vida das pacientes.

Esta revisão poderá fornecer aos profissionais de saúde, especialmente fisioterapeutas, informações importantes para a tomada de decisão clínica individualizada, ao considerar fatores como idade, gravidade, tipo de incontinência urinária e resposta aos tratamentos conservadores. Além disso, os achados poderão orientar o desenvolvimento de futuras pesquisas na área. Ressalta-se, contudo, a necessidade de novos estudos com amostras mais amplas, maior tempo de intervenção e de acompanhamento das mulheres idosas com esta disfunção.

REFERÊNCIAS

- ALENCAR-CRUZ, J. M. de; LIRA-LISBOA, L. O impacto da incontinência urinária sobre a qualidade de vida e sua relação com a sintomatologia depressiva e ansiedade em mulheres. *Revista de Salud Pública*, v. 21, p. 390-397, 2023.
- ALOUINI, S.; MEMIC, S.; COUILLANDRE, A. *Pelvic floor muscle training for urinary incontinence with or without biofeedback or electrostimulation in women: a systematic review*. *International Journal of Environmental Research and Public Health*, v. 19, n. 5, p. 2789, 2022.
- ANDRADE, M. S.; MARQUES, M. J. C.; BARBOZA, L. C. *et al.* Aspectos fisiológicos do envelhecimento renal e sua relação com a doença renal crônica. In: **Anais do Colóquio Estadual de Pesquisa Multidisciplinar**. Mineiros: UNIFIMES, 2024. Disponível em: <https://publicacoes.unifimes.edu.br/index.php/coloquio/es/article/view/4021>. Acesso em: 20 abr. 2025.
- AOKI, Y.; BROWN, H. W.; BRUBAKER, L. *et al.* Urinary incontinence in women. *Nature Reviews Disease Primers*, v. 3, n. 1, p. 1-20, 2017.
- BEHR, L. C.; SIMM, A.; KLUTTIG, A.; GROßKOPF, A. G. 60 years of healthy aging: on definitions, biomarkers, scores and challenges. *Ageing Research Reviews*, v. 88, p. 101934, 2023.
- BERTOLDI, J. T.; GHISLERI, A. Q.; PICCININI, B. M. Fisioterapia na incontinência urinária de esforço: revisão de literatura. **Revista do Departamento de Educação Física e Saúde e do Mestrado em Promoção da Saúde**, v. 15, n. 4, 2014.
- CACCIARI, L. P.; KOUAKOU, C. R.; PODER, T. G. *et al.* Group-based pelvic floor muscle training is a more cost-effective approach to treat urinary incontinence in older women: economic analysis of a randomised trial. *Journal of Physiotherapy*, v. 68, n. 3, p. 191-196, 2022.
- CARVALHO, M. P. de; ANDRADE, F. P.; PERES, W. *et al.* O impacto da incontinência urinária e seus fatores associados em idosas. **Revista Brasileira de Geriatria e Gerontologia**, v. 17, n. 4, p. 721-730, 2014.
- CASTRO, R. A.; ARRUDA, R. M.; ZANETTI, M. R. D. *et al.* Single-blind, randomized, controlled trial of pelvic floor muscle training, electrical stimulation, vaginal cones, and no active treatment in the management of stress urinary incontinence. *Clinics*, v. 63, n. 4, p. 465-472, 2008.
- COBLEY, J.; WYNDAELE, M.; HASHIM, H. *Pathophysiology of urinary incontinence*. *Surgery (Oxford)*, v. 41, n. 5, p. 265-271, 2023.
- CURILLO-AGUIRRE, C. A.; GEA-IZQUIERDO, E. *Effectiveness of pelvic floor muscle training on quality of life in women with urinary incontinence: a systematic review*. 2023.

DAVIS, N. J.; WYMAN, J. F.; GUBITOSA, S.; PRETTY, L. *Urinary incontinence in older adults*. *AJN: American Journal of Nursing*, v. 120, n. 1, p. 57-62, 2020.

EVANGELISTA, D. R.; GAZETTA, F. A. D. A.; ASSIS, L. C. de. *Prevalence of urinary incontinence in elderly women and impact on quality of life*. *Brazilian Journal of Health Review*, v. 4, n. 1, p. 1588-1602, 2021.

FANG, Y.; GONG, A. Y.; HALLER, S. T. *et al.* *The ageing kidney: molecular mechanisms and clinical implications*. *Ageing Research Reviews*, v. 63, p. 101151, 2020.

GÓES, R. P.; PEDREIRA, L. C.; FONSECA, E. de O. S. *et al.* Fatores inerentes ao surgimento da incontinência urinária no idoso hospitalizado analisados à luz da tríade donabediana. *Revista da Escola de Enfermagem da USP*, v. 55, p. e03773, 2021.

HASSUNUMA, R. M.; GARCIA, P. C.; VENTURA, T. M. O. *et al.* Revisão integrativa e redação de artigo científico: uma proposta metodológica em 10 passos. *Revista Multidisciplinar de Educação e Meio Ambiente*, v. 5, n. 3, p. 1-16, 2024.

HWANG, H. J.; KIM, N.; HERMAN, A. B. *et al.* *Factors and pathways modulating endothelial cell senescence in vascular aging*. *International Journal of Molecular Sciences*, v. 23, n. 17, p. 10135, 2022.

KAMAL, N. S. M.; SAFUAN, S.; SHAMSUDDIN, S.; FOROOZANDEH, P. *Aging of the cells: insight into cellular senescence and detection methods*. *European Journal of Cell Biology*, v. 99, n. 6, p. 151108, 2020.

KESSLER, M.; VOLZ, P. M.; BENDER, J. D. *et al.* Efeito da incontinência urinária na autopercepção negativa da saúde e depressão em idosos: uma coorte de base populacional. *Ciência & Saúde Coletiva*, v. 27, p. 2259-2267, 2022.

LEONG, B. S.; MOK, N. W. *Effectiveness of a new standardised urinary continence physiotherapy programme for community-dwelling older women in Hong Kong*. *Hong Kong Medical Journal*, v. 21, n. 1, p. 30-37, 2015.

LIU, Z.; LIU, Y.; XU, H. *et al.* *Effect of electroacupuncture on urinary leakage among women with stress urinary incontinence: a randomized clinical trial*. *JAMA*, v. 317, n. 24, p. 2493-2501, 2017.

MELO, L. S. de; ERCOLE, F. F.; OLIVEIRA, D. U. de *et al.* *Urinary tract infection: a cohort of older people with urinary incontinence*. *Revista Brasileira de Enfermagem*, v. 70, p. 838-844, 2017.

METHLEY, A. M.; CAMPBELL, S.; CHEW-GRAHAM, C. *et al.* *PICO, PICOS and SPIDER: a comparison study of specificity and sensitivity in three search tools for qualitative systematic reviews*. *BMC Health Services Research*, v. 14, n. 1, p. 1-10, 2014.

MILSOM, I.; GYHAGEN, M. *The prevalence of urinary incontinence*. *Climacteric*, v. 22, n. 3, p. 217-222, 2019.

OLIVEIRA, J. R. de; GARCIA, R. R. Cinesioterapia no tratamento da incontinência urinária em mulheres idosas. **Revista Brasileira de Geriatria e Gerontologia**, v. 14, p. 343-351, 2011.

ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DA SAÚDE. **Envelhecimento e saúde**. 1 out. 2025. Disponível em: <https://www.who.int/es/news-room/fact-sheets/detail/ageing-and-health>. Acesso em: 22 out. 2025.

SUN, B.; LIU, Y.; SU, T. *et al.* *Electroacupuncture for stress-related urinary incontinence in elderly women: data analysis from two randomised controlled studies*. **BMJ Supportive & Palliative Care**, v. 12, n. e1, p. e164-e170, 2020.

SUNDQVIST, C.; LI, X.; SUNDQVIST, K.; JANSÅKER, F. *Sociodemographic disparities and parity in relation to urinary incontinence: a nationwide primary healthcare cohort study (1997–2018)*. **Journal of Clinical Medicine**, v. 11, n. 3, p. 496, 2022.

THOMÉ, B. I.; ASSIS, G. M.; SOUZA, G. N. de; MOSER, A. D. de L. Histórico gestacional de mulheres com incontinência urinária. **Cogitare Enfermagem**, v. 26, p. e75803, 2021.

WAGG, A.; CHOWDHURY, Z.; GALARNEAU, J.-M. *et al.* *Exercise intervention in the management of urinary incontinence in older women in villages in Bangladesh: a cluster randomised trial*. **The Lancet Global Health**, v. 7, n. 7, p. e923-e931, 2019.

WEBER-RAJEK, M.; STRĄCZYŃSKA, A.; STROJEK, K. *et al.* *Assessment of the effectiveness of pelvic floor muscle training (PFMT) and extracorporeal magnetic innervation (ExMI) in treatment of stress urinary incontinence in women: a randomized controlled trial*. **BioMed Research International**, v. 2020, p. 1019872, 2020.

WOODLEY, S. J.; LAWRENSON, P.; BOYLE, R. *et al.* *Pelvic floor muscle training for preventing and treating urinary and faecal incontinence in antenatal and postnatal women*. **Cochrane Database of Systematic Reviews**, n. 5, 2020.

ZAHARIOU, A.; KARAMOUTI, M.; GEORGANTZIS, D.; PAPAIOANNOU, P. *Are there any UPP changes in women with stress urinary incontinence after pelvic floor muscle exercises?* **Urologia Internationalis**, v. 80, n. 3, p. 270-274, 2008.

MIOSITE POR CORPÚSCULOS DE INCLUSÃO: revisão de literatura

INCLUSION BODY MYOSITIS: a literature review

Wesley Alfredo Gawlinski de Arruda

RESUMO: A miosite por corpúsculos de inclusão (IBM) é reconhecida como a miopatia inflamatória mais prevalente em indivíduos acima de 50 anos, caracterizada por fraqueza muscular assimétrica, de evolução lenta e refratária às terapias imunossupressoras tradicionais. Este trabalho, estruturado como revisão de literatura, teve como objetivo sintetizar os principais achados relacionados à fisiopatologia, diagnóstico e tratamento da doença. Foram analisados artigos, teses e dissertações publicados entre 2015 e 2025, em português, inglês e espanhol, selecionados a partir das bases *SciELO*, *Pubmed* e *Google Scholar*. Os resultados apontam que a IBM apresenta caráter híbrido e envolve processos inflamatórios mediados por linfócitos T e degeneração muscular associada ao acúmulo de proteínas anormais. A confirmação diagnóstica exige integração entre avaliação clínica, biópsia muscular, exames de imagem e eletroneuromiografia, com destaque a este último como ferramenta essencial para o diagnóstico diferencial em relação a polimiosite, dermatomiosite, neuropatias periféricas e doenças do neurônio motor. No que se refere ao tratamento, observou-se baixa eficácia dos corticoides e imunossupressores, além de resultados limitados com terapias imunobiológicas e imunomoduladoras. Nesse cenário, as intervenções reabilitadoras, a abordagem multiprofissional da disfagia e o suporte nutricional configuram-se como recursos fundamentais para mitigar a perda funcional e preservar a qualidade de vida. As perspectivas futuras envolvem o estudo de biomarcadores moleculares, terapias celulares e gênicas, além de ensaios clínicos multicêntricos que possam fornecer alternativas mais eficazes para o manejo da doença. Conclui-se que a IBM representa um desafio clínico e científico, que exige diagnóstico precoce, estratégias integradas de cuidado e avanço nas pesquisas para o desenvolvimento de terapias modificadoras de sua progressão.

PALAVRAS-CHAVE: miosite por corpúsculos de inclusão; miopatias inflamatórias idiopáticas; eletroneuromiografia; diagnóstico diferencial; tratamento.

ABSTRACT: *Inclusion body myositis (IBM) is recognized as the most prevalent inflammatory myopathy in individuals over 50 years of age, characterized by asymmetric muscle weakness, slow evolution and refractory to traditional immunosuppressive therapies. This work, structured as a literature review, aimed to synthesize the main findings related to pathophysiology, diagnosis and treatment of the disease. Articles, theses and dissertations published between 2015 and 2025, in Portuguese, English and Spanish, were analyzed, selected from the SciELO, Pubmed and Google Scholar databases. The results indicate that IBM has a hybrid character, involving inflammatory processes mediated by T lymphocytes and muscle degeneration associated with the accumulation of abnormal proteins. Diagnostic confirmation requires integration between clinical evaluation, muscle biopsy, imaging tests and electroneuromyography, with the latter standing out as an essential tool for the differential diagnosis in relation to polymyositis, dermatomyositis, peripheral neuropathies and motor neuron diseases. Regarding treatment, there was low efficacy of corticosteroids and immunosuppressants, in addition to limited results with immunobiological and immunomodulatory therapies. In this scenario, rehabilitative interventions, a*

multidisciplinary approach to dysphagia and nutritional support are fundamental resources to mitigate functional loss and preserve quality of life. Future perspectives involve the study of molecular biomarkers, cell and gene therapies, in addition to multicenter clinical trials that can provide more effective alternatives for managing the disease. It is concluded that IBM represents a clinical and scientific challenge, requiring early diagnosis, integrated care strategies and advancement in research for the development of therapies that modify its progression.

KEYWORDS: *inclusion body myositis; idiopathic inflammatory myopathies; electroneuromyography; differential diagnosis; treatment.*

1 INTRODUÇÃO

As miopatias inflamatórias idiopáticas constituem um grupo heterogêneo de doenças musculares adquiridas que apresentam grande relevância no campo da neurofisiologia clínica (Ferreira, 2021). Essas condições afetam diretamente a integridade do tecido muscular e provocam fraqueza progressiva, limitação funcional e comprometimento da qualidade de vida dos pacientes. Entre elas, destacam-se a polimiosite, a dermatomiosite, a miosite necrosante autoimune e a miosite por corpúsculos de inclusão (IBM), cada uma com características clínicas, histopatológicas e prognósticas específicas (Souza; Miossi; Shinjo, 2021).

A IBM diferencia-se das demais formas por sua natureza degenerativa e inflamatória simultânea, além de apresentar evolução lenta e refratariedade às terapias imunossupressoras usuais (Viriato, 2019). Trata-se da miopatia inflamatória mais comum em indivíduos acima dos 50 anos, com predomínio em homens, e caracteriza-se clinicamente por fraqueza muscular assimétrica que compromete tanto músculos proximais quanto distais, o que inclui extensores de joelho e flexores dos dedos (Ferraz; José, 2017).

A importância desse tema reside na dificuldade diagnóstica e na escassez de tratamentos eficazes. Embora a biópsia muscular, a eletroneuromiografia e os exames de imagem contribuam para a identificação da doença, ainda existem desafios importantes para distinguir a IBM de outras miopatias e neuropatias (Camargo, 2016). A literatura aponta que a ausência de terapias eficazes reforça a necessidade de aprofundar os estudos sobre fisiopatologia, diagnóstico e prognóstico, que amplia a compreensão clínica e laboratorial desse grupo de pacientes (Guimarães, 2017).

Nesse ínterim, esta revisão de literatura justifica-se por abordar os múltiplos aspectos da IBM, reunir evidências recentes e discutir seu impacto clínico, diagnóstico e terapêutico. A análise crítica das produções científicas possibilita não apenas compreender melhor a

evolução da doença, mas também destacar as limitações enfrentadas pelos profissionais da saúde no manejo desses pacientes

O objetivo geral deste trabalho é revisar a literatura científica sobre a miosite por corpúsculos de inclusão e apresentar seus fundamentos clínicos, histopatológicos e neurofisiológicos. Os objetivos específicos consistem em: caracterizar os aspectos históricos, epidemiológicos e clínicos da doença, discutir os principais métodos diagnósticos empregados, com ênfase na contribuição da eletroneuromiografia, correlacionar as manifestações clínicas com os achados laboratoriais e neurofisiológicos e averiguar as abordagens terapêuticas descritas na literatura e suas limitações.

A partir dessas diretrizes, a questão-problema que orienta a pesquisa é: de que forma a miosite por corpúsculos de inclusão pode ser compreendida, caracterizada e diferenciada das demais miopatias inflamatórias no contexto clínico e neurofisiológico, especialmente ao se considerar os desafios diagnósticos e terapêuticos atuais?

Metodologicamente, esta pesquisa caracteriza-se como uma revisão bibliográfica de caráter narrativo, desenvolvida com o intuito de reunir, analisar e discutir a produção científica sobre a miosite por corpúsculos de inclusão. Optou-se por este método por possibilitar a sistematização crítica de estudos disponíveis na literatura, o que permitiu a construção de um panorama atualizado a respeito dos aspectos clínicos, histopatológicos, diagnósticos e terapêuticos relacionados à doença.

A busca por artigos científicos foi realizada no recorte temporal compreendido entre 2015 e 2025, de forma a contemplar as evidências contemporâneas publicadas na área. A delimitação deste intervalo temporal se justifica pela necessidade de incluir os avanços mais atuais no entendimento da fisiopatologia, bem como as inovações em técnicas diagnósticas e perspectivas terapêuticas que emergiram na última década.

Foram considerados para a análise artigos, dissertações e teses que apresentassem relevância direta para a temática, publicados nos idiomas português, inglês e espanhol. Os critérios de inclusão englobaram estudos que abordassem especificamente a miosite por corpúsculos de inclusão ou, de forma comparativa, as miopatias inflamatórias idiopáticas. Excluíram-se trabalhos duplicados, publicações que não apresentavam acesso ao texto completo, estudos em idiomas distintos dos previamente estabelecidos e produções que, embora mencionassem a doença, não forneciam discussões clínicas, diagnósticas ou terapêuticas pertinentes ao objeto desta revisão.

A pesquisa bibliográfica foi conduzida em duas bases de dados: *SciELO (Scientific Electronic Library Online)* e *Google Acadêmico*. As palavras-chave utilizadas incluíram:

“miosite por corpúsculos de inclusão”, “*inclusion body myositis*”, “miopatias inflamatórias idiopáticas” e “diagnóstico em eletroneuromiografia”.

2 MIOSITE POR CORPÚSCULOS DE INCLUSÃO: concepções elementares

As primeiras descrições da IBM remontam à década de 1960, quando alguns pesquisadores observaram um quadro clínico de fraqueza muscular progressiva em adultos mais velhos que não se encaixava nos padrões já conhecidos das miopatias inflamatórias clássicas. Com o tempo, constatou-se que esses pacientes apresentavam uma evolução distinta, marcada por comprometimento muscular distal e assimétrico, além da presença de alterações histopatológicas singulares, como os chamados vacúolos rimmed. Esses achados inauguraram uma linha de investigação voltada a diferenciar a IBM de condições até então mais amplamente reconhecidas, como a polimiosite e a dermatomiosite (Zanoteli, 2016).

Na década de 1980, a IBM passou a ser formalmente reconhecida como uma entidade clínica própria dentro do espectro das miopatias inflamatórias idiopáticas. A inclusão ocorreu em função de sua sobreposição com características inflamatórias, mas também pelo componente degenerativo, que a distingue das demais. Estudos histológicos revelaram infiltrados inflamatórios mediados por linfócitos T, paralelamente ao acúmulo de proteínas anormais no tecido muscular. Esse duplo caráter – inflamatório e degenerativo – consolidou a IBM como uma doença singular, o que contribuiu para a revisão dos critérios diagnósticos utilizados à época e reforçou a necessidade de abordagens mais específicas (Camargo, 2016).

Ao longo das últimas décadas, os avanços tecnológicos e metodológicos ampliaram significativamente o conhecimento sobre a patologia. Técnicas de imunohistoquímica e de imagem muscular, como a ressonância magnética, permitiram uma compreensão mais aprofundada dos processos fisiopatológicos envolvidos. A literatura recente aponta ainda para o papel de alterações moleculares e genéticas, assim como para a identificação de proteínas associadas a doenças neurodegenerativas, o que evidencia a complexidade do quadro. Esses progressos, aliados ao desenvolvimento de novos protocolos de avaliação clínica e funcional, possibilitaram um reconhecimento mais preciso da IBM e destacaram seus desafios terapêuticos, ainda não superados (Campos *et al.*, 2023).

A IBM é considerada a miopatia inflamatória mais prevalente em indivíduos acima dos 50 anos, especialmente em países desenvolvidos. Estudos internacionais indicam que sua incidência varia entre 1 e 3 casos por milhão de habitantes ao ano, enquanto a prevalência

pode alcançar até 40 casos por milhão, dependendo da região investigada. No Brasil, apesar da escassez de levantamentos epidemiológicos amplos, relatos clínicos e estudos de caso reforçam a relevância da doença como importante causa de fraqueza muscular crônica em adultos mais velhos, o que exige maior atenção da comunidade científica e médica nacional (Guimarães, 2017).

O perfil etário dos pacientes é um dos aspectos mais marcantes da IBM, já que a maior parte dos diagnósticos ocorre após a quinta década de vida. Essa característica a diferencia de outras miopatias inflamatórias, que costumam acometer indivíduos mais jovens. Aliás, a predominância da doença em homens é amplamente relatada na literatura, com uma proporção que pode variar de duas a três vezes mais casos em relação às mulheres. Essa diferença sugere a influência de fatores hormonais, imunológicos e possivelmente genéticos na suscetibilidade ao desenvolvimento da doença (Ferreira, 2021).

As diferenças epidemiológicas entre regiões e grupos étnicos também chamam a atenção. Pesquisas apontam que a IBM é mais frequentemente diagnosticada em populações europeias e norte-americanas, enquanto nos países asiáticos há indícios de menor prevalência, embora alguns estudos descrevam quadros clínicos mais graves nesses contextos. Essas disparidades podem refletir tanto fatores genéticos quanto variações na disponibilidade de recursos diagnósticos e na conscientização dos profissionais de saúde em diferentes sistemas médicos. Assim, compreender a distribuição global da doença é essencial para delinear estratégias diagnósticas mais eficazes e ampliar a representatividade de diferentes populações nos estudos clínicos (Campos *et al.*, 2023).

Os critérios de classificação das miopatias inflamatórias idiopáticas têm evoluído ao longo das últimas décadas, especialmente a partir das recomendações do *European Neuromuscular Centre (ENMC)*. Inicialmente, a definição clínica de polimiosite e dermatomiosite predominava nos consensos internacionais, com base em parâmetros como fraqueza muscular proximal, níveis séricos de creatina quinase (CPK) elevados, alterações inflamatórias na biópsia muscular e presença de erupções cutâneas características no caso da dermatomiosite. A IBM foi gradualmente aliada a esses consensos, após o reconhecimento de seu padrão clínico diferenciado, marcado por fraqueza assimétrica, início após os 50 anos e refratariedade aos tratamentos imunossupressores convencionais (Zanoteli, 2016).

Na comparação entre as principais entidades desse grupo, observa-se que a polimiosite caracteriza-se predominantemente por fraqueza proximal e resposta variável ao tratamento imunossupressor. A dermatomiosite, além da fraqueza muscular, associa-se a manifestações cutâneas típicas, como o heliotropo e as pápulas de Gottron, e apresenta maior risco de

associação com neoplasias. Já a IBM distingue-se por seu caráter crônico e progressivo, além da combinação de inflamação e degeneração muscular. Essa heterogeneidade de manifestações reforça a importância de critérios diagnósticos precisos, que permitam reduzir equívocos clínicos e evitar tratamentos desnecessários ou ineficazes (Ferreira, 2021).

O impacto desses critérios na prática clínica é significativo, uma vez que possibilitam maior padronização no diagnóstico e no manejo das miopatias inflamatórias. O consenso do ENMC, em especial, contribuiu para diferenciar a IBM das demais entidades e enfatizar o papel da biópsia muscular e dos achados histopatológicos característicos, como vacúolos rimmed e corpúsculos de inclusão. Além disso, os avanços nos critérios diagnósticos têm facilitado a inclusão adequada de pacientes em ensaios clínicos, o que permite uma avaliação mais confiável da eficácia de terapias emergentes. No entanto, ainda existem desafios relacionados à sensibilidade desses critérios, especialmente em casos atípicos ou em fases iniciais da doença, o que evidencia a necessidade de contínuas revisões e atualizações (Campos *et al.*, 2023).

A miosite por corpúsculos de inclusão apresenta uma fisiopatologia complexa, em que a resposta autoimune desempenha papel central. Estudos histológicos revelam a presença de infiltrados linfocitários endomisiais, constituídos principalmente por linfócitos T CD8+, que invadem as fibras musculares não necróticas, fenômeno que não é observado com a mesma intensidade em outras miopatias inflamatórias. Essa resposta citotóxica direcionada contra as fibras musculares demonstra a existência de um processo autoimune sustentado, o que contribui para a degeneração progressiva do tecido muscular (Camargo, 2016).

Além da infiltração celular, diversas citocinas pró-inflamatórias têm sido implicadas na perpetuação do dano muscular. Entre elas, destacam-se o fator de necrose tumoral alfa (TNF- α), a interleucina-1 beta (IL-1 β) e a interferona gama (IFN- γ), que favorecem o recrutamento de células imunológicas e amplificam a resposta inflamatória local. Essas moléculas não apenas intensificam a degradação das fibras musculares, como também prejudicam os mecanismos de reparo e regeneração do tecido. A presença contínua desse microambiente inflamatório colabora para o caráter crônico da IBM e a diferenciação de outras miopatias, como a polimiosite, em que a resposta ao tratamento imunossupressor é mais favorável (Graça; Kouyoumdjian, 2015).

Em condições normais, a resposta imune é controlada por células reguladoras que limitam a ação citotóxica dos linfócitos T e mantêm o equilíbrio homeostático do tecido. Na IBM, entretanto, observa-se deficiência nessa modulação, o que permite a persistência da inflamação mesmo diante da ausência de agentes infecciosos ou estímulos externos. Essa

incapacidade de conter a agressão autoimune gera um ciclo vicioso em que a inflamação contribui para a degeneração muscular, e os produtos dessa degeneração, por sua vez, reforçam a ativação imunológica. Essa dinâmica explica, em parte, a refratariedade da doença às terapias imunossupressoras clássicas (Ferreira, 2021).

A degeneração muscular observada na IBM constitui um dos pilares que a diferenciam das demais miopatias inflamatórias. O achado histopatológico mais característico é a presença dos vacúolos rimmed, estruturas intracelulares delimitadas por bordas basofílicas que representam áreas de degradação do material citoplasmático. Essas alterações refletem disfunções nos processos de autofagia e proteostase, o que leva ao acúmulo de resíduos celulares e compromete a integridade das fibras musculares. Dessa forma, os vacúolos rimmed são considerados marcadores diagnósticos fundamentais e reforçam o caráter degenerativo da doença (Camargo, 2016).

O acúmulo de proteínas anormais no interior das fibras musculares também se mostra como um aspecto central. Entre as mais frequentemente descritas, destacam-se a beta-amilóide, a proteína tau hiperfosforilada e a TDP-43, todas amplamente associadas a doenças neurodegenerativas, como Alzheimer e esclerose lateral amiotrófica. O depósito dessas proteínas sugere que mecanismos semelhantes de disfunção proteica e toxicidade celular possam estar envolvidos tanto na IBM quanto em distúrbios neurológicos crônicos. Essa sobreposição de achados patológicos amplia a compreensão da IBM e a coloca em uma posição singular entre doenças inflamatórias e degenerativas (Cavalcante, 2023).

As hipóteses neurodegenerativas propõem que a IBM não seja apenas uma doença inflamatória refratária, mas sim uma condição híbrida, em que inflamação e degeneração ocorrem de forma concomitante e interdependente. Estudos recentes defendem que a falha nos sistemas de reparo celular, como a autofagia e o proteassoma, favorece o acúmulo progressivo de proteínas mal dobradas e perpetua o dano muscular. Ao mesmo tempo, essas alterações desencadeiam respostas imunológicas adicionais e criam um ciclo contínuo de agressão tecidual. Essa visão integradora reforça a dificuldade terapêutica enfrentada atualmente e justifica a busca por estratégias que atuem não apenas no controle da inflamação, mas também na correção dos mecanismos degenerativos celulares (Borges, 2023).

Os fatores genéticos exercem papel relevante na compreensão da miosite por corpúsculos de inclusão (IBM), ainda que sua influência não seja totalmente elucidada. Pesquisas têm identificado genes candidatos relacionados à predisposição para a doença, especialmente aqueles que regulam a resposta imune e os mecanismos de reparo celular. Variantes em genes associados ao processamento de proteínas e à degradação celular têm sido

apontadas como possíveis contribuintes para o desenvolvimento da patologia. Esses achados reforçam a ideia de que a IBM resulta da interação entre fatores ambientais, envelhecimento e susceptibilidade genética, que compõem um quadro multifatorial que ajuda a explicar sua complexidade clínica (Cruz, 2016).

No campo da imunogenética, a associação com determinados alelos do complexo principal de histocompatibilidade (HLA) tem se mostrado relevante. Estudos indicam a presença aumentada de alelos de classe II, como o HLA-DRB1, em pacientes diagnosticados com IBM, o que sugere que a apresentação antigênica desempenha papel central no desencadeamento da resposta autoimune muscular. Essa relação aproxima a IBM de outras doenças autoimunes, nas quais o HLA exerce função determinante na ativação linfocitária e na perpetuação da inflamação crônica. Contudo, apesar das evidências, tais marcadores ainda não são utilizados de forma rotineira no diagnóstico clínico e permanecem restritos ao campo da pesquisa (Ferreira, 2021).

Para além dos fatores imunogenéticos, a IBM apresenta forte correlação com falhas nos processos de autofagia e proteostase, mecanismos essenciais para a manutenção da homeostase celular. A disfunção desses sistemas leva ao acúmulo de proteínas mal dobradas, como beta-amilóide, tau e TDP-43, que se depositam no interior das fibras musculares. Esse acúmulo desencadeia estresse celular, ativa vias inflamatórias secundárias e promove degeneração progressiva do tecido. Assim, o comprometimento da autofagia e da eliminação de proteínas defeituosas pode ser considerado um elo entre a genética, a inflamação e os mecanismos degenerativos da IBM, o que consolida a visão da doença como uma condição híbrida entre autoimunidade e neurodegeneração (Cavalcante, 2023).

A IBM apresenta manifestações clínicas singulares que a distinguem das demais miopatias inflamatórias. O sintoma mais marcante é a fraqueza muscular assimétrica, que afeta simultaneamente grupos musculares proximais e distais. Diferentemente de outras miopatias, a IBM compromete de maneira precoce e evidente músculos distais dos membros superiores e inferiores, o que gera grande impacto funcional. Essa característica clínica, incorporada à progressão lenta da doença, contribui para frequentes diagnósticos tardios, uma vez que os sintomas podem ser inicialmente atribuídos ao processo natural de envelhecimento (Campos *et al.*, 2023).

Entre os músculos mais acometidos, destacam-se os extensores do joelho e os flexores dos dedos, cuja fraqueza compromete atividades básicas, como levantar-se de cadeiras, subir degraus ou realizar tarefas manuais simples, como segurar utensílios. Além disso, a musculatura da faringe pode ser atingida, o que resulta em disfagia de graus variados. Essa

alteração, por sua vez, representa um fator de risco para desnutrição, perda ponderal e complicações respiratórias decorrentes de aspiração. A combinação desses comprometimentos musculares reforça a natureza peculiar da IBM, com repercussões que extrapolam o simples quadro de fraqueza (Ferreira, 2021).

A evolução da doença é insidiosa e crônica, com progressão gradual dos sintomas ao longo de anos. Muitos pacientes mantêm-se independentes nos estágios iniciais, mas a perda de força tende a avançar de forma irreversível, o que leva à necessidade de suporte funcional. Essa característica explica o fato de a IBM ser frequentemente confundida com outras condições de instalação lenta, como neuropatias periféricas ou esclerose lateral amiotrófica, o que reforça a importância do diagnóstico diferencial preciso (Zanoteli, 2016).

Os impactos funcionais da IBM tornam-se cada vez mais evidentes com a progressão da fraqueza muscular. A limitação da marcha e as quedas frequentes são sintomas recorrentes, ocasionados pela instabilidade postural e pelo enfraquecimento dos músculos extensores dos joelhos. Essas quedas não apenas aumentam o risco de fraturas, mas também restringem a autonomia, o que leva à redução da mobilidade e ao isolamento social progressivo (Guimarães, 2017).

Outro ponto crítico é a disfagia, que compromete a segurança da alimentação e expõe os pacientes a episódios de aspiração. Esse quadro eleva o risco de infecções respiratórias, além de contribuir para o risco nutricional e a piora do estado geral de saúde. A manutenção de uma deglutição segura passa a demandar acompanhamento multiprofissional, que envolve principalmente fonoaudiologia e nutrição, a fim de minimizar as complicações decorrentes (Veiga, 2021).

Por conseguinte, a evolução inexorável da doença conduz muitos pacientes à dependência funcional progressiva, o que exige auxílio em atividades de vida diária e uso de dispositivos de apoio. Essa perda de autonomia tem implicações emocionais, sociais e econômicas e repercute na qualidade de vida não apenas do paciente, mas também de sua rede de apoio familiar. A ausência de tratamentos eficazes amplia a necessidade de intervenções voltadas para a reabilitação e o suporte integral, de modo a mitigar o impacto global da IBM na vida dos indivíduos afetados (Cavalcante, 2023).

3 DIAGNÓSTICO E DIFERENCIAÇÃO

O processo de avaliação clínica da miosite por corpúsculos de inclusão exige atenção detalhada aos padrões de fraqueza muscular apresentados pelos pacientes. Diferente de outras miopatias inflamatórias, a IBM caracteriza-se por fraqueza assimétrica, com acometimento tanto de grupos musculares proximais quanto distais. Essa manifestação é mais evidente em músculos extensores do joelho e flexores dos dedos, o que compromete atividades funcionais cotidianas como levantar-se de cadeiras ou segurar objetos. A progressão lenta e insidiosa do quadro clínico faz com que a identificação precoce dependa de uma anamnese detalhada e de exames físicos minuciosos (Marinho *et al.*, 2016).

Um aspecto elementar da avaliação é a distinção em relação a outras miopatias e doenças neuromusculares que compartilham sintomas semelhantes. Na polimiosite, por exemplo, a fraqueza tende a ser simétrica e mais restrita a músculos proximais, enquanto a dermatomiosite apresenta sinais cutâneos específicos que não estão presentes na IBM. Aliás, condições como neuropatias periféricas e doenças do neurônio motor podem gerar confusão diagnóstica, de modo que é imprescindível considerar os elementos clínicos e funcionais característicos da IBM para evitar equívocos. Essa diferenciação é essencial para definir condutas terapêuticas adequadas, visto que a resposta ao tratamento é distinta entre as miopatias (Ferreira, 2021).

Paralelamente, o exame neurológico detalhado fornece informações cruciais sobre a extensão e o padrão da fraqueza. Avaliações da força, reflexos e coordenação permitem identificar sinais consistentes com o comprometimento muscular característico da IBM. A presença de disfagia, observada pela avaliação clínica da musculatura orofaríngea, também contribui para a definição do quadro e orienta medidas de suporte precoce. Assim, o exame físico sistematizado, aliado à análise clínica, constitui um dos pilares do diagnóstico e funciona como ponto de partida para a indicação de exames complementares, como eletroneuromiografia e biópsia muscular (Zanoteli, 2016).

Na investigação da IBM, a dosagem de enzimas musculares, como a creatina quinase (CPK), a aldolase, a lactato desidrogenase (LDH) e as transaminases séricas, constitui uma das primeiras etapas laboratoriais. Contudo, ao contrário do que ocorre em outras miopatias inflamatórias, os níveis de CPK na IBM geralmente se apresentam normais ou apenas discretamente elevados, o que pode gerar falsa impressão de ausência de dano muscular. Essa discrepância entre a gravidade clínica e os achados bioquímicos ressalta a necessidade de não

se basear exclusivamente em exames laboratoriais para o diagnóstico, sob risco de atrasar o reconhecimento da doença (Ferreira *et al.*, 2017).

Outro recurso laboratorial empregado é a pesquisa de anticorpos associados às miopatias inflamatórias, como os anti-sintetase (anti-Jo-1, anti-PL-7, anti-PL-12) e os anti-Mi-2, geralmente presentes em polimiosite e dermatomiosite. Contudo, a maioria dos pacientes com IBM não apresenta autoanticorpos específicos, o que limita a utilidade desses testes como marcador diagnóstico. Recentemente, estudos investigaram o papel do anticorpo anti-cN1A (anticorpo contra a proteína nuclear 1A citoplasmática), descrito como mais prevalente em pacientes com IBM, embora ainda não apresente sensibilidade e especificidade suficientes para ser empregado de forma isolada na prática clínica (Veiga, 2021).

Apesar de úteis como ferramenta complementar, os exames laboratoriais apresentam limitações no contexto da IBM. O fato de os níveis enzimáticos frequentemente permanecerem discretos e a ausência de marcadores sorológicos específicos reduzem o valor diagnóstico desses recursos. Assim, a análise bioquímica deve ser interpretada sempre em associação com dados clínicos, histopatológicos e neurofisiológicos, para evitar interpretações equivocadas. Dessa forma, embora o laboratório auxilie na exclusão de diagnósticos diferenciais, sua contribuição direta na confirmação da IBM permanece restrita (Campos *et al.*, 2023).

A biópsia muscular representa o exame de maior relevância para a confirmação diagnóstica da IBM. O achado histopatológico mais característico é a presença dos vacúolos rimmed, que se apresentam como cavidades intracelulares delimitadas por bordas basofílicas, resultantes de acúmulo e degradação incompleta de material citoplasmático. Associados a esses vacúolos, encontram-se os corpúsculos de inclusão, agregados proteicos anormais que reforçam o caráter degenerativo da doença. A identificação dessas alterações, em conjunto, considerada critério fundamental para o diagnóstico definitivo, fornece o padrão morfológico mais específico da IBM (Camargo, 2016).

Outro achado marcante consiste na presença de infiltrados inflamatórios endomisiais, predominantemente compostos por linfócitos T CD8+ que invadem fibras musculares não necróticas. Esse padrão inflamatório é distinto de outras miopatias inflamatórias, como a polimiosite, na qual a inflamação costuma ser mais difusa e não necessariamente acompanhada de vacúolos. A coexistência de inflamação e degeneração confere à IBM um perfil histológico singular, que explica sua refratariedade às terapias imunossupressoras tradicionais, uma vez que o componente degenerativo não é controlado por essas intervenções (Graça; Kouyoumdjian, 2015).

A relevância do estudo histológico vai além da simples confirmação diagnóstica. A biópsia muscular permite diferenciar a IBM de outras condições com manifestações clínicas semelhantes, como neuropatias crônicas e distrofias musculares. Além disso, fornece subsídios para pesquisas voltadas ao entendimento da fisiopatologia, sobretudo em relação ao acúmulo de proteínas anormais e à falha dos mecanismos de autofagia. Dessa forma, a biópsia permanece como exame de referência, apesar de não estar isenta de limitações, já que em fases iniciais da doença algumas alterações podem ser discretas e exigem análise criteriosa do material coletado (Campos *et al.*, 2023).

As técnicas imuno-histoquímicas surgiram como ferramentas complementares de grande valor na investigação da miosite por corpúsculos de inclusão (IBM). Diferentemente da análise histológica convencional, que identifica alterações morfológicas como os vacúolos rimmed, a imunomarcagem permite detectar a presença de proteínas anormais acumuladas no interior das fibras musculares. Entre os principais marcadores, destacam-se a beta-amilóide, a proteína tau hiperfosforilada, a TDP-43 e a p62, que também estão implicadas em doenças neurodegenerativas, como Alzheimer e esclerose lateral amiotrófica. Essa sobreposição reforça a natureza híbrida da IBM, situada entre os processos inflamatórios autoimunes e degenerativos celulares (Cavalcante, 2023).

O uso da imunohistoquímica também atua como um reforço diagnóstico frente às limitações da histologia convencional. Em fases iniciais da doença, os vacúolos rimmed podem ser discretos ou até ausentes, o que dificulta a confirmação diagnóstica apenas pela microscopia óptica. Nesses casos, a detecção imunológica de proteínas mal dobradas fornece evidências adicionais para diferenciar a IBM de outras miopatias inflamatórias, como polimiosite e dermatomiosite. Além disso, a análise molecular tem permitido aprofundar o conhecimento sobre a fisiopatologia da doença e demonstrar a participação de vias relacionadas à autofagia e ao estresse proteico (Camargo, 2016).

As perspectivas de uso clínico dessas técnicas avançam no sentido de integrá-las cada vez mais à rotina diagnóstica. Embora ainda não sejam amplamente empregadas em todos os centros, sua incorporação progressiva pode contribuir para diagnósticos mais precoces e precisos, o que evita condutas terapêuticas equivocadas. Ademais, a caracterização molecular da doença abre caminhos para o desenvolvimento de biomarcadores específicos, capazes de auxiliar não apenas no diagnóstico, mas também no monitoramento da progressão e da resposta a futuras intervenções terapêuticas. Assim, as abordagens imuno-histoquímicas e moleculares consolidam-se como instrumentos indispensáveis para a compreensão global da IBM (Campos *et al.*, 2023).

A ressonância magnética (RM) tem se destacado como uma das ferramentas de imagem mais úteis no estudo da miosite por corpúsculos de inclusão (IBM), o que permite a visualização detalhada da estrutura muscular. Os achados mais característicos incluem áreas de infiltração gordurosa e atrofia muscular, especialmente em músculos quadríceps e flexores dos dedos, além de sinais de inflamação em fases mais iniciais. Essa técnica possibilita a identificação de padrões específicos de acometimento, que auxiliam no diagnóstico diferencial em relação a outras miopatias inflamatórias, as quais geralmente apresentam inflamação difusa e simétrica. Dessa forma, a RM contribui não apenas para confirmar o diagnóstico, mas também para localizar os melhores sítios de biópsia muscular (Guimarães, 2017).

A ultrassonografia muscular também tem sido explorada como ferramenta complementar na avaliação da IBM, principalmente pela sua acessibilidade e baixo custo. Por meio dela, é possível identificar alterações na ecotextura muscular, como aumento da ecogenicidade devido à substituição gordurosa e à fibrose. Embora menos sensível que a ressonância magnética, a ultrassonografia oferece a vantagem de permitir avaliações dinâmicas e repetidas ao longo do tempo, o que favorece o acompanhamento evolutivo da doença sem expor o paciente a métodos mais onerosos ou complexos. Aliás, a técnica auxilia na diferenciação entre processos inflamatórios ativos e quadros predominantemente degenerativos (Cavalcante, 2023).

No conjunto, os estudos de imagem apresentam contribuições valiosas para o diagnóstico e o acompanhamento clínico da IBM. Eles permitem identificar precocemente alterações estruturais, orientar a realização de biópsias e monitorar a progressão da doença, sobretudo em ensaios clínicos que investigam terapias emergentes. A integração da ressonância magnética e da ultrassonografia com exames laboratoriais, eletroneuromiografia e histologia reforça uma abordagem multidisciplinar, essencial para enfrentar os desafios diagnósticos impostos por essa patologia complexa e heterogênea (Campos *et al.*, 2023).

A eletroneuromiografia (ENMG) dispõe de um papel central na avaliação da IBM, por ser um exame complementar essencial para a caracterização do padrão de comprometimento muscular. Os achados mais típicos incluem potenciais de unidade motora de curta duração e baixa amplitude, o que reflete o caráter miopático da doença. Esse padrão sugere a perda de fibras musculares funcionais e a consequente redução da força contrátil, o que se traduz em alterações elétricas mensuráveis. Embora não seja patognomônico, esse achado é frequente e auxilia na construção do perfil eletrofisiológico da IBM (Guimarães, 2017).

A detecção de evidências de denervação e reinervação no exame também precisa ser salientada, uma vez que potenciais de fibrilação, ondas positivas agudas e potenciais de

unidade motora polifásicos podem ser observados, o que reflete o processo crônico e a tentativa de compensação neuromuscular. Essas alterações reforçam a natureza híbrida da IBM, que combina elementos inflamatórios, degenerativos e até neurogênicos, e explicam a sobreposição de achados clínicos com outras doenças neuromusculares. A presença concomitante desses sinais confere ao exame importância diagnóstica e prognóstica, que permite avaliar a extensão da degeneração muscular (Cavalcante, 2023).

O valor da eletroneuromiografia na prática clínica reside principalmente em sua capacidade de diferenciar doenças neurogênicas e miogênicas. Enquanto nas neuropatias o exame costuma revelar potenciais de longa duração e alta amplitude, na IBM predomina o padrão miopático, ainda que associado a sinais de denervação crônica. Essa distinção é basilar, sobretudo em pacientes idosos, nos quais o diagnóstico diferencial inclui condições como neuropatia periférica e esclerose lateral amiotrófica. Assim, a ENMG consolida-se como ferramenta indispensável no arsenal diagnóstico por oferecer informações complementares à clínica, à histopatologia e às técnicas de imagem (Campos *et al.*, 2023).

O diagnóstico da IBM exige cuidadosa distinção em relação a outras miopatias inflamatórias idiopáticas, como polimiosite e dermatomiosite. Na polimiosite, a fraqueza é predominantemente proximal e simétrica, com maior resposta a terapias imunossupressoras, diferentemente da IBM, em que a fraqueza é assimétrica e refratária ao tratamento. Já a dermatomiosite associa-se a manifestações cutâneas típicas, como o heliotropo e as pápulas de Gottron, ausentes na IBM. Além disso, as distrofias musculares, de caráter genético, podem mimetizar a fraqueza progressiva observada na IBM, mas costumam ser diagnosticadas mais precocemente e apresentam padrões de herança que auxiliam na diferenciação clínica e laboratorial (Ferreira, 2021).

As neuropatias periféricas e as doenças do neurônio motor também integram o diagnóstico diferencial, principalmente em pacientes idosos que apresentam fraqueza distal. A polineuropatia, por exemplo, pode gerar atrofia muscular e alterações eletrofisiológicas semelhantes, embora com distribuição distinta. Já as doenças do neurônio motor, como a atrofia muscular progressiva, compartilham sinais de denervação identificados pela eletroneuromiografia, o que pode levar a diagnósticos equivocados se não houver correlação clínica e histopatológica adequada. Nesses casos, a biópsia muscular torna-se fundamental para identificar vacúolos rimmed e corpúsculos de inclusão, ausentes nas neuropatias (Campos *et al.*, 2023).

Entre as doenças de maior sobreposição sintomática encontra-se a esclerose lateral amiotrófica (ELA), cujo quadro de fraqueza progressiva pode simular a IBM. A distinção

entre ambas é fundamental, uma vez que a ELA apresenta prognóstico mais grave e evolução rápida. Na IBM, a presença de fraqueza assimétrica, que envolve extensores do joelho e flexores dos dedos, associada à disfagia, constitui um padrão sugestivo. Já a esclerose múltipla, embora primariamente uma doença desmielinizante do sistema nervoso central, pode cursar com fraqueza e fadiga muscular, mas apresenta lesões desmielinizantes visíveis à ressonância magnética cerebral, inexistentes na IBM. Assim, a integração de dados clínicos, histológicos e eletrofisiológicos é indispensável para estabelecer a diferenciação (Zanoteli, 2016).

Os critérios atuais de diagnóstico da IBM têm origem nos consensos do ENMC, periodicamente revisados para melhorar a acurácia diagnóstica. Os parâmetros incluem a presença de fraqueza assimétrica que envolve músculos distais e proximais, idade de início geralmente acima de 50 anos, refratariedade ao tratamento imunossupressor e, no exame histológico, a identificação de vacúolos rimmed, corpúsculos de inclusão e infiltrados linfocitários endomisiais. Esses critérios combinam achados clínicos, laboratoriais e histopatológicos e estabelecem um padrão internacional de referência para a doença (Camargo, 2016).

Apesar de sua relevância, os critérios apresentam limitações em termos de sensibilidade e especificidade. Pacientes em estágios iniciais da IBM podem não exibir claramente todas as alterações histológicas, o que dificulta a confirmação diagnóstica. Além disso, alguns indivíduos com características clínicas típicas não preenchem todos os requisitos formais dos consensos, o que pode levar à subnotificação da doença. Ainda assim, os critérios do ENMC continuam como os mais utilizados na prática clínica e em pesquisas, e servem como base para a inclusão de pacientes em estudos clínicos e ensaios terapêuticos (Campos *et al.*, 2023).

Do ponto de vista prático, os principais desafios atuais incluem a necessidade de diagnósticos mais precoces e a diferenciação de pacientes com formas atípicas da doença. A complexidade da IBM, que combina aspectos inflamatórios e degenerativos, exige a integração de múltiplos métodos diagnósticos, o que inclui clínica, biópsia, eletroneuromiografia e imagem. Nesse contexto, a revisão contínua dos critérios diagnósticos torna-se imprescindível, com vistas a incorporar novos biomarcadores moleculares e técnicas avançadas de análise histológica, ampliar a precisão diagnóstica e reduzir equívocos clínicos (Cavalcante, 2023).

4 TRATAMENTO E PERSPECTIVAS

O tratamento farmacológico tradicional da IBM tem se baseado, historicamente, no uso de corticoides e imunossupressores, a exemplo da azatioprina, metotrexato e ciclosporina. Essas terapias foram inicialmente empregadas por analogia às demais miopatias inflamatórias idiopáticas, como polimiosite e dermatomiosite, nas quais se observa resposta favorável em boa parte dos pacientes. Contudo, a experiência clínica demonstrou que, na IBM, esses medicamentos não proporcionam benefícios consistentes, já que não conseguem controlar de forma significativa a progressão da fraqueza muscular nem preservar a função a longo prazo (Ferreira, 2021).

Estudos como de Zanoteli (2016) e Campos *et al.* (2023) confirmaram a baixa resposta terapêutica da IBM às terapias imunossupressoras clássicas. Em alguns casos, observou-se até mesmo aceleração da perda funcional ou agravamento de efeitos colaterais, como osteoporose, diabetes e hipertensão decorrentes do uso prolongado de corticoides. Essa ausência de eficácia reforça a noção de que a IBM não pode ser considerada apenas uma doença inflamatória, mas sim uma condição com importante componente degenerativo, o que explica a resistência ao tratamento convencional. Deste modo, o manejo baseado exclusivamente em imunossupressão mostrou-se inadequado e, em muitos casos, deletério para a qualidade de vida dos pacientes.

As lições aprendidas com estudos passados são de grande relevância para a condução atual da prática clínica. A experiência negativa com o uso isolado de corticoides e imunossupressores contribuiu para o redirecionamento das pesquisas em busca de novas alternativas terapêuticas. Ficou evidente que a IBM requer estratégias distintas das aplicadas às outras miopatias inflamatórias, inclusive abordagens que levem em conta os processos degenerativos associados, como o acúmulo de proteínas anormais e a falha nos mecanismos de autofagia. Esse aprendizado coletivo orienta, atualmente, a priorização de terapias experimentais e intervenções de suporte, em detrimento da insistência em tratamentos tradicionais que pouco modificam o curso clínico da doença (Campos *et al.*, 2023).

Diante da baixa eficácia dos corticoides e imunossupressores tradicionais, diversas pesquisas têm investigado o uso de terapias imunobiológicas e imunomoduladoras na miosite por corpúsculos de inclusão (IBM). Entre os agentes mais estudados destacam-se o rituximabe, um anticorpo monoclonal anti-CD20 que promove a depleção de linfócitos B, e o alemtuzumabe, direcionado contra o antígeno CD52 presente em linfócitos e monócitos. Além deles, outras moléculas, como o infliximabe, o tocilizumabe e as imunoglobulinas

intravenosas, foram avaliadas com a expectativa de reduzir a resposta inflamatória observada nos músculos afetados. Tais tratamentos visam modular de forma seletiva o sistema imune, na tentativa de interromper o ciclo de inflamação crônica que caracteriza a doença (Veiga, 2021).

Os ensaios clínicos publicados até o momento, contudo, têm mostrado resultados limitados. Estudos com rituximabe e alemtuzumabe demonstraram alguma melhora laboratorial e redução transitória da infiltração inflamatória, mas sem impacto clínico expressivo na preservação da força muscular ou na desaceleração da progressão funcional (Ferreira, 2021).

Da mesma forma, pesquisas com imunoglobulina intravenosa apontaram efeitos benéficos em subsetores de pacientes, sobretudo na melhora da disfagia, mas não na reversão da fraqueza distal característica da IBM. Esses achados reforçam a heterogeneidade da resposta terapêutica e a dificuldade em alcançar desfechos clínicos consistentes, mesmo com agentes modernos e altamente específicos (Campos *et al.*, 2023).

Apesar das limitações, o estudo dessas terapias trouxe importantes contribuições para o entendimento dos mecanismos de ação potenciais. A depleção seletiva de linfócitos e a modulação das citocinas pró-inflamatórias oferecem pistas sobre a participação do sistema imune no curso da IBM, ainda que não sejam suficientes para deter a degeneração muscular progressiva (Ferreira, 2021).

Esses resultados sustentam a hipótese de que a doença não é exclusivamente inflamatória, mas sim multifatorial, o que exige abordagens que combinem imunomodulação com estratégias voltadas ao controle da degeneração celular. Assim, mesmo que as terapias imunobiológicas atuais não tenham atingido eficácia plena, elas pavimentaram o caminho para futuras pesquisas, que poderão integrar imunoterapia, terapias celulares e moduladores dos mecanismos de autofagia (Camargo, 2016).

As intervenções reabilitadoras ocupam papel central no manejo da IBM, uma vez que até o momento não existem tratamentos farmacológicos capazes de modificar significativamente o curso da doença. A fisioterapia tem como objetivo principal preservar a função muscular, retardar a progressão da fraqueza e estimular a manutenção da mobilidade e da independência funcional pelo maior tempo possível. A aplicação de exercícios individualizados, voltados para a preservação da amplitude de movimento e fortalecimento de grupos musculares menos comprometidos, contribui para reduzir o impacto da doença na rotina diária dos pacientes (Medeiros, 2021).

Um aspecto igualmente importante é a reeducação postural e a prevenção de quedas, já que a fraqueza assimétrica nos músculos extensores do joelho torna os indivíduos mais

vulneráveis a instabilidades e acidentes. Estratégias como treinamento de equilíbrio, adaptação de ambientes domiciliares e uso de dispositivos de apoio, como bengalas e andadores, têm impacto direto na qualidade de vida e na segurança do paciente. Essas medidas preventivas reduzem complicações secundárias, como fraturas e hospitalizações, que agravam ainda mais o estado clínico do indivíduo com IBM (Guimarães, 2017).

Além da fisioterapia tradicional, o estudo de Campos *et al.* (2023) aponta benefícios da combinação de treino aeróbico e resistido. O exercício aeróbico de intensidade moderada auxilia na manutenção da capacidade cardiorrespiratória, enquanto o treino resistido supervisionado favorece a preservação da força em grupos musculares não tão severamente afetados. Essa abordagem integrada melhora a funcionalidade, reduz a fadiga e pode trazer ganhos psicossociais, como maior engajamento social e autoestima. Ainda que não modifiquem a patogênese da doença, tais intervenções configuram-se como recursos indispensáveis para otimizar a evolução clínica e promover maior autonomia.

O suporte nutricional constitui um componente indispensável no manejo da miosite por corpúsculos de inclusão, sobretudo em razão da disfagia e da perda progressiva da massa muscular. A avaliação nutricional precoce é fundamental para identificar sinais de desnutrição e perda ponderal antes que se agravem, o que permite a implementação de medidas preventivas que garantam o aporte energético e proteico adequado. A presença de disfagia aumenta a vulnerabilidade desses pacientes e torna imprescindível o acompanhamento periódico por nutricionistas para ajustar condutas segundo a evolução clínica (Veiga, 2021).

As orientações dietéticas específicas devem priorizar alimentos de fácil mastigação e deglutição, além de consistências adaptadas para reduzir o risco de aspiração. Recomenda-se fracionar as refeições em volumes menores, para oferecer nutrientes de alta densidade calórica e proteica, e otimizar a ingestão sem sobrecarregar o esforço de deglutição. Isso garante manutenção da força muscular residual e auxilia na preservação da funcionalidade, o que impacta positivamente no prognóstico e no bem-estar geral (Guimarães, 2017).

Em casos de maior comprometimento funcional, pode-se recorrer à suplementação nutricional e suporte clínico especializado, como o uso de suplementos hipercalóricos, hiperproteicos e, em situações extremas, a indicação de gastrostomia para assegurar aporte adequado de nutrientes. Além disso, terapias complementares, como orientação sobre hidratação adequada, fisioterapia respiratória e suporte psicológico, contribuem para uma abordagem integral do paciente. Tais estratégias não modificam a progressão da doença, mas têm impacto decisivo na redução de complicações secundárias e na melhoria da qualidade de vida (Campos *et al.*, 2023).

O prognóstico da doença, por sua vez, denota-se por uma progressão lenta e irreversível, que culmina na perda gradual da força muscular e da capacidade funcional. Embora a evolução clínica seja mais prolongada quando comparada a outras doenças neuromusculares, a ausência de terapias efetivas torna a deterioração inevitável. A combinação de inflamação persistente, degeneração muscular e falhas nos mecanismos de reparo celular confere à doença um curso crônico e refratário, o que justifica a dificuldade de estabilizar ou reverter o quadro clínico mesmo diante das estratégias terapêuticas disponíveis (Campos *et al.*, 2023).

Esse processo progressivo impacta diretamente a autonomia funcional do paciente. Nos estágios iniciais, as limitações restringem-se a atividades específicas, como subir escadas ou manipular objetos pequenos. Entretanto, com o avanço da doença, a fraqueza assimétrica compromete a marcha, o que resulta em quedas frequentes e eventual necessidade de dispositivos de apoio para locomoção. Além disso, a disfagia contribui para restrições alimentares e risco de complicações respiratórias, o que aumenta a dependência de suporte multiprofissional. A perda da independência nas atividades de vida diária afeta não apenas a funcionalidade física, mas também aspectos psicossociais do indivíduo, o que inclui autoestima e qualidade de vida (Guimarães, 2017).

No que se refere à expectativa de vida, a IBM diferencia-se de outras miopatias inflamatórias por não estar associada a maior mortalidade direta. Muitos pacientes vivem décadas após o diagnóstico, o que confirma o caráter prolongado da doença. No entanto, complicações secundárias, como infecções respiratórias decorrentes de disfagia e limitações físicas severas, podem reduzir a sobrevida em determinados casos. Quando comparada à polimiosite e à dermatomiosite, a IBM apresenta menor risco de associação com neoplasias, mas, em contrapartida, uma pior evolução funcional, o que reforça a necessidade de estratégias de reabilitação contínua e suporte clínico de longo prazo (Ferreira, 2021).

5 CONCLUSÃO

Esta revisão da literatura evidenciou que a miosite por corpúsculos de inclusão apresenta caráter híbrido, ao combinar inflamação mediada por linfócitos T e degeneração muscular associada ao acúmulo de proteínas anormais. Clinicamente, destaca-se por fraqueza assimétrica, acometimento de músculos distais e disfagia, o que repercute de forma significativa na autonomia e na qualidade de vida dos pacientes.

Entre os exames complementares, a eletroneuromiografia mostrou-se relevante no diagnóstico diferencial, ao identificar padrões miopáticos com sinais de denervação e reinervação. Esse recurso auxilia na distinção entre IBM e outras condições neuromusculares, como polimiosite, neuropatias periféricas e doenças do neurônio motor, o que evita equívocos que poderiam comprometer a conduta terapêutica. Associada à biópsia muscular e às técnicas de imagem, a eletroneuromiografia contribui para consolidar o diagnóstico e orientar estratégias de manejo.

A análise crítica da literatura também revelou lacunas importantes, sobretudo no que diz respeito a biomarcadores diagnósticos confiáveis e terapias realmente eficazes. O uso de corticoides e imunossupressores mostrou-se pouco benéfico, enquanto os imunobiológicos e imunomoduladores apresentaram resultados limitados. As intervenções reabilitadoras, nutricionais e multiprofissionais assumem papel primário no suporte clínico, mas não modificam a progressão natural da doença.

Diante desse cenário, as perspectivas para futuras pesquisas incluem o desenvolvimento de biomarcadores moleculares que permitam diagnósticos precoces, a exploração de terapias gênicas e celulares, além da realização de ensaios clínicos multicêntricos e mais robustos.

Perante o exposto, a IBM permanece como uma condição de difícil tratamento, cujo manejo exige abordagem multidisciplinar e contínua. A compreensão de seus mecanismos fisiopatológicos, aliada ao avanço das pesquisas em biotecnologia e neurofisiologia, poderá abrir novas perspectivas terapêuticas. Com isso, reafirma-se a necessidade de investir em investigações que transcendam o enfoque inflamatório, incorporem a dimensão degenerativa da doença e ofereçam aos pacientes um futuro de cuidados mais eficazes e personalizados.

REFERÊNCIAS

BORGES, Isabela Bruna Pires. **Impacto de atorvastatina nos tecidos musculares de pacientes com dermatomiosite e síndrome antissintetase**. 2023. Tese (Doutorado em Ciências) - Universidade de São Paulo, São Paulo, 2023. Disponível em: <https://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/5/5140/tde-28022024-150613/publico/IsabelaBrunaPiresBorges.pdf>. Acesso em: 5 ago. 2025.

CAMARGO, Leonardo Valente de. **Estudo clínico, histológico, imunoistoquímico e da função lisossomal na miosite por corpos de inclusão**. 2016. Tese (Doutorado em Ciências) - Universidade de São Paulo, São Paulo, 2016. Disponível em:

<https://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/5/5138/tde-10082016-085140/publico/LeonardoValentedeCamargo.pdf>. Acesso em: 26 ago. 2025.

CAMPOS, Mateus Costa; PATIER, Pedro Henrique Ximenes; LEVY, João Guilherme Marques Castello Branco *et al.* Estudo sistemático das características clínicas da miosite por corpúsculo de inclusão. **Brazilian Journal of Health Review**, v. 6, n. 5, p. 22811-22817, 2023. Disponível em: <https://ojs.brazilianjournals.com.br/ojs/index.php/BJHR/article/download/63344/45587>. Acesso em: 11 ago. 2025.

CAVALCANTE, Wagner Cid Palmeira. **Análise da musculatura esquelética de pacientes com diagnóstico histológico de miopatia inflamatória com alterações mitocondriais através da ressonância nuclear magnética**. 2023. Tese (Doutorado em Ciências) - Universidade de São Paulo, São Paulo, 2023. Disponível em: <https://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/5/5138/tde-01122023-180051/publico/WagnerCidPalmeiraCavalcante.pdf>. Acesso em: 24 ago. 2025.

CRUZ, Simão. **Miopatias genéticas com apresentação na adolescência ou idade adulta: diagnóstico na prática clínica**. 2016. Disponível em: <https://repositorio.hff.min-saude.pt/bitstreams/f9221057-59d7-447c-bc97-07cf9e4811c8/download>. Acesso em: 17 ago. 2025.

FERRAZ, Alberto Pereira; JOSÉ, Fabio Freire. Miopatia necrosante paraneoplásica – relato de caso. **Revista Brasileira de Reumatologia**, v. 57, p. 82-84, 2017. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rbr/a/nqkyGdhKWNBLDRZxDDQGKQh/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 11 ago. 2025.

FERREIRA, Carla Rafaela de Oliveira. **Miopatias inflamatórias idiopáticas: análise de preditores de mau prognóstico**. Dissertação (Mestrado Integrado em Medicina) - Universidade do Porto, Porto, Portugal, 2021. Disponível em: <https://repositorio-aberto.up.pt/bitstream/10216/134727/2/481580.pdf>. Acesso em: 20 ago. 2025.

FERREIRA, Igor Tadeu Garcia; GONÇALVES, Thales Henrique Costa; LIMA, Caio André Moises de; CARVALHO, Marcia Scolfaro. Polimiosite no diagnóstico diferencial de dor torácica aguda. **Revista da Sociedade Brasileira de Clínica Médica**, v. 15, n. 4, p. 264-271, 2017. Disponível em: <https://www.sbcm.org.br/ojs3/index.php/rsbcm/article/download/310/282>. Acesso em: 22 ago. 2025.

GRAÇA, Carla Renata; KOUYOUMDJIAN, João Aris. Expressão de antígenos MHC classe I e de células CD4 e CD8 na polimiosite e dermatomiosite. **Revista Brasileira de Reumatologia**, v. 55, p. 203-208, 2015. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rbr/a/BSnrgNFXJphXf3hBQkTGS�h/?format=html&lang=pt>. Acesso em: 19 ago. 2025.

GUIMARÃES, Júlio Brandão. **Miosite de corpos de inclusão: correlação dos achados na ressonância magnética com parâmetros clínicos e funcionais**. 2017. Disponível em: <https://repositorio.unifesp.br/items/ec018ca3-7a6e-4fc5-86a0-f781cfa67d3e>. Acesso em: 25 ago. 2025.

MARINHO, Ana; GUIMARÃES, Mario José; LAGES, Neusa Cristina Ribeiro; CORREIA, Carlos. *Role of noninvasive ventilation in perioperative patients with neuromuscular disease: a clinical case*. **Revista Brasileira de Anestesiologia**, v. 66, n. 1, p. 72-74, 2016. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rba/a/KRm94bMhy55gh4w5KxQjvYS/?format=pdf&lang=en>. Acesso em: 23 ago. 2025.

MEDEIROS, Victoria Maria Garcia de. **Abordagem fisioterapêutica na miosite viral**: um relato de caso. 2021. Disponível em: <http://repositorio.ifrj.edu.br/>. Acesso em: 15 ago. 2025.

SOUZA, Fernando Henrique Carlos de; MIOSSI, Renata; SHINJO, Samuel Katsuyuki. Miopatias autoimunes sistêmicas. In: **Reumatologia**. 2. ed. Rio de Janeiro: Atheneu, 2021.

VEIGA, Catarina Maia da. **Medicamentos biológicos e imunoglobulinas no tratamento de miosites**. Dissertação (Mestrado Integrado em Medicina) - Universidade do Porto, Porto, Portugal. 2021. Disponível em: <https://repositorio-aberto.up.pt/bitstream/10216/134725/2/481602.pdf>. Acesso em: 22 ago. 2025.

VIRIATO, Adriele Ribeiro França. **Polimiosite e outras causas de elevação de cpk em portadores de HTLV1**. 2019. Disponível em: <http://repositorio.bahiana.edu.br/jspui/handle/bahiana/6015>. Acesso em: 18 ago. 2025.

ZANOTELI, Edmar. **Atualização em Doenças Neuromusculares**: Miosite por Corpos de Inclusão. 2016. Disponível em: <https://observatorio.fm.usp.br/entities/publication/f40157ce-7ff7-412e-90c0-b59bc8d7b73b>. Acesso em: 12 ago. 2025.

**DIRETRIZES ANTECIPADAS DE VONTADE E CUIDADOS PALIATIVOS NA
FINITUDE DA VIDA: entre a autonomia médica, a dinâmica familiar
e a judicialização da saúde no Brasil**

***ADVANCE DIRECTIVES AND PALLIATIVE CARE AT THE END OF LIFE: between
medical autonomy, family dynamics, and the judicialization of health in Brazil***

Augusto Cesar Malta Laudares Moreira

Stephânia de Oliveira Laudares Moreira

Eduardo Vicentin de Macedo

Terezinha das Graças Laudares

Humberto César Machado

José Luiz de Moura Neto

Henrique Pacheco Machado

Gabriel Pacheco Machado

Paulo Cesar Moreira

RESUMO: O prolongamento artificial da vida propiciado pelo avanço técnico-científico da medicina contemporânea reconfigurou os limites da finitude humana e transformou o processo de morrer em um evento frequentemente institucionalizado e permeado por dilemas éticos. O presente artigo analisa a interseção entre as Diretrizes Antecipadas de Vontade (DAVs), a prática dos Cuidados Paliativos e os conflitos decorrentes da dinâmica familiar, da atividade médica e da judicialização da saúde no cenário brasileiro. Por meio de uma abordagem interdisciplinar que congrega a Bioética, a Medicina e o Direito, discute-se o imperativo do respeito à autonomia do paciente em fase terminal e a necessidade de consolidação de *mechanisms* que confirmem segurança jurídica ao ato médico protetivo da ortotanásia. Conclui-se que a ausência de uma legislação federal específica no Brasil potencializa a judicialização defensiva e demanda a urgente institucionalização e difusão do Planejamento Avançado de Cuidados (PAC) como salvaguarda da dignidade humana.

PALAVRAS-CHAVE: Diretrizes Antecipadas de Vontade; cuidados paliativos; autonomia do paciente; judicialização da saúde; ortotanásia.

ABSTRACT: *The artificial prolongation of life enabled by the socio-technical advancement of contemporary medicine has reconfigured the boundaries of human finitude, transforming the process of dying into an institutionalized event often permeated by ethical and clinical dilemmas. This article analyzes the intersection between Advance Directives (ADs), the practice of Palliative Care, and the conflicts arising from family dynamics, medical activity, and the judicialization of health within the Brazilian context. Through an interdisciplinary approach combining Bioethics, Medicine, and Law, it discusses the imperative of respecting patient autonomy in terminal stages and the need to consolidate legal mechanisms that provide structural security for the protective medical act of orthothanasia. It concludes that*

the absence of specific federal legislation in Brazil fosters defensive medicine and strategic litigation driven by relatives, demanding the urgent institutionalization and dissemination of Advanced Care Planning (ACP) to safeguard human dignity at the end of life.

KEYWORDS: *Advance Directives; palliative care; personal autonomy; health judicialization; orthothanasia.*

1 INTRODUÇÃO

A transição demográfica e o perfil epidemiológico global observado a partir da segunda metade do século XX, marcados pelo envelhecimento populacional e pelo predomínio de enfermidades crônico-degenerativas, impuseram uma revisão profunda nas práticas assistenciais voltadas ao fim da vida. A morte, outrora compreendida como um evento natural, doméstico e cercado pelos ritos familiares, foi gradativamente transferida para o ambiente hospitalar. Se, por um lado, o desenvolvimento biotecnológico e a sofisticação das Unidades de Terapia Intensiva (UTIs) permitiram a reversão de quadros agudos outrora fatais, por outro, inauguraram a possibilidade de manutenção puramente artificial e indefinida de funções biológicas em pacientes sem qualquer prognóstico de recuperação.

Esse cenário de hipermedicalização do morrer fez emergir, com especial premência, o debate acerca da distanásia, o prolongamento obstinado, doloroso e inútil do processo de morte e a necessidade premente de se resgatar a dignidade humana no crepúsculo da existência. É nesse hiato entre a técnica e a ética que se inserem os Cuidados Paliativos e o instituto das Diretrizes Antecipadas de Vontade (DAVs). As DAVs constituem um gênero de negócios jurídicos unilaterais e extrapatrimoniais pelos quais uma pessoa, no pleno gozo de suas capacidades mentais, manifesta suas escolhas e valores a respeito dos tratamentos médicos aos quais deseja ou não ser submetida caso venha a se encontrar em um estado de incapacidade de autogoverno decorrente de doença terminal ou irreversível.

No Brasil, o principal marco regulatório desse instituto não provém do Poder Legislativo, mas sim, do poder normativo autárquico do Conselho Federal de Medicina (CFM), por meio da publicação da Resolução n. 1.995 no ano de 2012. Contudo, decorrida mais de uma década da edição da referida norma deontológica, a aplicação prática das DAVs no território nacional ainda enfrenta barreiras severas. A atividade médica encontra-se frequentemente emparedada entre o dever ético de aliviar o sofrimento (potencializado pela prática da ortotanásia) e o temor de repercussões de natureza civil, administrativa ou criminal, em virtude da ausência de uma lei federal em sentido estrito que referende tais diretrizes.

Soma-se a essa equação o papel complexo da família. Em situações de iminência de óbito, o núcleo familiar, desprovido de preparo emocional ou obnubilado pelo luto antecipatório e pela culpa, tende a rechaçar as decisões prévias do paciente, o que exige da equipe de saúde a adoção de medidas terapêuticas desproporcionais. Esse desalinhamento entre a vontade do doente, a conduta médica baseada em evidências paliativas e as expectativas familiares tem impulsionado um crescente fenômeno de judicialização do processo de morrer.

Diante do exposto, o presente trabalho propõe-se a responder à seguinte questão norteadora, “De que maneira a ausência de um marco legal unificado para as Diretrizes Antecipadas de Vontade no Brasil impacta a atuação médica paliativista e reverbera nos índices de judicialização provocados pelos núcleos familiares”? O objetivo geral deste estudo é analisar criticamente as dimensões bioéticas, médicas, sociais e jurídicas das DAVs no contexto da terminalidade; identificar os nós críticos que impedem a sua efetivação e propor caminhos para a mitigação dos conflitos judiciais, o que garante, em última análise, a primazia da dignidade da pessoa humana e o direito a uma morte digna.

2 METODOLOGIA

Para o desenvolvimento deste estudo, optou-se pela realização de uma pesquisa de natureza teórico-conceitual e documental, operacionalizada por meio de uma revisão integrativa da literatura científica, associada à análise dogmática do ordenamento jurídico e da jurisprudência pátria correlata. A revisão integrativa permite a síntese de múltiplos estudos publicados e possibilita conclusões gerais a respeito de uma área específica de conhecimento, ao mesmo tempo em que preserva o rigor metodológico. A busca por subsídios literários foi efetuada em bases de dados de alto impacto e relevância acadêmica nacional e internacional, a saber: PubMed/MEDLINE, *Cochrane Database of Systematic Reviews*, SciELO (*Scientific Electronic Library On-line*) e *Google Scholar*.

Os descritores utilizados foram selecionados a partir dos Descritores em Ciências da Saúde (DeCS) e do *Medical Subject Headings* (MeSH), combinados por meio dos operadores booleanos AND e OR: “Diretrizes Antecipadas de Vontade” (*Advance Directives*), “Cuidados Paliativos” (*Palliative Care*), “Autonomia do Paciente” (*Personal Autonomy*), “Judicialização da Saúde” (*Health Judicialization*) e “Finitude” (*Terminal Care*). Os critérios de inclusão adotados para a seleção dos artigos científicos consistiram em artigos originais, revisões

sistemáticas e ensaios teóricos publicados em periódicos revisados por pares; textos disponíveis na íntegra nos idiomas português, inglês e espanhol; literatura considerada clássica para a fundamentação bioética e sociológica da morte (sem limite temporal de publicação); literatura científica contemporânea e atualizada, compreendida prioritariamente no intervalo dos últimos cinco anos, a fim de capturar o estado da arte e as discussões jurídicas recentes.

Foram excluídos os resumos de congressos, relatórios institucionais não validados, dissertações e teses que não resultaram em publicações indexadas, bem como artigos que abordavam as DAVs exclusivamente sob a ótica patrimonialista ou de planejamento sucessório tradicional. O *corpus* documental jurídico foi constituído a partir do exame da Constituição da República Federativa do Brasil de 1988, do Código Civil Brasileiro (Lei n. 10.406/2002), do Código de Ética Médica vigente (Resolução CFM n. 2.217/2018) e da Resolução CFM n. 1.995/2012. Adicionalmente, procedeu-se a uma busca amostral por acórdãos nos tribunais de justiça estaduais e no Superior Tribunal de Justiça (STJ) que versassem sobre a recusa de tratamentos e a validade de testamentos vitais. Os dados coletados foram categorizados por análise de conteúdo temática e apresentados os núcleos de discussão na seção subsequente deste artigo.

3 O CONSTRUCTO DOS CUIDADOS PALIATIVOS E A DOR TOTAL: da ontologia da finitude à prática clínica contemporânea

A compreensão contemporânea dos Cuidados Paliativos (CP) exige um retorno epistemológico às suas origens históricas, indissociáveis da figura de Dame Cicely Saunders. Na década de 1960, no St. Christopher's Hospice, em Londres, Saunders operou uma verdadeira revolução copernicana na medicina ao desviar o foco do olhar clínico da cura patológica para o cuidado integral do sujeito que padece (Saunders, 1967). Foi a partir de suas observações clínicas que se cunhou o conceito paradigmático de “dor total”. De acordo com essa formulação clássica, a experiência sofrível do paciente com uma enfermidade ameaçadora da vida não se restringe aos estímulos nociceptivos físicos (dor somática). Ela é integrada, de forma indissolúvel, por dimensões psíquicas (ansiedade, depressão, perda de controle), sociais (isolamento, abandono familiar, perdas financeiras) e espirituais (crise existencial, busca por significado, medo do pós-morte) (Saunders, 1996).

Ignorar essa multidimensionalidade equivale a reduzir o paciente a um amálgama de órgãos falimentares, o que perpetua o erro cartesiano que afasta a medicina de sua essência humanística. A Organização Mundial da Saúde (OMS), ao absorver os preceitos de Saunders, atualizou conceitualmente os Cuidados Paliativos e os definiu como uma abordagem que visa melhorar a qualidade de vida dos pacientes (adultos e crianças) e de suas famílias, quando enfrentam problemas associados a doenças que ameaçam a vida (*World Health Organization*, 2002). Essa abordagem atua na prevenção e no alívio do sofrimento por meio da identificação precoce, avaliação correta e tratamento da dor e de outros problemas de ordem física, psicossocial e espiritual.

A literatura médica internacional mais recente corrobora a tese de que a introdução precoce dos Cuidados Paliativos e não apenas nas últimas semanas de vida correlaciona-se não apenas com a melhora substancial dos escores de qualidade de vida e humor, mas, paradoxalmente, com o aumento da sobrevida global dos pacientes, devido à menor exposição a intervenções fúteis e iatrogênicas (Temel *et al.*, 2010). Sob a perspectiva sociológica e histórica, o ocultamento e a negação da morte no ambiente hospitalar foram detalhadamente mapeados por Philippe Ariès. Em sua obra clássica *Essais sur l'histoire de la mort en Occident*, o historiador francês demonstra como a sociedade ocidental migrou da “morte domada” (*mort apprivoisée*), em que o indivíduo pressentia seu fim e o gerenciava publicamente no seio de sua comunidade para a “morte invertida” ou “interdita” (*mort inversée*) (Ariès, 1975).

Na contemporaneidade, a morte tornou-se um tabu, um fracasso técnico a ser escondido atrás dos biombo das UTIs. A medicina, ao assumir o papel de senhora absoluta da vida cronológica, destituiu o homem de sua própria morte e transformou o morrer em um processo técnico expropriado de sua dimensão biográfica. Os Cuidados Paliativos surgem, portanto, como uma antítese a essa interdição cultural, com a proposta de que a morte seja reintegrada ao ciclo natural da vida.

Conforme Kovács (2014), os profissionais de saúde precisam estar instrumentalizados para lidar não apenas com os protocolos de analgesia e sedação paliativa, mas também com o sofrimento existencial e a comunicação de prognósticos sombrios. A recusa em aceitar a finitude conduz invariavelmente à distanásia, a qual desrespeita o princípio da dignidade da pessoa humana e submete o enfermo a torturas tecnológicas em nome de uma sobrevida puramente vegetativa.

3.1 Autonomia Privada vs. Paternalismo Médico: *a evolução histórico-normativa das diretrizes antecipadas de vontade*

A transição do modelo assistencial centrado na figura do médico para uma prática pautada na horizontalidade das relações terapêuticas constitui um dos fenômenos mais marcantes da bioética e do direito médico contemporâneos. Historicamente, a relação médico-paciente estruturou-se sob a égide do paternalismo clássico, cujas raízes remontam à tradição hipocrática. Sob essa perspectiva tradicional, o médico, detentor exclusivo do saber técnico-científico, assumia unilateralmente a prerrogativa de decidir o que seria melhor para o enfermo, o que reduzia este último à condição de sujeito passivo do tratamento, um vulnerável biológico desprovido de agência epistêmica ou capacidade deliberativa (Jonsen, 2000).

Este paradigma paternalista operou de forma quase inalterada até meados do século XX, quando as atrocidades cometidas em nome da ciência durante a Segunda Guerra Mundial e os subsequentes julgamentos no Tribunal de Nuremberg impuseram a necessidade de formulação de salvaguardas éticas globais. O Código de Nuremberg (1947) e a Declaração de Helsinque (1964) estabeleceram o consentimento informado como axioma inegociável da pesquisa com seres humanos e assentaram as bases para a posterior transposição desse requisito para a prática clínica cotidiana.

No plano teórico, a erosão definitiva do paternalismo institucionalizou-se com a publicação da obra clássica *Principles of Biomedical Ethics* por Tom Beauchamp e James Childress em 1979. Os autores estruturaram o modelo principialista e elevaram o princípio da autonomia ao mesmo status normativo dos princípios da beneficência, da não maleficência e da justiça (Beauchamp; Childress, 1979).

A autonomia, sob a ótica bioética, pressupõe que o indivíduo possui o direito fundamental de governar a si mesmo, livre de interferências controladoras de terceiros e dotado de informações suficientes para realizar escolhas genuínas de acordo com seu próprio sistema de crenças e valores. Paralelamente à evolução bioética, o cenário internacional testemunhou as primeiras tentativas de positivação jurídica dos mecanismos de extensão da autonomia para além da perda de discernimento. O debate ganhou contornos dramáticos nos Estados Unidos por meio de casos emblemáticos que tramitaram nas cortes constitucionais, como os de Karen Ann Quinlan (1976) e Nancy Cruzan (1990).

O caso Cruzan V. Director, *Missouri Department of Health* culminou no reconhecimento, pela Suprema Corte norte-americana, de que o direito à liberdade individual abarcava o direito de recusa a tratamentos de suporte vital. Esse pano de fundo jurisprudencial

impulsionou a promulgação do *Patient Self-Determination Act (PSDA)* em 1990, primeira legislação federal a exigir que as instituições de saúde informassem os pacientes sobre o seu direito de redigir declarações prévias de vontade (Collins; Meisel, 2015).

No ordenamento jurídico brasileiro, a transição para o modelo autonomista encontrou sustentáculo no texto da Constituição da República Federativa do Brasil de 1988, que elegeu a dignidade da pessoa humana como fundamento da República (Art. 1º, III) e garantiu a inviolabilidade do direito à liberdade e à vida privada (Art. 5º, *caput* e inciso X). Conforme assevera a doutrina civilista contemporânea, a dignidade humana funciona como uma cláusula geral de tutela da personalidade, da qual emana o direito à autodeterminação existencial (Farias; Rosendal, 2022).

Sob essa ótica, impor tratamentos invasivos e degradantes a um indivíduo que expressamente os rejeitou configura violação direta à sua integridade psicofísica e à sua liberdade de consciência. A despeito da robustez constitucional, o Código Civil de 2002 introduziu uma aparente antinomia em seu artigo 15, ao estatuir que “ninguém pode ser constrangido a submeter-se, com risco de vida, a tratamento médico ou a *intervention* cirúrgica”. Embora uma leitura a contrário sensu sugira que a recusa só é legítima se não houver risco de morte, a hermenêutica civilista constitucionalizada superou essa interpretação literal. Entende-se hoje que o dispositivo protege o cidadão contra a coerção médica e não opera como um veto à recusa terapêutica consciente em contextos de terminalidade real (Dadalto, 2020).

Diante da inércia legislativa em regulamentar o instituto especificamente, o Conselho Federal de Medicina avocou para si a tarefa de normatizar as Diretrizes Antecipadas de Vontade sob o prisma deontológico. A Resolução n. 1.995 (CFM, 2012) definiu as DAVs como o conjunto de desejos, prévia e expressamente manifestados pelo paciente, sobre quais tratamentos quer ou não receber no momento em que estiver incapacitado de comunicar-se.

O cerne da resolução reside no seu artigo 2º, que determina que as diretrizes antecipadas do paciente prevaleçam sobre qualquer outro parecer não médico, inclusive sobre a vontade dos familiares. Dessa forma, o testamento vital (declaração de recusa de tratamentos fúteis) e o mandato duradouro (nomeação de um procurador para cuidados de saúde) ganharam contornos normativos nítidos no país. Contudo, por se tratar de um ato administrativo autárquico, a resolução vincula apenas a classe médica e deixa margens para contestações judiciais por parte de familiares insatisfeitos, o que evidencia a fragilidade sistêmica decorrente da ausência de uma lei federal em sentido estrito (Dadalto, 2020).

3.2 O limiar entre a beneficência, a ortotanásia e a prática da distanásia: *conflitos na atividade médica*

A aplicação prática das DAVs insere-se no epicentro de uma das tensões mais profundas da atividade médica, a redefinição do princípio da beneficência diante da proximidade da morte. Durante séculos, a máxima *primum non nocere* (primeiro, não causar dano) traduziu-se na busca incessante pela manutenção da vida biológica, um imperativo técnico que frequentemente desconsiderava a qualidade dessa existência. Na medicina intensiva contemporânea, equipada com ventiladores mecânicos, drogas vasoativas, hemodiálise contínua e suportes circulatórios extracorpóreos, a linha que separa o tratamento curativo legítimo da agressão iatrogênica tornou-se tênue, o que exige uma clara distinção conceitual entre distanásia, eutanásia e ortotanásia (Pessini, 2001).

A distanásia, também denominada obstinação terapêutica ou futilidade médica, caracteriza-se pelo prolongamento artificial, penoso e inútil do processo de morrer de um paciente portador de afecção incurável e irreversível. Longe de configurar um ato de beneficência, a distanásia representa a imposição de um sofrimento adicional e desproporcional ao doente, o que viola o princípio da não maleficência. Ela reduz o leito de morte a um cenário de despersonalização, em que o imperativo tecnológico sobrepuja a dignidade do indivíduo. Em contrapartida, a eutanásia consiste na conduta ativa de abreviar deliberadamente a vida de um paciente a seu pedido, para pôr fim a um sofrimento intolerável, prática que permanece tipificada como crime de homicídio no ordenamento penal brasileiro (Art. 121 do Código Penal – Brasil, 1940).

No limiar entre esses extremos situa-se a ortotanásia, que se traduz na morte em seu tempo correto, sem acelerações provocadas (eutanásia) e sem adiamentos artificiais e degradantes (distanásia). A ortotanásia prega a suspensão ou a não instauração de terapêuticas desproporcionais e inúteis, e redireciona o foco assistencial para o controle rigoroso dos sintomas difíceis e o acolhimento global do binômio paciente-família, pilares fundamentais dos Cuidados Paliativos.

Quadro 1 – Matriz comparativa bioético-jurídica das condutas médicas
diante da terminalidade no Brasil

Conceito	Conduta Clínica	Status Jurídico no Brasil	Objetivo Principal
Distanásia	Introdução/manutenção de suportes artificiais invasivos em pacientes sem prognóstico.	Vedada pelo Código de Ética Médica (Art. 41).	Prolongar o tempo biológico de forma obstinada.
Eutanásia	Intervenção ativa para abreviar a vida do paciente a pedido deste.	Tipificada como Homicídio (Art. 121 do Código Penal).	Eliminar o sofrimento por meio da interrupção da vida.
Ortotanásia	Abstenção ou suspensão de tratamentos fúteis, o que mantém analgesia e conforto.	Lícita e chancelada pelo CFM e pela jurisprudência.	Preservar a dignidade humana no processo natural de morte.

A análise sistemática do Quadro 1 permite compreender a intrincada linha divisória que separa as condutas médicas no limiar da finitude e estruturá-las a partir de três eixos fundamentais: a natureza da conduta clínica, o respectivo *status* jurídico no ordenamento pátrio e o escopo assistencial pretendido. A matriz comparativa evidencia que a atuação do profissional de saúde não se esgota na dimensão estritamente técnica; pelo contrário, cada intervenção ou a abstenção dela carrega consigo uma densa carga valorativa e deontológica que reposiciona o princípio da beneficência.

No primeiro vértice analítico, a distanásia configura-se como um desvio ético pautado na obstinação terapêutica. A descrição da conduta clínica revela a manutenção de suportes artificiais invasivos em cenários de absoluta irreversibilidade prognóstica. Explicada à luz da bioética contemporânea, a futilidade médica inverte a lógica do cuidado ao priorizar a extensão do tempo biológico em detrimento da dignidade biográfica do sujeito. Juridicamente, embora não haja tipificação criminal específica no Código Penal para o prolongamento artificial da agonia, o ato é formalmente vedado pelo Artigo 41 do Código de Ética Médica, o que caracteriza infração administrativa e deontológica grave.

Em antítese diametral no que tange à temporalidade, a eutanásia desloca o foco da manutenção obstinada para a interrupção deliberada da vida. Conforme sistematizado no quadro, o objetivo principal é a eliminação do sofrimento por meio de uma conduta ativa que abrevia o tempo biológico. No cenário brasileiro, a eutanásia carece de qualquer elasticidade hermenêutica que a legalize, permanece rigidamente tipificada como crime de homicídio (Art. 121 do Código Penal – Brasil, 1940), ainda que o forte apelo compassivo possa,

eventualmente, ensejar a aplicação da causa de diminuição de pena pelo relevante valor moral (homicídio privilegiado, § 1º).

Por fim, a ortotanásia surge no modelo comparativo como o ponto de equilíbrio ético e a conduta de eleição nos Cuidados Paliativos. A explicação de sua matriz clínica repousa na abstenção ou suspensão de intervenções fúteis, concomitante à introdução de um suporte rigoroso de analgesia, controle de sintomas e conforto. Diferentemente da eutanásia, não há o desiderato de produzir a morte, mas sim, de permitir que o processo natural de morrer transcorra sem artificialismos degradantes.

O quadro demonstra que o status jurídico da ortotanásia no Brasil é de plena licitude, respaldado tanto pela dogmática deontológica (Resolução CFM n. 2.217/2018) quanto pela pacificação jurisprudencial oriunda das cortes federais. Assim, a leitura transversal do Quadro 1 solidifica o entendimento de que a ortotanásia não representa um meio-termo omissivo, mas sim, uma categoria autônoma e protetiva da dignidade humana, que se opõe firmemente tanto à violência tecnológica da distanásia quanto à ilicitude penal da eutanásia.

Do ponto de vista normativo-deontológico, a atividade médica no Brasil encontra-se plenamente respaldada para a prática da ortotanásia. O Código de Ética Médica (Resolução CFM n. 2.217/2018), em seu artigo 41, proíbe expressamente o médico de abreviar a vida do paciente, mas estabelece de forma categórica em seu parágrafo único o dever de oferecer todos os cuidados paliativos apropriados sem introduzir obstinações inúteis.

3.3 A suprema chancela constitucional e infraconstitucional da autonomia: o cenário jurisprudencial brasileiro no STF e no STJ

A fragilidade normativa historicamente apontada pela doutrina em decorrência da ausência de uma lei federal específica acerca das Diretrizes Antecipadas de Vontade (DAVs) no Brasil encontrou uma decisiva e histórica superação por meio da atuação das instâncias extraordinárias do Poder Judiciário. O reconhecimento da autonomia privada do paciente na finitude da vida e a validade jurídica de suas manifestações prévias de vontade foram elevados ao patamar de dogmática constitucional consolidada a partir do julgamento conjunto realizado pelo Supremo Tribunal Federal (STF) no Recurso Extraordinário (RE) n. 1.212.272 (Tema n. 1069 da Repercussão Geral) e no RE n. 979.742 (Tema n. 1089 da Repercussão Geral).

Nesse julgamento histórico, a Suprema Corte fixou teses de repercussão geral que chancelaram em definitivo o direito fundamental à recusa terapêutica por motivos de convicção pessoal ou religiosa para pacientes capazes ou por meio de suas disposições

prévias. O STF assentou que o respeito à autodeterminação existencial do indivíduo encontra amparo direto nos princípios constitucionais da dignidade da pessoa humana, da liberdade de consciência, da privacidade e da vedação ao tratamento desumano ou degradante, à luz do Art. 1º, III, e Art. 5º, III, VI e X da CRFB/88.

Sob essa ótica constitucionalizada, as Diretrizes Antecipadas de Vontade foram reconhecidas como meio idôneo, legítimo e juridicamente vinculante para veicular tais decisões de recusa a tratamentos invasivos ou desproporcionais, o que desautoriza qualquer ímpeto de paternalismo médico obstinado ou de interferência familiar desarraigada da vontade biográfica do paciente.

Alinhado a essa hermenêutica constitucional de vanguarda, o Superior Tribunal de Justiça (STJ) já havia edificado importantes balizas infraconstitucionais de proteção ao direito de escolha e à manifestação existencial do doente. O principal paradigma reside no julgamento do Recurso Especial (REsp) n. 1.899.455 - AC (2020/0251441-6). No referido julgado, a Terceira Turma do STJ enfrentou a validade de declarações de vontade e de recusas de tratamentos sob o viés da responsabilidade civil e da autonomia privada, e consolidou o entendimento de que a dignidade da pessoa humana proíbe a imposição de terapias médicas contra a vontade expressa de um indivíduo lúcido e capaz.

O acórdão ratificou que o consentimento informado e a sua extensão diferida (consubstanciada nas DAVs e no mandato duradouro para cuidados de saúde) constituem autênticos direitos da personalidade, cuja inobservância por parte de médicos ou de familiares pode ensejar a responsabilização civil por danos morais e violação à integridade psicofísica.

A análise transversal dessas decisões revelam um alinhamento sistêmico entre o STF e o STJ na superação da leitura literal e anacrônica do artigo 15 do Código Civil de 2002. Conforme sedimentado por essas Cortes, o dispositivo infraconstitucional deve ser interpretado em consonância com a matriz principialista bioética da autonomia e da não maleficência, de modo a proteger o paciente contra a coerção médica e garantir o pleno direito à ortotanásia. Outros recursos e decisões de Tribunais de Justiça estaduais têm seguido de forma uníssona essa esteira interpretativa e afastado medidas de urgência pleiteadas por núcleos familiares desprovidos de preparo emocional quando confrontadas com testamentos vitais formalizados ou manifestações inequívocas de recusa à distanásia.

Portanto, a chancela definitiva dada pelo STF nos Temas 1069 e 1089 de Repercussão Geral, combinada com a jurisprudência pedagógica do STJ no REsp 1.899.455/AC, mitiga sensivelmente a alegada insegurança decorrente do vácuo legislativo e confere sólido esteio protetivo à atuação da medicina paliativista no território nacional. Resta pacificado que a

vontade antecipada do paciente, desde que emitida sob condições de discernimento e de forma livre de vícios de consentimento, projeta efeitos vinculantes imediatos sobre a equipe de saúde e serve como a principal salvaguarda contra o sofrimento fútil e como barreira intransponível à judicialização defensiva engendrada por terceiros.

4 CONCLUSÃO

A análise desenvolvida ao longo deste estudo permitiu compreender que as Diretrizes Antecipadas de Vontade (DAVs) representam um dos mais relevantes instrumentos contemporâneos de concretização da autonomia privada, da dignidade da pessoa humana e da humanização do processo de morrer. Em um contexto marcado pelo envelhecimento populacional, pelo aumento da prevalência de doenças crônicas e degenerativas e pelo avanço exponencial das tecnologias de suporte à vida, torna-se cada vez mais necessário estabelecer mecanismos jurídicos e assistenciais capazes de assegurar que a manutenção biológica da existência não se sobreponha aos valores, crenças e escolhas individuais do paciente.

Os resultados obtidos por meio da revisão integrativa da literatura, da análise bioética e da investigação do cenário normativo e jurisprudencial brasileiro demonstram que os Cuidados Paliativos constituem uma resposta ética, técnica e humanística aos excessos da medicalização da morte. A partir do paradigma inaugurado por Cicely Saunders e consolidado pela Organização Mundial da Saúde, observa-se uma mudança substancial na compreensão do cuidado, o que desloca o foco da simples preservação biológica para a promoção da qualidade de vida, do conforto e da dignidade nos momentos finais da existência. Nesse sentido, a abordagem paliativista não representa uma renúncia terapêutica, mas uma redefinição dos objetivos assistenciais diante da irreversibilidade clínica.

Paralelamente, verificou-se que as DAVs surgem como extensão lógica do princípio da autonomia, o que permite que a vontade do indivíduo permaneça eficaz mesmo diante da incapacidade superveniente de manifestação consciente. Tal instrumento rompe definitivamente com o modelo paternalista clássico que, por séculos, caracterizou a relação médico-paciente e consolidou uma prática assistencial centrada na autodeterminação existencial e no respeito à singularidade humana. Sob essa perspectiva, a autonomia deixa de ser compreendida apenas como um direito abstrato e passa a assumir contornos concretos na tomada de decisões relacionadas ao próprio corpo, ao sofrimento e ao processo de morrer.

Embora o ordenamento jurídico brasileiro ainda não disponha de uma legislação federal específica, que discipline de forma abrangente as Diretrizes Antecipadas de Vontade, a pesquisa evidenciou que o instituto possui sólido amparo constitucional, infraconstitucional e deontológico. A Constituição Federal de 1988, ao consagrar à dignidade da pessoa humana, a liberdade, a privacidade e a liberdade de consciência como fundamentos estruturantes do Estado Democrático de Direito, oferece substrato normativo suficiente para legitimar a autodeterminação do paciente em situações de terminalidade. Da mesma forma, a Resolução CFM n. 1.995/2012 e o Código de Ética Médica estabelecem parâmetros claros para a atuação profissional e reconheceram a prevalência da vontade previamente manifestada pelo paciente sobre interesses externos eventualmente conflitantes.

Adicionalmente, o estudo demonstrou que a atuação recente do Supremo Tribunal Federal e do Superior Tribunal de Justiça representa um marco decisivo para a consolidação jurídica das DAVs no Brasil. Os precedentes analisados indicam uma inequívoca tendência de fortalecimento da autonomia do paciente e de reconhecimento das manifestações antecipadas de vontade como expressão legítima dos direitos da personalidade. A jurisprudência contemporânea tem contribuído significativamente para reduzir a insegurança jurídica anteriormente atribuída à ausência de legislação específica e conferir maior estabilidade às decisões médicas pautadas pelos princípios dos Cuidados Paliativos e da ortotanásia.

Todavia, a investigação também permitiu identificar importantes desafios que ainda dificultam a efetivação prática das DAVs. Entre eles destacam-se o desconhecimento da população acerca do instituto, a insuficiente formação dos profissionais de saúde em bioética e comunicação de más notícias, a resistência cultural em discutir a morte e o morrer, bem como os frequentes conflitos familiares decorrentes da dificuldade de aceitação da terminalidade. Em muitos casos, a vontade previamente expressa pelo paciente acaba confrontada por familiares emocionalmente fragilizados, circunstância que favorece a judicialização e impõe significativa sobrecarga emocional e institucional às equipes assistenciais.

Nesse cenário, torna-se evidente que a mera existência de instrumentos normativos não é suficiente para assegurar a plena concretização das DAVs. É indispensável a implementação de políticas públicas voltadas à educação em saúde, à difusão dos Cuidados Paliativos e ao fortalecimento da cultura do planejamento antecipado de cuidados. Da mesma forma, mostra-se necessária a ampliação dos espaços de diálogo entre pacientes, familiares e profissionais de saúde, o que permite que decisões relacionadas ao fim da vida sejam construídas de forma compartilhada, transparente e respeitosa.

Conclui-se, portanto, que a principal repercussão da ausência de um marco legal unificado para as Diretrizes Antecipadas de Vontade não reside propriamente na inexistência de proteção jurídica ao instituto, mas na persistência de inseguranças práticas, culturais e institucionais que dificultam sua implementação plena. Apesar disso, o cenário normativo e jurisprudencial atualmente vigente revela-se suficientemente robusto para reconhecer e proteger a autonomia do paciente terminal, o que legitima a atuação médica pautada pelos princípios da ortotanásia e dos Cuidados Paliativos.

Por fim, reafirma-se que garantir o direito de cada indivíduo decidir, de forma livre e consciente, sobre os limites da intervenção médica em sua própria existência não significa relativizar o valor da vida, mas, ao contrário, reconhecer sua dimensão mais profunda e humana. O verdadeiro compromisso ético da medicina contemporânea não consiste apenas em prolongar o tempo biológico, mas em assegurar que a vida mantenha sentido, dignidade e respeito até o seu último instante. Nesse contexto, as Diretrizes Antecipadas de Vontade consolidam-se como instrumentos indispensáveis para a proteção da autonomia, para a redução da judicialização do morrer e para a construção de uma assistência verdadeiramente centrada na pessoa, em consonância com os valores constitucionais que fundamentam o Estado brasileiro.

REFERÊNCIAS

ARIÈS, Philippe. *Essais sur l'histoire de la mort en Occident*. Paris: Seuil, 1975.

BEAUCHAMP, Tom L.; CHILDRESS, James F. *Principles of Biomedical Ethics*. Oxford: Oxford University Press, 1979.

BRASIL. Superior Tribunal de Justiça. Recurso Especial n. 1.899.455/AC (2020/0251441-6). Direito Civil. Direitos da personalidade. Autonomia privada e recusa terapêutica. Consentimento informado e validade de disposições de última vontade sobre tratamentos médicos. Terceira Turma. Relatora: Min. Nancy Andrighi. Brasília, DF, julgado em 2021. **Diário da Justiça Eletrônico**, 18 maio 2021. Disponível em: <https://www.stj.jus.br>. Acesso em: 27 maio 2026.

BRASIL. Supremo Tribunal Federal. **Recurso Extraordinário n. 1.212.272/RS**. Tema 1069 da Repercussão Geral. Recusa terapêutica por motivos religiosos e validade de diretrizes antecipadas de vontade. Relator: Min. Gilmar Mendes. Brasília, DF, julgado em 2024. Disponível em: <https://www.stf.jus.br>. Acesso em: 27 maio 2026.

BRASIL. Supremo Tribunal Federal. **Recurso Extraordinário n. 979.742/AM**. Tema 1089 da Repercussão Geral. Direito à autodeterminação existencial e recusa a tratamentos médicos

invasivos. Relator: Min. Luís Roberto Barroso. Brasília, DF, julgado em 2024. Disponível em: <https://www.stf.jus.br>. Acesso em: 27 maio 2026.

BRASIL. Lei n. 10.406, de 10 de janeiro de 2002. Institui o **Código Civil**. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2002/110406compilada.htm. Acesso em: 21 mar. 2026.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicaocompilado.htm. Acesso em: 21 mar. 2026.

BRASIL. Decreto-Lei n. 2.848, de 7 de dezembro de 1940. **Código Penal**. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/del2848compilado.htm. Acesso em: 21 mar. 2026.

COLLINS, Stephanie; MEISEL, Alan. *The patient self-determination act: twenty-five years later*. **Journal of Health Care Law and Policy**, v. 18, n. 2, p. 215-235, 2015.

CONSELHO FEDERAL DE MEDICINA (CFM). Resolução CFM n. 2.217/2018. Aprova o Código de Ética Médica. **Diário Oficial da União**: Seção I, Brasília, DF, p. 179, 1 nov. 2018.

CONSELHO FEDERAL DE MEDICINA (CFM). Resolução CFM n. 1.995/2012. Dispõe sobre as diretrizes antecipadas de vontade dos pacientes. **Diário Oficial da União**: Seção I, Brasília, DF, p. 244, 31 ago. 2012.

DADALTO, Luciana. **Testamento vital**. 5. ed. Salvador: Juspodivm, 2020.

FARIAS, Cristiano Chaves de; ROSENVALD, Nelson. **Curso de Direito Civil**: Parte Geral e LINDB. 20. ed. Salvador: Juspodivm, 2022.

JONSEN, Albert R. *A Short history of medical ethics*. Oxford: Oxford University Press, 2000.

KOVÁCS, Maria Julia. Docas da vida e da morte: o papel dos profissionais de saúde e da bioética. **Psicologia USP**, v. 25, n. 2, p. 139-147, 2014.

PESSINI, Léo. **Distanásia**: até quando prolongar a vida?. 2. ed. São Paulo: Loyola, 2001.

SAUNDERS, Cicely. **A Dignidade da Morte**: Aspectos de Dor Total. London: Edward Arnold, 1996.

SAUNDERS, Cicely. *The Management of Terminal Malignant Disease*. London: Edward Arnold, 1967.

TEMEL, Jennifer S.; GREER, Joseph A.; MUZIKANSKY, Alona et al. *Early palliative care for patients with metastatic non-small-cell lung cancer*. **New England Journal of Medicine**, v. 363, n. 8, p. 733-742, 2010.

WORLD HEALTH ORGANIZATION. **National Cancer Control Programmes: Policies and Managerial Guidelines**. 2. ed. Geneva: World Health Organization, 2002.

**FAIXA DE RENDA E ESCOLHA DE INTERROMPER ESTUDOS:
uma análise comportamental da probabilidade de ganho monetário¹**

***INCOME RANGE AND THE CHOICE TO INTERRUPT STUDIES:
a behavioral analysis of the probability of monetary gain***

Gleiton Nunes de Azevedo

Ana Isabel Marques da Silva

Isadora Rodrigues de Moura Dietz

Jéssica Cardoso Garbim

Cristiano Coelho

RESUMO: O comportamento de escolha é um operante que envolve selecionar entre alternativas concorrentes, como decidir entre oportunidades de emprego ou manter-se em formação acadêmica, influenciado por variáveis como tempo para obtenção de rendimentos, magnitude dos salários, probabilidade de ganhos e concorrência. Este estudo replica pesquisas anteriores sobre o paradigma do comportamento de escolha na Análise do Comportamento e investiga relações entre a permanência no ensino superior e o ingresso exclusivo no mercado de trabalho. O foco está na identificação de valores de desconto salarial associados à probabilidade de recebimento futuro. A tarefa experimental consistiu em escolhas hipotéticas entre uma alternativa com valor menor, recebimento imediato e probabilidade de 1,0, e outra com valores maiores, porém com atraso de sete anos e probabilidades que variam entre 1,0 e 0,05. Os resultados revelaram padrões distintos conforme a faixa de renda: participantes de menor renda apresentaram alta aversão ao risco e forte dependência do ganho futuro; faixas intermediárias mostraram comportamento equilibrado; e faixas de maior renda indicaram maior sensibilidade ao risco e volatilidade. Os achados contribuem para compreender como a impulsividade, o autocontrole e as variáveis econômicas influenciam decisões acadêmicas, e na oferta de subsídios para políticas públicas.

PALAVRAS-CHAVE: comportamento de escolha; análise do comportamento; faixa de renda; salário; probabilidade.

ABSTRACT: Choice behavior is an operant that involves selecting between competing alternatives, such as deciding between employment opportunities or remaining in academic training, being influenced by variables such as time to obtain income, salary magnitude, probability of gains, and competition. This study replicates previous research on the choice behavior paradigm in Behavior Analysis, investigating the relationships between remaining in higher education and exclusively entering the job market. The focus is on identifying salary discounting values associated with the probability of future receipt. The experimental task consisted of hypothetical choices between an alternative with a lower value, immediate receipt, and a probability of 1.0, and another with higher values, but with delays of seven

¹ Este artigo resulta de coleta de dados realizada no âmbito de um projeto de pós-doutorado desenvolvido na PUC Goiás, com participação e orientação de alunas de iniciação científica da UNIFAN (PIBIC e PIVIC).

years and probabilities varying between 1.0 and 0.05. The results revealed distinct patterns according to income range: lower-income participants showed high risk aversion and strong dependence on future gains; intermediate ranges showed balanced behavior; and higher-income ranges indicated greater risk sensitivity and volatility. The findings contribute to understanding how impulsivity, self-control, and economic variables influence academic decisions, providing support for public policies.

KEYWORDS: choice behavior; behavior analysis; income range; salary; probability.

1 INTRODUÇÃO

A evasão no ensino superior brasileiro é um fenômeno complexo e persistente, entrelaçado a fatores econômicos, sociais, institucionais e comportamentais. Entre 2015 e 2024 ocorreram transformações significativas. Crises econômicas, mudanças nas políticas públicas, expansão do acesso ao ensino superior e os efeitos da pandemia de Covid-19 alteraram trajetórias educacionais e profissionais, o que exigiu uma abordagem multidimensional para compreender os determinantes da permanência ou do abandono dos cursos superiores. Nesse contexto, apesar do aumento do acesso e da valorização salarial atribuída à formação superior, o país apresenta taxas elevadas de evasão, especialmente na rede privada e no ensino a distância, o que indica a necessidade de investigar como variáveis econômicas e comportamentais influenciam as decisões estudantis entre permanecer na graduação ou ingressar no mercado de trabalho.

O acesso ao ensino superior no Brasil ampliou-se de forma expressiva nas últimas décadas; entretanto, a permanência estudantil continua profundamente condicionada às barreiras socioeconômicas. A expansão de vagas, embora essencial para a democratização e qualificação da população, esbarra na insuficiência de recursos financeiros das famílias para sustentar a trajetória acadêmica dos estudantes. Modelos de autocontrole discutidos por Todorov e Hanna (2005) ajudam a compreender que o abandono universitário é um fenômeno multifatorial; ainda assim, a limitação de renda familiar destaca-se como uma contingência particularmente decisiva. Para estudantes de baixo poder aquisitivo, o ambiente acadêmico frequentemente compete com a urgência da subsistência e faz com que demandas econômicas imediatas se sobreponham aos benefícios futuros da formação. Nesse contexto, a vulnerabilidade financeira emerge como o principal gatilho para a evasão, o que evidencia que o ingresso na universidade, por si só, não garante a conclusão do curso quando o estudante está submetido a restrições orçamentárias.

A expansão do acesso não foi acompanhada de melhorias equivalentes na qualidade do ensino médio, na infraestrutura institucional e na oferta de apoio psicossocial, o que aumenta a vulnerabilidade de estudantes oriundos de grupos historicamente excluídos. A democratização do acesso, embora necessária, trouxe novos desafios para a retenção estudantil e exige estratégias integradas de acolhimento e suporte.

O mercado de trabalho exerce influência decisiva nas decisões de ingresso, permanência e evasão. Profissionais com diploma superior costumam apresentar melhores condições de empregabilidade e remuneração, o que reforça a percepção da educação como mecanismo de ascensão social. Entretanto, a promessa de empregabilidade nem sempre se concretiza. Muitos egressos ocupam funções incompatíveis com sua formação, o que gera frustração e contribui para o abandono dos estudos (Correio Braziliense, 2024b). Esse descompasso entre formação e ocupação, aliado à rigidez curricular e à variação na qualidade dos cursos, intensifica a pressão econômica sobre estudantes, sobretudo em contextos de incerteza.

Do ponto de vista comportamental, decisões econômicas dos estudantes são moduladas por variáveis como concorrência por vagas, duração dos cursos, perspectivas de remuneração futura e probabilidade de obtenção de bolsas ou financiamentos. Evidências empíricas mostram que, em situações de alta concorrência e baixa probabilidade de ganhos futuros, indivíduos de menor renda tendem a priorizar ganhos imediatos em detrimento de retornos maiores e atrasados (Azevedo, 2019). Em contrapartida, estudantes de maior renda demonstram maior tolerância ao atraso e à incerteza, e ponderam de forma distinta as alternativas disponíveis. Essas diferenças socioeconômicas na sensibilidade ao atraso e à incerteza tornam essencial analisar como variáveis econômicas específicas afetam escolhas acadêmicas.

A Análise Experimental do Comportamento oferece um alicerce teórico sólido para investigar como a escassez material influencia a tomada de decisão. A partir da premissa skinneriana de seleção por consequências (Skinner, 2000), compreende-se que a desistência do curso não decorre de desinteresse acadêmico, mas constitui um comportamento operante sensível ao estado de privação do organismo. Em contextos de forte restrição monetária, o valor subjetivo de reforçadores distantes sofre acentuado declínio. Pesquisas sobre desconto temporal e probabilístico (Rachlin; Raineri; Cross, 1991; Pedroso, 2008) demonstram que indivíduos submetidos a limitações financeiras severas aplicam taxas de desconto mais íngremes a recompensas atrasadas, e são frequentemente compelidos pelas circunstâncias a priorizar ganhos imediatos, mesmo quando estes apresentam magnitude inferior no longo prazo (Azevedo, 2019).

A problemática que orienta este estudo concentra-se em compreender de que modo variáveis como atraso, probabilidade e magnitude do reforço afetam o comportamento de escolha em cenários de incerteza econômica. Em particular, busca-se investigar por que, apesar da valorização do diploma, uma parcela significativa de estudantes opta por abandonar a graduação diante de ofertas de trabalho imediato, e como essa escolha se distribui entre diferentes faixas de renda e condições de concorrência por vagas. Compreender essas contingências é fundamental para formular intervenções que reduzam a evasão e promovam a conclusão dos cursos.

A justificativa para a pesquisa reside na relevância social e política do problema. A evasão compromete a qualificação da força de trabalho e reduz o retorno social dos investimentos em educação. Investigar os determinantes comportamentais das escolhas estudantis permite propor estratégias mais eficazes de permanência, alinhadas às realidades econômicas dos estudantes. A análise experimental do comportamento oferece ferramentas conceituais e metodológicas para manipular e avaliar variáveis como atraso, probabilidade e magnitude do reforço, o que possibilita inferências causais sobre os mecanismos que levam ao abandono ou à continuidade dos estudos. Estudos prévios sobre macrocontingências e economia comportamental indicam que sistemas econômicos e condições de mercado influenciam padrões de escolha, o que reforça a pertinência de um estudo experimental que simule cenários de contratação imediata e ganhos futuros.

Diante desse quadro, o objetivo geral consiste em analisar como a probabilidade, o atraso e a magnitude do reforço influenciam o comportamento de escolha entre permanecer no ensino superior ou aceitar uma oferta de trabalho imediato. De forma específica, busca-se identificar padrões de escolha em diferentes faixas de renda diante de cenários hipotéticos de contratação imediata versus ganhos futuros; avaliar o impacto da probabilidade de recebimento e do atraso sobre os valores aceitos para interromper os estudos; comparar os resultados entre grupos com diferentes condições socioeconômicas; e discutir implicações para políticas públicas e estratégias institucionais voltadas à redução da evasão. Os resultados pretendem subsidiar políticas públicas e estratégias institucionais voltadas à redução da evasão e à promoção da empregabilidade, além de contribuir para o avanço teórico na compreensão das contingências que modulam decisões acadêmicas e profissionais.

2 METODOLOGIA

O delineamento experimental contou com a participação voluntária de 27 estudantes do curso de Psicologia de um Centro Universitário localizado na região metropolitana de Goiânia. A caracterização demográfica revelou predominância feminina, com 21 alunas e 6 alunos, e apresentou média etária de 22,24 anos para mulheres e 21,33 anos para homens. Quanto à situação laboral, 24 participantes estavam empregados e 13 declararam estar em busca de trabalho. Para fins analíticos, a amostra foi distribuída em quatro faixas de renda mensal: Faixa 1 (até R\$ 1.518), composta por 9 mulheres e 4 homens; Faixa 2 (R\$ 1.518 a R\$ 3.036), composta por 8 mulheres; Faixa 3 (R\$ 3.036 a R\$ 7.590), composta por 4 mulheres e 1 homem; e Faixa 4 (R\$ 7.590 a R\$ 12.144), composta apenas um homem. A participação foi inteiramente voluntária e não remunerada.

A coleta de dados ocorreu integralmente em ambiente virtual, por meio de formulários estruturados na plataforma *Google Forms*. O instrumento contemplou dados demográficos e uma tarefa experimental de escolha, na qual os participantes eram expostos a pares de alternativas monetárias: uma alternativa imediata, cujo valor inicial correspondia a 9 salários-mínimos, e uma alternativa atrasada, fixada em 18 salários-mínimos a serem recebidos após sete anos. O procedimento adotado foi o de ajuste sucessivo (*titration*²), no qual o valor da alternativa imediata variava a cada tentativa, aumentando ou diminuindo conforme a escolha do participante, com o objetivo de estimar o ponto de indiferença individual.

O estudo adotou um delineamento quantitativo com medidas repetidas. As variáveis independentes foram: probabilidade de recebimento (0,95; 0,85; 0,50; 0,15; 0,05), condição temporal do reforço (imediato ou atrasado) e concorrência hipotética pela vaga. As variáveis dependentes foram a escolha binária entre as alternativas e o ponto de indiferença estimado para cada participante. Como variáveis de agrupamento, consideraram-se a renda e a situação laboral.

As probabilidades de recebimento foram aplicadas em cinco níveis e foram manipuladas tanto na alternativa imediata quanto na alternativa atrasada. A interface de escolha exibiu os pares de alternativas e registrou automaticamente a opção selecionada pelo participante. Para visualizar a interface utilizada, ver Figura 1 a seguir.

² Ajuste (*titration*) procedimento iterativo que ajusta sistematicamente o valor imediato até identificar o ponto de indiferença entre um reforço imediato e atrasado aumentado ou reduzido conforme as escolhas do participante até que ele passe a alternar preferências, indicando o valor subjetivo equivalente da recompensa atrasada.

Figura 1 - Interface de escolha experimental:
alternativa imediata (15 SM; $p = 0,05$) vs alternativa atrasada (18 SM; $p = 0,95$)

Você prefere qual das alternativas?

*

Parar de estudar
AGORA
receber por mês
R\$ 22.770,00
com certeza de
5%

☐ A

Parar de estudar
em 7 anos
receber por mês
R\$ 27.324,00
com certeza de
95%

☐ B

Fonte: dados da pesquisa.

Os procedimentos de controle e registro de dados foram estruturados de modo a garantir a padronização das instruções e a uniformidade das condições experimentais. As orientações apresentadas aos participantes foram disponibilizadas de forma escrita e padronizada no próprio formulário eletrônico, o que assegurou que todos recebessem as mesmas informações antes de iniciar a tarefa. O ambiente virtual permitiu tempo livre para a realização das escolhas, o que evitou pressões externas, e o sistema foi configurado para impedir múltiplas submissões por um mesmo participante e preservar a integridade da base de dados. As informações registradas incluíram as escolhas realizadas em cada condição experimental, o tempo de resposta por item e os dados demográficos fornecidos pelos participantes. Após a coleta, os arquivos brutos foram exportados para planilhas, o que possibilitou o tratamento sistemático das informações e a preparação para as análises subsequentes.

A análise dos dados envolveu procedimentos descritivos e inferenciais. Inicialmente, foram estimados os pontos de indiferença para cada participante e para cada combinação de probabilidade, atraso e magnitude, o que representou o valor monetário no qual a preferência entre as alternativas imediata e atrasada se igualava. Em seguida, foram calculadas médias, desvios-padrão e frequências dos pontos de indiferença por condição experimental e por faixa de renda, o que permitiu identificar padrões gerais e diferenças entre grupos.

Para aprofundar a compreensão dos processos de escolha, foram ajustados modelos de desconto temporal e probabilístico, inclusive funções hiperbólicas e exponenciais, com o objetivo de estimar parâmetros individuais e grupais de desconto. Esses modelos possibilitaram avaliar a sensibilidade dos participantes ao atraso e à probabilidade do reforço. Respostas incompletas ou duplicadas foram excluídas da base de análise, e não houve imputação de dados ausentes, de modo a preservar a consistência estatística dos resultados.

A pesquisa foi conduzida em conformidade com as diretrizes éticas aplicáveis a estudos que envolvem seres humanos, o que assegurou voluntariedade, anonimato, confidencialidade e o direito de desistência a qualquer momento. O estudo atendeu integralmente à Resolução CNS n. 510/2016, que regulamenta pesquisas em Ciências Humanas e Sociais. O projeto foi aprovado pelo Comitê de Ética em Pesquisa do Centro Universitário Alfredo Nasser (UNIFAN), sob o parecer consubstanciado CAAE 55388122.9.0000.8011.

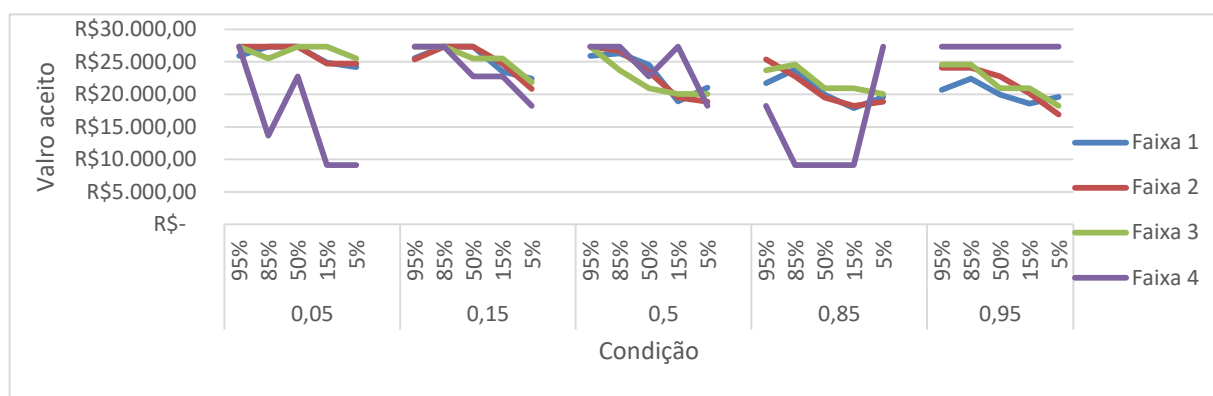
3 RESULTADOS E DISCUSSÕES

A análise dos dados coletados permitiu identificar padrões consistentes e teoricamente interpretáveis nas escolhas dos participantes diante de alternativas monetárias imediatas e atrasadas, sob diferentes níveis de probabilidade. Os pontos de indiferença foram calculados para cada participante em todas as combinações de probabilidade (0,95; 0,85; 0,50; 0,15; 0,05) e condição temporal (imediato vs atraso de 7 anos). A Tabela 1 apresenta os pontos de indiferença médios por faixa de renda e condição experimental; o Gráfico 1 ilustra a variação média por faixa de renda em função da probabilidade de recebimento; a Figura 1 (Metodologia) mostra a interface de escolha utilizada.

Tabela 1 – Valores médios aceitos por faixa de renda (em reais)

		R\$ 0,00 R\$ 1.518,00	R\$ 1.518,00 R\$ 3.036,00	R\$ 3.036,00 R\$ 7.590,00	R\$ 7.590,00 R\$ 12.144,00
Imediata	Atrasada	Faixa 1	Faixa 2	Faixa 3	Faixa 4
0,05	95%	R\$ 25.922,77	R\$ 27.324,00	R\$ 27.324,00	R\$ 27.324,00
	85%	R\$ 27.324,00	R\$ 27.324,00	R\$ 25.502,40	R\$ 13.662,00
	50%	R\$ 27.324,00	R\$ 27.324,00	R\$ 27.324,00	R\$ 22.770,00
	15%	R\$ 24.871,85	R\$ 24.721,71	R\$ 27.324,00	R\$ 9.108,00
	5%	R\$ 24.171,23	R\$ 24.721,71	R\$ 25.502,40	R\$ 9.108,00
0,15	95%	R\$ 25.572,46	R\$ 25.372,29	R\$ 27.324,00	R\$ 27.324,00
	85%	R\$ 27.324,00	R\$ 27.324,00	R\$ 27.324,00	R\$ 27.324,00
	50%	R\$ 27.324,00	R\$ 27.324,00	R\$ 25.502,40	R\$ 22.770,00
	15%	R\$ 23.470,62	R\$ 24.721,71	R\$ 25.502,40	R\$ 22.770,00
	5%	R\$ 22.419,69	R\$ 20.818,29	R\$ 21.859,20	R\$ 18.216,00
0,5	95%	R\$ 25.922,77	R\$ 27.324,00	R\$ 27.324,00	R\$ 27.324,00
	85%	R\$ 26.273,08	R\$ 26.673,43	R\$ 23.680,80	R\$ 27.324,00
	50%	R\$ 24.521,54	R\$ 23.420,57	R\$ 20.948,40	R\$ 22.770,00
	15%	R\$ 18.916,62	R\$ 19.517,14	R\$ 20.037,60	R\$ 27.324,00
	5%	R\$ 21.018,46	R\$ 18.866,57	R\$ 20.037,60	R\$ 18.216,00
0,85	95%	R\$ 21.719,08	R\$ 25.372,29	R\$ 23.680,80	R\$ 18.216,00
	85%	R\$ 23.820,92	R\$ 22.770,00	R\$ 24.591,60	R\$ 9.108,00
	50%	R\$ 19.967,54	R\$ 19.517,14	R\$ 20.948,40	R\$ 9.108,00
	15%	R\$ 17.865,69	R\$ 18.216,00	R\$ 20.948,40	R\$ 9.108,00
	5%	R\$ 19.617,23	R\$ 18.866,57	R\$ 20.037,60	R\$ 27.324,00
0,95	95%	R\$ 20.668,15	R\$ 24.071,14	R\$ 24.591,60	R\$ 27.324,00
	85%	R\$ 22.419,69	R\$ 24.071,14	R\$ 24.591,60	R\$ 27.324,00
	50%	R\$ 19.967,54	R\$ 22.770,00	R\$ 20.948,40	R\$ 27.324,00
	15%	R\$ 18.566,31	R\$ 20.167,71	R\$ 20.948,40	R\$ 27.324,00
	5%	R\$ 19.617,23	R\$ 16.914,86	R\$ 18.216,00	R\$ 27.324,00

Fonte: dados da pesquisa

Gráfico 1 - Valores Médios Aceitos por Faixa de Renda
em Função da Probabilidade de Recebimento

Fonte: dados da pesquisa

De forma geral, observou-se que, em condições de alta probabilidade (95% e 85%), os participantes mantiveram valores elevados para a alternativa atrasada (18 SM em 7 anos). À medida que a probabilidade diminuiu (15% e 5%), houve aumento da valorização da alternativa imediata, o que indicou maior preferência por reforços certos e imediatos em cenários de incerteza. Esse padrão é coerente com a literatura sobre desconto temporal e probabilístico, que aponta redução do valor subjetivo de reforços atrasados quando a probabilidade de recebimento é baixa (Rachlin *et al.*, 1991; Pedroso, 2008; Coelho; Hanna; Todorov, 2003).

Consideradas todas as condições de probabilidade, as médias aritméticas calculadas dos pontos de indiferença foram aproximadamente: Faixa 1 ($\leq$ R\$ 1.518): R\$ 24.500,00; Faixa 2 (R\$ 1.518–R\$ 3.036): R\$ 24.100,00; Faixa 3 (R\$ 3.036–R\$ 7.590): R\$ 23.200,00; Faixa 4 (R\$ 7.590–R\$ 12.144): R\$ 21.800,00. Esses valores representam o montante médio que os participantes de cada faixa de renda aceitaram como pagamento imediato para abandonar a alternativa atrasada de 18 SM em 7 anos, ao se considerar todas as probabilidades testadas.

A comparação entre faixas de renda revelou diferenças relevantes na sensibilidade à probabilidade. A Faixa 1 apresentou forte dependência do ganho futuro quando a probabilidade era alta, mas reduziu o ponto de indiferença em condições de baixa probabilidade e manteve, contudo, valores relativamente elevados em comparação com faixas superiores em algumas condições. Esse padrão sugere que, embora estudantes de menor renda valorizem o ganho futuro quando este é percebido como seguro, tornam-se mais propensos a antecipar ganhos em cenários incertos, resultado que converge com estudos que apontam maior vulnerabilidade econômica e maior sensibilidade a contingências imediatas em grupos de baixa renda (Silva; Azevedo, 2018; Marques *et al.*, 2022).

A Faixa 2 mostrou menor variabilidade entre probabilidades extremas, o que indicou maior estabilidade e tolerância ao risco relativa às demais faixas. A Faixa 3 evidenciou sensibilidade pronunciada à redução da probabilidade, com quedas acentuadas nos pontos de indiferença em condições de baixa probabilidade, o que possivelmente refletiu maior experiência no mercado de trabalho e percepção de alternativas econômicas. A Faixa 4 apresentou o comportamento mais volátil: valores próximos ao teto em probabilidades favoráveis e quedas drásticas em cenários adversos, o que pode indicar maior flexibilidade e menor dependência exclusiva do reforço atrasado, padrão que se alinha à discussão sobre como diferentes contextos econômicos e macrocontingências modulam escolhas (Hursh, 1980; Azevedo, 2019).

Um aspecto relevante que emerge da análise das médias aritméticas dos pontos de indiferença é o aparente paradoxo na valoração do ganho futuro entre os extremos socioeconômicos da amostra. Conforme demonstrado, os participantes da Faixa 1 (renda de até R\$ 1.518) exigiram, em média, o maior montante imediato (R\$ 24.500,00) para abrir mão do reforço atrasado, enquanto a Faixa 4 (R\$ 7.590 a R\$ 12.144) aceitou o menor valor médio (R\$ 21.800,00). Esse dado interage diretamente com a literatura sociológica e econômica sobre o valor do ensino superior no Brasil. Para o estudante de baixa renda, a graduação não representa apenas uma etapa formativa opcional, mas frequentemente a única via percebida para a mobilidade social e a fuga da precariedade. Consequentemente, o diploma, representado pelo ganho atrasado de 18 salários-mínimos, possui um peso subjetivo altíssimo, o que ancora suas escolhas e faz com que exijam uma compensação imediata muito elevada para abandonar os estudos quando o cenário futuro lhes parece garantido.

No entanto, essa forte ancoragem no futuro entra em colapso sob condições experimentais de incerteza. Quando a probabilidade do reforço atrasado cai drasticamente, observa-se que a vulnerabilidade econômica inerente à Faixa 1 fala mais alto, o que força uma migração rápida para a alternativa de ganho imediato. Esse comportamento evidencia que a propensão à evasão nesses grupos mais vulneráveis não decorre de uma “falta de visão de futuro” ou da desvalorização da educação, mas sim de uma contingência estrita de sobrevivência imediata. Em contrapartida, os indivíduos da Faixa 4, por já possuírem um suporte financeiro consolidado em seus contextos extra-acadêmicos, lidam com a incerteza de forma mais estratégica e desapegada. Eles aceitam valores menores no curto prazo possivelmente porque sua estabilidade a longo prazo já está presumida por outras vias (como herança cultural, rede de contatos profissionais familiar ou capital acumulado), o que reduz a dependência exclusiva do diploma. Essa dinâmica reforça a premissa fundamental da Análise do Comportamento de que a eficácia de um reforçador é sempre relativa ao estado de privação do organismo e aponta para a urgência de políticas de permanência universitária que atuem não apenas na promessa de empregabilidade futura, mas no alívio direto da privação financeira presente.

Os modelos de desconto temporal e probabilístico ajustados aos pontos de indiferença confirmaram as tendências descritivas. Modelos hiperbólicos e exponenciais foram testados para estimar parâmetros de desconto por participante; modelos lineares mistos com interceptos aleatórios por participante mostraram efeitos principais robustos de probabilidade e interações significativas (probabilidade $\times$ faixa de renda). Para a variável binária (escolha imediata *versus* atrasada), análises de regressão logística com efeitos mistos corroboraram o padrão de maior probabilidade de escolha imediata em condições de baixa probabilidade do

reforço atrasado. Esses resultados empíricos reforçam achados prévios sobre a variabilidade dos parâmetros de desconto entre subgrupos populacionais e a influência de fatores socioeconômicos nas decisões intertemporais (Coelho, 2003; Pedroso, 2008).

À luz da análise do comportamento, os resultados são interpretáveis como expressão de seleção por consequências: variáveis antecedentes (renda, situação laboral) e consequências percebidas (magnitude e probabilidade do reforço) controlaram as escolhas observadas. Em contextos de incerteza econômica, contingências de curto prazo exerceram maior controle e favoreceram a escolha por reforços imediatos; em conjunturas de alta probabilidade, o controle por reforçadores de longo prazo prevaleceu, o que beneficiou a manutenção do projeto formativo. Essa dinâmica está em consonância com a proposta de que sistemas econômicos e macrocontingências influenciam padrões de escolha e comportamento de trabalho (Azevedo, 2019; Todorov; Hanna, 2005).

Os achados também dialogam com indicadores nacionais que apontam avanços no acesso ao ensino superior, mas persistência de altas taxas de evasão e lacunas entre formação e mercado de trabalho (IBGE, 2024; Correio Braziliense, 2024b). A concentração da amostra nas faixas de renda mais baixas e a predominância de participantes jovens reforçam a vulnerabilidade econômica observada e a necessidade de políticas que reduzam a incerteza quanto ao retorno financeiro da formação. Intervenções práticas, como programas de estágio remunerado, bolsas de permanência e iniciativas de inserção profissional, podem aumentar a previsibilidade do retorno e, assim, reduzir a propensão à evasão, conforme sugerido por estudos sobre políticas de permanência e macrocontingências (Marques *et al.*, 2022; Silva; Azevedo, 2018).

Entre as limitações do estudo, destacam-se o tamanho amostral reduzido, a concentração em um único curso e instituição e a aplicação *online*, que podem introduzir viés de seleção e limitar a generalização dos resultados. Ademais, a categorização por faixas de renda pode ocultar heterogeneidade intrafaixa; recomenda-se coleta de renda contínua e indicadores de poder aquisitivo mais precisos em estudos futuros. Recomenda-se também replicação com amostras maiores e estratificadas, uso de procedimentos laboratoriais quando possível e investigação longitudinal para avaliar efeitos de intervenções reais sobre permanência acadêmica.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente estudo alcançou seu objetivo central ao demonstrar que a valoração subjetiva de alternativas monetárias intertemporais é fortemente modulada pelo poder aquisitivo dos estudantes. A comparação entre os diferentes estratos socioeconômicos evidenciou um contraste comportamental nítido: enquanto os participantes da Faixa 1, correspondente aos menores níveis de renda, apresentaram maior vulnerabilidade diante da incerteza, inicialmente valorizaram o ganho futuro, mas migraram rapidamente para a alternativa imediata quando a probabilidade de recebimento diminuía, os indivíduos da Faixa 4, pertencentes à faixa de maior renda, apresentaram maior flexibilidade e menor dependência do reforço atrasado, comportamento compatível com uma condição econômica mais estável que reduz a pressão por escolhas imediatistas.

Esses achados, obtidos com estudantes de graduação de um centro universitário da região metropolitana de Goiânia, reforçam que probabilidade e atraso constituem determinantes centrais na valoração subjetiva de alternativas monetárias e que fatores socioeconômicos modulam de maneira decisiva essa valoração. A interação entre contingências experimentais, probabilidade e atraso, e as condições econômicas dos participantes produziu padrões distintos de escolha, plenamente compreensíveis à luz do modelo de seleção por consequências de Skinner e da literatura sobre desconto temporal e probabilístico.

A avaliação desses achados evidencia que a escolha entre persistir na formação acadêmica ou evadir precocemente no contexto brasileiro vai muito além de questões puramente pedagógicas e está intrinsecamente ligada à desigualdade de renda. A literatura aponta que as contingências econômicas de curto prazo exercem um controle massivo sobre o comportamento de jovens em situação de vulnerabilidade.

A pesquisa demonstrou que as decisões intertemporais não são imunes à estratificação social, uma vez que as faixas de menor poder aquisitivo apresentaram uma inclinação muito mais aguda ao desconto probabilístico quando postas sob incerteza experimental (Azevedo, 2019; Marques *et al.*, 2022). Em um cenário de desigualdade estrutural crônica, os reforçadores de longo prazo, como a obtenção de um diploma, perdem força concorrencial diante das necessidades materiais prementes do cotidiano do estudante.

Além disso, dados econômicos recentes (IBGE, 2024; IPEA, 2024) revelam um paradoxo: embora a taxa de desemprego tenha caído e os salários médios para graduados sejam significativamente maiores (OCDE, 2025), a evasão acadêmica permanece elevada. Isso sugere que fatores como a incerteza, a falta de integração acadêmica e a pressão

financeira continuam a influenciar fortemente o comportamento de escolha, o que corrobora os achados de Neri *et al.* (2009).

Em termos práticos, conclui-se que estratégias eficazes de retenção devem considerar intervenções que alterem as contingências socioeconômicas imediatas do estudante. Políticas institucionais e públicas, que aumentem a previsibilidade do retorno financeiro, como programas de bolsa permanência, estágios remunerados logo nos anos iniciais, flexibilização curricular e parcerias com empregadores, podem funcionar como reforçadores imediatos e aumentar a probabilidade de conclusão do curso. Em termos teóricos, os achados deste estudo reforçam a aplicabilidade da análise experimental do comportamento e da economia comportamental (Azevedo; Coelho; Todorov, 2024) no entendimento de decisões intertemporais em contextos de vulnerabilidade econômica.

Para pesquisas futuras, recomenda-se: (a) replicar o desenho metodológico com amostras maiores e estratificadas por curso, instituição e região; (b) incluir medidas contínuas de renda e indicadores mais precisos de vulnerabilidade econômica; (c) testar experimentalmente intervenções que ofereçam reforçadores imediatos (como bolsas temporárias) para avaliar seus efeitos longitudinais sobre a permanência; e (d) explorar variáveis moderadoras adicionais, como saúde mental, suporte institucional e expectativas de carreira. Tais avanços fornecerão subsídios cruciais para o desenho de políticas educacionais que alinhem as expectativas individuais às reais demandas e contingências de mercado.

REFERÊNCIAS

AZEVEDO, G. N. **Macrocontingência e economia comportamental nas relações de emprego e renda de pedreiros da região metropolitana de Goiânia**. 2019. Tese (Doutorado em Psicologia) – Universidade de Brasília, Brasília, 2019.

AZEVEDO, G. N.; COELHO, C.; TODOROV, J. C. Uma visão operante para a economia comportamental. **Fragmentos de Cultura**, Goiânia, v. 34, n. 5, p. 498-504, 2024. Disponível em: <https://doi.org/10.18224/frag.v34i5.14579>. Acesso em: 26 nov. 2025.

COELHO, C. **Comportamento de escolha**: efeitos de recompensas reais versus hipotéticas em diferentes arranjos experimentais sobre o valor subjetivo de quantias atrasadas ou prováveis. 2003. Tese (Doutorado em Psicologia) – Universidade de Brasília, Brasília, 2003.

COELHO, C.; HANNA, E. S.; TODOROV, J. C. Magnitude, atraso e probabilidade de reforço em situações hipotéticas de risco. **Psicologia: Teoria e Pesquisa**, Brasília, v. 19, n. 3, p. 269-278, 2003.

CORREIO BRAZILIENSE. Ensino superior no Brasil tem 57% de evasão na rede pública e privada. **Correio Braziliense**, Brasília, 20 maio 2024a. Disponível em: <https://www.correio braziliense.com.br/euestudante/ensino-superior/2024/05/6852929-ensino-superior-no-brasil-tem-57-de-evasao-na-rede-publica-e-privada.html>. Acesso em: 11 ago. 2024.

CORREIO BRAZILIENSE. Pesquisa aponta lacunas entre ensino e mercado de trabalho. **Correio Braziliense**, Brasília, 19 jun. 2024b. Disponível em: <https://www.correio braziliense.com.br/euestudante/trabalho-e-formacao/2024/06/6885317-pesquisa-aponta-lacunas-entre-ensino-e-mercado-de-trabalho.html>. Acesso em: 11 ago. 2024.

HURSH, S. R. *Economic concepts for the analysis of behavior*. **Journal of the Experimental Analysis of Behavior**, [S. l.], v. 34, p. 219-238, 1980.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). Indicadores educacionais avançam em 2024, mas atraso escolar aumenta. **Agência de Notícias IBGE**, Rio de Janeiro, 2024. Disponível em: <https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-noticias/2012-agencia-de-noticias/noticias/43699-indicadores-educacionais-avancam-em-2024-mas-atraso-escolar-aumenta>. Acesso em: 26 nov. 2025.

INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA (IPEA). De acordo com a PNAD Contínua, a taxa de desocupação da população foi de 7,7% no trimestre móvel terminado em maio de 2024, a menor registrada desde setembro de 2014. **Carta de Conjuntura**, Brasília, 2024. Disponível em: <https://www.ipea.gov.br/cartadeconjuntura/index.php/tag/pnad-continua/>. Acesso em: 11 ago. 2024.

MARQUES, A. S. R.; RODRIGUES, L. M.; SILVA, M. R.; AZEVEDO, G. N. Análise do comportamento de escolha: desconto salarial em função da probabilidade de recebimento de comissão e concorrência à vaga de trabalho em tempos de COVID-19. In: CONGRESSO INTERDISCIPLINAR DE PRODUÇÃO CIENTÍFICA, 10., 2022, Aparecida de Goiânia. **Anais [...]**. Aparecida de Goiânia: Editora Alfredo Nasser, 2021. v. 2, p. 196-203. Disponível em: <https://www.unifan.edu.br/unifan/aparecida/wp-content/uploads/sites/2/2022/09/ANALISE-DO-COMPORTAMENTO-DE-ESCOLHA-desconto-salarial-em-funcao-da-probabilidade-de-recebimento.pdf>. Acesso em: 11 ago. 2024.

NERI, M.; MONTE, S. R. S.; NERI, A. L. *et al.* **Motivos da evasão escolar**. Brasília: FGV, 2009.

OCDE. **Education at a glance 2025**: notas estatísticas. [S. l.]: OCDE; INEP, 2025. Disponível em:

https://download.inep.gov.br/publicacoes/institucionais/estatisticas_e_indicadores/education_at_a_glance_2025_notas_estatisticas.pdf. Acesso em: 28 maio 2026.

PEDROSO, R. **Comportamento de escolha**: uma estimativa de probabilidade subjetivas de descrição nominais com recompensas hipotéticas. 2008. Dissertação (Mestrado em Psicologia) – Universidade Católica de Goiás, Goiânia, 2008.

RACHLIN, H.; RAINERI, A.; CROSS, D. *Subjective probability and delay*. **Journal of the Experimental Analysis of Behavior**, [S. l.], v. 55, n. 2, p. 233-244, mar. 1991. DOI:

10.1901/jeab.1991.55-233. Disponível em:
<https://www.ncbi.nlm.nih.gov/pmc/articles/PMC1323057/>. Acesso em: 28 maio 2026.

SILVA, M. R.; AZEVEDO, G. N. Comportamento de escolha: prefiro estudar ou trabalhar? *In: PESQUISAR*, 7., 2018, Aparecida de Goiânia. **Anais [...]**. Aparecida de Goiânia: Centro Universitário Alfredo Nasser, 2018. v. 7, p. 1-10. Disponível em:
<https://www.unifan.edu.br/unifan/aparecida/wp-content/uploads/sites/2/2020/02/COMPORTAMENTO-DE-ESCOLHA-PREFIRO-ESTUDAR-OU-TRABALHAR-1.pdf>. Acesso em: 11 ago. 2024.

SKINNER, B. F. **Ciência e Comportamento Humano**. Tradução de João Claudio Todorov e Rodolfo Azzi. 10. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2000. (Obra original publicada em 1953).

TODOROV, J. C.; HANNA, E. S. Quantificação de escolhas e preferências. *In: ABREU-RODRIGUES, J.; RIBEIRO, M. R. (Orgs.). Análise do comportamento: pesquisa, teoria e aplicação*. Porto Alegre: Artmed, 2005. p. 159-174.

**ANÁLISE COMPORTAMENTAL DA PROBABILIDADE DE GANHO
MONETÁRIO: relação entre status de trabalho e interrupção de estudos¹**

***BEHAVIORAL ANALYSIS OF THE PROBABILITY OF MONETARY GAIN:
relationship between employment status and interruption of studies***

Gleiton Nunes de Azevedo

Ana Isabel Marques da Silva

Isadora Rodrigues de Moura Dietz

Jéssica Cardoso Garbim

Cristiano Coelho

RESUMO: Este estudo analisou como variáveis econômicas e comportamentais influenciam a decisão de estudantes entre permanecer no ensino superior ou aceitar uma oferta de trabalho imediato. A pesquisa foi realizada com 27 estudantes de graduação de um Centro Universitário da região metropolitana de Goiânia, classificados em três grupos conforme *status* laboral: não trabalha e procura emprego (N Trab. Proc.), trabalha e não procura (Trab. N Proc.) e trabalha e procura (Trab. Proc.). Os participantes responderam a questionários baseados em uma tarefa de procedimento de ajuste para aferir o desconto temporal e probabilístico, que envolvia escolhas entre um salário menor e imediato (três salários-mínimos) e um salário maior atrasado (dezoito salários-mínimos) com probabilidades que variaram entre 0,95 e 0,05. Os resultados indicaram padrões distintos entre os grupos. Em condições de alta probabilidade ($\geq 0,85$), todos os grupos mantiveram valores elevados no ponto de indiferença para a alternativa atrasada, o que demonstrou maior valorização do ganho futuro quando a incerteza é mínima. Em contrapartida, quando a probabilidade caiu para 5%, os valores aceitos diminuíram significativamente, sobretudo entre os participantes que trabalham e procuram outra oportunidade, o que sugeriu maior sensibilidade ao risco. O grupo N Trab. Proc. apresentou comportamento mais conservador e manteve valores altos mesmo em cenários incertos, enquanto o grupo Trab. N Proc. exigiu valores maiores para interromper os estudos, o que indicou controle por reforçadores de longo prazo devido à estabilidade proporcionada pelo emprego atual. Já o grupo Trab. Proc. mostrou maior flexibilidade e ajuste de suas escolhas conforme a probabilidade variava. Esses achados corroboram o modelo de desconto temporal e probabilístico (Rachlin *et al.*, 1991) e estudos nacionais (Azevedo, 2019; Silva; Azevedo, 2018), o que evidencia que as contingências econômicas modulam o valor subjetivo e a taxa de desconto aplicada aos reforços futuros. Conclui-se que políticas públicas devem considerar estratégias que reduzam a incerteza quanto ao retorno financeiro da formação, para aumentar a permanência no ensino superior.

PALAVRAS-CHAVE: evasão acadêmica; comportamento de escolha; probabilidade; atraso; empregabilidade.

¹ Este artigo resulta de coleta de dados realizada no âmbito de um projeto de pós-doutorado desenvolvido na PUC Goiás, com participação e orientação de alunas de iniciação científica da UNIFAN (PIBIC e PIVIC).

ABSTRACT: *This study analyzed how economic and behavioral variables influence students' decisions between remaining in higher education or accepting an immediate job offer. The research was conducted with 27 undergraduate students from a University Center in the metropolitan region of Goiânia, classified into three groups according to their employment status: does not work and is looking for a job (N Trab. Proc.), works and is not looking (Trab. N Proc.), and works and is looking (Trab. Proc.). Participants responded to questionnaires based on a titration procedure task to assess temporal and probabilistic discounting, involving choices between a smaller, immediate salary (three minimum wages) and a larger, delayed salary (eighteen minimum wages) with probabilities ranging from 0.95 to 0.05. The results indicated distinct patterns among the groups. Under conditions of high probability (≥ 0.85), all groups maintained high indifference point values for the delayed alternative, demonstrating a greater valuation of future gains when uncertainty is minimal. Conversely, when the probability dropped to 5%, the accepted values decreased significantly, especially among participants who work and are looking for another opportunity, suggesting greater sensitivity to risk. The N Trab. Proc. group displayed more conservative behavior, maintaining high values even in uncertain scenarios, while the Trab. N Proc. group required higher values to interrupt their studies, indicating control by long-term reinforcers due to the stability provided by their current employment. The Trab. Proc. group showed greater flexibility, adjusting their choices as the probability varied. These findings corroborate the temporal and probabilistic discounting model (Rachlin et al., 1991) and national studies (Azevedo, 2019; Silva; Azevedo, 2018), showing that economic contingencies modulate the subjective value and the discount rate applied to future reinforcers. It is concluded that public policies should consider strategies that reduce uncertainty regarding the financial return of academic training, aiming to increase retention in higher education.*

KEYWORDS: *academic evasion; choice behavior; probability; delay; employability.*

1 INTRODUÇÃO

O cenário brasileiro contemporâneo revela uma contradição significativa entre indicadores econômicos positivos e desafios persistentes relacionados à empregabilidade, qualificação profissional e permanência no ensino superior. Embora a taxa de desemprego tenha atingido o menor patamar desde 2014, ao chegar a 5,6% em 2025, segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 2025), aproximadamente seis milhões de pessoas continuam em busca de trabalho, o que evidencia que a redução da desocupação não se traduz automaticamente em estabilidade ou qualidade das oportunidades disponíveis. Esse quadro reflete tanto avanços econômicos recentes quanto fragilidades estruturais que permeiam o mercado de trabalho e o sistema educacional brasileiro. A busca por estabilidade financeira, ascensão social e reconhecimento profissional tem se tornado um fator determinante nas escolhas educacionais, especialmente diante das elevadas taxas de evasão no ensino superior, que alcançaram 57,2% em 2024, conforme dados do IBGE (2024). Esse fenômeno é

influenciado por variáveis econômicas, como renda, concorrência por vagas e probabilidade de inserção no mercado, além de aspectos comportamentais relacionados à preferência por ganhos imediatos em detrimento de reforços atrasados.

A trajetória da taxa de desemprego no Brasil nos últimos anos ilustra um contexto de oscilação entre crises e recuperação. Durante a pandemia de *Covid-19*, o país registrou picos históricos de desocupação, que chegaram a 14,9% em 2020 e 2021 (IBGE, 2021). A partir de 2023, observou-se uma tendência de queda, ao atingir 7,8% em 2023 e 6,6% em 2024, até alcançar o patamar mínimo de 2025 (IBGE, 2025). Apesar dessa melhora, a persistência de milhões de pessoas em busca de emprego indica que a redução da taxa não garante estabilidade, qualidade ou compatibilidade entre formação e ocupação. A precarização das relações de trabalho, marcada pela expansão da *gig economy* e pela chamada *uberização* (Abílio, 2017; Feliciano; Pasqualetto, 2019), tem ampliado vínculos temporários e informais, e comprometido a segurança econômica e os direitos trabalhistas.

Paralelamente, fenômenos como o *quiet quitting* (Caprino, 2022; Forbes, 2023), amplamente discutidos na literatura recente, revelam mudanças nas expectativas das novas gerações em relação ao trabalho, que valorizam flexibilidade, propósito e qualidade de vida, mas enfrentam dificuldades para conciliar essas demandas com um mercado competitivo e instável (Spada Gonçalves; Ruffatto, 2024).

No campo educacional, o ensino superior brasileiro passou por um processo de expansão expressivo nas últimas décadas, impulsionado por políticas públicas como Prouni, Fies e Lei de Cotas, além da interiorização das universidades federais e da ampliação do ensino a distância (SEMESP, 2023). Em 2023, a proporção de trabalhadores com ensino superior atingiu 23,1%, frente a 14,1% em 2012 (IBGE, 2024), o que indica avanços na qualificação da força de trabalho. Contudo, esse progresso convive com taxas alarmantes de evasão, que comprometem o retorno social e econômico dos investimentos em educação. Em 2024, o índice nacional chegou a 57,2%, com maior incidência na rede privada e no ensino a distância, enquanto nas instituições públicas manteve-se abaixo de 40% (IBGE, 2024).

A literatura especializada aponta que a evasão decorre de uma combinação de fatores, o que inclui dificuldades financeiras, necessidade de conciliar trabalho e estudo, baixa renda familiar, insuficiência de políticas de permanência, insatisfação com o curso, problemas de saúde mental e falta de integração acadêmica e social (Todorov; Hanna, 2005; Neri *et al.*, 2009). Embora a democratização do acesso tenha ampliado as oportunidades, não foi acompanhada por melhorias equivalentes na qualidade do ensino médio, na infraestrutura das

instituições e na oferta de apoio psicossocial, o que contribui para a vulnerabilidade dos estudantes, especialmente aqueles oriundos de grupos historicamente excluídos.

Outro aspecto crítico é o descompasso entre formação acadêmica e demandas do mercado de trabalho. Dados recentes indicam que profissionais com diploma superior têm taxa de desemprego 56,2% menor do que aqueles com apenas ensino médio e recebem, em média, R\$ 7.622,00, ante R\$ 2.827,00 dos que possuem nível médio (OCDE, 2025). Essa diferença salarial, 148% maior para quem conclui o ensino superior, supera a média dos países da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE, 2025), o que reforça a percepção da educação como mecanismo de ascensão social. Não surpreende que 59% dos estudantes apontem a busca por melhores oportunidades como principal motivação para cursar uma graduação (Correio Braziliense, 2024a).

Entretanto, a promessa de empregabilidade plena nem sempre se concretiza: apenas 12% dos egressos dos cursos mais concorridos conseguem inserção em cargos compatíveis com sua formação, e muitos acabam por ocupar funções de nível médio, como assistentes administrativos e auxiliares de escritório (Correio Braziliense, 2024b). Essa discrepância entre expectativa e realidade, somada à pressão econômica, leva muitos estudantes a anteciparem ganhos imediatos, optarem por empregos de menor qualificação e abandonarem a formação acadêmica.

Nesse contexto, a análise do comportamento oferece um referencial teórico robusto para compreender as decisões de permanência ou evasão. O modelo de seleção por consequências, proposto por Skinner (2000), sustenta que o comportamento é selecionado e mantido em função de suas consequências, sejam elas reforçadoras ou punitivas, imediatas ou atrasadas. Assim, a decisão de permanecer no curso ou abandoná-lo pode ser entendida como resultado da interação entre variáveis antecedentes, como contexto socioeconômico, características institucionais e expectativas, e consequências percebidas, como recompensas salariais, reconhecimento social e satisfação pessoal. A análise experimental do comportamento permite modelar situações de escolha em que os indivíduos avaliam alternativas de curto e longo prazo, e ponderam riscos, probabilidades e magnitudes dos reforçadores disponíveis.

Estudos clássicos (Rachlin; Raineri; Cross, 1991; Pedroso, 2008) demonstram que escolhas que envolvem valores menores imediatos *versus* valores maiores atrasados são sensíveis a variáveis como probabilidade e magnitude do reforço. Pesquisas nacionais indicam que estudantes estão dispostos a aceitar reduções salariais para garantir contratação imediata, especialmente quando a concorrência é alta (Azevedo, 2019). Essa tendência é influenciada pelo

tipo de sistema econômico em que o indivíduo está inserido: em sistemas abertos, há múltiplas fontes alternativas de renda, que conferem maior flexibilidade; em sistemas fechados, as opções são restritas, o que torna as decisões mais conservadoras (Hursh, 1980).

Diante desse cenário, emerge a problemática central deste estudo: como variáveis econômicas e comportamentais; especialmente atraso, probabilidade e magnitude do reforço; influenciam a decisão dos estudantes entre permanecer na graduação ou aceitar uma oferta de trabalho imediato? Essa questão é crítica para compreender os determinantes da evasão e propor soluções eficazes.

A justificativa para esta pesquisa reside na relevância social e econômica do problema. A evasão no ensino superior compromete a qualificação da força de trabalho e o retorno social dos investimentos em educação. Compreender os determinantes comportamentais dessas escolhas é essencial para desenvolver políticas públicas e estratégias institucionais que reduzam a evasão. A análise do comportamento, aplicada à economia comportamental (Azevedo; Coelho; Todorov, 2024), permite investigar situações de escolha e identificar como variáveis econômicas modulam decisões, o que oferece subsídios para intervenções que alinhem expectativas individuais às demandas do mercado.

Assim, este estudo tem como objetivo geral analisar como a probabilidade, o atraso e a magnitude do reforço influenciam o comportamento de escolha entre permanecer no ensino superior ou aceitar uma oferta de trabalho imediato. Especificamente, busca-se identificar padrões de escolha em diferentes condições de probabilidade e atraso; comparar decisões entre grupos com diferentes *status* de trabalho; avaliar a relação entre renda, estabilidade laboral e sensibilidade ao risco; e discutir implicações para políticas públicas e estratégias institucionais voltadas à redução da evasão.

2 METODOLOGIA

A pesquisa foi realizada com 27 estudantes de graduação de um Centro Universitário localizado na região metropolitana de Goiânia, em que 21 são do sexo feminino e 6 do sexo masculino. A idade média foi de 22,24 anos para mulheres e 21,33 anos para homens. Quanto à situação laboral, 24 participantes estavam empregados (19 mulheres e 5 homens) e 13 buscavam emprego (10 mulheres e 3 homens). Nenhum participante declarou não trabalhar e não procurar emprego. Para fins de análise, os participantes foram classificados em três

categorias: N Trab. Proc. (não trabalha, mas procura emprego), Trab. N Proc. (trabalha e não procura outra oportunidade) e Trab. Proc. (trabalha e procura outra oportunidade).

Os instrumentos utilizados consistiram em questionários de desconto temporal e probabilístico, elaborados na plataforma *Google Forms*. A tarefa experimental envolveu escolhas entre duas alternativas através de um procedimento de ajuste (*titration*²): (a) um salário menor e imediato, equivalente a três salários-mínimos; e (b) um salário maior, equivalente a dezoito salários-mínimos, a ser recebido após sete anos. As probabilidades de recebimento foram manipuladas em cinco níveis (0,95; 0,85; 0,50; 0,15; e 0,05), aplicadas tanto à condição imediata (*Agora*) quanto à atrasada (7 anos). Na análise dos dados, foram considerados os pontos de indiferença, os valores médios exatos em que as duas alternativas se tornavam equivalentes subjetivamente para os participantes ao optarem por interromper os estudos.

3 RESULTADOS E DISCUSSÕES

A análise dos dados, detalhada no Quadro 1 e nos Gráficos 1 e 2, revelou padrões distintos de comportamento de escolha entre os grupos e forneceu evidências robustas de como o *status* laboral atua como uma contingência crítica na modulação do valor subjetivo de consequências futuras. Observou-se inicialmente que, em condições de alta probabilidade, como nos cenários de 95% e 85% de chance de recebimento, os valores aceitos para a alternativa atrasada de dezoito salários-mínimos em sete anos permaneceram elevados e relativamente estáveis, independentemente do *status* laboral do participante.

Esse fenômeno indica que, quando a incerteza é mínima e a previsibilidade do ambiente é garantida, todos os grupos demonstram um elevado padrão de autocontrole, conforme definido na literatura da análise do comportamento experimental (Rachlin; Ranieri; Cross, 1991; Pedroso, 2008). Nesses contextos ótimos, o diploma e o salário futuro retêm seu alto valor subjetivo e competem de forma eficaz com as tentações de ganhos imediatos, o que confirma que os estudantes reconhecem a formação acadêmica como um passaporte viável para a ascensão social e para a melhoria de renda (OCDE, 2025).

Por outro lado, quando as condições experimentais impuseram o declínio da probabilidade de recebimento, especialmente ao caírem para os níveis de 15% e 5%, o desconto

² Ajuste (*titration*) procedimento iterativo que ajusta sistematicamente o valor imediato até identificar o ponto de indiferença entre um reforço imediato e atrasado aumentado ou reduzido conforme as escolhas do participante até que ele passe a alternar preferências, indicando o valor subjetivo equivalente da recompensa atrasada.

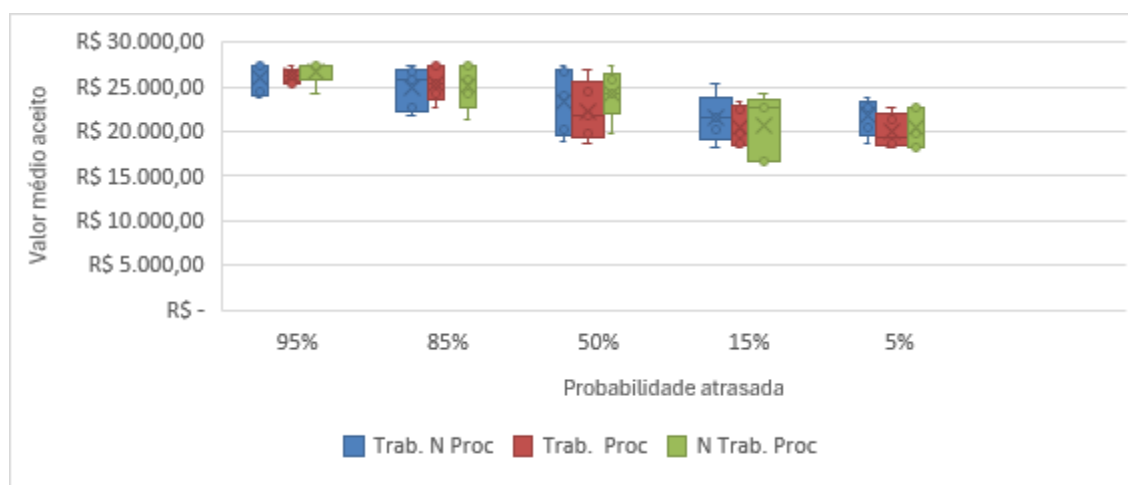
probabilístico afetou os grupos de formas estruturalmente diferentes. Essa variação reflete os distintos estados de privação e de vulnerabilidade inerentes a cada condição de emprego e revela a complexidade das escolhas intertemporais em cenários de incerteza econômica.

Quadro 1 – Valores médios aceitos por *status* de trabalho (em reais)

Imediata	Atrasada	N Trab. Proc	Trab. N Proc	Trab. Proc
0,05	95%	R\$ 24.288,00	R\$ 23.745,86	R\$ 26.312,00
0,05	85%	R\$ 21.252,00	R\$ 21.794,14	R\$ 22.770,00
0,05	50%	R\$ 24.288,00	R\$ 20.167,71	R\$ 19.734,00
0,05	15%	R\$ 22.770,00	R\$ 20.167,71	R\$ 18.216,00
0,05	5%	R\$ 22.770,00	R\$ 18.541,29	R\$ 18.216,00
0,15	95%	R\$ 27.324,00	R\$ 24.396,43	R\$ 25.300,00
0,15	85%	R\$ 25.806,00	R\$ 22.770,00	R\$ 24.288,00
0,15	50%	R\$ 19.734,00	R\$ 18.866,57	R\$ 18.722,00
0,15	15%	R\$ 16.698,00	R\$ 18.216,00	R\$ 18.722,00
0,15	5%	R\$ 18.216,00	R\$ 20.493,00	R\$ 19.228,00
0,5	95%	R\$ 27.324,00	R\$ 27.324,00	R\$ 27.324,00
0,5	85%	R\$ 27.324,00	R\$ 26.673,43	R\$ 27.324,00
0,5	50%	R\$ 25.806,00	R\$ 24.071,14	R\$ 21.758,00
0,5	15%	R\$ 16.698,00	R\$ 21.468,86	R\$ 19.734,00
0,5	5%	R\$ 18.216,00	R\$ 22.770,00	R\$ 18.722,00
0,85	95%	R\$ 27.324,00	R\$ 27.324,00	R\$ 26.673,43
0,85	85%	R\$ 27.324,00	R\$ 27.324,00	R\$ 27.324,00
0,85	50%	R\$ 27.324,00	R\$ 27.324,00	R\$ 24.396,43
0,85	15%	R\$ 24.288,00	R\$ 25.300,00	R\$ 22.444,71
0,85	5%	R\$ 22.770,00	R\$ 23.782,00	R\$ 22.770,00
0,95	95%	R\$ 27.324,00	R\$ 27.324,00	R\$ 25.300,00
0,95	85%	R\$ 24.288,00	R\$ 25.697,57	R\$ 25.300,00
0,95	50%	R\$ 24.288,00	R\$ 26.673,43	R\$ 26.818,00
0,95	15%	R\$ 22.770,00	R\$ 22.119,43	R\$ 23.276,00
0,95	5%	R\$ 19.734,00	R\$ 22.770,00	R\$ 21.252,00

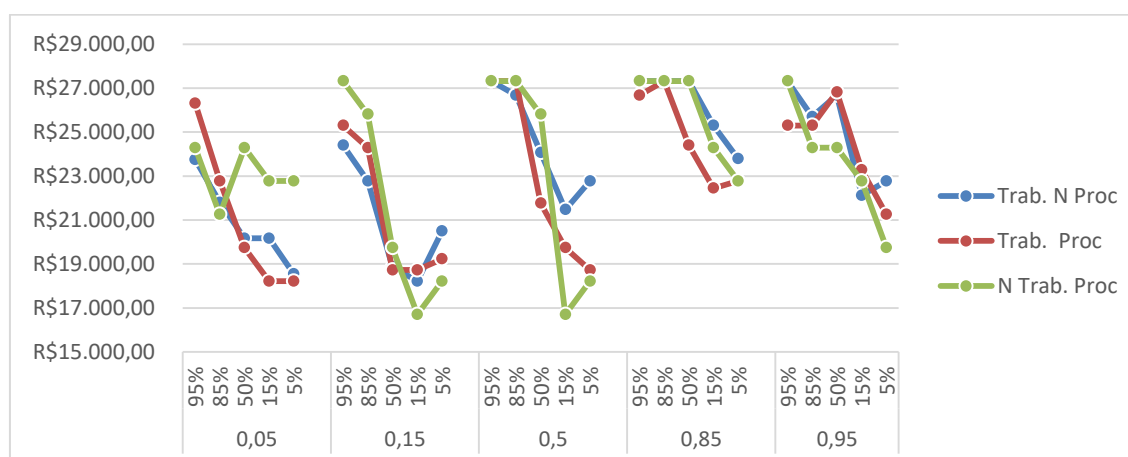
Fonte: dados da pesquisa.

Gráfico 1 - Valores Médios Aceitos por *Status* de trabalho em
Função da Probabilidade de Recebimento em desvio padrão



Fonte: dados da pesquisa.

Gráfico 2 - Valores Médios Aceitos por *Status* de trabalho
em Função da Probabilidade de Recebimento



Fonte: dados da pesquisa

Ao examinar detalhadamente o grupo N Trab. Proc., composto por universitários que não trabalham e procuram emprego, nota-se um comportamento marcadamente conservador, uma vez que mantiveram os pontos de indiferença em patamares relativamente altos mesmo nos cenários mais incertos. Na perspectiva comportamental do modelo de seleção por consequências (Skinner, 2000), isso indica uma forte ancoragem na expectativa de retorno financeiro que a formação acadêmica promete, acompanhada de uma severa aversão ao risco de abandonar o projeto educacional por valores imediatos irrisórios. Pelo fato de não possuírem uma fonte de renda atual, a dependência percebida dos ganhos futuros e da mudança de *status* social por meio da graduação os torna mais resistentes a aceitar valores rebaixados. Esse comportamento dialoga diretamente com a diferença salarial de 148% a

favor de quem possui ensino superior (OCDE, 2025) e opera como um reforçador atrasado de magnitude expressiva que sustenta o comportamento de estudar mesmo sob condições ambientais adversas.

Em contraste evidente, o grupo Trab. N Proc., constituído por alunos que trabalham e não procuram outra oportunidade, exigiu valores globais muito mais elevados para interromper os estudos sob quase todas as condições probabilísticas. Esse grupo possui um estado de privação financeira mitigado pela presença de um vínculo empregatício estabelecido e satisfatório, que funciona como uma base segura de reforçamento no presente. A partir dos preceitos da economia comportamental, analisados por Hursh (1980) e aplicados ao contexto brasileiro por Azevedo (2019), indivíduos inseridos em sistemas com fontes alternativas e estáveis de renda são menos vulneráveis às flutuações experimentais de curtíssimo prazo e conseguem direcionar o controle de suas escolhas de forma consistente para os reforçadores de longo prazo, como a ascensão na carreira, a segurança econômica e a realização profissional plena.

O fenômeno empírico mais acentuado e teoricamente instigante ocorreu no grupo Trab. Proc., que abrange participantes que trabalham mas procuram ativamente novos empregos. Ao se depararem com probabilidades baixas de 5% para o recebimento atrasado, esse grupo exibiu uma redução drástica nos valores exigidos para abandonar os estudos, que chegou à média de R\$ 18.216,00, o que evidenciou a mais alta sensibilidade ao risco e a maior volatilidade de toda a amostra. Na terminologia analítico-comportamental (Coelho; Hanna; Todorov, 2003), eles apresentaram a maior impulsividade nas escolhas e priorizaram fortemente os ganhos menores e imediatos.

Essa impulsividade não deve ser compreendida como um traço de personalidade, mas como uma resposta direta às macrocontingências do mercado de trabalho contemporâneo descritas na introdução, como a precarização e a uberização do trabalho (Abílio, 2017; Feliciano; Pasqualetto, 2019). O fato de estarem empregados e simultaneamente insatisfeitos sugere que eles estão submetidos a contingências de trabalho precárias, temporárias ou desgastantes, possivelmente vinculadas à *gig economy*. Diante de um cotidiano laboral aversivo ou insuficiente e perante a alta incerteza de um diploma futuro, o reforçador financeiro imediato se torna imensamente mais atrativo e funciona como uma rota de fuga rápida.

Além disso, a acentuada queda no ponto de indiferença desse grupo específico pode ser iluminada pelas recentes discussões sociológicas sobre as expectativas da Geração Z e fenômenos como o quiet quitting (Caprino, 2022; Forbes, 2023; Spada Gonçalves; Ruffatto, 2024). Esses estudantes valorizam a flexibilidade, o propósito e a qualidade de vida imediata,

de modo que a promessa de um ganho robusto apenas após longos sete anos sofre um desconto temporal extremamente severo quando a probabilidade de sucesso parece baixa. Eles ajustam rapidamente suas decisões para baixo e demonstram grande flexibilidade tática e um desapego considerável em relação às promessas institucionais de longo prazo caso estas não demonstrem garantias sólidas no curto prazo.

Outro ponto fundamental para a discussão desses achados é o descompasso entre a formação acadêmica e o mercado de trabalho (Correio Braziliense, 2024b). O dado alarmante de que apenas 12% dos egressos de cursos concorridos conseguem inserção em cargos compatíveis atua como uma contingência verbal que reduz drasticamente a probabilidade percebida de obtenção do prêmio de dezoito salários-mínimos fora do laboratório. Quando os estudantes trazem essa vivência de mercado para a tarefa experimental, a condição de 5% ou 15% de probabilidade deixa de ser meramente hipotética e passa a refletir as probabilidades reais que eles vivenciam ou observam em seus pares. Consequentemente, a evasão não se dá por desinteresse acadêmico, mas por uma modelagem econômica implacável, em que as recompensas imediatas, ainda que oriundas de empregos de nível médio, tornam-se escolhas perfeitamente lógicas e adaptativas dentro de um ambiente de restrição sistêmica (Azevedo; Coelho; Todorov, 2024).

Esses resultados corroboram de forma sólida a aplicabilidade da economia comportamental para a compreensão do fenômeno da evasão universitária e expandem os achados de Neri *et al.* (2009); e, de Todorov e Hanna (2005) sobre os motivos do abandono escolar. A instabilidade econômica, mensurada neste estudo pela relação com o *status* de emprego e pela busca ativa por novas posições, desconta severamente o valor da educação futura no cálculo subjetivo de curto prazo. Fica evidente que a alta taxa de abandono do ensino superior, atualmente na casa dos 57,2% no Brasil (IBGE, 2024), reflete diretamente a concorrência desleal entre reforçadores pequenos, porém certos e imediatos do mercado de trabalho precário, e os reforçadores enormes, porém distantes e altamente incertos, prometidos pelo sistema educacional.

Em suma, os dados indicam categoricamente que o planejamento institucional e governamental contra a evasão no ensino superior não pode se fiar unicamente no engajamento pedagógico ou na promessa retórica de empregabilidade distante. A manutenção do aluno depende obrigatoriamente da criação de reforçadores concorrentes positivos e tangíveis no curto prazo, para alinhar as expectativas imediatas dos jovens com as demandas de sobrevivência. A ampliação de programas de bolsas de permanência, o acesso facilitado a estágios bem remunerados já nos períodos iniciais dos cursos e uma flexibilização curricular,

que permita inserções graduais no mercado de trabalho, atuam precisamente para amortecer a incerteza imediata e aumentar a probabilidade de permanência acadêmica até o pleno alcance do reforço atrasado de maior magnitude.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os resultados desta pesquisa reforçam que variáveis econômicas e comportamentais desempenham papel decisivo na determinação das escolhas acadêmicas e profissionais. A tendência à valorização do ganho imediato, caracterizada como comportamento de impulsividade entre indivíduos em situação financeira instável ou insatisfeitos com suas condições de trabalho no grupo Trab. Proc., confirma a hipótese de que contingências de curto prazo e altas taxas de desconto governam as decisões em contextos de incerteza e precarização laboral. Por outro lado, a maior resistência ao atraso, vista como autocontrole entre estudantes com estabilidade laboral no grupo Trab. N Proc., indica o controle efetivo por reforçadores de longo prazo, o que engloba a ascensão social e a segurança econômica definitiva.

Essas conclusões dialogam intrinsecamente com estudos anteriores (Azevedo, 2019; Silva; Azevedo, 2018; Marques *et al.*, 2022) e reforçam a aplicabilidade metodológica da análise do comportamento em interface com a economia comportamental. A ponte entre a coleta de dados de laboratório por meio de tarefas de escolha e a prática sociopolítica consolida o entendimento de que a evasão não é um mero déficit individual de engajamento, mas uma resposta operante adaptativa ao descompasso profundo entre a formação acadêmica e o mercado de trabalho. As novas dinâmicas da Geração Z e fenômenos contemporâneos como o *quiet quitting* e a *uberização* exigem adaptações urgentes das instituições.

De forma prática e preventiva, as políticas públicas e educacionais devem considerar a urgência de estratégias que reduzam a incerteza quanto ao retorno financeiro da formação durante o período de graduação. Programas robustos de bolsas de permanência, estágios remunerados atrelados à carga horária acadêmica e parcerias diretas com o setor produtivo têm o potencial de injetar reforçadores imediatos e previsíveis no cotidiano do estudante. Tais medidas protegem o valor subjetivo da educação em longo prazo, diminuem drasticamente a propensão ao abandono dos estudos e contribuem de forma objetiva para a qualificação sustentável da força de trabalho no Brasil.

REFERÊNCIAS

ABÍLIO, L. C. *Uberização do trabalho: subsunção real da viração*. **Revista do Instituto Humanitas Unisinos**, São Leopoldo, 2017. Disponível em: <http://www.ihu.unisinos.br/186-noticias/noticias-2017/565264-uberizacaodo-trabalho-subsuncao-real-da-viracao>. Acesso em: 2 out. 2022.

AZEVEDO, G. N. **Macrocontingência e economia comportamental nas relações de emprego e renda de pedreiros da região metropolitana de Goiânia**. 2019. Tese (Doutorado em Psicologia) – Universidade de Brasília, Brasília, 2019.

AZEVEDO, G. N.; COELHO, C.; TODOROV, J. C. Uma visão operante para a economia comportamental. **Fragmentos de Cultura**, Goiânia, v. 34, n. 5, p. 498-504, 2024. Disponível em: <https://doi.org/10.18224/frag.v34i5.14579>. Acesso em: 26 nov. 2025.

CAPRINO, K. *Quiet quitting*: entenda a tendência lançada pela geração Z. **Forbes**, [S. l.], ago. 2022. Disponível em: <https://forbes.com.br/carreira/2022/08/quiet-quitting-entenda-a-nova-tendencia-do-mundo-corporativo/>. Acesso em: 2 nov. 2022.

COELHO, C.; HANNA, E. S.; TODOROV, J. C. Magnitude, atraso e probabilidade de reforço em situações hipotéticas de risco. **Psicologia: Teoria e Pesquisa**, Brasília, v. 19, n. 3, p. 269-278, 2003.

CORREIO BRAZILIENSE. Ensino superior no Brasil tem 57% de evasão na rede pública e privada. **Correio Braziliense**, Brasília, 20 maio 2024a. Disponível em: <https://www.correiobraziliense.com.br/euestudante/ensino-superior/2024/05/6852929-ensino-superior-no-brasil-tem-57-de-evasao-na-rede-publica-e-privada.html>. Acesso em: 11 ago. 2024.

CORREIO BRAZILIENSE. Pesquisa aponta lacunas entre ensino e mercado de trabalho. **Correio Braziliense**, Brasília, 19 jun. 2024b. Disponível em: <https://www.correiobraziliense.com.br/euestudante/trabalho-e-formacao/2024/06/6885317-pesquisa-aponta-lacunas-entre-ensino-e-mercado-de-trabalho.html>. Acesso em: 11 ago. 2024.

FELICIANO, G. G.; PASQUALETO, O. Q. F. (Re)descobrimo o direito do trabalho: *Gig economy*, uberização do trabalho e outras flexões. **Jota**, São Paulo, maio 2019. Disponível em: <https://www.jota.info/opiniao-e-analise/columnas/juizo-de-valor/redescobrimo-o-direito-do-trabalho-06052019>. Acesso em: 12 out. 2022.

FORBES. *Quiet quitting*: 12% dos brasileiros aderem à demissão silenciosa. **Forbes**, [S. l.], fev. 2023. Disponível em: <https://forbes.com.br/carreira/2023/02/quiet-quitting-12-dos-brasileiros-aderem-a-demissao-silenciosa/>. Acesso em: 11 ago. 2024.

HURSH, S. R. *Econômical concepts for the analysis of behavior*. **Journal of the Experimental Analysis of Behavior**, [S. l.], v. 34, p. 219-238, 1980.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Taxa de Desemprego no Brasil**: primeiro trimestre de 2021. Rio de Janeiro: IBGE, 2021. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/explica/desemprego.php>. Acesso em: 14 ago. 2021.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). Indicadores educacionais avançam em 2024, mas atraso escolar aumenta. **Agência de Notícias IBGE**, Rio de Janeiro, 2024. Disponível em: <https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-noticias/2012-agencia-de-noticias/noticias/43699-indicadores-educacionais-avancam-em-2024-mas-atraso-escolar-aumenta>. Acesso em: 26 nov. 2025.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Taxa de desocupação (desemprego)**. Rio de Janeiro: IBGE, 2025.

MARQUES, A. S. R.; RODRIGUES, L. M.; SILVA, M. R.; AZEVEDO, G. N. Análise do comportamento de escolha: desconto salarial em função da probabilidade de recebimento de comissão e concorrência à vaga de trabalho em tempos de COVID-19. *In: CONGRESSO INTERDISCIPLINAR DE PRODUÇÃO CIENTÍFICA*, 10., 2021, Aparecida de Goiânia. **Anais [...]**. Aparecida de Goiânia: Editora Alfredo Nasser, 2022. v. 2, p. 196-203. Disponível em: <https://www.unifan.edu.br/unifan/aparecida/wp-content/uploads/sites/2/2022/09/ANALISE-DO-COMPORTAMENTO-DE-ESCOLHA-desconto-salarial-em-funcao-da-probabilidade-de-recebimento....pdf>. Acesso em: 11 ago. 2024.

NERI, M.; MONTE, S. R. S.; NERI, A. L. *et al.* **Motivos da evasão escolar**. Brasília: FGV, 2009.

OCDE. **Education at a glance 2025**: notas estatísticas. [S. l.]: OCDE; INEP, 2025. Disponível em:

https://download.inep.gov.br/publicacoes/institucionais/estatisticas_e_indicadores/education_at_a_glance_2025_notas_estatisticas.pdf. Acesso em: 28 maio 2026.

PEDROSO, R. **Comportamento de escolha**: uma estimativa de probabilidade subjetivas de descrição nominais com recompensas hipotéticas. 2008. Dissertação (Mestrado em Psicologia) – Universidade Católica de Goiás, Goiânia, 2008.

RACHLIN, H.; RAINERI, A.; CROSS, D. *Subjective probability and delay*. **Journal of the Experimental Analysis of Behavior**, [S. l.], v. 55, n. 2, p. 233-244, mar. 1991. DOI: 10.1901/jeab.1991.55-233. Disponível em:

<https://www.ncbi.nlm.nih.gov/pmc/articles/PMC1323057/>. Acesso em: 28 maio 2026.

SEMESP. **Mapa do Ensino Superior no Brasil**: edição 14. São Paulo: Instituto Semesp, 2023. Disponível em: <https://www.semesp.org.br/mapa/edicao-14/brasil/>. Acesso em: 11 ago. 2024.

SILVA, M. R.; AZEVEDO, G. N. Comportamento de escolha: prefiro estudar ou trabalhar? *In: PESQUISAR*, 7., 2018, Aparecida de Goiânia. **Anais [...]**. Aparecida de Goiânia: Centro Universitário Alfredo Nasser, 2018. v. 7, p. 1-10. Disponível em: <https://www.unifan.edu.br/unifan/aparecida/wp-content/uploads/sites/2/2020/02/COMPORTAMENTO-DE-ESCOLHA-PREFIRO-ESTUDAR-OU-TRABALHAR-1.pdf>. Acesso em: 11 ago. 2024.

SKINNER, B. F. **Ciência e Comportamento Humano**. Tradução de João Claudio Todorov e Rodolfo Azzí. 10. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2000. (Obra original publicada em 1953).

SPADA GONÇALVES, A.; RUFFATTO, M. Perspectivas da Geração Z sobre valores no trabalho. **Revista Brasileira de Orientação Profissional**, São Paulo, v. 25, n. 2, p. 159-170, jul./dez. 2024. DOI: <https://doi.org/10.26707/1984-7270/2024v25n0205>.

TODOROV, J. C.; HANNA, E. S. Quantificação de escolhas e preferências. *In*: ABREU-RODRIGUES, J.; RIBEIRO, M. R. (Orgs.). **Análise do comportamento**: pesquisa, teoria e aplicação. Porto Alegre: Artmed, 2005. p. 159-174.

**ANÁLISE SOCIOLÓGICA DO DISCURSO:
um método para analisar os discursos raciais na mídia¹**

***SOCIOLOGICAL DISCOURSE ANALYSIS:
a method for analyzing racial discourses in the media***

Vitória Siqueira da Silva

Marcos Cristiano dos Reis

RESUMO: No cenário dos ambientes virtuais, o racismo se manifesta de maneiras complexas e muitas vezes sutis através dos discursos disseminados na mídia. Compreender esses discursos exige abordagens metodológicas robustas que possam capturar as nuances e os significados subjacentes aos conteúdos presentes no meio digital, dentre elas a análise sociológica do discurso. Desta forma, com a utilização da literatura existente, o presente *paper* tem como objetivo realizar um estudo acerca da análise do discurso (AD). Para cumprir o objetivo proposto, trabalha-se da seguinte forma: primeiramente são tratadas algumas reflexões sobre o racismo; desenvolve-se uma breve discussão sobre a mídia e racismo; e, por último, aborda-se as técnicas e a análise do discurso enquanto metodologia para pesquisar acerca do racismo na mídia. Em suma, a análise do discurso é fundamental para entender como o racismo se manifesta na sociedade e como ele pode ser combatido através da linguagem.

PALAVRAS-CHAVE: análise do discurso; mídia; racismo; metodologia.

ABSTRACT: *In the realm of virtual environments, racism manifests in complex and often subtle ways through discourses disseminated in the media. Understanding these discourses requires robust methodological approaches capable of capturing the nuances and underlying meanings of digital content, among them, sociological discourse analysis. Drawing on existing literature, this paper aims to examine discourse analysis (DA). To achieve this objective, the study proceeds as follows: first, it presents reflections on racism; next, it offers a brief discussion on media and racism; and finally, it addresses discourse analysis techniques and methodology for researching racism in the media. In short, discourse analysis is fundamental to understanding how racism manifests in society and how it can be combated through language.*

KEYWORDS: *discourse analysis; media; racism; methodology.*

1 INTRODUÇÃO

A especificidade epistemológica da sociologia não reside em um isolamento metodológico em relação às demais ciências, mas na natureza reflexiva de seu objeto

¹ *Paper* desenvolvido para a disciplina Métodos e Técnicas de Pesquisa, ministrada pelo Professor Dr. Jordão Horta Nunes no PPGS-UFG.

constitutivo: as tramas relacionais que os agentes sociais produzem coletivamente. Diferentemente de fenômenos físicos ou biológicos, a realidade social é simultaneamente produto e condição da atividade investigativa, uma vez que o próprio pesquisador encontra-se imerso nas dinâmicas que pretende analisar. Essa condição de objeto-sujeito impõe adequações constantes nos procedimentos técnicos — da definição do desenho de pesquisa à coleta empírica em campo —, os quais devem responder às singularidades do fenômeno estudado.

Nos últimos anos, a digitalização crescente das interações humanas reconfigurou profundamente os espaços de sociabilidade. Plataformas baseadas na internet — tais como redes sociais, fóruns virtuais e blogs — não apenas ampliaram o alcance geográfico e intercultural da comunicação, mas também criaram modalidades inéditas de formação comunitária e circulação discursiva. Esse novo ecossistema comunicacional passou a figurar como objeto privilegiado de investigações sociológicas contemporâneas, especialmente no que tange à veiculação e naturalização de visões de mundo.

Nesse contexto, o conceito de ideologia recupera centralidade analítica. Definida como o processo pelo qual determinadas ideias influenciam sistemas de crença e padrões comportamentais, a ideologia tem sido mobilizada sistematicamente em estudos sobre meios digitais e estendida também a outros subcampos da disciplina. A articulação entre ambientes virtuais, dinâmicas interacionais e efeitos ideológicos constitui, assim, uma fronteira fértil para a reflexão sociológica atual.

A Internet surgiu espontaneamente como um produto de um mundo pós-Guerra Fria, marcado pela queda do Muro de Berlim. Apesar de ter proporcionado avanços significativos nos meios de comunicação global, a internet também tem sido um veículo para a disseminação do ódio entre as pessoas. O Brasil é notável por sua riqueza cultural, resultado de sua diversidade e pluralidade. No entanto, essa diversidade nem sempre foi valorizada como um aspecto positivo. Em vez de celebrar as diferenças, muitas vezes elas foram julgadas e hierarquizadas, o que resultou nos diferentes tipos de preconceitos, um deles é o racismo. Desta forma,

Podemos dizer que o racismo é uma forma sistemática de discriminação que tem a raça como fundamento, e que se manifesta por meio de práticas conscientes ou inconscientes que culminam em desvantagens ou privilégios para indivíduos, a depender do grupo racial ao qual pertençam. Embora haja relação entre os conceitos, o racismo difere do preconceito racial e da discriminação racial. O preconceito racial é o juízo baseado em estereótipos acerca de indivíduos que pertençam a um determinado grupo racializado, e que pode ou não resultar em práticas discriminatórias. Considerar negros violentos e inconfiáveis, judeus avaros ou

orientais “naturalmente” preparados para as ciências exatas são exemplos de preconceitos. A discriminação racial, por sua vez, é a atribuição de tratamento diferenciado a membros de grupos racialmente identificados. Portanto, a discriminação tem como requisito fundamental o poder, ou seja, a possibilidade efetiva do uso da força, sem o qual não é possível atribuir vantagens e desvantagens por conta da raça (Almeida, 2019, p. 23).

Ao refletir acerca das diferenças de classe, Pierre Bourdieu, as compreendia como uma hierarquia na qual o poder e os privilégios marcam as diferenças, as quais têm as relações materiais e/ou econômicas como régua para uma classe se impor perante a outra. Desta forma, a marcante disparidade racial entre afrodescendentes e brancos em diversos aspectos da estrutura social brasileira é resultado de séculos de opressão e discriminação racial persistente até os dias atuais. Este fenômeno não é apenas negado por movimentos conservadores da sociedade brasileira, mas também por uma parcela significativa dos grupos progressistas. Consequentemente, a perpetuação da discriminação racial e de seus impactos adversos tem contribuído para a formação de duas categorias distintas de cidadania neste contexto nacional; uma associada à população negra e outra à população branca.

Como citado anteriormente, os discursos na mídia desempenham um papel crucial na formação de opiniões públicas, na disseminação de informações e na moldagem das percepções sociais. Eles influenciam como as pessoas entendem questões sociais, políticas, econômicas e culturais. Compreender esses discursos é fundamental por várias razões, dentre elas formar opiniões, influenciar questões políticas e refletir e reforçar normas e valores sociais. Desta forma, fazer a análise desses discursos ajuda a entender como certas ideias se tornam dominantes e como as normas sociais são mantidas e/ou contestadas.

Para compreender a complexidade dos discursos na mídia, são necessárias metodologias que tornem esse caminho possível. Entre essas, destacam-se a análise sociológica do discurso, que se trata de uma abordagem que investiga como os discursos refletem e perpetuam relações de poder na sociedade, desta forma, examina quem tem voz, como certas narrativas são privilegiadas e como o poder é exercido através da linguagem.

2 COMPREENSÃO DO RACISMO NA SOCIEDADE BRASILEIRA

O racismo no Brasil se manifesta de maneira específica e reflete um legado histórico da escravidão e de estigmas sociais. Esses aspectos colaboram para a exclusão social e econômica das populações afrodescendentes. As raízes dessa questão remontam à chamada

ciência das raças, que erroneamente classificou a diversidade humana em categorias hierárquicas baseadas na cor da pele. Como aponta Kabengele Munanga (2010, p. 11), “a realidade da raça não é mais biológica, mas sim histórica, política e social. A palavra continua sendo usada como uma categoria de análise para entender o que aconteceu no passado e o que acontece no presente”. Isso significa que, embora a noção científica de raça tenha sido desacreditada, as representações e ideologias associadas à palavra persistem e se transformam. O racismo contemporâneo não mais depende da justificativa biológica, mas se reconfigura por meio de várias questões. Dessa forma, compreende-se que o desafio central não é a raça em si, mas as maneiras pelas quais ela é representada e instrumentalizada social e politicamente.

Algumas pessoas acham que a busca pela igualdade implica necessariamente na uniformidade e na negação das nossas diferenças. Ou ainda, acreditam que a solução para acabar com o racismo e os conflitos étnico-raciais seria simplesmente não falar sobre esses assuntos. Nada poderia estar mais longe da verdade. Laurentino Gomes (2019, p. 29) afirma que “o Brasil dos colonizadores europeus foi construído por negros, mas sempre desejou ser um país branco”. O racismo persiste em nossa sociedade como um todo e, embora alguns neguem, o Brasil é, de fato, um país racista. Conforme Clóvis Moura (1988, p. 30),

[...] uma dessas generalidades refere-se, constantemente, à existência de uma democracia racial no Brasil, exemplo que deveria ser tomado como paradigma por outras nações. Nós éramos o laboratório onde se conseguiu a solução para os problemas étnicos em sentido planetário. Os resultados dessas pesquisas, no entanto, foram chocantes aos adeptos dessa filosofia racial. Constatou-se que o brasileiro é altamente preconceituoso e o mito da democracia racial é uma ideologia arquitetada para esconder uma realidade social altamente conflitante e discriminatória no nível de relações interétnicas.

O pensamento social brasileiro possui uma longa tradição no estudo das questões raciais. Contudo, ao longo de quase toda a sua história, as abordagens teóricas predominantes contribuíram significativamente para a postergação do reconhecimento das práticas discriminatórias persistentes em nossa sociedade. Essas teorias frequentemente minimizam ou ignoram a continuidade do racismo, o que dificulta um enfrentamento efetivo das desigualdades raciais enraizadas no Brasil.

A pobreza, a miséria e, principalmente, a desigualdade são fenômenos que remontam à própria formação do Brasil e têm suas raízes na questão racial. Os quatro séculos de escravidão estabeleceram as condições para o surgimento e fortalecimento do racismo, que se tornou um elemento central na organização e estruturação das relações sociais no país. Esse legado histórico moldou profundamente as dinâmicas de exclusão e discriminação que

persistem até hoje, o que perpetuou desigualdades e injustiças estruturais. Deste modo, Almeida (2019, p. 33) coloca que

O racismo é uma decorrência da própria estrutura social, ou seja, do modo “normal” com que se constituem as relações políticas, econômicas, jurídicas e até familiares, não sendo uma patologia social e nem um desarranjo institucional. O racismo é estrutural. Comportamentos individuais e processos institucionais são derivados de uma sociedade cujo racismo é regra e não exceção. O racismo é parte de um processo social que ocorre “pelas costas dos indivíduos e lhes parece legado pela tradição”.

A sociedade desigual não é um bloco monolítico e harmonioso; como toda configuração social, possui seus embates, contradições e temas de discórdia. No que se refere à questão racial, essa correlação de forças é ainda mais desequilibrada. O racismo, enquanto ideologia, permeia a sociedade como um todo e leva mesmo segmentos considerados progressistas a se alinharem com os conservadores na crença equivocada da “democracia racial”. Essa crença perpetua a ilusão de igualdade racial e máscara as profundas desigualdades e injustiças que continuam a afetar a população negra no Brasil. Posto que:

Portanto, as circunstâncias histórico-sociais apontadas fizeram com que o mito da ‘democracia racial’ surgisse e fosse manipulado como conexão dinâmica dos mecanismos societários de defesa dissimulada de atitudes, comportamentos e ideais ‘aristocráticos’ da ‘raça dominante’. Para que sucedesse o inverso, seria preciso que ele caísse nas mãos dos negros e dos mulatos; e que estes desfrutassem de autonomia social equivalente para explorá-lo na direção contrária, em vista de seus próprios fins, como um fator de democratização da riqueza, da cultura e do poder (Fernandes, 1965, p. 205).

Ao afirmar que o racismo é estrutural, reconhece-se que ele está presente em todos os aspectos da sociedade, mesmo quando não há consciência disso. Essa percepção reflete a realidade do racismo, mas ao mesmo tempo, parece torná-lo difícil de definir com precisão. Quando o racismo começa a ser desvendado, percebe-se que as ações discriminatórias e violentas que ele gera são apenas uma parte do problema. Essas ações constituem um fator fundamental, que pode, em última instância, definir a vida e a morte de indivíduos, mas também ocultam as bases sólidas sobre as quais nossa normalidade se sustenta. Clóvis Moura (1988, p. 23) coloca que

O aparelho ideológico de dominação da sociedade escravista gerou um pensamento racista que perdura até hoje. Como a estrutura da sociedade brasileira, na passagem do trabalho escravo para o livre, permaneceu basicamente a mesma, os mecanismos de dominação, inclusive ideológicos, foram mantidos e aperfeiçoados.

Talvez a maneira mais simples de compreender o racismo no Brasil seja reconhecer que ele constitui grande parte do que se considera normal. Isso ocorre porque o racismo é um sistema político integral. Mills (1997) defende a necessidade de pensar o racismo a partir do que ele chamou de “contrato racial”. Esse contrato pode ser entendido como uma estrutura de poder específica, definida por regras formais e informais, por privilégios socioeconômicos e pela distribuição desigual de bens materiais, oportunidades etc. Essa distribuição desigual é baseada na cor da pele das pessoas. Ao compreender o racismo como uma verdade que precisa ser desvelada, percebe-se que ele é um sistema de poder que estrutura as sociedades modernas, organiza as violências que atingem as populações discriminadas e, ao mesmo tempo, constrói uma muralha de privilégios usufruídos exclusivamente por outro segmento social, no caso, a população branca.

3 MÍDIA E RACISMO

A maneira como enxerga-se tudo ao redor é moldada por inúmeras influências que envolvem as pessoas a cada dia. A mídia desempenha um papel importante no mundo atual como uma ferramenta de formação de opinião, ao transmitir informações, notícias e trazer entretenimento para a população. De acordo com Carey (1973, p. 3), “comunicação é o processo através do qual mensagens são transmitidas e distribuídas no espaço para controle das distâncias e das pessoas [...] comunicação é o processo simbólico por meio da qual a realidade é produzida, mantida, reparada e transformada”.

Neste sentido, para Thompson (2002, p. 24), os meios de comunicação atuam como instituições exemplares do poder simbólico realizam no qual ele define como a “capacidade de intervir no curso dos acontecimentos, influenciar a ação dos outros e produzir eventos por meio de produção e da transmissão de formas simbólicas”.

[...] não é difícil imaginar que a maneira como jornalistas, donos de jornais e toda classe dominante encaram a questão das relações entre brancos e negros no país se reflita no material veiculado pelos meios de comunicação, exercendo grande influência sobre o comportamento da população nesse âmbito. Inicialmente restrita ao âmbito acadêmico, a reflexão sobre o papel da imprensa e dos meios de comunicação com relação ao racismo ganhou, nos últimos anos, um espaço maior na agenda do movimento negro, a partir do momento em que percebeu que o jornalismo pode ser um instrumento poderoso, tanto para o reforço ou a produção de preconceito quanto para a promoção da igualdade (Carranço, 2012, p. 157).

Silva e Rosenberg (2008) concluíram que a mídia brasileira desempenha um papel significativo na perpetuação e criação do racismo na sociedade. Eles examinaram como os discursos transmitidos pela mídia normalizam a ideia de superioridade branca, promovem o mito da democracia racial e retratam os papéis sociais de negros e brancos de maneira desigual, o que resulta na discriminação deles.

No livro de Silvio Almeida (2019), o autor divide o racismo estrutural em quatro elementos: ideologia, política, economia e direito. Dentro desse contexto, os meios de comunicação desempenham um papel crucial na disseminação da ideologia. A mídia frequentemente retrata os negros de maneira inferior aos brancos na sociedade, o que reforça estereótipos e preconceitos. Stuart Hall (2003, p. 170) observa que “a mídia produz, reproduz e transforma o campo da representação ideológica onde as ideologias não operam através de ideias isoladas, mas em cadeias discursivas, agrupamentos, campos semânticos e formações discursivas”. Assim, fica evidente que a mídia tem um papel significativo na construção ou desconstrução das “verdades” aceitas pela sociedade. Dessa forma, a maneira como a mídia representa diferentes grupos pode perpetuar ou desafiar as estruturas racistas existentes, bem como demonstrar seu impacto profundo na formação da opinião pública e na manutenção das desigualdades sociais. Posto que:

Uma constelação de estratégias discursivas se põe a deslindar os efeitos dos textos midiáticos (texto aqui é visto em sua larga abertura conceitual, como proposta por diversos teóricos a exemplos de Barthes, Kristeva, Sodré, Orlando), sob o crivo de olhares que v em nas representações advindas do material veiculado pelos meios de comunicação um ponto fulcral para a superação da discriminação e do racismo (Carran a , 2012. p. 180).

4 ANÁLISE DO DISCURSO

A análise do discurso é uma metodologia que investiga a maneira como a linguagem é utilizada para construir significados e, assim, moldar a percepção da realidade social. Essa abordagem não se limita apenas ao conteúdo explícito das palavras, mas também considera os contextos em que esses discursos são produzidos e recebidos, bem como as estruturas de poder que eles refletem e reforçam.

Michel Pêcheux, conhecido como o fundador da análise do discurso francesa, argumenta que a língua não é apenas uma estrutura, mas sim o que se diz e tudo o que envolve o ato de dizer, ou seja, o uso da linguagem como uma prática social (Pêcheux, 1999).

Pêcheux (1988), ainda nos diz que a língua está impregnada de história, valores, conceitos e imagens, e, ao aprender uma língua, assimila-se não apenas sua estrutura, mas também um conjunto de significados que formam a matriz semântica pela qual interpreta-se o mundo.

Iñiguez (2005) oferece uma visão abrangente da análise do discurso e destaca sua importância nas ciências sociais. Ele argumenta que a análise do discurso é essencial para entender como as práticas discursivas constituem e reproduzem as relações sociais. Alguns pontos principais discutidos pelo autor incluem, primeiramente que, os discursos não apenas refletem a realidade, mas também a constroem. Ainda, através da linguagem, os indivíduos e grupos dão sentido ao mundo ao seu redor e examinam como o poder é exercido, o que influencia assim suas ações e consequentemente suas interações. Quem tem voz, como certos discursos são legitimados enquanto outros são marginalizados e como as ideologias são perpetuadas são questões centrais nessa abordagem. E, também, o autor enfatiza a importância de considerar o contexto histórico e social em que os discursos são produzidos, pois as práticas discursivas são profundamente enraizadas nas condições sociais e políticas de seu tempo.

Na análise do discurso, a língua não é vista como um sistema aleatório e livre, mas como um conjunto de possibilidades de expressão moldadas pelas condições sócio-históricas de produção. Assim, embora teoricamente o sujeito possa articular qualquer enunciado, na prática, ele enfrenta restrições impostas por fatores jurídicos, éticos, morais, políticos, econômicos e afetivos que limitam sua liberdade de expressão. Cada situação de fala posiciona o indivíduo em um local simbólico específico, historicamente construído nas relações sociais, crucial para a produção de sentido (Pêcheux *et al.*, 2010). Compreender a língua como prática social implica reconhecer o papel constitutivo da ideologia, cuja complexidade exige uma definição clara dentro do quadro teórico da análise do discurso. De acordo com Eni Orlandi (1998, p. 48),

Ideologia não se define como o conjunto de representações, nem muito menos como ocultação de realidade. Ela é uma prática significativa; sendo necessidade da interpretação, não é consciente – ela é efeito da relação do sujeito com a língua e com a história em sua relação necessária, para que se signifique.

O conceito de ideologia mais conhecido é o marxista. A partir da análise de Marx e Engels (2007), a ideologia consiste em um conjunto de conceitos e representações originados das circunstâncias econômicas de produção, utilizado para legitimar e manter as relações de poder e domínio vigentes. Marx expressou sua desaprovação em relação aos jovens-hegelianos ao apontar que estes acreditavam ser possível promover mudanças sociais por

meio da crítica das ideias, sem levar em consideração os fatores materiais envolvidos. Para Marx, a verdadeira transformação requer uma reconfiguração das relações concretas de produção. Portanto, a ideologia é um conjunto de falsas representações da realidade, que servem para legitimar e estabelecer o poder das classes dominantes.

Em sua obra “Aparelhos Ideológicos de Estado”, Althusser revisita o conceito marxista de ideologia e afirma que existe uma ideologia geral da qual é impossível escapar. Todos estão sujeitos a essa ideologia, que transforma o indivíduo em sujeito. Para Althusser, a ideologia é uma relação imaginária que se manifesta em práticas orientadas por essa relação. Dentro dessa realização ideológica, a interpelação, o reconhecimento, a sujeição e os aparelhos ideológicos do Estado constituem quatro categorias fundamentais (Althusser, 1998).

Michel Pêcheux adota o conceito de Althusser para explorar a relação entre ideologia e linguagem. Segundo Pêcheux, não há sujeito sem linguagem, e não há linguagem sem ideologia; portanto, não existe sujeito sem ideologia. Ele avança nas reflexões de Althusser ao destacar as contradições inerentes aos próprios aparelhos ideológicos. A ideologia não é homogênea, mas sim composta por um emaranhado de contradições internas.

Para Pêcheux, o discurso é a interseção entre a língua e a ideologia, e determina tanto o sujeito quanto os sentidos produzidos. Não existe discurso isolado; todos os discursos estão em relação uns com os outros. Esse entendimento é fundamental para a análise do discurso, pois revela como os sentidos são construídos e contestados em contextos sociais específicos.

Para aprofundar a compreensão dos mecanismos do discurso, pode-se recorrer a Foucault, que influenciou significativamente Pêcheux. Foucault entende os discursos como práticas de pensamento. Os indivíduos não nascem com ideologias preconcebidas como racismo ou homofobia, mas aprendem a pensar de determinadas maneiras ao longo da vida. Os discursos moldam e fala-se sempre com sentidos já estabelecidos atualizados (Foucault, 2008).

Discursos procuram se manter com exclusão de discursos contrários, o que manifesta uma luta contínua nas práticas sociais. A língua, como prática social de sujeitos ideológicos, reflete essa luta por poder e pelo estabelecimento de sentidos prevalecentes. O discurso, portanto, é a realização da ideologia na língua, em que diferentes práticas de pensamento competem para afirmar seus significados. Como citado por Pêcheux (1988, p. 160),

As palavras, expressões, proposições etc., mudam de sentido segundo as posições sustentadas por aqueles que a empregam, o que quer dizer que elas adquirem seu sentido em referência a essas posições, isto é, em referência às formações ideológicas [...] nas quais essas posições se inscrevem. Chamaremos então, formação discursiva aquilo que, numa formação ideológica dada, isto é, a partir de uma posição dada numa conjuntura dada, determinada pelo estado de luta de classes,

determina o que pode e deve ser dito (articulado sob a forma de uma arenga, de um sermão, de um panfleto, de uma exposição, de um programa etc.).

Para realizar uma análise, é possível seguir alguns procedimentos que ajudam na organização do processo. A análise do discurso tem dois momentos distintos e complementares: a execução da análise e a redação da análise. A execução da análise envolve a delimitação do conceito a ser analisado, bem como a seleção, interpretação e exame do corpus por meio de perguntas heurísticas. Após essa etapa, inicia-se o segundo momento: a redação da análise, ou seja, a transformação em texto do que foi realizado e encontrado pelo analista.

4.1 Análise do discurso e seus usos nas mídias sociais

A análise do discurso (AD) é uma área de estudo que disponibiliza ferramentas conceituais para examinar eventos discursivos e focar na produção de efeitos de sentido gerados por sujeitos sociais que utilizam a materialidade da linguagem e estão imersos em um contexto histórico. Por esse motivo, a análise do discurso e os estudos da mídia podem interagir de forma extremamente proveitosa, na busca por compreender como os discursos contribuem para a formação das identidades sociais. Visto que o papel da mídia na amplificação do discurso de ódio é evidente, pesquisadores de diversas áreas, dentre elas a sociologia, têm estudado sobre como isso afeta a sociedade como um todo.

Em sua obra, Orlandi (2003) discute os fundamentos teóricos e metodológicos dessa abordagem e oferece uma base sólida para a análise dos discursos em diferentes contextos, inclusive os meios digitais. Para a autora (2007, p. 63), “a construção do corpus e a análise estão intimamente ligadas: decidir o que faz parte do corpus já é decidir acerca das propriedades discursivas”. Pode-se entender que os discursos são gerados em uma cultura mediatizada, em que as esferas sociais são estruturadas e configuradas pela comunicação.

De acordo com Orlandi (2005), a análise do discurso (AD) envolve métodos específicos que relacionam teoria e procedimentos analíticos. Diferente de outras abordagens, o discurso é visto como um efeito de sentidos entre locutores, não apenas como uma manifestação da língua. Ela se baseia em princípios como a relação entre descrição e interpretação e a importância da memória discursiva para compreender as condições de produção e os sentidos gerados. Ainda, não se limita apenas à língua, abrange ainda outras formas de linguagem, considera o discurso como um fenômeno em funcionamento no mundo, é vista como uma ciência da interpretação e busca uma mediação que permita a interação entre a interpretação e a descrição dos discursos.

Nesse sentido, a memória discursiva e o interdiscurso são fundamentais na AD e influenciam como diferentes situações e contextos moldam a produção de sentidos. Esta relação é crucial para entender a interpretação e a produção discursiva em contextos variados. A formação discursiva influencia a produção de sentidos distintos; por exemplo, a escolha de uma palavra como “raça” pode alterar significativamente a interpretação dependendo do contexto e do sujeito.

Muniz Sodré, ao propor o conceito de racismo midiático, examina como a mídia contribui para a produção e reprodução do racismo na sociedade. Em sua análise, Sodré identifica quatro fatores essenciais. Primeiro, a negação, em que a mídia minimiza a existência do racismo, mesmo quando reporta casos evidentes de discriminação. Segundo, o recalcamento, que se refere à falta de uma representação positiva da história dos negros no Brasil e nas Américas, e reflete uma omissão histórica nos meios de comunicação. Terceiro, a estigmatização, em que a mídia perpetua estereótipos que promovem a discriminação contra a população negra. Por fim, a indiferença profissional, evidenciada na desvalorização profissional e cultural dos comunicadores negros na mídia, sublinha um preconceito sistêmico dentro das próprias estruturas midiáticas (Sodré, 1998). Portanto, a análise do autor sobre o racismo midiático é extremamente útil para entender o racismo existente na mídia, pois oferece uma estrutura clara e detalhada para identificar e criticar práticas discriminatórias. Ao destacar os fatores de negação, recalcamento, estigmatização e indiferença profissional, Sodré permite que pesquisadores reconheçam como as narrativas e representações midiáticas não apenas refletem, mas também reforçam e perpetuam o racismo estrutural.

5 CONCLUSÃO

O racismo é uma questão histórica no Brasil, com consequências negativas que se relacionam diretamente com a linguagem. A análise do discurso é fundamental para entender como o racismo se manifesta na sociedade e como ele pode ser combatido através da linguagem. Posto que, a linguagem desempenha um papel crucial na construção de atitudes e valores que reproduzem o racismo. Discutir isso ajuda a entender como o racismo se manifesta no cotidiano. As ofensas racistas, por exemplo, revelam a normatização do racismo em diferentes contextos, desta forma, apreende-se que a linguagem pode perpetuar estigmas raciais.

O discurso, por sua vez, é um elemento fundamental que constitui e modifica o conhecimento; impacta as relações sociais e as identidades; e, pode tanto reforçar

preconceitos quanto desconstruí-los, o que depende de como é utilizado. Pode-se, desta forma, concluir que a linguagem não é apenas um meio de comunicação, mas uma ação que pode reproduzir desigualdades sociais, e, isso é particularmente evidente na sociedade brasileira, em que o discurso muitas vezes naturaliza o racismo.

A análise dos discursos que permeiam a sociedade oferece uma chave para desvendar os jogos de poder e as formas de resistência em constante disputa. Ao examinar esses discursos, é possível identificar os variados processos de produção social de significados, que são sempre negociados a partir dos diferentes lugares de fala e de silêncio. Essa análise revela como as posições sociais e as condições históricas influenciam o que pode ser dito ou silenciado, o que contribui para uma compreensão mais profunda das dinâmicas de poder e das estratégias de resistência dentro da sociedade, tanto na mídia quanto fora dela.

Ao considerar a linguagem em sua relação com a história, entende-se que não há exclusividade nos discursos, pois os indivíduos estão submetidos em formações ideológicas, que moldam como eles falam, produzem e silenciam. Conforme Orlandi (2007, p. 31), cada discurso é, na verdade, um interdiscurso, permeado por outros. Os indivíduos utilizam a linguagem a partir de suas formações ideológicas, culturais e políticas em suas interações com a sociedade. Portanto, é essencial interpretar imagens, vídeos e textos, e considerar as estruturas institucionais e culturais que os cercam.

A análise do discurso é fundamental para compreender o racismo, como demonstrado acima nas conclusões de Silva e Rosenberg (2008). Eles observaram que a mídia brasileira desempenha um papel significativo na perpetuação e criação do racismo na sociedade. Ao examinar os discursos transmitidos pela mídia, identificaram como esses discursos normalizam a ideia de superioridade branca, promovem o mito da democracia racial e retratam os papéis sociais de negros e brancos de maneira desigual. Isso resulta na discriminação sistemática contra a população negra. Assim, pesquisas que envolvem a análise do discurso são essenciais para desvelar as formas sutis e explícitas através das quais a mídia contribui para a manutenção das hierarquias raciais, e oferecer ferramentas críticas para a promoção de uma representação mais equitativa e inclusiva.

REFERÊNCIAS

- ALMEIDA, Silvio Luiz. **Racismo Estrutural**. São Paulo: Sueli Carneiro; Pólen, 2019.
- ALTHUSSER, Louis. **Aparelhos ideológicos de estado**. 7. ed. Rio de Janeiro: Graal, 1998.
- CAREY, James. *A cultural approach in communication. Urbana-Champagn, Institute of Communications Research, University of Illinois, mimeo*. 1973.
- CARRANÇA, Flávio. O combate ao racismo nos meios de comunicação. In: DA SILVA BORGES, Roberto Carlos; DA SILVA BORGES, Rosane (Eds.). **Mídia e racismo**. ABPN, 2012.
- FERNANDES, Florestan. **A integração do negro na sociedade de classes**. São Paulo, Cia. Editora Nacional, 1965.
- FOUCAULT, Michel. **A arqueologia do saber**. 7. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2008.
- GOMES, Laurentino. **Escravidão - Vol. 1: Do primeiro leilão de cativos em Portugal até a morte de Zumbi dos Palmares**. Globo Livros, 2019.
- HALL, Stuart. **Da diáspora: identidade e mediações culturais**. Liv Sovik (org). Belo Horizonte: Editora UFMG, 2003.
- IÑIGUEZ, Lupicínio. A análise do discurso nas ciências sociais: variedades, tradições e práticas. In: IÑIGUEZ, Lupicínio (Org.). **Manual de análise do discurso em Ciências Sociais**. 2. ed. Petrópolis: Vozes, 2005. p. 105-16.
- MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. **A ideologia alemã**. Tradução de Luciano Cavini Martorano, Nélio Schneider e Rubens Enderle. São Paulo: Boitempo Editorial, 2007. 616 p.
- MILLS, Charles W. **The Racial Contract**. Ithaca; Londres: Cornell University Press, 1997.
- MOURA, Clóvis. **Sociologia do negro brasileiro**. São Paulo: Ática, 1988.
- MUNANGA, Kabengele. Teoria social e relações raciais no Brasil contemporâneo. **Cadernos Penesb** - Periódico do Programa de Educação sobre o Negro na Sociedade Brasileira (Especial curso EREB), n. 12, p. 1-384, 2010.
- ORLANDI, Eni. **Análise de discurso: princípios e procedimentos**. 7. ed. Campinas: Pontes, 2007.
- ORLANDI, Eni P. **Análise de discurso: princípios e procedimentos**. 5. ed. Campinas: Pontes, 2003.
- ORLANDI, Eni. **Interpretação: autoria, leitura e efeitos do trabalho simbólico**. 2. ed. Petrópolis: Vozes, 1998. p. 48.

PÊCHEUX, Michel. **Discurso**: estrutura ou acontecimento. São Paulo: Pontes, 1999.

PÊCHEUX, Michel. **Semântica e Discurso**: uma crítica à afirmação do óbvio. Campinas: Editora da Unicamp, 1988.

PÊCHEUX, Michel; LÉON, Jacqueline; BONNAFOUS, Simone; MARANDIN, Jean-Marie. Apresentação da Análise Automática do Discurso (1982). In: GADET, Francoise; HAK, Tony (Orgs.). **Por uma Análise Automática do Discurso**. uma introdução à obra de Michel Pêcheux. 4. ed. Campinas: Editora da Unicamp, 2010.

SILVA, Paulo V. B.; ROSEMBERG, Fúlvia. Brasil: lugares de negros e brancos na mídia. In: DIJK, Teun Van. **Racismo e discurso na América Latina**. São Paulo: Unesco/Contexto, 2008.

SODRÉ, Muniz. Sobre Imprensa Negra. Facom/UFJF: **Lumina**, v. 1, n.1, p. 23-32, jul./dez. 1998.

THOMPSON, John B. **Mídia e modernidade**. Petrópolis: Vozes, 2002.

OBSTÁCULOS GOVERNAMENTAIS IMPOSTOS À COMUNICAÇÃO SOCIAL E À EDUCAÇÃO PÚBLICA NO BRASIL: noções históricas, avaliações e contradições

Luiz Antônio de Faria

Peterson Daniel Vieira

AS TREVAS DA IGNORÂNCIA COMO INSTRUMENTO DE CONTROLE DA CLASSE DOMINANTE

Este estudo trata da história das manifestações de interesses dos Governos brasileiros e respectivas ações de intervenção governamental em relação à qualidade da comunicação social e da Educação no Brasil.

Do ano de 1500 até 1530, a presença dos portugueses no Brasil foi constante, mas em quantidades mínimas. Nesse tempo, em que a comunicação era verbal oral ou por meio de cartas, construíram feitorias ao longo do litoral, a cargo de feitores (postos militares), contra invasores, a exemplo de holandeses, franceses, ingleses e espanhóis. Também eram os lugares de embarque, especialmente do pau-brasil, por meio do trabalho dos indígenas, com a finalidade da fabricação de tinta vermelha, fabricação de móveis e de outros utensílios. Esses locais foram entrepostos comerciais, onde concentravam mercadorias e, também ocorriam assédios, opressão, exploração indevida, arbitrariedades maldosas, injustiças.

Naquele tempo, o interesse dos portugueses estava mais centrado no comércio com as Índias, a exemplo de perfumes, ouro, cavalos, escravos, açúcar, pimenta, cravo, canela, madeiras, cereais, penas de aves exóticas, pedras preciosas, porcelanas, sedas e outros tecidos finos buscados na Índia, para abastecer a burguesia europeia.

Em 1504, a primeira feitoria foi a de Fernando de Noronha, na ilha que viria a ser doada pelo Rei D. Manuel ao explorador Fernão de Loronha, se que tornaria a primeira capitania hereditária brasileira. Depois vieram as de Santa Cruz, de Cabo Frio, do Rio de Janeiro, de Igarassu e da Ilha de Itamaracá. A maior concentração de feitorias está em Belém, Recife, Salvador, Rio de Janeiro e Santos.

Entretanto, de 1500 até 1530, o comércio com as Índias entrou em declínio, por diversas razões: concorrência de outros países, perdas provocadas pelos naufrágios, desorganização e corrupção da administração portuguesa, ataques de muçulmanos, de piratas e de corsários (Bezerra, 2024). O interesse da Coroa Portuguesa estava centrado

exclusivamente no aumento da arrecadação em benefício próprio e da alta burguesia à qual educação era destinada. O povo devia apenas servir à Coroa e à nobreza por meio da prestação de todos os tipos de serviços. O analfabetismo era considerado como normal entre os membros da comunidade popular.

A partir de 1534, quando o comércio com as Índias havia diminuído quase por total, o Rei D. João III desativou todas as feitorias. Nesse mesmo ano, determinou que o primeiro Governador Geral, Martim Afonso de Sousa iniciasse o processo de colonização das terras do Brasil, de modo a explorá-las e povoá-las, por meio da divisão em capitanias hereditárias, que duraram apenas 16 anos, até 1550, em decorrência da corrupção e da falta de: habilidade administrativa dos donatários das terras; recursos financeiros para investimentos; mão de obra; e, aptidão para a convivência com os nativos, um problema de comunicação e difusão de informações.

A socialização de informações, por meio da edição e distribuição periódica de jornais, foi e é fator que contribui com o processo de comunicação, com a alfabetização, o aumento da consciência política e com o aumento do nível de educação de quem o jornal se destina. Portanto há de se considerar as noções da história do jornal no Brasil.

Há mais de 2 mil anos, no governo do imperador romano Júlio César (100 – 44 a. C), o jornal é um veículo de informação. O referido governante criou **o primeiro jornal do mundo**: de *diunais* (diário) a “**Acta Diurna (59 a C)**”, para divulgar conquistas militares e propagar ações benéficas do governo. As informações eram grafadas em tábuas e fixadas nos muros de pontos estratégicos do Império Romano (Grifos nossos).

Apesar da descendência romana de portugueses e brasileiros, o Brasil resistiu muito tempo para difundir o jornal. Em **1706**, em Pernambuco, aconteceu **a primeira tentativa de se instalar e funcionar a imprensa no país foi contrária**, por meio da impressão de uma **Carta Régia**, assinada pelo monarca Dom João V, que **ordena** que, aqui no Brasil, **não se imprimissem livros e outros papéis** (Grifos nossos).

Em **1747**, Antônio Isidoro da Fonseca fez a **segunda tentativa de impressão** depois de adquirir em Lisboa, Portugal, um ‘prelo’, ou seja, uma máquina para fazer impressões manuais e a trouxe para o Brasil. Imprimiu dois textos e **recebeu ordem para parar**. Após quatro anos, ele teve negada a licença para instalar uma oficina de impressão (Grifos nossos).

A **terceira tentativa da imprensa brasileira** foi em Vila Rica, Minas Gerais, em **1807**. Entretanto essas três tentativas foram proibidas pelo domínio português. Manter a Colônia completamente dominada, nas trevas da ignorância, era objetivo da Coroa que proibia qualquer tipo de trabalho de imprensa de livros ou jornais no país (Grifos nossos).

Fechar acesso à cultura para as colônias era essencial para a dominação, como ainda ocorre hoje no Brasil, a estratégia da ideologia dominante é manter os mais ineducados na ignorância e, conseqüentemente, na pobreza. Manter a maioria da população pobre e a minoria rica é o legado dessa cultura. em que o Brasil ainda apresenta expressivos problemas educacionais. A Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE), instituição que constata que, em 2021, entre os 76 países avaliados, o Brasil, membro da citada Organização, ocupa a 60ª posição na avaliação do *Programme for International Student Assessment* (Pisa), que avalia conhecimentos de leitura, matemática e ciências dos adolescentes na faixa etária de 15 anos.

A **edição autorizada do primeiro jornal no Brasil iniciou-se em 10 de setembro de 1808**, com a chegada da família real portuguesa, que instituiu a ‘**Gazeta do Rio de Janeiro**’. Os **conteúdos** de publicações eram **vistoriados em censura prévia**, para que todos fossem favoráveis às ações do governo português, refugiado na colônia Brasil (Monte, 2024) (Grifos nossos).

Essa atitude governamental de manter o povo informado apenas das obras relevantes, que enaltecem o governo, ainda é uma estratégia adotada até este início de século XXI, pois os governantes inauguram obras com interesses eleitoreiros e, é prioridade a propaganda do que está sendo feito em números exponenciais que impressionam o povo, essencialmente em relação aos setores da saúde, segurança, educação e, recentemente, da preservação do meio ambiente natural.

Não existiu Educação no Brasil do ano de 1500 até 1549, nem existiram meios de comunicação social, como os jornais, até 1808.

Em março de 1549, chegou ao Brasil a expedição do Governador Geral Tomé de Sousa, filho ilegítimo de Dom João de Sousa e dona Mércia Rodrigues de Faria, membro da nobreza lusitana, com experiência militar e administrativa. Trouxe mais de mil homens para protegerem o litoral. Fundou a cidade de Salvador em 29 de março de 1549. Edificou ali a Casa da Câmara, a residência do Governador, o Colégio dos Jesuítas e a Igreja Matriz. Incentivou o comércio e a plantação da cana-de-açúcar. Criou o primeiro bispado do Brasil. Instalou o sistema político-administrativo do Governo-geral. Criou os cargos de capitão-mor, ouvidor e de provedor para ações administrativas, militares e judiciais da colônia (Sousa, 2024).

Tomé de Sousa trouxe os padres jesuítas, liderados por Manuel da Nóbrega e José de Anchieta, com o objetivo de catequizar os povos nativos. A catequização exigiu leitura, que resulta da alfabetização.

Portanto, 49 anos após a chegada dos portugueses, no governo de Tomé de Sousa, houve a **primeira manifestação em relação à educação** no Brasil, quando os jesuítas tornam-se os primeiros educadores do Brasil. Construíram locais chamados ‘missões’, em que catequizavam os nativos dos quais usavam a mão de obra nas atividades agropecuárias para o sustento das missões. Nas instalações dos aldeamentos, havia escolas, oficinas de artesanato, cabanas para residência dos indígenas protegidos da violência dos colonos, capelas e a casa dos padres (Grifos nossos).

Os padres José de Anchieta e Manuel da Nóbrega, em 25 de janeiro de 1554, fundaram o Colégio Real Jesuíta, na missão da vila São Paulo dos Campos de Piratininga, da Capitania de São Vicente, o primeiro nome do município de São Paulo, capital do Estado.

Os jesuítas fundaram muitas escolas e universidades, como a Universidade de São Paulo (USP) e a Pontifícia Universidade Católica (PUC), que são referências até hoje. Também foram importantes para a preservação da língua tupi-guarani e criaram colégios e escolas em todo o Brasil. Essas instituições desempenharam um papel relevante na educação da elite colonial. Alguns jesuítas destacaram-se como cientistas e intelectuais, em contribuições significativas para o avanço do conhecimento em áreas como astronomia, geografia e outros campos (Campos, 2024).

Os jesuítas ainda foram pioneiros na pesquisa científica e na preservação da fauna e da flora brasileiras, e catalogaram diversas espécies de animais e plantas. Instituíram o primeiro observatório astronômico na colônia em 1730, no Morro do Castelo, no Rio de Janeiro. Em 1780, os astrônomos portugueses Sanches d’Orta e Oliveira Barbosa criaram, no mesmo local, um observatório onde eram feitos estudos de astronomia, meteorologia e magnetismo terrestre (Neves, 2024).

Na primeira metade do século XVIII, os colonos portugueses opuseram-se aos jesuítas, porque estes tinham grande poder político, econômico e eram contrários à escravização dos índios. Marquês de Pombal viu os jesuítas como detentores de muitos bens e poder de modo a concorrer com o governo da colônia do Brasil e não acatar ordens, e convenceu o Rei de Portugal, Dom José I, a expulsá-los em 3 de setembro de 1759. Os jesuítas foram forçados a abandonar suas missões, escolas e grandes propriedades, confiscadas pelo Estado, sua influência foi substancialmente enfraquecida e seus trabalhos encerrados.

A **segunda manifestação** de ações governamentais para a educação ocorreu quando o plano de Marquês de Pombal em relação à educação foi criar escolas públicas de ler, escrever e fazer contas, de nível secundário, obedientes ao iluminismo e, à propagação das ciências. O objetivo dele era utilizar-se da instrução pública como instrumento ideológico e dominar e

diminuir a ignorância impregnada na sociedade. Entretanto, os concursos para selecionar professores, apesar de não encontrar candidatos suficientes, selecionaram os que não tinham qualificação adequada e, portanto, a educação fracassou em todos os sentidos, pela falta de qualidade, escassez de recursos e de profissionais qualificados (Grifos nossos).

As escolas, com cursos graduados e sistematizados, foram criadas somente em 1776, 17 anos após a expulsão dos jesuítas. Mesmo assim, atenderam restritamente à classe burguesa. Os jesuítas retornaram em 1856 e retomaram colégios e seminários dos quais haviam sido expulsos em 1759.

Ainda no império de Dom Pedro II – um convicto defensor e propagador das ciências, das artes, da educação e da cultura – a **terceira manifestação** em relação à qualidade da Educação no Brasil está explícita na ideia da criação de um museu pedagógico no Império do Brasil em 1882, inspirada na reforma do ensino realizada pelo ministro Rodolfo Epifânio de Sousa Dantas, com o apoio do parecer do projeto de Rui Barbosa em relação ao ensino primário:

Uma reforma radical do ensino público é a primeira de todas as necessidades da pátria, amesquinhada pelo desprezo da cultura científica e pela insigne deseducação do povo. Sob esta invocação conservadores e liberais, no Brasil, podem reunir-se em um terreno neutro: o de uma reforma que não transija com a rotina. Num país onde o ensino não existe, quem disser que é conservador em matéria de ensino volve as costas ao futuro, e desposa os interesses da ignorância (Barbosa, 1982, p. 143). (Grifos nossos).

A **quarta manifestação** está constatada na iniciativa de Benjamin Constant, enquanto gestor do Ministério da Instrução Pública, Correios e Telégrafos, no governo provisório do general Manoel Deodoro da Fonseca, ao instituir, por meio do **Decreto n. 667, de 16 de agosto de 1890**, o *Pedagogium*, um museu pedagógico para **reformas educacionais**, com o objetivo de melhorar a educação nacional, por meio: a) da formação e capacitação continuada de docentes de instituições públicas e privadas; b) da promoção de conferências e cursos científicos, concursos para os livros e material das escolas primárias; c) das exposições escolares anuais; d) da criação de laboratórios para o estudo de ciências físicas biológicas; e) da instituição de classes de desenho e trabalhos manuais; f) de uma escola primária modelo; e, g) da publicação da Revista Pedagógica, um periódico de divulgação das ideias e propostas discutidas no órgão, com grande repercussão à época e que pode ser considerado um precursor da *Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos* (Brasil, 1890, p. 3464) (Grifos nossos).

Em 1930, no governo de Getúlio Vargas, a necessidade de soluções para os problemas educacionais brasileiros tornou-se premente. O *Pedagogium* havia deixado uma lacuna que

foi suprida, a partir de 1934, por uma Diretoria Nacional de Educação, a qual desenvolvia alguns estudos sistematizados acerca da educação em todo o Brasil. Então a **quinta manifestação** de atenção do Governo à qualidade da Educação no Brasil é o Art. 39 da Lei 378, de 15 de janeiro de 1937, ao determinar:

Fica creado o Instituto Nacional de Pedagogia, para fazer pesquisas sobre os problemas do ensino, nos seus differentes aspectos.

Paragrapho unico. Fica instituida, como parte integrante do Instituto Nacional de Pedagogia, a Commissão de Literatura Infantil, que terá por objectivo estudar o problema da literatura destinada ás crianças e aos adolescentes¹ (Brasil, 1937, p. 1) (Grifos nossos).

Enfim, depois de criadas as escolas públicas de Educação Básica e Superior, e da ideia da avaliação institucional das escolas de Educação Básica, das Faculdades e das Universidades, incluiu-se a avaliação do Desempenho dos estudantes na década de 1980, mas sua efetivação ocorreu em 1989, em que foi criado o Sistema de Avaliação da Educação Básica (Saeb), com a 1ª edição em 1990; e, o Programa de Avaliação Institucional das Universidades Brasileiras (Paiub), com a 1ª edição em 1993. Este Programa iniciou o processo de avaliações e sofreu transformações, até se identificar como Exame Nacional do Desempenho dos Estudantes (Enade), por meio da Lei n. 10.861, de 14 de abril de 2004. Este processo de avaliação externa, realizada pelo Poder Público, ficou plenamente assegurado a partir da Lei n. 9.394, de 20/12/1996, Art. 7º:

O ensino é livre à iniciativa privada, atendidas as seguintes condições:

- I – **cumprimento das normas gerais da educação nacional** e do respectivo sistema de ensino;
- II – autorização de funcionamento e **avaliação de qualidade** pelo Poder Público;
- III – capacidade de **autofinanciamento**, ressalvado o previsto no art. 213 da Constituição Federal (Brasil, 1996, p. 1) (Grifos nossos).

A aplicação da citada legislação resulta no fato de que a educação privada passa a ser autofinanciada, de modo que a família arca com seus custos e, ao Estado, compete apenas a regulação e o controle desse serviço, por meio da criação de mecanismos de credenciamento, avaliação e credenciamento. Essas prescrições legais são resultantes das influências da mundialização dos interesses econômicos, que ficam submissas a modelos externos de intervenção do Poder Público na Educação.

¹ Ortografia conforme norma padrão da língua portuguesa da época.

Organismos internacionais, a exemplo do Banco Mundial e do Fundo Monetário Internacional (FMI), impõem formas de distribuição do orçamento educacional ao Estado brasileiro.

Estudos qualitativos de Feldmann, Souza e Heinzle (2016, p. 605), “sobre a avaliação no ensino superior no que tange às condições de produção das avaliações no cenário mundial e nacional”, com o objetivo de “a) analisar as posições-sujeito do Estado e dos coordenadores de cursos de graduação e b) compreender as influências das políticas de avaliação nos currículos da Educação Superior”, chegaram aos achados de que “tais posições são interpeladas tanto pelos efeitos ideológicos do Estado, quanto pela posição-sujeito de coordenador/gestor de curso e produzem efeitos de sentido de acatamento, regulação e/ou controle e resistência e/ou descontentamento”.

Assim, as **Instituições de Educação Superior (IES) e respectivos cursos ficam com suas autonomias e liberdades restritas às condições do processo avaliativo externo de forma imperiosa**, segundo os **preceitos de um Formulário de Avaliação** de curso de graduação ou da IES, sob pena até da negação do credenciamento para o exercício de suas atividades (Grifos nossos).

É da natureza humana o fato de que qualquer imposição implica em algum tipo de reação, que gera contradições, como entendem Canan e Eloy (2016, p. 628):

o ENADE apresenta elementos que são contraditórios, ou seja, se por um lado ele permite que se pense na qualificação dos cursos sob vários aspectos, como a infraestrutura, corpo docente e a organização que deve atender a padrões mínimos de qualidade, por outro, não revela, profundamente o nível de conhecimento profissional, pois há certo “mascaramento” nos resultados frente aos momentos preparatórios que antecedem às provas e até mesmo há possibilidade de boicote por parte dos alunos.

Com estas restrições, os sujeitos das IES não resistem à ideia de avaliações interna e externa, mas resistem às **intervenções do Estado de forma imperiosa, a partir do formulário de avaliação único a que são submetidos**, sem considerar as especificidades de cada Instituição e a demanda a que atendem nas diversidades locais e regionais do extenso território brasileiro (Grifos nossos).

O que é evidentemente contraditório é o fato de que Estado, mantenedor da Educação Básica, omite-se em não avaliar as condições de oferta da Educação nas escolas públicas gratuitas, a exemplo de prédios, salas de aula, cadeiras, mesas, refeitórios, laboratórios, espaços para atividades especiais, espaços para educação física e lazer dos estudantes, dentre outros. Avalia só e somente só o desempenho dos estudantes do Ensino Fundamental, em

provas periódicas, sem realizar nenhum tipo de recomendação para a escola, e oferece o Exame Nacional do Ensino Médio (Enem), a cada ano, de modo que o estudante concluinte ou que já concluiu o Ensino Médio possa inscrever-se, pagar uma taxa de despesas com o Exame e realizá-lo em dia e hora previamente comunicados.

Caso o resultado do Enem seja de sucesso, o estudante terá direitos e vantagens para cursar a Educação Superior na escola pública ‘gratuita’, via Sistema de Seleção (Sisu); e, na IES privada, por meio do Programa Universidade para Todos (ProUni). Entretanto, são raros os estudantes que conseguem sucesso no Enem e ingressam em cursos de Educação Superior de Escolas públicas gratuitas, visto que a qualidade da Educação básica pública é insatisfatória.

No Brasil, os estudantes da burguesia ingressam na Educação Básica das escolas particulares bem estruturadas que oferecem um ensino de alta qualidade. O conflitante é o fato de que esses estudantes que concluem o Ensino Médio nas Escolas particulares conseguem resultados satisfatórios nas provas dos vestibulares das Escolas públicas e cursam a Educação superior gratuita. Ao contrário disso, os estudantes que concluem o Ensino Médio nas Escolas públicas não conseguem classificação nos vestibulares das instituições públicas gratuitas de Educação superior e interrompem os estudos ou, com muitas dificuldades, ingressam em cursos de mensalidades mais baixas das escolas de Educação superior privadas, onde não há concorrências para o ingresso.

Outro problema da Educação, nomeadamente a superior da iniciativa privada, neste início de século XXI, é a sua constante mercantilização. A competitividade das instituições está no fato de cada qual mostrar, publicamente, que é a que vende a melhor e mais barata educação de ‘qualidade’. Esse modelo de Educação ‘superior’ retira dela a pesquisa, sua mais evidente/importante característica e, por isso restam-lhe o ensino e a extensão. Entretanto, para haver a verdadeira extensão, é necessário que ela seja o resultado da pesquisa aplicado ao bem social. Logo, a Educação ‘superior’ mercantilizada centra-se exclusivamente no ensino, e por isso, deixa de ser superior.

A DIFUSÃO UNIVERSAL DA IDEOLOGIA DA IGUALDADE DE DIREITOS

Aprovada pela Conferência Mundial sobre Educação para Todos, em Jomtien, Tailândia, de 5 a 9 de março de 1990, a declaração mundial de Educação para Todos, é expressão utilizada a partir da Conferência Mundial sobre Educação para Todos, conhecida também como Conferência de Jomtien, realizada na Tailândia, em 1990. O evento, que teve a

participação dos principais organismos internacionais, como a UNESCO e a UNICEF, resultou na elaboração de um dos documentos mundialmente mais significativos em educação, lançados a partir de sua realização: a Declaração de Jomtien ou Declaração Mundial sobre Educação Para Todos. Esse documento dá sequência a uma série de tratados internacionais, declarações e recomendações realizados desde o início do século XX para tornar realidade o direito à educação, estabelecido na Declaração Universal dos Direitos Humanos de 1948.

A ideia de “educação para todos” assumida como um compromisso mundial no documento propõe o estabelecimento de garantias a todas as pessoas de que tenham acesso aos conhecimentos básicos necessários a uma vida digna, condição insubstituível para o advento de uma sociedade mais humana e mais justa.

O que consta na Declaração Universal dos Direitos Humanos é a ideologia que deve tornar-se prática. Por isso, nos documentos que sucedem a ela consta o direito à educação como prioritário, a exemplo da Constituição Federal Brasileira de 1988 e a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional de 20 de dezembro de 1996. Mesmo depois de praticamente 30 anos do vigor da Lei, o direito “educação para todos” ainda não é uma realidade. Segundo o IBGE (2024), ainda há um analfabeto em cada grupo de 20 brasileiros. Cerca de 30% da população adulta é analfabeta funcional, ou seja, experimenta dificuldades no domínio da leitura e da escrita no trabalho.

REFERÊNCIAS

BARBOSA, Rui. **Reforma do ensino primário e várias instituições complementares da instrução pública**. Rio de Janeiro: Fundação Casa de Rui Barbosa, 1982.

BEZERRA, Eudes. **Feitorias**: o que eram as feitorias portuguesas? 2024. Disponível em: <https://incrivelhistoria.com.br/feitorias-portuguesas-colonialismo/>. Acesso em: 23 maio 2024.

BRASIL. Lei n. 10.861, de 14 de abril de 2004. **DOU**: 72, Brasília, DF, Seção 1, quinta-feira, 15 de abril de 2004.

BRASIL. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). 2025. Disponível em <https://educacao.uol.com.br/noticias/2025/06/13/analfabetismo-ainda-atinge-mais-de-9-milhoes-de-brasileiros-mostra-ibge.htm?cmpid=copiaecola>. Acesso em: 21 maio 2024.

BRASIL. **Lei n. 9.394, de 20 de dezembro de 1996**. Estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional. http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/19394.htm. Acesso em: 20 maio 2024.

BRASIL. **Lei n. 378 de 13 de janeiro de 1937**. Disponível em: <https://legislacao.presidencia.gov.br/atos/?tipo=LEI&numero=378&ano=1937&ato=fc90TSU1EejpXT530>. Acesso em: 28 abr. 2024.

BRASIL. **Decreto n. 667, de 16 de agosto de 1890**. Cria um estabelecimento de ensino profissional sob a denominação de Pedagogium. Decretos do Governo Provisório da República dos Estados Unidos do Brasil, Rio de Janeiro, fascículo 8, p. 1.877, 1890.

CAMPOS, Tiago Soares. Companhia de Jesus: o que foi, resumo, objetivos. **Mundo Educação**, 2024. Disponível em: <https://mundoeducacao.uol.com.br/historiadobrasil/>. Acesso em: 15 maio 2024.

CANAN, S. R.; ELOY, V. T. Políticas de avaliação em larga escala: o Enade interfere na gestão dos cursos? **Práxis Educativa**, Ponta Grossa, v. 11, n. 3, p. 621-640, set./dez. 2016. Disponível em: <http://www.revistas2.uepg.br/index.php/praxiseducativa/article/view/8996/5250>. Acesso em: 01 out. 2017.

FELDMAN, T.; SOUZA, O. de; HEINZLE, M.R.S. As posições-sujeitos (Estado e gestores) diante das avaliações em larga escala no Ensino Superior brasileiro. **Práxis Educativa**, Ponta Grossa, v. 11, n. 3, p. 1-16, set./dez. 2016.

MENEZES, E. T; SANTOS, T. H. Verbete educação para todos. **Dicionário Interativo da Educação Brasileira - EducaBrasil**. São Paulo: Midiamix Editora, 2015. Disponível em: <https://educabrasil.com.br/educacao-para-todos/>. Acesso em: 9 jul. 2025.

MONTE, Tiago. **Jornal: um documento histórico**. TN Sul. Portal de Notícias. 2024. Disponível em: <https://tnsul.com/2024/04/09/jornal-um-documento-historico/#:~:text=O%20jornal%20%C3%A9%20um%20ve%C3%ADculo%20de%20informa%C3%A7%C3%A3o%20utilizado,ata%20foi%20considerado%20o%20primeiro%20jornal%20do%20mundo>. Acesso em: 28 maio 2024.

NEVES, Daniel. O que eram os Jesuítas? **Brasil Escola**, 2024. Disponível em: <https://brasilecola.uol.com.br/o-que-e/historia/o-que-eram-os-jesuitas.htm>. Acesso em: 28 maio 2024.

OLIVEIRA, A. E. **O Exame Nacional de Desempenho dos Estudantes da educação superior (Enade) na percepção dos coordenadores de cursos de licenciaturas da PUC-GOÍÁS: repercussões e resultados**. 2019. 165 f. Tese (Doutorado em Educação) - Pontifícia Universidade Católica de Goiás, Goiânia, 2019.

SOUSA, Rainer Gonçalves. **Governo de Tomé de Sousa**. Equipe Mundo Educação. 2024. Disponível em: <https://mundoeducacao.uol.com.br/historiadobrasil/historiadobrasil/governo-tome-sousa.htm>. Acesso em: 15 maio 2024.

BIODADOS

Adriele Rodrigues Martin

Bacharel em Fisioterapia pelo Centro Universitário Alfredo Nasser (UNIFAN).

E-mail: adrielemartins2016@outlook.com

Ana Isabel Marques da Silva

Acadêmica do curso de Psicologia do Centro Universitário Alfredo Nasser (UNIFAN).

E-mail: aanaaisabeel23@gmail.com

Arthur Dias de Souza

Possui graduação em Fisioterapia pela UNIFAN (2025).

Augusto Cesar Malta Laudares Moreira

Médico formado pela Faculdade de Medicina da UNILAGO - União das Faculdades dos Grandes Lagos, São José do Rio Preto - SP (2021), com Especialização em "Medicina do Exercício e do Esporte" pela Faculdade Verbo Educacional (2023). Fundador e 1º Presidente da Liga Acadêmica de Morfologia Octávio Binignat - LAMOB. Membro da Comissão Científica do 1º Workshop de Anatomia do Centro-Oeste 2015, Presidente da 1ª Jornada Mineirense de Morfologia, Organizador do 1º Curso Introdutório da LAMOB. Presidente do Comitê de Logística e membro da Comissão Científica do I Encontro Nacional de Bioestrutura Experimental e Morfologia e 1º Encontro de Monitores do Centro-Oeste: Aprender a Aprender Morfologia!; 2017. Integra o Grupo de Pesquisas CNPq "Bioestrutura Experimental e Morfologia". Tem experiência em Medicina da Família e Comunidade, Clínica Médica, Técnicas Morfológicas, Nanomateriais, bionanotecnologia e suas aplicações em Medicina, Neurociências e Morfologia. Atualmente é médico da Secretaria de Saúde de Goiânia, atuando na atenção primária de saúde.

Cristiano Coelho

Possui graduação, Mestrado e Doutorado em Psicologia pela Universidade de Brasília. Foi Professor Substituto na UnB (1999 a 2000), Professor Colaborador do Instituto de Educação Superior de Brasília - IESB (2009 a 2010), Supervisor Estadual de Pesquisas do IBGE - Goiás (2010 a 2014), Professor Colaborador do MBA em Economia Comportamental da ESPM e membro da gestão 2019-2020 da Associação Brasileira de Psicologia e Medicina Comportamental (ABPMC). Tem experiência na área de Psicologia Experimental e Análise do Comportamento, com ênfase em Comportamento de Escolha, Economia Comportamental e Comportamento do Consumidor. Atualmente é professor Adjunto I da Pontifícia Universidade Católica de Goiás, Coordenador do Programa de Pós-Graduação Stricto Sensu em Psicologia da PUC-Goiás (Mestrado e Doutorado) e terapeuta comportamental. Foi Coordenador do Laboratório de Análise Experimental do Comportamento (2004-2007), Assessor de Iniciação Científica (2004 a 2006) e Coordenador Geral de Pesquisa e Institucional do Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica (PIBIC-CNPq) (janeiro de 2007 a janeiro de 2009). Tem realizado pesquisas e orientado alunos de iniciação científica, Mestrado e Doutorado principalmente nos seguintes temas: comportamento de escolha, modelos matemáticos, autocontrole e impulsividade, análise do comportamento do consumidor e controle de estímulos.

Eduardo Vicentin de Macedo

Graduado em Direito pela Pontifícia Universidade Católica de Goiás (PUC Goiás), com conclusão do curso em 2004. Atua na área do Direito Civil, com ênfase em Direito Empresarial e Recuperação Judicial, desenvolvendo atividades profissionais voltadas à assessoria jurídica, consultoria e atuação em demandas relacionadas ao ambiente empresarial e à reestruturação de empresas.

Fábio Marques de Almeida

Docente. Mestre e doutor em Ciências da Saúde. Especialista em Metodologias Ativas da Educação, Especialista e Saúde Estética e Bacharel em Biomedicina. Supervisor do curso de Medicina do Centro Universitário Alfredo Nasser.

E-mail: fabiomarques@unifan.edu.br

Fabrizio Muraro Novais

Graduado em Direito pela Universidade de São Paulo - USP - Largo São Francisco (1998). É Doutor (2010) e Mestre (2004) em Direito Constitucional pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo - PUC-SP. Pós-graduado em Direito Constitucional pela Università di Pisa - Itália, Estágio pós-doutoral em Direito Constitucional Comparado pela Università del Salento - Lecce -Itália. Atuou como assessor processual do Presidente do Supremo Tribunal Federal - STF, Ministro Cezar Peluso, e da Ministra Fátima Nancy Andrighi, do Superior Tribunal de Justiça - STJ. Foi sócio de André Ramos Tavares Consultoria Jurídica. Na advocacia pública, atuou como Procurador de Município. Na área acadêmica, foi Coordenador de curso de graduação e de cursos de pós-graduação "lato sensu" em direito; Coordenador, em nível de subseção, da Escola Superior de Advocacia - ESA; foi professor assistente da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul - UFMS e do Instituto de Educação Superior de Brasília - IESB. Atuou como Professor Permanente do Programa de Mestrado e Doutorado em Direito da Faculdade Autônoma de Direito - FADISP e professor titular da Universidade Paulista - UNIP. É Professor adjunto da Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul - UEMS. Professor permanente do Programa de Mestrado profissional do Direito do Agronegócio e Desenvolvimento da Universidade de Rio Verde - UniRV (GO). É Membro fundador da Associação Brasileira de Direito Processual Constitucional - ABDPC e Membro da Associação de Assessores e Ex-Assessores de Ministros do Supremo Tribunal Federal (AASTF). Árbitro da Câmara de Mediação e Arbitragem Especializada (CAMES Brasil). Pesquisador do CEDEUAM - *Centro Didattico Euroamericano sulle Politiche Costituzionali da Università del Salento/Itália*.

Francine Aguilera R. da Silva

Professora do Curso de Fisioterapia do Centro Universitário Alfredo Nasser (UNIFAN), Aparecida de Goiânia, Goiás, Brasil.

Gabriel Pacheco Machado

Acadêmico do sexto período de medicina no Centro Universitário de Goiatuba - UNICERRADO, com atuação em ensino, pesquisa e extensão. Atua como monitor da disciplina de Biofísica Médica (2025/01-2025/02-2026/01). Integrou o projeto de extensão Aprendizado Duradouro (2024). Exerce função de coordenador de atas-RAM da Coordenação Local de Estágios e Vivências (CLEV), Participou Congresso de Medicina do Sul Goiano (COMESG), da Liga Acadêmica de Medicina do esporte (LAMED) e Sendo diretor de extensão da Liga Acadêmica de Infectologia e Parasitologia (LADIP).

Gleiton Nunes de Azevedo

Doutor (2019) e Mestre (2012) em Ciências do Comportamento pela Universidade de Brasília (UnB) e Psicólogo (2007). Atualmente, é Professor e Pesquisador no Centro Universitário Alfredo Nasser (UniFan), onde coordena estudos sobre comportamento de escolha, relações de trabalho, renda e práticas culturais. Com mais de 15 anos de trajetória, alia a docência no ensino superior à consultoria estratégica, aplicando a Ciência do Comportamento para otimizar processos de escolha e relações éticas no ambiente corporativo. É cofundador da Via Comportamental, atuando em Gestão de Comportamento Organizacional (OBM), Comportamento do Consumidor e Economia Comportamental. No âmbito clínico, atua como Terapeuta Analítico-Comportamental desde 2008 e Supervisor em Análise do Comportamento Aplicada (ABA) desde 2012. Possui um perfil multidisciplinar que integra mais de 20 anos de experiência no setor de entretenimento e produção cultural (PUC-GO) à análise científica de dinâmicas sociais e macrocontingências.

Henrique Pacheco Machado

Graduando em Medicina pelo Centro Universitário de Goiátuba - UniCerrado, Brasil.

Humberto César Machado

Pós-doutor em Psicologia - PUC GO (2016); Doutor em Psicologia - PUC GO (2013); Mestre em Psicologia - PUC GO (2006), Especialista em História - UFG (2002), Graduado em Filosofia - UFG (1996); em Pedagogia - ISCECAP (2018); e, em Letras - FAFIBE (2019). Membro do Comitê de Ética e Pesquisa e Prof. Titular do Centro Universitário Alfredo Nasser – UNIFAN. Prof. da PUC-GO. Ator, Coreógrafo e Dançarino de Salão, Elemento Credenciado Fator Humano e Prevenção de Acidentes do CENIPA - Centro de Investigação e Prevenção de Acidentes Aeronáuticos.

Isadora Rodrigues de Moura Dietz

Graduanda em Psicologia pelo Centro Universitário Alfredo Nasser (UNIFAN), Brasil.

Jéssica Cardoso Garbim

Estudante de Psicologia no Centro Universitário Alfredo Nasser (UNIFAN). Tenho nível intermediário de espanhol, que desenvolvi durante três anos morando na Bolívia. Idealizadora e presidente da Liga Acadêmica de Psicologia Comportamental (LAPsiC), e coordenadora das Ligas Acadêmicas do Centro Acadêmico de Psicologia Dra. Paola Carloni (CAPSI).

Jorcelino Pereira Tavares

Mestrando em Direito (2025 - 2026). Pós-Graduação em Direito Penal e Processo Penal (2020); Pós-Graduação em Direito e Gestão Tributária (2020); MBA em Ciências da Educação (2018-2018); Pós-Graduação em Direito Empresarial e Tributário (2014-2016); Pós-Graduação em Metodologia do Ensino Superior (1999-2000); Graduação em Administração (2010-2013); Graduação em Direito (1993-1997). Coordenador de Pós-graduação *lato sensu* em Direito no Centro Universitário Alfredo Nasser (2017-hoje). Coordenador do curso de Direito do Centro Universitário Alfredo Nasser (2018-2019). Coordenador-adjunto do curso de Direito do Centro Universitário Alfredo Nasser. Professor de Direito (2000-hoje), Professor na ESA-GO, Professor há 33 (trinta e tres) anos, sendo 24 (vinte e quatro) anos no Ensino Superior em Direito. É advogado militante na área penal e Tributária.

José Luiz de Moura Neto

Possui graduação em Medicina pela Faculdade São Leopoldo Mandic de Campinas (2024). Tem experiência na área de Medicina, com ênfase em Medicina. Programa Experiência Sírrio-Libanês, realizado pelo Instituto Sírrio-Libanês de Ensino e Pesquisa, no período 18 de abril de 2022 a 24 de agosto de 2023, com carga horária total de 110 horas.

Luiz Antônio de Faria

Mestre em Administração e Regulação da Educação Superior; Especialista em Docência na Educação Superior; Licenciado em Letras: Português, Inglês e suas respectivas literaturas. Pró-reitor de Relações Institucionais e Professor do Centro Universitário Alfredo Nasser.

E-mail: luizantonio@unifan.edu.br.

Luiz Mauro Espíndola

Coordenador do Núcleo de Práticas Jurídicas do curso de Direito do Centro Universitário Alfredo Nasser, Aparecida de Goiânia.

E-mail: luizmauro@unifan.edu.br

Marcos Cristiano dos Reis

Possui graduação em Ciências Sociais pela Universidade Federal de Goiás (2010) e mestrado em Sociologia pela Universidade Federal de Goiás (2013). É doutorando pelo Programa de Pós-Graduação Interdisciplinar em Direitos Humanos da Universidade Federal de Goiás, onde trabalha com as temáticas Direitos Humanos, Ideologia e Religião no Brasil e Direitos Humanos e Educação. Já atuou como professor do ensino básico nas disciplinas de sociologia e filosofia na rede privada e federal onde atuou como professor substituto no Instituto Federal de Goiás. Também tem experiência em consultoria técnica para pesquisas qualitativas e quantitativas para pesquisas eleitorais e de opinião. Desde 2017 é professor de sociologia jurídica e de ciência política e teoria geral do Estado no Instituto de Ciências Jurídicas da Faculdade Alfredo Nasser. Tem experiência na área de Sociologia, com ênfase em Sociologia da Religião e Sociologia da Educação, atuando principalmente nos seguintes temas: campo religioso, habitus, trânsito religioso, educação e identidade.

E-mail: marcosreis@unifan.edu.br / profmarcosreis@gmail.com

Paulo Cesar Moreira

Doutorado pela Universidade Federal de Minas Gerais; Mestrado pela Universidade Federal de Goiás; Especialização pelo Sírrio-Libanês São Paulo; Graduado em Medicina; Graduado em Medicina Veterinária. É Professor Titular de Neuroanatomia e Anatomia Humana na Universidade Federal de Goiás, Graduação e Pós-graduação. Foi Professor do Mestrado em Ecologia e Produção Sustentável da PUC Goiás. Membro da Sociedade Brasileira de Anatomia, membro da Sociedade Brasileira de Bioestrutura Experimental. Editor da Revista Estudos Ciência e Vida; Editor Científico da Revista Coletânea de Biologia e suas Tecnologias; integrante do Corpo Editorial da Revista Brasileira de Ensino Médico - RBEM, Revista Brasileira de Saúde e Produção Animal, Revista Ciência Animal Brasileira, Revista Brasileira de Morfologia, Revista Thoreauvia e da Revista de Medicina da USP. Foi membro da Comissão de Sistematização da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de Goiás - FAPEG e Conselheiro Titular do Museu Antropológico da UFG. Foi docente titular da PUC Goiás onde ocupou também cargos de Coordenação de Estágios, Coordenador de Pesquisa e Coordenador de Pós-graduação, de Centro Multidisciplinar e de Curso de Graduação. Tem experiência na área de Morfologia e Fisiologia, com ênfase em Neurociência Básica Clínica, Anatomia e Fisiologia Humana. Ministra disciplina Neurociência e Educação para cursos de Pós-graduação, e Neurociência e Educação, Neuroanatomia e Anatomia Humana para cursos

de Graduação e Pós-graduação. Atualmente é Coordenador do Programa de Pós-graduação em Tecnologias Aplicadas ao Ensino de Biologia da UFG. Foi Coordenador do Módulo Corpo Humano Saudável do Curso de Medicina da UFG, Membro titular do NDE do curso de Medicina da UFG, Chefe do Departamento de Morfologia Instituto de Ciências Biológicas da Universidade Federal de Goiás. Integrante do Banco de Avaliadores do BASis-SINAES-MEC, de Cursos de Graduação (presenciais e EaD), Cursos Superiores de Tecnologia, Avaliador Institucional e do CONAES - Sistema ARCU-SUL. É Líder do Grupo de Pesquisas CNPq “Neurologia, Neurociência, Bioestrutura Experimental e Morfologia”, vinculado à Universidade Federal de Goiás.

Peterson Daniel Vieira

Especialista em Gestão Educacional; Bacharel em Ciências Econômicas. Editor Adjunto da Editora Alfredo Nasser. Assessor da Pró-reitoria de Relações Institucionais do Centro Universitário Alfredo Nasser. Professor do Centro Universitário Alfredo Nasser.

E-mail: peterston@unifan.edu.br.

Sâmella Soares Oliveira Medeiros

Discente do curso de Medicina do Centro Universitário Alfredo Nasser (UNIFAN). Membro discente da Academia Brasileira de Neurologia (ABN). Integra o Grupo de Pesquisas em Neurociências, Neurologia e Bioestrutura Experimental da Universidade Federal de Goiás (UFG), certificado pelo Diretório dos Grupos de Pesquisa do CNPq e liderado pelo Prof. Dr. Paulo Cesar Moreira (2026-atual). Realizou Estágio não obrigatório no Laboratório de Neurofarmacologia e Neuroquímica (NEUROLAB/ICB2-UFG) e participou de projetos com foco em doenças neurodegenerativas, neuroplasticidade e potenciais biomarcadores (2025-2026). Atua também como pesquisadora em projeto institucional do UNIFAN na área de neurodesenvolvimento e cognição (2025-atual). Possui produção científica composta por artigos, capítulos de livros e trabalhos apresentados em eventos científicos nacionais e internacionais, além de premiações acadêmicas incluindo Menção Honrosa e classificação entre os 10 primeiros colocados na Olimpíada Brasileira de Fisiologia (OBFs) (2026) e na Olimpíada Brasileira de Neurociências para Graduandos (OBNG) (2026). Desenvolve atividades voltadas à pesquisa em neurociências, neurologia, neurodegeneração e medicina baseada em evidências, com interesse na integração entre pesquisa translacional e prática clínica. Diretora Científica da Associação de Educação Médica de Goiás (AEMED-GO) (2026-atual), Presidente Fundadora da Liga Acadêmica de Neurologia e Neurocirurgia (LANEU-UNIFAN) (2026-atual), Vice-Diretora e cofundadora do Comitê Local IFMSA-UNIFAN (2026-atual), Presidente do Departamento Científico (2025-atual), monitora de Anatomia Humana I (2025-atual), foi Diretora Científica da Liga Acadêmica de Semiologia Médica (2024-2025).

E-mail: samellasomedeiros@gmail.com

Stephânia de Oliveira Laudaes Moreira

Médica formada pela Pontifícia Universidade Católica de Goiás; Pediatra formada pelo Hospital Materno Infantil de Goiânia (HMI) e Título de Especialista em Pediatria pela Sociedade Brasileira de Pediatria/Associação Médica Brasileira; Supervisora do Internato Médico da UNIFAN - Centro Universitário Alfredo Nasser; Atua em Consultório Privado com consultas pediátricas de Puericultura, Urgências em Pediatria e consulta pré-natal pediátrica; Membro do Corpo Clínico Aberto do Hospital Albert Einstein, Unidade Goiânia; Foi preceptora em Pediatria do Curso de Medicina da Pontifícia Universidade Católica de Goiás (2018-2022); Foi preceptora da Residência Médica em Pediatria do Hospital Materno Infantil de Goiânia (2018-2022); Foi diarista do Alojamento Conjunto do Hospital Materno Infantil de

Goiânia (2018-2022); Foi plantonista prestando atendimentos em Sala de Parto na Maternidade Nascido Cidadão de Goiânia (2018-2021). Pós-graduada em Docência do Ensino Superior - *lato sensu*. Possui Curso *Early Nutrition Specialist*, na *Ludwig-Maximilians Universität München, Deutsche*. Possui curso de proficiência em inglês na *Bell International, UK*, e *First Certificate English (FCE)*, *Cambridge University, London, UK*. Instrutora do *Pediatric Advanced Life Support - PALS*. Possui o Curso de Suporte Avançado de Vida em Cardiologia - ACLS e Curso *Pediatric Advanced Life Support - PALS*; Integra o grupo de Pesquisa CNPq em Bioestrutura Experimental e Morfologia, da Universidade Federal de Goiás; Monitora do Curso de Qualificação e Aperfeiçoamento em Técnicas Morfológicas e Necropsia e do Curso de Especialização em Tecnologias Aplicadas ao Ensino de Biologia do ICB/UFG; Foi secretária da Liga Acadêmica de Medicina e Arte da Pontifícia Universidade Católica de Goiás; Foi monitora da Disciplina de Neurofisiologia da PUC-Goiás; Participou como membro da Subcomissão de Trabalhos Científicos e da Subcomissão de Programação Científica do Congresso Brasileiro de Educação Médica 2010. Secretária do I Workshop de Anatomia do Centro-Oeste (2015); Secretária do I Congresso Nacional de Bioestrutura Experimental e Morfologia (2017). É coautora dos livros “Plantas Medicinais do Cerrado Brasileiro” e “Bioestrutura Experimental e Morfologia: saberes e práticas”. Detentora do Prêmio Residente Revelação Dr. Saulo Rodrigues (2016/2017).

Terezinha das Graças Laudares

Possui Mestrado em Ciências da Religião pela Universidade Católica de Goiás (2005), bolsista CAPES/CNPq; Especialização em Abordagem Psicanalítica pela Vertente Psicanalítica/UCG (2001), Especialização em Psiquiatria, Psicologia e Psicoterapia Infantil pelo GEPI (1983), Especialização em Educação Infantil, Alfabetização e Letramento pela FABEC Brasil (2014). Curso de Formação em Psicanálise na Sedes Sapientiae, em andamento. Graduada em Psicologia pela Universidade Católica de Goiás (1981), atua como psicóloga clínica com ênfase em Intervenção Terapêutica.

Valéria de Oliveira Mendes Zanon

Professora do Centro Universitário Alfredo Nasser (UNIFAN).

E-mail: valeriamendeszanon@gmail.com

Vitória Siqueira da Silva

Mestranda em Sociologia pelo Programa de Pós-graduação em Sociologia da Universidade Federal de Goiás.

Wesley Alfredo Gawlinski de Arruda

Médico, com graduação entre 2015 e 2021. Atuou como *Visiting Medical Student na Johns Hopkins School of Medicine* (2017-2018). Possui pós-graduação *lato sensu* de MBA em Administração de Empresas (2021-2022). Mestre (MSc) em *Healthcare Management* pela *Miami University of Science and Technology (MUST University)*. Neurologista com formação através da residência médica do departamento de Neurologia do Hospital São Vicente de Paulo (HSVP/UFRS), em Passo Fundo/RS (2022-2025). Atualmente é professor universitário do departamento de Neurologia do Centro Universitário UNIVAG.

Yuri Araújo Monteiro

Graduando do curso de Medicina do Centro Universitário Alfredo Nasser (UNIFAN).

E-mail: yurimonteirocaa@gmail.com.